



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

*ENTRE PESOS E MEDIDAS: DISCURSOS SOBRE A SILHUETA FEMININA
NO BRASIL
(1901-2017)*

SÃO CARLOS
2017



Universidade Federal de São Carlos

Michelle Aparecida Pereira Lopes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

*ENTRE PESOS E MEDIDAS: DISCURSOS SOBRE A SILHUETA FEMININA
NO BRASIL
(1901-2017)*

MICHELLE APARECIDA PEREIRA LOPES

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Linguística da
Universidade Federal de São Carlos,
como parte dos requisitos para a obtenção
do Título de Doutora em Linguística.

Orientador: Profa. Dra. Vanice Maria
Oliveira Sargentini

São Carlos - São Paulo - Brasil
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Michelle Aparecida Pereira Lopes, realizada em 15/12/2017:

Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini
UFSCar

Profa. Dra. Luzmara Curcino Ferreira
UFSCar

Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior
UFG

Prof. Dr. Jocenilson Ribeiro dos Santos
UNILA

Profa. Dra. Maria Regina Momesso
UNESP

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese a todas as mulheres que, ao longo da vida, vi sofrerem por não corresponderem ao padrão corporal: minha mãe, minhas tias e primas, minhas amigas, minhas colegas de trabalho, minhas alunas...

Em especial, à minha querida irmã, Pauliane, que me apresentou a resistência: em cada uma das curvas de seu corpo, soube/sabe fazer-se nobre; na singeleza de seus gestos, na nobreza de seu caráter, na pureza de seu coração, no seu andar gingado reconheci/reconheço uma beleza que ultrapassa a circunferência da cintura e se estende para além dos pesos e das medidas.

AGRADECIMENTOS

São tantos aqueles aos quais é necessário e preciso agradecer. São muitos! Porque não escrevi esta tese sozinha! Não escrevi esta tese sem uma força interna que me alimentou todos os dias, sussurrando em meus ouvidos que eu seria capaz de fazê-lo, ainda quando toda a teoria parecia incompreensível, quando os ponteiros do relógio corriam mais que a minha capacidade de escrita... A essa força interna, eu chamo Deus! A essa energia diária que me alimenta, que me fortalece e que me empodera, rendo graças!

Não escrevi esta tese sem aqueles que estiveram/estão à minha volta, dia após dia, compactuando da mesma vontade; quando eu fraquejava, eles estavam lá, não para me cobrarem, mas para me fazerem acreditar, mais uma vez, que seria possível... A esses eu chamo família, de sangue e de coração! Minha mãe, que nunca, nem por um instante sequer, descreditou de mim, nunca me impediu de sonhar, tampouco de alçar meus voos, mesmo quando isso lhe deixava com o coração apertadinho; obrigada, mãe! À memória do meu padrasto, que me proporcionou sentir a presença de um pai zeloso na vida de alguém e, por isso, me faz sentir a falta de seu grande abraço nesse momento muito especial! Obrigada, papai!

À minha irmã, mulher que considero a maior inspiradora desta tese, alguém que ao longo dos anos me fez compreender a beleza para além das formas físicas o que me serviu e me serve diariamente de impulso! Obrigada, Pauli! Aos meus sobrinhos, razão maior de meu viver, para que eles possam compreender que a vida se constrói também a partir do conhecimento científico, que o saber não ocupa espaço e que a escrita é fruto também da alma, deixo esta tese! Obrigada, Lu e Aninha!

Ao meu marido, que durante toda esta caminhada, esteve ao meu lado. Alimentou-me de esperança, secou meu choro, acolheu meu desespero, riu meu riso, foi palavra amiga, foi conselheiro, cúmplice e companheiro. Obrigada, Eloil! Agradeço também pelo incentivo incondicional de minha querida cunhada Lene e de meus dois enteados Fernanda e Maurício. Obrigada Lene! Obrigada Maurício! Obrigada Fernanda!

Não escrevi esta tese sem aqueles que detém um conhecimento científico maior que o meu! Minha tão especial e querida Vanice, minha orientadora, uma mulher que da altura de toda sua sabedoria, foi paciente, gentil, humana e ponderada! Acolheu-me sempre com um sorriso, soube erguer-me quando eu sinalizei uma vontade de deixar tudo para outra

hora... Soube falar da teoria de modo que eu compreendesse, foi a palavra amiga no momento exato, foi conselheira quando eu mais precisei, acreditou em mim e na minha escrita! Obrigada, Vanice! Minha admiração, meu respeito e meu agradecimento não cabem nesta tese, tampouco nesta página...

Aos professores Antonio Fernandes Junior e Luzmara Curcino agradeço pelas considerações pontuais feitas no momento de meu exame de qualificação que puderam me fazer apurar o olhar e transformaram esta tese no que ela é. Obrigada Tony! Obrigada, Luzmara!

À professora Maria Regina Momesso, que me orientou durante o mestrado e que, agora, gentilmente aceitou fazer parte desta banca, agradeço por ter, lá atrás, me inserido na vida acadêmica! Obrigada, Regina!

Ao professor Jocenilson Ribeiro, um grande leitor de Foucault, agradeço imensamente pela leitura desta tese e pela participação nesta banca! Muito obrigada, Nilson!

Também não poderia deixar de agradecer ao professor Carlos Piovezani pela acolhida, pelos conselhos do início da caminhada, por me mostrar caminhos possíveis de serem seguidos. Obrigada, Carlos!

Ao grande amigo Danilo Vizibeli e à grande amiga Fabricia Corsi, faço um agradecimento especial. Vocês dois muito me ajudaram nisso tudo! Fa, minha conhecida de infância que se tornou companheira das viagens, das noites mal dormidas com o colchão no chão da república, das aventuras pelas ruas de Sanca, das risadas e também dos desesperos. Dan, amigo trazido pelo mestrado, dono de um olhar apurado e crítico com o qual muito aprendi; auxílio nas grandes dúvidas, fomentador das discussões teóricas, mas também provocador de muitos risos... Obrigada Danilo! Obrigada Fabrícia!

A todos aqueles que, ao longo desta caminhada, tornaram-se meus irmãos de coração, amigos feitos nos percursos da pesquisa, aqueles que fizeram a vida de doutoranda mais leve... A vocês, deixo meus mais sinceros agradecimentos e digo que cada momento compartilhado deixou em mim muitas saudades! Obrigada, Elizete Bernardes, Thiago Soares, Jorcemara Matos, Monica Guerrero, Alice Toledo, Odinei Teixeira! De forma especial, agradeço a Denise Leppos e Ane Bittencourt, por estarem comigo no exame de qualificação e terem sido o conforto na hora da tensão! Obrigada também a Renata Cortez, por tão carinhosamente permitir que tuas frases estivessem presentes na Introdução desta tese.

Aos membros do Labor, que oportunizaram discussões e leituras tão importantes para a construção desta tese, também agradeço!

Aos colegas de trabalho e aos alunos do curso de Letras da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade de Passos, agradeço! De forma carinhosa agradeço Gisele Ribeiro que durante dois anos foi minha Coordenadora no curso, por sempre acreditar na minha capacidade profissional. Obrigada, Gisele! À Faculdade de Nutrição também da UEMG de Passos, em especial à aluna Natália Rosa, que me emprestou livros e debateu comigo algumas questões fundamentais para esta tese e à Coordenadora do Curso de Nutrição, Vivian Freitas que abriu espaço para que eu apresentasse algumas problematizações aos alunos do curso, colaborando assim para a divulgação de minha pesquisa. Obrigada, Natália! Obrigada, Vivian!

Ao colegas de trabalho do Colégio NESFA de São Sebastião do Paraíso, em especial à Maria Izabel Pádua Nascimento, diretora da escola, que até o ano de 2016, acompanhou de perto o desenvolvimento deste trabalho, sempre compreendendo minhas trocas de horário e oportunizando que eu pudesse conduzir minha pesquisa. Obrigada, Izabel! Agradeço também à amiga Candice Morais, professora de Inglês, que gentilmente fez e refez traduções. Obrigada, Can!

A todos os que, de alguma forma, de longe ou de perto, acompanharam o desenvolvimento desta pesquisa e, por isso mesmo, estão presentes na escrita desta tese.

Penumbra

*A silhueta baila
esconde o corpo
desenhado pela luz.
Do claro-escuro
sem disfarce
que o tempo demarca
ausente de gestos
se mantém submersas
onde o vai e vem
da palavra...
Emudece...
A grande sombra emerge
sem escolha, cede
dá lugar às cores
sem escolha volta e
tudo prossegue.*

Sandra Helena Queiróz Silva

*Meu corpo não é meu corpo.
É ilusão de outro ser.*

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Esta tese inscreve-se nos quadros da Análise do discurso francesa, construindo-se a partir da reflexão acerca de como, historicamente, no discurso midiático e em seu domínio associado, o corpo feminino foi objetivado e subjetivado, no que tange ao controle de seu peso e de suas medidas, recebendo diferentes denominações, suscitando diferentes percepções e, assim, produzindo sentidos e subjetividades. Nossa pesquisa desenvolve-se à luz de Michel Foucault, a partir de uma metodologia arqueogenalógica, na qual o conceito de *dispositivo* nos impele a reconhecer a rede na qual as práticas discursivas e não discursivas sobre o corpo feminino, seu peso e suas medidas se constituíram/constituem; e busca caminhos de análise na perspectiva da Semiologia Histórica traçada por Jean-Jacques Courtine. Do imenso *arquivo* sobre o corpo, ao longo do período analisado, os historiadores nos deram as pistas de que o discurso midiático poderia ser o recorte certo: das publicações impressas do início dos anos 1900 às *on-line* deste século XXI, os ditos sobre a mulher, seu corpo e sua silhueta, em cada época, mostraram-se nomeando o corpo da mulher, ora sustentando padrões, ora os construindo. Nos anúncios da Modernidade, do primeiro periódico exclusivamente feminino – *Revista Feminina* – associado aos ditos das revistas consideradas de atualidades – *A Cigarra* e *FonFon* – a mulher do início do século XX, vislumbrou a possibilidade de galgar novas posições sociais, contudo, viu-se impelida a controlar outras esferas de si mesma: a barriga e, na sequência, todo o corpo. A partir da década de 1950, o estilo de vida almejado pelos brasileiros era o estadunidense: muitos eletrodomésticos e muita alimentação pronta e industrializada passou a ser consumida, sobretudo nas classes mais abastadas. Ao mesmo tempo, o consumismo capitalista estabeleceu como uma de suas regularidades enunciativas o uso da imagem de uma mulher de silhueta longilínea em suas grandes campanhas publicitárias. Além disso, as revistas como a *Manchete*, e os jornais como *O Globo* discutiam as causas da obesidade, disseminando na sociedade o saber médico construído para essa patologia. A partir dos anos 1990, o governo nacional começou a considerar preocupante o aumento dos índices de obesidade da população brasileira, visto ser essa condição a prerrogativa para o desenvolvimento de outras doenças onerosas ao Estado. Por conseguinte, entraram em cena discursos pautados nas estratégias biopolíticas, de modo que a responsabilidade pelo controle da obesidade recaiu sobre o sujeito, legitimando-se assim uma intensa vigilância sobre o corpo, conforme podemos percebê-la neste século XXI: nos enunciados que circulam nas diversas mídias impressas e online, a obesidade precisa ser combatida por todo corpo social. Portanto, podemos dizer que o dispositivo de controle do corpo feminino, ao longo do período observado por nós, ampliou sua configuração estratégica, passando do controle do comportamento ao controle acirrado dos pesos e das medidas.

PALAVRAS-CHAVE: Biopolítica; Corpo; Discurso; Dispositivo; Obesidade; Silhueta.

ABSTRACT

This thesis is part of the analysis of the French discourse, building on the reflection on how, historically, in the media discourse and in its associated domain, the female body was objectified and subjectified, as regards the control of its weight and its measures, receiving different denominations, raising different perceptions and, thus, producing senses and subjectivities. Our research is developed in the light of Michel Foucault, based on an archeogenealogical methodology, in which the concept of *device* impels us to recognize the network in which the discursive and non-discursive practices on the female body, its weight and its measures were constituted / constitute; and looks for ways of analysis in the perspective of the Historical Semiology traced by Jean-Jacques Courtine. From the immense *archive* on the body, throughout the analysed period, historians have given us clues that the media discourse could be the right cutting: from printed publications from the early 1900s to the *online* of this 21st century, the sayings about woman, her body and her silhouette, in each age, showed themselves by naming the body of the woman, now supporting patterns, sometimes building them. In the announcements of Modernity, the first exclusively feminine journal - *Revista Feminina* - associated with the so-called journals considered as current - *The Cigarra* and *FonFon* - the woman of the early 20th century, envisioned the possibility of reaching new social positions, however, impelled to control other spheres of herself: the belly and, in sequence, the whole body. From the 1950s, the lifestyle sought by Brazilians was the US lifestyle: many appliances and a lot of ready and industrialized food were consumed, especially in the more affluent classes. At the same time, capitalist consumerism established as one of its enunciative regularities the use of the image of a woman with a long line silhouette in her major advertising campaigns. In addition, magazines such as *Manchete*, and the newspapers like *O Globo* discussed the causes of obesity, disseminating in society the medical knowledge built for this pathology. Since the 1990s, the national government has begun to consider the increase in obesity rates among the Brazilian population as a prerogative for the development of other onerous diseases to the State. Therefore, discourses based on biopolitical strategies came into play, so that the responsibility for the control of obesity fell on the subject, thus legitimating an intense vigilance over the body, as we can perceive it in the 21st century: in the statements that circulate in the various print and online media, obesity must be fought by every social body. Therefore, we can say that the control device of the female body, during the period observed by us, has expanded its strategic configuration, from controlling the behaviour to the tight control of weights and measures.

KEYWORDS: Biopolitics; Body; Device; Discourse; Obesity; Silhouette.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Março: Semeando o campo
- Figura 2 - Cintas abdominais
- Figura 3 – Obesidade nos anúncios - 1
- Figura 4 – Obesidade nos anúncios - 2
- Figura 5 – Obesidade nos anúncios - 3
- Figura 6 – Banho Persa do Dr. Smith
- Figura 7 - A silhueta moderna
- Figura 8 – Instituto de Modelagem Física dos anos 1940
- Figura 9 – O corpo magro em cena - 1
- Figura 10 – O corpo magro em cena - 2
- Figura 11 – O corpo na balança
- Figura 12 – Leite *Molico*
- Figura 13 – *Metrecal* no Brasil
- Figura 14 – Vênus de Willendorf
- Figura 15 – Obesidade – uma questão de enzima
- Figura 16 – *Bionorm*
- Figura 17 – Incidência do uso do substantivo obesidade em *O Globo*
- Figura 18 – Obesidade como epidemia
- Figura 19 – Anorexia e bulimia
- Figura 20 – Desvios na percepção da silhueta
- Figura 21 – Escala de silhueta de Stunkard (1983)
- Figura 22 – Escala de silhueta da Moda
- Figura 23 – Falsa resistência
- Figura 24 – Sensualidade *plus size* na revista *Época*
- Figura 25 – Sensualidade em Marilyn Monroe - 1
- Figura 26 – Polêmica *plus size* na *C&A*
- Figura 27 – Sensualidade e real beleza – *Dove*
- Figura 28 – Sensualidade em Marilyn Monroe - 2
- Figura 29 – Sensualidade em *Le demoseilles d'Avignon* – Picasso
- Figura 30 – Resistência ao IMC
- Figura 31 – Sem resistência ao IMC

Figura 32 – Resistência capturada

Figura 33 – Obesidade e preconceito

Figura 34 – Campanha contra a obesidade

Figura 35 – Campanha contra a obesidade – *Unimed*

Figura 36 - *Lowcarb*

Figura 37 – Síntese - 1

Figura 38 – Síntese - 2

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Técnicas de poder e dispositivos

Quadro 2 – Tabela de IMC

Quadro 3 – Síntese sobre o dispositivo de controle do corpo feminino

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise do discurso

AAD – Análise Automática do Discurso

OMS – Organização Mundial da Saúde

IMC – Índice de Massa Corporal

DPME – Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo

WHO – World Healthy Organization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I: ANÁLISE DO DISCURSO CONTEMPORÂNEA: DISCURSO, HISTÓRIA E O MÉTODO ARQUEGENEALÓGICO	30
1.1 Análise do discurso: a herança epistemológica	30
1.2 Na esfera discursiva do enunciado linguístico: a determinação histórica do processo semântico	33
1.3 Arqueogenealogia: a herança metodológica	39
1.4 Na constituição do arquivo: a semiologia histórica	59
1.5 O corpo no âmbito discursivo: o objeto de estudo	66
CAPÍTULO II : O DISCURSO: CONSTRUÇÃO DA MULHER BONITA/SAUDÁVEL (1901 – 1939)	77
2.1. A gordura na Europa Ocidental medieval: o signo do pecado, da insalubridade e da grosseria.....	77
2.2 O signo da maternidade: buliçosas, gordas e rosadas (1901-1919)	92
2.3 O signo da modernidade: a elegância de uma silhueta adelgada (1920-1949)	112
CAPÍTULO III: A VIGILÂNCIA DA SILHUETA: OS PESOS E AS MEDIDAS DE UMA CONSCIÊNCIA CORPORAL (1940-1989)	131
3.1. Espetacularização e docilização do corpo feminino	131
3.2 Os números do controle: os pesos e as medidas	141
3.3. O corpo gordo: o signo da monstruosidade no século XX:	146
3.4 A obesidade do/no corpo: o signo da patologia	156
3.5 Os números do índice de massa corporal e o papel do Estado	170
CAPÍTULO IV: ENTRE A TOLERÂNCIA E A DITADURA (1990-2017)	177
4.1 O corpo sob o jugo das estratégias biopolíticas	177
4.2 Nos ditos de uma gestão biopolítica: a reeducação alimentar e a culpa do(s) sujeito(s)	190
4.3 Percepção da anormalidade, silhueta e preenchimento estratégico	197
4.4 Biopoder e resistência.....	203
4.5 No enredo do politicamente correto e da “real beleza”: <i>plus size</i> e intericonicidade	211
4.6 Na (im)possibilidade da resistência.....	224
CONSIDERAÇÕES FINAIS	242
REFERÊNCIAS	250

JORNAIS E REVISTAS	256
ANEXOS	257

INTRODUÇÃO

- *É algo que você não pode!*

- *O quê?*

- *Goiabada!*

- *Ah!. E não consegui falar mais nada. Eu me despedi e virei as costas. Na virada, a luz se revelou. Não posso comer goiabada porque sou gorda.*¹

O testemunho acima é real e apenas mais um dentre tantos outros, suscitados a partir da discriminação e da recriminação social que as mulheres mais gordas sofrem, pelo fato de seus corpos não serem/estarem tão magros quanto as imagens dos corpos tidos como os perfeitos que vemos circular diariamente, ilustrando as revistas, sendo usados pela propaganda, ou ocupando o protagonismo nas telas da televisão e do cinema. Na era em que os corpos tendem a se confundirem com manequins e máquinas, e as silhuetas são tomadas como representações fiéis daquilo que se é, os corpos magros e de silhueta esbelta ocupam o centro, elevados ao estatuto da prescrição e espetacularizados como norma. Em contrapartida, os corpos mais gordos e de silhueta curvilínea são postos às margens; os sentidos construídos para eles colocam-nos em xeque perante o olhar condenatório de uma sociedade, cuja importância dada à estrutura física pode ser maior que a própria vida (MICHAUD, *apud* VIGARELLO, 2011). Sob o crivo desse juízo, os donos de corpos mais gordos são objetivados e podem se subjetivar, numa dinâmica morosa, culturalmente viabilizada (VIGARELLO, 2012).

Ah, o corpo! Esse invólucro de órgãos, o terreno dos sinais do sofrimento da alma e do espírito, o solo marcado pelas repressões dos desejos, o alvo dos suplícios e a vítima das punições. Na passagem do século XIX ao XX, o corpo ultrapassou os limites da biologia, irrompeu como o objeto de estudo das diversas Ciências Humanas e despertou interesse,

¹ Enunciados destacados do texto de Renata Cortez, em sua página do Facebook, de 05 de abril de 2017. Disponível em < <https://www.facebook.com/renatacortez215?fref=ts>>. Acesso: 10 abr. 2017. O texto completo está disponível na seção de Anexos desta tese.

inclusive nos estudos discursivos, por sua “depreciação acusatória e suas transformações, com suas vertentes culturais e ramificações socialmente marcadas” (VIGARELLO, 2012, p. 15). Por tudo isso, Courtine (2011) afirma que o século XX foi o século do corpo.

Para os pesquisadores do discurso, como nós, os dizeres que iniciam este texto, podem ser valorosos, justamente porque emergiram como reflexo de toda uma conjuntura histórico-político-social, acerca do corpo objetivado como gordo; um corpo que é, concomitantemente, imbricado pela história e marcado pelo discurso, portanto passível de ser considerado aqui como um acontecimento histórico-discursivo.

“Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo” (FOUCAULT, 2011, p. 07). Adentrando-se na “ordem arriscada do discurso”, Foucault deixou-nos um legado: uma metodologia de análise passível de ser aplicada por todos nós que compartilhamos da acepção de que não há “uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta”, porque “o discurso está na ordem das leis” (FOUCAULT, 2011, p. 07).

Talvez, ao nos arriscarmos a percorrer o terreno acidentado do discurso, estejamos sendo movidos pela “vontade de saber”, ou pela “vontade de verdade” nascida em nós quando nos questionamos acerca da posição social do(s) sujeito(s) gordo(s). E, assim, deixamo-nos inquietar pelo discurso, afastamo-nos da calma, ausentamo-nos da translucidez e escolhemos adentrar a opacidade da linguagem e a multiplicidade dos sentidos que circulam entre nós e que construíram a objetivação do corpo gordo. Por meio dessa objetivação, aqueles que têm um corpo gordo podem não se sentir à vontade para deliciar um doce, pois pode haver alguém lembrando-lhes de seu peso; podem recusar o assento oferecido, apesar dos pés inchados e doídos, pelo medo de que o quadril não caiba nele, ou que a cadeira se quebre por não suportar a sua carga. Podemos dizer que, socialmente, prevalece uma vigilância constante sobre o(s) sujeito(s) de corpo(s) mais gordo(s), de modo que o olhar da alteridade, permanentemente, o(s) acusa(m) e o(s) condena(m).

Não pode comer goiabada!

Não pode usar roupa estampada!

A cadeira não aguenta!

Gordo, baleia, saco de areia!

Os saberes e os poderes marcam o corpo do(s) sujeito(s), de forma a determinar o certo e o errado, o bonito e o feio, o aceito e o recriminável. Sendo assim, na produção discursiva que condena, acusa e discrimina o(s) sujeito(s) gordo(s), podem transparecer as relações de saber-poder exercidas sobre seu(s) corpo(s); essas inscrevem-se numa continuidade que deixa rastros. Podemos supor que nas dobras adiposas dos corpos gordos, a gordura erga-se como um *signo*, para o qual convergem os conhecimentos sobre saúde e doença, os conceitos estéticos, as denúncias e os ditos discriminatórios, a segregação e o preconceito.

Tal qual na *Salpêtrière* do século XVIII, que encarcerava as histéricas mais para reafirmar a normalidade daquelas que não precisavam estar lá (FOUCAULT, 2014); a objetivação do corpo gordo vale mais para ratificar a auspiciosa obediência à regra do corpo magro, que para dar visibilidade ao corpo gordo. Para Foucault (2013b, p. 22), as “paragens vazias” destinam-se “aos indivíduos cujo comportamento é desviante relativamente à média ou à norma exigida” e, sendo assim, podemos dizer que enquanto o(s) corpo(s) magro(s) ocupa(m) o centro, ao(s) corpo(s) gordo(s) restam as extremidades, ou a exclusão social.

Entretanto, Foucault (2011), também nos ensina que o campo do discurso é, por excelência, o *locus* do embate. Considerando-se as relações de saber-poder imbricadas na objetivação do corpo gordo, não poderíamos deixar de observar os espaços de resistência daqueles que parecem não se deixar abater pela objetivação.

Nesse contexto, nossa pesquisa emergiu e ora se apresenta, como uma tese de doutoramento, elaborada a partir da hipótese de que, ao longo do século XX e XXI, foi se constituindo um dispositivo de controle do corpo, que autorizou visibilidades e dizibilidades sobre o corpo feminino objetivado como gordo, resultando em termos para nomeá-lo, imagens para evidenciá-lo e técnicas para moldá-lo, no cerne de uma gestão pública biopolítica, na qual alguns espaços de resistência se abrem, mas são estrategicamente preenchidos na sequência. Até chegarmos a essa hipótese, contudo, foi preciso percorrer uma extensa trajetória. Tratou-se, como disse Veyne (2009, p. 59), de “vasculhar nos arquivos da humanidade para aí encontrar as origens complicadas e humildes de nossas elevadas convicções”.

É possível dizermos que nossa vontade de saber sobre o corpo feminino objetivado como gordo iniciou-se pela inquietação acerca da regularidade no uso da expressão *plus*

*size*², importada da cultura estadunidense, para fazer referência à mulher gorda. Intrigávamos o apagamento da palavra *gorda*. Questionávamos: Quais condições oportunizavam que isso acontecesse? Qual era a diferença entre ser objetivada como gorda ou ser objetivada como *plus size*? Quais eram os novos sentidos que o *plus size* deixava emergir? Quais sentidos ele perpetuava? O uso da nomenclatura *plus size* sinalizaria uma tentativa de resistência ao padrão corporal imposto? Ou seria apenas mais um termo que superficialmente sinalizava uma mudança, mas que, no seu interior, era somente mais do mesmo?

Essas questões cumpriram bem o papel de prólogo desta pesquisa, porque nos fizeram compreender que o *plus size* era tão somente a “ponta de um iceberg”. Nas camadas imersas pela água, havia um “bloco de gelo” denso de práticas discursivas e não discursivas, traçado em enunciados e imagens, condensado por continuidades e descontinuidades, atado a uma espessura histórica; no centro, o corpo feminino e as linhas que o circundam – a silhueta, alvos para os quais se convergem saberes, poderes, controle e policiamento; um símbolo que incita o dizer. Consideramos que a hipótese de pesquisa começava a se constituir: sobre o corpo feminino que se apresentava no século XXI como *plus size*, incidia uma construção histórica e social, fruto de discursos outros, de ditos alhures.

Para seguirmos tecendo esta nossa história sobre o corpo feminino e sua silhueta, dedicamo-nos a analisar como, no âmbito social, a mulher gorda é objetivada, a partir de sua silhueta, seu corpo e suas práticas. Isso significa que buscamos as dizibilidades e as visibilidades que lhe foram/são ordenadas. Dito de outro modo, o enunciado acerca do corpo e da silhueta da mulher gorda carecia ser observado em sua densidade histórica, ao longo de um período significativo que nos permitisse observar as regularidades e as irregularidades. O estudo da teoria nos fez deduzir que a partir da noção de *Arquivo* (FOUCAULT, 2013a), poderíamos fazer o “bloco de gelo” vir à tona, revelando-nos a lei que, em distintas temporalidades, rege o sistema de aparecimento dos enunciados.

À medida que a história nos apontava como a linguagem marcava o corpo da mulher gorda, evidenciavam-se também as relações de poder exercidas sobre esse corpo. A partir da importação do termo e de sua vertiginosa circulação, constituía-se para a mulher dita gorda, *plus size*, um lugar ambíguo no qual poder e resistência misturavam-se.

² *Plus size* – tamanho extra, ou tamanho grande. Essa expressão é objeto de análise na seção 4.5 - No enredo do politicamente correto e da real beleza: *plus size* e intericonicidade, página 206 desta tese.

Pulverizado em enunciados que pareciam valorizar o corpo feminino acima do peso, lá estava ele: o poder da norma que seguia objetivando, excluindo, mantendo a mulher considerada gorda às margens; uma manutenção do poder mimetizada de resistência. No fundo, o mesmo discurso hegemônico contrário ao gordo, que abarcou o da resistência e perpetuou a objetivação.

Com o intuito de tornar tudo isso mais evidente, foi preciso “mostrar o corpo inteiramente marcado pela história, e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 2005, p. 267). Para que o corpo feminino e sua silhueta se erguessem como um monumento, olhamos para além da continuidade da lógica, perseguindo atentamente as discontinuidades; o momento em que o poder abre espaço para a resistência e, na sequência, a abarca.

Cientes de que os sentidos para o corpo feminino estavam imbricados no discurso e na história, elegemos um *corpus* heterogêneo em si mesmo, “numa miríade de gêneros, de instituições, de locutores e de práticas” (COURTINE, 2013, p. 24). Em meio às dispersões, o corpo da mulher gorda apresentou-se como um objeto de caráter semiológico: além de enunciado no léxico, também (re)significado nos gestos e nas imagens. Deparamo-nos com emaranhados linguísticos e imagéticos que foram inter-relacionados em busca de uma unidade.

Para analisar como a mulher gorda é objetivada entre pesos e medidas ditados para o corpo feminino, tendo à nossa frente um *corpus* sem uniformidade, decidimo-nos pela metodologia *arquegenealógica*, a qual nos permitiu ultrapassar as condições repentinas de produção do discurso, de modo que as análises se estenderam para além da curta duração. Delimitamos, assim, o íterim do século XX ao início do século XXI, a média duração sobre a qual nos debruçamos.

Na pretensão de se compor uma história do corpo feminino objetivado como gordo, tornou-se imperioso buscar o surgimento da preocupação com as medidas desse corpo; foi quando percebemos que a nossa história poderia estar enleada a outra: a da silhueta. Isso porque, ao se enunciar sobre o corpo, diz-se também de sua silhueta. A silhueta é o ponto focal sobre o qual recai o olhar alheio; a silhueta é aquilo que o(s) sujeito(s) vê (em), quando observa(m)-se em um espelho: não o interior de si, mas a linha que o divide do externo. Corpo e silhueta alinhavaram-se na construção dos padrões corporais estéticos, peso do corpo e medidas da silhueta envolveram-se diretamente na objetivação do corpo

feminino, também dos tipos como gordos. Peso do corpo e medidas da silhueta podem corresponder assim, às marcas da própria objetivação.

No decorrer da pesquisa, o corpo feminino pôde ser reconhecido também como um suporte da publicidade (PERROT, 2005). Por isso, nossas análises pautaram-se nos dizeres midiáticos, e em seu domínio associado, nos quais o corpo da(s) mulher(es) atrai, pode despertar o desejo, chamar atenção, vender produtos e se vender. A silhueta desse corpo pôde marcar-se como um *signo* ora da modernidade, ora da elegância e da beleza, passando também a um dos símbolos da salubridade.

Isso posto, definimos como tese a ser defendida nesta pesquisa a existência de um dispositivo de controle do corpo do(s) sujeito(s) que, ao longo do século XX e XXI, ampliou suas configurações, de forma que pôde chegar a atuar estrategicamente mediante postulados biopolíticos; no que tange ao corpo feminino em especial, esse dispositivo autorizou visibilidades e dizibilidades, construídas em enunciados semiológicos, conforme as relações de saber-poder de cada época, legitimando práticas discursivas e não discursivas que puderam objetivar as mulheres a partir do peso de seus corpos e das medidas de sua silhueta, interferindo, assim no processo de produção de suas subjetividades. Para prová-la, nosso objetivo geral de pesquisa é problematizar como, historicamente, no discurso midiático e em seu domínio associado, o corpo feminino foi objetivado, subjetivando sujeitos femininos, no que tange ao seu peso e ao seu controle, assim, recebendo diferentes denominações e suscitando diferentes percepções.

Com vistas a cumprir o nosso objetivo geral, traçamos os seguintes objetivos específicos: elucidar as dizibilidades e as visibilidades autorizadas para se falar do corpo feminino, bem como para nomeá-lo em cada época; analisar o sistema que, nas distintas temporalidades, regeu/rege o aparecimento dos enunciados (as condições de emergência dos discursos); analisar a densidade histórica dos enunciados observando, ao longo de um período significativo, as regularidades discursivas; observar as práticas discursivas e as não discursivas estabelecidas pelo dispositivo de controle do corpo, em cada período, atentando-se para o momento em que ocorreram as discontinuidades que estabeleceram uma nova configuração ou uma ampliação do dispositivo; analisar como se deu a produção de subjetividades em cada época observada e em cada umas configurações do dispositivo.

Assim, optamos por organizar este trabalho em quatro capítulos. No primeiro deles, *Análise do discurso contemporânea: discurso, história e o método arqueogenalógico*, apresentamos nossa linha de pesquisa e os conceitos norteadores dela: *a determinação*

histórica do processo semântico que nos auxilia a compreender a terminologia usada para nomear o corpo ao longo do período delimitado; a *arqueogenealogia foucaultiana* que nos ofereceu os conceitos de *dispositivo* e dos processos de *objetivação/subjetivação* do(s) sujeito(s); os parâmetros de uma *Semiologia Histórica* que possibilitaram nortear a constituição de nosso *arquivo* sobre o corpo.

O segundo capítulo, *O discurso: construção da mulher bonita/ saudável*, inicia-se por uma contextualização, na Europa Ocidental medieval, sobre a simbologia da gordura acumulada no corpo, para, no momento seguinte, apresentar as análises do primeiro período de tempo que observamos - 1901 a 1939. O *corpus* eleito para o recorte dos enunciados compõe-se de três publicações: *Revista Feminina*³, *FonFon*⁴ e *A Cigarra*⁵. A primeira delas é considerada por Buitoni (2009), a precursora dos modernos veículos dedicados às mulheres, contudo nas demais, também havia as seções de interesse feminino: as receitas culinárias, os anúncios publicitários e os croquis dos moldes, textos nos quais muito se dizia do corpo e da silhueta das mulheres. O conjunto enunciativo composto pelas *Revista Feminina*, *FonFon* e *A Cigarra*, pode ter se tornado referência para a vida cultural das primeiras décadas dos anos mil e novecentos, especialmente entre as classes sociais mais abastadas. Juntas, as três revistas colaboraram com a difusão de muitos hábitos, tendo colocado em discussão, inclusive, a posição social da mulher. No segundo capítulo

³ A *Revista Feminina* foi fundada por Virgínia de Souza Sales, em 1914, tendo circulado até 1935, conseguindo atingir a tiragem de 30 mil exemplares. A publicação mensal dedicava-se exclusivamente às senhoras. Segundo Buitoni (2009, p. 56), a *Revista Feminina* “apresentava as seções tradicionalmente femininas e incluía uma filosofia editorial que defendia os direitos da mulher, por exemplo, o voto feminino, em editoriais na página de abertura. Não era, portanto, um veículo meramente comercial, apesar de ser um produto bem acabado, bem diagramado, com boa diversidade de assuntos. Além de proporcionar o conteúdo comum a publicações com tal destinação de público, havia um ideário a defender. [...] A *Revista Feminina* foi um veículo que explorava mais a potencialidade de seu público, ao oferecer uma variedade maior de seções, que ocupavam espaço razoável. [...] A *Revista Feminina* pode ser considerada precursora dos modernos veículos dedicados à mulher. [...] era um produto mais bem dimensionado em relação a seu público específico, que estava evoluindo dentro da economia capitalista em consolidação”.

⁴ A *FonFon* foi uma revista ilustrada semanal, fundada por Jorge Schmidt na cidade do Rio de Janeiro em 13 de abril de 1907 e extinta em agosto de 1958. Seu repertório temático incluía os costumes e o cotidiano carioca; crítica artística, teatral e cinematográfica; literatura, partituras, cinema, atualidades; sátira política, crônica social; jogos, charadas, curiosidades; concursos e colonismo social. Trazia flagrantes em fotos de nomes do *jet set* carioca, políticos, artistas e jornalistas brasileiros e internacionais. Oferecia aos seus leitores, ainda, as mais recentes novidades do estrangeiro sobre moda e comportamento. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FON%20FON.pdf>>. Acesso: 05 abr. 2017

⁵ A *Cigarra* trata-se de uma revista ilustrada de variedades fundada em 1914 na cidade de São Paulo e extinta em 1975. A *Cigarra* surgiu em um contexto no qual uma grande diversidade de periódicos circulava pela cidade de São Paulo, constituindo-se como referência da vida cultural de diferentes grupos sociais. Como revista de variedades, *A Cigarra* refletiu uma estreita relação entre as transformações ocorridas nas primeiras décadas do século XX e a própria modernidade vivida pela cidade de São Paulo naquele momento.

iniciamos a observação de como o dispositivo de controle do corpo se organizava, atentando-nos às suas ramificações e seus ditos, às suas práticas discursivas e não discursivas.

Nas análises do terceiro capítulo, *A vigilância da silhueta: os pesos e as medidas de uma consciência corporal*, observamos o intervalo compreendido entre 1940 e 1989. Para isso, elegemos como *corpus* dois veículos de comunicação de massa de intensa circulação na época: *Manchete*⁶ e o jornal diário *O Globo*⁷. Nas páginas de ambas publicações, reportagens⁸ polemizavam e presumiam as causas da obesidade, ao mesmo, conjecturavam técnicas para controlá-la. Concomitantemente, o Brasil vivia uma onda de consumo que pretendia vender aos brasileiros o estilo de vida norte-americano, além de um forte desenvolvimento das artes gráficas que impulsionaram o marketing. Nesse cenário, a objetivação do corpo e da silhueta femininos se deu no interior de um paradoxo publicitário: de um lado, a obesidade é perseguida e combatida com o oferecimento de fórmulas, dietas e regimes para controlá-la; de outro, há um forte incentivo para o consumo de alimentos industrializados e de eletrodomésticos que, ao longo do tempo, só fariam aumentar o sedentarismo. Nos dizeres dúbios dessa publicidade, que só almejava aumentar ampliar as vendas de seus anunciantes, o corpo feminino gordo foi objetivado como obeso, feio e doente. Contra a obesidade surgiu um arsenal de guerra no qual o corpo está na trincheira de combate, um inimigo que precisava ser, veementemente, vencido. Podemos dizer que, no interior das especulações sobre obesidade, o dispositivo de controle do corpo ampliou-se e o corpo feminino seguiu sendo objetivado.

⁶ A revista *Manchete* foi lançada em 26 de abril de 1952, pela Bloch Editores. Essencialmente carioca, numa época em que o Rio era capital do Brasil e irradiava notícias e cultura para o país, a revista, com foco no fotojornalismo, chegou ao mercado das revistas semanais ilustradas com qualidade gráfica superior às concorrentes, passando a atrair anunciantes interessados em divulgar seus produtos em cores, quando a recém-inaugurada televisão veiculava imagens em preto e branco. *Manchete* contava com colunistas renomados, como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Fernando Sabino, além de manter repórteres e fotógrafos em várias cidades do país, contribuindo para que conquistasse projeção nacional. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/dos-anos-50-aos-2000-revista-manchete-imprimiu-sua-marca-ao-jornalismo-21204604#ixzz4jszULc2t>>. Acesso: 10 abr 2017.

⁷ Jornal de publicação diária, fundado em 1925, no Rio de Janeiro, por Irineu Marinho. Disponível em <<http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/o-globo-eacute-lancedilado-9196292>>. Acesso em 10 mai 2017.

⁸ O acesso às publicações do jornal *O Globo* está disponível no site <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Uma das publicações da revista *Manchete* utilizada compõe um arquivo familiar da pesquisadora; as demais foram encontradas em sites variados da internet, dentre os quais http://revistamanchete.blogspot.com.br/2006/06/revista-manchete-nos-anos-1950-1960_17.html e <<http://www.propagandashistoricas.com.br/>>

Não podemos deixar de mencionar que o público alvo dessa publicidade sempre foi uma classe social abastada e/ou emergente. Essa classe podia financiar tanto os novos hábitos consumidores quanto as técnicas para se controlar a obesidade, já que ambos custavam caro para a grande maioria da população. Conseqüentemente, o terceiro capítulo traz algumas problematizações da ordem econômica e social.

É no terceiro capítulo também que analisamos um dos momentos que pode ser considerado mais decisivos para a objetivação das mulheres gordas: em 1975, a Organização Mundial da Saúde⁹ (OMS) definiu a *obesidade*¹⁰ como uma doença crônica. Assim, às análises da revista *Manchete* e do jornal *O Globo*, associam-se outras que não poderiam deixar de ser observadas por nós, por exemplo, a tabela de Índice de Massa Corporal (IMC), no interior da qual se estabelece a objetivação do corpo obeso como patológico. Podemos considerar que a divulgação dessa tabela, e sua intensa circulação, suscitaram a ampliação do controle acirrado do(s) sujeito(s) sobre si mesmo(s). “O discurso sobre a obesidade progressivamente foi tomado pelo auto testemunho, a análise íntima, o relato pessoal.” (VIGARELLO, 2012, p. 317). Minuciosamente medido, constantemente pesado, no interior dessas práticas instaura-se uma nova objetivação do corpo feminino gordo: obeso, por isso, doente. A pulverização dos ditos sobre a obesidade constituiu uma rede de práticas discursivas, arquiteturais, institucionais e legais correspondentes à urgência estabelecida pela necessidade de contenção da doença.

Ainda que a vigilância sobre o corpo se estabelecesse, na transposição do século XX ao XXI, a sociedade brasileira viu os números da obesidade avançarem progressivamente. A cada recenseamento, a quantidade de sujeitos obesos só fez/faz aumentar, colocando a obesidade no centro das discussões sobre saúde pública: os obesos são onerosos para os cofres do Estado e, sendo assim, o controle de si mesmo passou da esfera individual para o domínio coletivo. Mais uma vez, podemos considerar uma expansão do dispositivo de controle do corpo, que foi do corpo do(s) sujeito(s) ao corpo de toda população, a partir de concepções consideradas biopolíticas.

⁹ Título original: World Health Organization.

¹⁰ A obesidade insere-se no grupo das doenças e agravos não transmissíveis, caracterizadas por doenças com história natural prolongada, múltiplos fatores de risco, interação de fatores etiológicos, especificidade de causa desconhecida, ausência de participação de microrganismos entre os determinantes, longo período de latência, longo curso assintomático, curso clínico em geral lento, prolongado e permanente, manifestações clínicas com períodos de remissão e de exacerbação, lesões celulares irreversíveis e evolução para diferentes graus de incapacidade ou mesmo para a morte (PINHEIRO, 2004; WHO, 2005 apud SANTIAGO, 2012).

No quarto capítulo, *Entre a tolerância e a ditadura*, as análises voltam-se para a última década do século XX até os anos 2017. Nesse ínterim, o(s) obeso(s) passou/passaram a ser(em) vistos como “doente social, um indivíduo sem vontade, incômodo e dispendioso” (VIGARELLO, 2012, p. 318); de modo que a urgência da doença promoveu uma intensificação dos preceitos da biopolítica no interior do dispositivo de controle do corpo. Isso significa que a objetivação das mulheres obesas se deu/dá no interior de uma gestão *biopolítica* de combate à obesidade: nas campanhas governamentais que incitam o controle do peso; em decisões das esferas públicas pela não contratação de sujeitos obesos, apesar de aprovados em concurso; também nos enunciados médicos que apontam o peso do corpo como fator desencadeador de vários males; nos dizeres que instituem a vida saudável por meio da *reeducação alimentar* e da prática regular de exercícios físicos. “Uma visão voltada para o institucional, para a construção de defesas coletivas contra a obesidade”. (VIGARELLO, 2012, p. 322). Na gestão biopolítica, “a exigência da magreza continua sendo uma norma de aparência, mas a denúncia do gordo vira um indicador de ameaça sanitária”. (VIGARELLO, 2012, p. 324). Impõe-se a norma da saúde: ser magro; impõem-se também técnicas e práticas que promovem uma *docilização* do corpo que pode ocupar o centro. Aos demais, novamente as margens.

O corpus desse último capítulo é formado por enunciados midiáticos¹¹ e as análises são apresentadas em sua relação com um domínio associado de textos que circulam em outras esferas sociais: textos do discurso da saúde, por exemplo. Juntos, esses enunciados aguçaram a visão social, de modo a enxergar a gordura do corpo como algo a ser rigidamente controlado, tanto no seu aumento individual, quanto na sua expansão demográfica. Uma “rejeição generalizada”, conforme Vigarello (2012, p. 325), que “acompanha a inquietação com os fatores de risco e o aumento da vigilância coletiva que eles provocam”. Podemos dizer que se instaurou uma perseguição implacável à gordura: o mais ínfimo aumento de peso ou um número maior na medida são precisamente percebidos, milimetricamente acompanhados, de modo que geram, verdadeiramente, uma obsessão. Um horizonte diário que provoca também a subjetivação de forma que pesar o corpo e medir a circunferência da cintura podem ser hábitos cotidianos do(s) sujeito(s) deste século XXI.

¹¹ Os enunciados analisados no quarto capítulo circulam em meio digital. As referências aos sites estão disponíveis nas notas de rodapé logo no início de cada análise.

O capítulo quarto também traz problematizações acerca da insatisfação com a própria silhueta e o próprio corpo que pode atingir o(s) sujeito(s): as compensações e as desordens alimentares. O rigor da magreza pode ter provocado outro problema de saúde pública, aqueles relativos aos transtornos de percepção do próprio corpo, como a anorexia e a bulimia. Esse distúrbios podem se desenvolver a partir da percepção do menor aumento de peso, ou do ganho de poucos centímetros na medida, bem como pela divergência entre a autoimagem percebida e a realidade, de forma que a alimentação passa a ser repudiada, e o corpo sofre as consequências. O desafio da *docilização* do corpo gordo pode ultrapassar os limites do sadio e inseri-lo no lugar extremo da bulimia e da anorexia. Podemos dizer que as fronteiras são outras, mas a marginalização é a mesma: corpos anoréxicos e bulímicos também são corpos que só podem permanecer às margens.

Podemos dizer que a partir dos anos 1990, vivemos, como afirma Vigarello (2012, p. 330) um verdadeiro jogo de “pilotagem intraorgânica”. Isso porque a sociedade, em suas variadas esferas do saber, oferece e ensina sobre os sinais metabólicos, sobre as reservas de energia, sobre a quantidade das calorias dos alimentos; a sociedade disponibiliza também uma série de possíveis tratamentos e tentativas de soluções que dependem, sobretudo, da capacidade de autocontrole do sujeito. Por conseguinte, às mulheres gordas recaem os sentidos da negligência a si mesmas, permanecem às margens porque suas “insuficiências e liberalidades impedem o emagrecimento” (VIGARELLO, 2012, p. 332). Todavia, “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 1985, p. 91).

*Todo poder às curvas! 8 modelos plus size que estão roubando a cena no mundo da moda*¹².

Mulheres gordas, obesas, corpos com dobras, silhuetas curvas! Imagens que mais parecem ter saído das telas de Fernando Botero¹³, estão agora em toda parte! Resistência, ou uma mera mudança de denominação que vem à tona somente para esconder sentidos que antes excluía? Essa questão norteia as análises da seção 4.5 por meio das quais permitimo-nos inferir que o uso do termo *plus size* seja um recurso mercadológico, uma

¹² Disponível em < <http://revistamarieclaire.globo.com/Moda/noticia/2017/04/todo-poder-curvas-8-modelos-plus-size-que-estao-roubando-cena-no-mundo-da-moda.html>>. Acesso em 28 de abril de 2017.

¹³ Fernando Botero, pintor e escultor colombiano, considerado um dos mais agudos observadores da conjuntura colombiana. Os traços mais salientes de toda a sua obra são: as figuras gordas e de boca fechada. Parecem pessoas bem enredadas em sistemas de clientelismo, no qual recebem comida em troca de seu silêncio. Disponível em <<https://www.escriitoridearte.com/artista/fernando-botero/>>. Acesso: 20 de jan. 2017.

estratégia de marketing, usado muito mais para ampliar o público consumidor que para, de fato, valorizar as mulheres gordas. Um discurso de confronto que só emerge porque o século XXI oportunizou isso: à medida que velhas pedagogias, como as religiosas, as escolares e as militares, na virada do século XX para o XXI, viram-se confrontadas; na esteira de tantas contestações, “a aparência, o comportamento, a silhueta designam cada vez menos os vínculos e as origens sociais e traduzem cada vez mais a personalidade e particularidades pessoais” (VIGARELLO, 2012, p. 334). Nesse sentido, podemos dizer: as mulheres gordas que há muito ocupavam as margens por possuírem corpos que não correspondiam às expectativas, estavam também marginalizadas do consumo.

Respondendo a mais uma urgência, dessa vez à da ampliação do público consumidor, podemos considerar que o dispositivo de controle do corpo abriu-se à resistência, para, no momento seguinte, abarcá-la. *Voilà!* As mulheres gordas e mais privilegiadas economicamente foram *capturadas* pelo termo *plus size*, num discurso que provoca o efeito de sentido da valorização de sua aparência. Nessa concepção, o termo *plus size* corresponde a um preenchimento estratégico do dispositivo de controle dos corpos, no bojo da gestão que não perdeu sua característica biopolítica.

Nesse simulacro de migração das margens para o centro, as mulheres gordas mais uma vez se objetivam/subjetivam, no interior de uma questão muito mais mercadológica que resistência ativa. Muito mais para ampliar o público consumidor que para, de fato, valorizar a mulher gorda. A verdade é que o *plus size* provoca o efeito da saída da margem, porque apela para os ditos da sensualidade feminina de grande força argumentativa no meio midiático; mas continua mantendo as mulheres gordas marginalizadas.

Eis que, assim, entramos na “ordem arriscada do discurso” (FOUCAULT, 2011, p. 07).

CAPÍTULO I

OS PASSOS DE UMA ANÁLISE DO DISCURSO CONTEMPORÂNEA: DISCURSO, HISTÓRIA E O MÉTODO ARQUEGENEALÓGICO

Se hoje a análise do discurso designa um campo amplamente aberto, e suficientemente indeterminado, podemos talvez tentar traçar novamente alguns delineamentos da história de uma exigência, de uma ‘inquiétude’ (aquela do discurso) e de um projeto cuja raiz está na necessidade ressentida de reintegrar conjuntamente o sujeito falante e a história e que percorrem, então, uma ampla extensão da história da linguística moderna.

[Christian Puech, A emergência da noção de discurso na França: Foucault e Pêcheux leitores de Saussure, 2014. p. 08¹⁴]

1.1 ANÁLISE DO DISCURSO: A HERANÇA EPISTEMOLÓGICA

A França dos anos de 1960 vivenciava um contexto sociopolítico revolucionário: o país passava por um período de profunda insatisfação popular, marcado por greves e intensas manifestações nas quais se envolveram estudantes e trabalhadores. Esse cenário deflagrou também muitas indagações e refutações acerca do papel das diversas Ciências Humanas. No entremeio das discussões filosóficas e acadêmicas, Michel Pêcheux promoveu uma série de questionamentos na instância da linguagem, com vistas a descrever a função e o funcionamento do *discurso* na sociedade, a partir da articulação de campos do saber que outrora pareciam muito distantes: a Linguística saussuriana, o Materialismo histórico derivado de Marx e a Psicanálise freudiana.

Para Pêcheux ([1969]1997, p.71), a dicotomia saussuriana *langue/parole* mais “deixou a porta aberta para a entrada do sujeito” que o excluiu definitivamente dos estudos linguísticos. E, sendo assim,

¹⁴ In: Piovezani, Curcino, Sargentini, 2014, p. 08.

mesmo que explicitamente ele [Saussure] não o tenha desejado, é um fato que essa oposição (língua/fala) autoriza a aparição triunfal do sujeito falante como *subjetividade em ato*, unidade ativa de intenções que se realizam por meios colocados à sua disposição. (PÊCHEUX, [1969]1997, p.71).

Podemos dizer que a proposta pecheuxtiana advogava contra o preceito de que a linguagem fosse hermética, ou ainda, que os dados tivessem existência e sentido em si mesmos. Sendo assim, Pêcheux questionava a negação da exterioridade, propondo que os estudos observassem a linguagem em sua prática, uma vez que a significação, ou a produção dos sentidos, advém da simultaneidade entre fato e acontecimento.

O trâmite transdisciplinar entre o linguístico e o histórico-social correspondia à vontade de se explicar não apenas o intradiscorso, mas também o interdiscorso¹⁵, visto que o exterior à língua mostrava-se como mais um fator constitutivo da linguagem. Desse modo, institui-se aquela que seria a concepção teórica mais relevante para os estudos pecheuxtianos: língua e história interligam-se, muitas vezes, de maneira conflitiva, no sujeito interpelado pela ideologia e pelo inconsciente.

A partir do cotejamento entre a Linguística saussuriana, o Materialismo histórico derivado de Marx e a Psicanálise freudiana, Pêcheux pretendia analisar o objeto teórico *discurso*, concebido a partir de seu caráter complexo, entendido como a língua em funcionamento, pelos sujeitos sociais e na História. *Discurso*, um material simbólico, uma fresta por meio da qual Pêcheux vislumbrou a possibilidade de se estudar o funcionamento dos mecanismos de produção de sentidos. Era o início de uma disciplina de confluência que projetava o conhecimento do caráter histórico da linguagem: a *Análise do Discurso*, doravante AD.

Em um primeiro momento, a AD caracterizou-se especialmente pela influência althussero-lacaniana. No discurso político, o primordial objeto de análise dessa fase, Pêcheux acreditava existir uma ideologia objetiva que merecia ser cientificamente explicada e descrita. Para tanto, o filósofo elaborou uma metodologia de análise *L'analyse automatique du discours*. [*Análise automática do discurso*]. A obra, de 1969, fruto de sua tese de doutorado, é tida como o manifesto metodológico sobre o qual se ergue a AD francesa. Nela, estão os conceitos fundantes da teoria, bem como uma crítica à noção

¹⁵ O interdiscorso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é conduzida [...] a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior dela própria; a produzir sua redefinição e seu retorno, a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar a sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação (COURTINE E MARANDIN, 1981 apud BRANDÃO, 2004, p. 91)

estruturalista de língua, já que para Pêcheux ([1969]1997, p. 62), ao se conceber a língua como um sistema, a mesma “deixa de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido; ela se torna um objeto cujo funcionamento uma ciência pode descrever”. Por isso, Pêcheux preocupou-se em refletir sobre o discurso, o ponto mediano entre língua e ideologia.

Os estudos pecheuxtianos desenvolveram-se em um terreno abalado, conforme Braga (2013, p. 18), numa “suposta crise da Linguística, que se impunha com mais força, trazendo à tona as divergências no que concernem as questões da língua e do sujeito”, promovendo assim, o “declínio” do Estruturalismo e, conforme Gregolin (2011, p. 26), a emergência de um grupo posteriormente denominado “pós-estruturalismo” composto a partir de “uma insatisfação em relação à teoria do sujeito proposta pela fenomenologia” e pela busca de outras respostas “seja indo a Freud, a Marx, a Nietzsche, etc.”.

Para Pêcheux, interessavam os processos discursivos nos quais a materialidade linguística era usada como o instrumento que faz circular as ideologias. Segundo Zandwais (2009, p. 22), os postulados pecheuxtianos criaram “condições para inscrever, de modo concreto, a história na ordem do discurso e o discurso no campo da práxis”.

Com a *Análise Automática do Discurso*, estabelecia-se para o materialismo histórico, considerado como a teoria das formações sociais e suas transformações, um campo teórico específico, porém dialético, no qual se buscava a relação entre a ideologia, o discurso e a subjetividade. Na primeira fase da teoria, reconhece-se o indivíduo como um sujeito “preso”, assujeitado, a uma determinada ideologia, no seio de uma formação social. O sujeito se reconhece a partir das práticas no interior das formações ideológicas endossadas pelas formações discursivas¹⁶.

Ainda em 1969, o filósofo Michel Foucault publicou *A arqueologia do saber*, obra na qual o *discurso* assume papel central. Seus apontamentos inauguraram uma série de discussões e “investigações sobre as formações discursivas, as práticas discursivas e as relações entre saber e poder” (GREGOLIN, 2011, p. 53). A noção de *formação discursiva*¹⁷ chamará atenção particular de Pêcheux. Ele a fará funcionar dentro de seu

¹⁶ Não é nossa intenção aprofundarmo-nos na exposição das três fases da Análise do Discurso, já que nossa tese privilegia as reflexões de Michel Foucault. Para aprofundamento na história da AD, sugerimos que o leitor pesquise a obra de Denise Maldidier.

¹⁷ “No caso em se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciados, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva” (FOUCAULT, [1969] 2012, p. 47).

projeto, já que a reconhece como o encontro da práxis tanto almejada pela geração de intelectuais da qual faz parte.

Tanto Foucault quanto Pêcheux sustentam seus estudos em alianças tríplices. Justamente essas é que lhes conferem aproximações e afastamentos. Pêcheux promoveu releituras de Saussure fazendo-as cotejar os estudos de Marx e Freud, em busca de um método de análise, mantendo-se, assim, muito próximo da Linguística. Já Foucault, amparou-se na tríade Nietzsche, Marx e Freud, voltando-se mais à História e à Filosofia.

Conforme Gregolin (2011), ao perscrutar as relações entre os saberes e os poderes na história social do Ocidente, Foucault acabou discutindo temáticas amplas, em variadas direções, pressupondo que as coisas não preexistem às práticas discursivas, mas sim delas se constituem. E, assim, constituiu-se uma teoria foucaultiana do discurso que, em relação à teoria de Pêcheux, possui intersecções e distanciamentos.

Podemos dizer que a grandiosidade do percurso desses dois filósofos situa-se numa construção teórica que transpôs diferentes momentos, considerando temáticas predominantes distintas, a partir de releituras críticas e re-interpretativas do que havia sido posto anteriormente, em um movimento chamado de “pensamentos em marcha” por Blanchot (1986) ao se referir à obra foucaultiana e que, segundo Gregolin (2011, p. 60), também poderia se aplicar “ao pensamento filosófico, teórico e metodológico de Pêcheux”.

Em conformidade com Gregolin (2007, p. 09-10), por meio dos “diálogos teóricos (nunca tranquilos)” entre Foucault e Pêcheux teceram –se os “fios de uma teoria do discurso que propôs um novo olhar para o sentido, o sujeito e a história”. Como herdeiros dessa teoria, é em seu terreno que se fundam os alicerces desta tese.

1.2 NA ESFERA DISCURSIVA DO ENUNCIADO LINGUÍSTICO: A DETERMINAÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO SEMÂNTICO

Dissemos que para a constituição da AD, Pêcheux dialogou com filósofos e especialistas das Ciências Humanas. Desse diálogo, segundo Henry (1969, p. 14), abriu-se uma “fissura teórica e científica no campo da ciências sociais”, razão pela qual a AD é considerada uma disciplina de entremeio. Para Gregolin (2004, p.53), Michel Pêcheux voltou-se à formação da AD, de forma que ela envolvesse a língua, os sujeitos e a história

e “por estar fortemente centrado na construção desse campo, ele dialoga constantemente com a Linguística por meio de uma relação tensa com Saussure, Marx e Freud”.

A “fissura” aberta por Pêcheux corresponde tanto a um rompimento de paradigmas no que tange aos instrumentos de análise adotados pelas ciências sociais até aquele momento, quanto a intervenções epistemológicas significativas. Uma vez que o objeto de análise deixa de ser a frase e se torna o *discurso*, as análises não poderiam estar limitadas à apreciação palavra por palavra. Tornava-se cada vez mais evidente para o filósofo que a linguística imanente, circunscrita ao estudo interno da língua, não poderia “dar conta do seu objeto” (BRANDÃO, 2004, p. 09).

Assim sendo, Pêcheux mostrou que a abordagem sistêmica e sincrônica da língua, adotada nos estudos linguísticos até aquela época, desconsiderava elementos constitutivos da significação. E, por isso, fazia-se necessário rever os caminhos da(s) análise(s).

[...] a Linguística é *solicitada constantemente para fora de seu domínio*, acerca de um certo número de pontos sobre os quais, acreditamos, é impossível que ela não tenha ‘sua contribuição a dar’ (sobretudo a Semântica, a Lógica e a Retórica). Gostaríamos de mostrar que a linguística não pode evitar o problema com um simples ‘eu não sou o que vocês estão pensando!’, isto é, reforçando as defesas de suas fronteiras. [...] isso não se dá, absolutamente, por acaso: ‘a língua sempre vai onde o dente dói’, diz Lênin, para expressar que o retorno incessante a uma questão que incomoda indica que há ‘alguma coisa por trás’, confirmando a não-resolução da questão (PÊCHEUX, [1988] 2009, p. 77, grifo do autor).

À época, para os gramáticos e não gramáticos, “a semântica estava reduzida ao estudo da mudança de sentido das palavras” (PÊCHEUX *et al*, 2008, p. 02). Logo, para confrontar tais estudos, Pêcheux propunha que se considerasse o caráter ideológico da linguagem, vasculhando, por exemplo, as implicações ideológicas imanentes à comunicação, a posição de quem diz, ou mesmo que se focasse a articulação entre o linguístico e o social. A proposta era findar a ideia de que em uma língua há significados universais e, portanto, uma língua homogênea, estável, perfeitamente analisável em sua unidade e constância de sua estrutura. Por outro lado, ao se articularem o linguístico e o social, buscar-se-iam “as relações que vinculam a linguagem à ideologia” (BRANDÃO, 2004, p. 09).

[...] buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível situado fora desse polo da dicotomia saussuriana. E essa instância da linguagem é a do discurso. Ela possibilitará operar a ligação necessária entre o nível propriamente linguístico e o extralinguístico [...] A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem

enquanto discurso é interação, e um modo de produção social (...)
(BRANDÃO, 2004, p. 11).

O reconhecimento do caráter discursivo da linguagem permitiu a compreensão de que ela não é equânime, não é inocente, tampouco natural, justamente por ser o campo no qual se manifestam as ideologias. Nesse sentido, linguagem é a arena de conflito e de embates ideológicos; é o sistema que se presta a suportar o jogo social, não podendo, jamais ser pensada nem fora da sociedade, nem deslocada da história.

Baseando-se no reconhecimento da não neutralidade da linguagem, em *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Pêcheux ([1975] 1999), nos mostra como o idealismo da linguagem seguia cerrando os olhos do analista às situações reais de uso da língua. Ao mesmo tempo em que limitava a significação ao valor, também anulava essas noções, pois a significação reduzia-se ao caráter relacional que delimita os próprios limites da significação dentro do sistema. É como se a língua atendessem a um princípio de unidade que a fizesse independente do todo a sua volta, como se a língua funcionasse por ela mesma, e todos os sentidos possíveis estivessem pré-estabelecidos por responderem à unidade.

Assim, com vistas a transpor essa concepção, na obra citada, Pêcheux propôs a oposição “base linguística” X “processo discursivo”,

[...] inicialmente estamos pretendendo destacar que, como foi apontado recentemente por P. Henry¹⁸, todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma autonomia relativa, que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Linguística. É pois, sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva etc., que utilizaria ‘acidentalmente’ os sistemas linguísticos (PÊCHEUX [1975] 1999, p. 81-82).

Para Pêcheux, as análises avançariam à medida que incluíssem a observação daquilo que se considerava como exterior à língua(gem), tornando-se não somente uma análise das estruturas linguísticas, mas do processo discursivo por meio do qual as estruturas são escolhidas e postas em uso, não acidentalmente, mas por direcionamentos ideológicos, por questões sociais e históricas. De acordo com sua proposta, a significação e as condições sócio históricas possuem laços entre si e, sendo assim, a maneira como o texto produz sentido está diretamente relacionada a esses laços.

¹⁸ Referência feita à obra *Le Mauvais Outil. Langue, Sujet et Discours*. No Brasil, a obra pode ser assim encontrada: PAUL, Henry. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Tradutor: Maria Fausta Pereira de Castro. 2 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

Desse modo, podemos pensar na língua como representante das muitas situações de interação social a partir das quais a história vai se fundando. Língua e história estão intimamente imbricadas e, por isso, as palavras e seus sentidos são carregados de memória constantemente afetadas, conforme Pêcheux, pelo histórico, pelo social, pelo ideológico, pelo inconsciente.

No espaço desse mito psicológico, a história não é outra coisa do que a resultante de uma série de situações de interações, reais ou simbólicas, a língua não é outra coisa que uma (fraca) porção dessas interações simbólicas, e o inconsciente não é outra coisa que a não-consciência afetando negativamente este ou aquele setor da atividade do sujeito, em função das determinações biológicas e/ou sociais mencionados nesse instante (PÊCHEUX, [1975] 1999, p. 12).

Essa perspectiva implicou uma gama de reflexões no âmbito do fazer linguístico. A análise de discurso pecheuxtiana constituiu-se como uma disciplina de convergência. Ao inscrever-se no entremeio do Materialismo histórico – teoria que responde pelas questões das formações sociais e da ideologia; e da Linguística – teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação, a AD¹⁹ tornar-se-ia a teoria da determinação histórica dos processos semânticos; ou a disciplina cujas análises capturariam a condição movente e instável do sentido ao longo da história. Dito ainda de outro modo, tanto a constituição do sentido, quanto sua(s) mudança(s), não são bruscas, tampouco estanques, mas desenvolvessem em processos.

Na AD, os conceitos de história, língua, ideologia e inconsciente adquirem dimensões e formulações que vão ultrapassar a formulação de suas origens. Consequentemente, nela e para ela [a teoria da AD], o sentido não é algo claro, transparente, óbvio, mas inscrito em uma materialidade opaca; não está completo e restrito ao léxico escolhido, isso porque o sentido do todo inclui também o que não está materializado nele, um saber que foi sendo pré-construído ao longo do tempo. Dessa construção histórica de sentidos é que as proposições vão adquirindo o caráter da verdade, vão sendo aceitas em seu todo, ou seja, o sentido de um dito – escrito ou falado – completa-se pelo histórico que está nela, mesmo que isso não esteja lexicalmente visível.

Pêcheux ([1975] 1999) apresenta o exemplo proposto por Frege no artigo *Sens et Dénotation*, como podemos ver a seguir: “Aquele que descobriu a forma elíptica das

¹⁹ Em tempo, não nos esqueçamos que as teorias do Materialismo histórico, da Linguística e da própria AD estão permeadas por uma teoria não subjetiva do sujeito, de ordem psicanalítica, uma vez que o sujeito é afetado pelo inconsciente.

órbitas planetárias morreu na miséria.” A análise pecheuxtiana desse enunciado mostra que ele contém uma “separação ou discrepância” localizada entre o que é pensado alhures e anteriormente e o que o global contém.

Nessa perspectiva, a “ilusão” de que fala Frege não é o puro e simples efeito de um fenômeno sintático que constitui uma “imperfeição na linguagem”: o fenômeno sintático da relativa determinativa é, ao contrário, a condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois “domínios de pensamento”, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento de outro sob a forma do que chamamos “pré-construído”, isto é, *como se esse elemento já se encontrasse aí* (PÊCHEUX, [1975]1999, p. 89, grifo do autor.)

Ao apresentar o enunciado de Frege e analisá-lo, Pêcheux ratifica a noção de “pré-construído” proposta por Henry (1969). A partir dessa noção, compreendemos que na opacidade do que se enuncia, por meio da linguagem, estão imersas construções anteriores, exteriores e independentes, em oposição ao que se construiu, no momento. Trata-se, portanto, de uma relação, no interior do próprio enunciado, estabelecida historicamente, pelos “processos ideológicos de identificação e contraidentificação” (COURTINE, [1981]2009, p.71).

Conforme Henry (1969), enunciados do tipo “aquele que morreu na cruz para salvar o mundo nunca existiu”, trazem em si processos ideológicos de identificação e contraidentificação, já que, na tentativa da negação da existência daquele que morreu na cruz, inscreve-se a oposição, ou seja, a real existência, visto que, é preciso existir para morrer. Nesse sentido, marcam-se, no mesmo enunciado, duas ideologias, a saber: a do crente e a do ateu. E, assim, podemos observar que a língua, ao servir-se para a elaboração material de um enunciado, permite que escolhas lexicais sejam feitas, contudo, não pode impedir que, mesmo naquelas palavras criteriosamente escolhidas, o reverso apareça.

Dessa análise decorre que o enunciado construído traz em si algo além de sua materialidade: o que se pode considerar um pré-construído, uma vez que se constituiu em outro(s) lugar(es), em outro(s) tempo(s), possibilitando detectar os domínios contraditórios que emergem de um mesmo enunciado. Eis aqui a articulação, segundo Pêcheux (1999, p. 89), entre “a teoria dos discursos com a Linguística”, pois, ao considerarmos um domínio de pensamento, estamos considerando a instância discursiva. Isso porque, “na verdade, todo ‘conteúdo de pensamento’ existe na linguagem, sob a forma do discursivo” (PÊCHEUX, 1999, p. 89).

No processo semântico da produção de sentidos, os enunciados, ao materializarem-se na língua, preenchem-se do social, da história e da(s) ideologia(s), por isso mesmo, seu sentido não se limita ao léxico organizado, mas sim à sua esfera discursiva. Para além da língua, os enunciados comungam os sentidos estabilizados dentro de uma certa formação social, em um determinado momento da história, sem nos esquecermos, contudo, que o discurso é o campo do embate; e, assim sendo, as regularidades, bem como as irregularidades, somente podem ser apreendidas à medida que nos atemos ao processo de produção.

Na esfera discursiva dos enunciados podemos perceber a determinação histórica dos sentidos que vão se cristalizando, não de modo a responder a uma cronologia, porque a emergência de um sentido não significa, de modo algum, o encerramento de outro(s), mas de modo a perceber que para que o sentido se constituísse de tal modo – ou de outro, houve algo além de uma palavra, além de uma estrutura léxica, que estava lá, mesmo sem estar expresso, que é reconhecido, percebido, que fez com o sentido fosse estabelecido como foi e passasse a circular, a partir de então, daquele modo. O sentido não se faz sozinho, ou pela sua imanência linguística, mas está arraigado, ao seu processo de produção.

À luz desses apontamentos, cabe fazermos uma reflexão sobre o léxico usado para referenciar o corpo acima do peso. Na obra *As metamorfoses do corpo gordo: história da obesidade no Ocidente: da Idade Média ao século XX*²⁰, Vigarello (2012), traça o processo de produção de sentidos acerca da obesidade, na Europa Ocidental. Ao longo da obra, o autor vai revelando os processos que se estabeleceram para que, na materialidade linguística, o sujeito gordo pudesse ser nomeado como um *glutão*, como *grande*, depois como alguém de *barriga avantajada*, *pançudo* até, mais recentemente, como *obeso*.

Já a partir da introdução da obra, fica evidente que a nomenclatura atribuída ao sujeito gordo compreende um processo de construção de sentidos, no qual tiveram participação ativa as questões sociais de cada momento histórico, pois conforme o autor, “uma objetivação de si, um juízo projetado sobre a própria pessoa que só um lento trabalho de cultura pôde permitir” (VIGARELLO, 2012, p. 09).

E assim, compreendemos que o nomear e categorizar os sujeitos a partir do tamanho de seus corpos envolve uma produção de sentidos acerca deles; uma produção que circula socialmente e que está rastreada na história; logo, os termos não são

²⁰ Título original francês: *Les metamorfoses du gras – Histoire de l'obésité. Du Moyen Âge au XX siècle.*

unicamente a materialidade linguística escolhida, mas são também discurso, porque compõem-se de escolhas estratégicas, de posições ocupadas na sociedade pelos sujeitos.

Desse modo, ao tratarmos da elaboração desta nossa história da silhueta no Brasil, do século XX até os anos do início do século XXI, também nos deparamos com os termos que nossa sociedade usou para nomear os sujeitos gordos. Da mesma forma que na Europa Ocidental, os termos aqui usados respondem semanticamente a processos que constituíram sentidos para esses sujeitos e seus corpos em nossa sociedade. Obviamente, ao pensarmos o processo de produção dos enunciados sobre o corpo feminino, seu peso e suas medidas, no interior dos quais se deu a objetivação da mulher gorda, chegamos aos termos que as nomearam/nomeiam. Nesses termos, e também nos enunciados nos quais eles aparecem, veremos um pouco da história feminina no nosso país: os papéis sociais destinados às mulheres, a cultura da beleza, o apelo à saúde, por exemplo; uma história feminina que tão pouco se desvencilha das questões sociais de cada momento: a modernidade, o consumismo, o controle dos pesos e das medidas. Como resultado de todo esse processo, olhamos para a mulher gorda hoje e a nomeamos de tal modo, justamente porque na alcunha que lhe atribuímos, há muitos outros sentidos movidos, porque a produção social que os efetivou, também os colocou em circulação.

Com tudo isso, queremos dizer que nosso olhar visa focar a produção de sentidos que vai sendo apreendida, ao mesmo tempo, na língua – porque essa permite a formulação de sintagmas que nomeiam, adjetivam e categorizam o corpo feminino; e na sociedade brasileira – porque essa é, ao mesmo tempo, *locus* onde os enunciados são produzidos e onde circulam impregnados e impregnando-se de sentido(s).

1.3 ARQUEGENEALOGIA: A HERANÇA METODOLÓGICA

Contemporâneo a Pêcheux, que se dedicou a pesquisar o discurso político, Michel Foucault também se interessou pelo discurso, alicerçando-se no tripé Nietzsche, Freud e Marx, empreendendo uma releitura tensa, arraigada nas problemáticas da História e da Filosofia. Isso, contudo, não impossibilitou que os projetos epistemológicos de ambos [Pêcheux e Foucault] “se encontrassem em vários pontos” (GREGOLIN, 2004, p.53). O discurso, objeto de estudo de Pêcheux, também está na base dos estudos foucaultianos.

No geral, os estudos de Michel Foucault partilham do legado dos filósofos Kant, Hegel, Kierkegaard e Nietzsche e, por conseguinte, refletem a queda na crença do homem como ser livre e capaz de traçar seu próprio destino, pois para Foucault (1982a), o sujeito é subjetivado de vários modos. Avesso às tradições, o filósofo empreende uma obra dialética e de constante problematização, na qual interagem, principalmente, Filosofia e História. Conforme afirma J Rajchamn (1989), *apud* Gregolin (2007, p. 62):

Foucault não concebia seu próprio trabalho e nem o de seus predecessores como um todo homogêneo com bordas definitivas ou acabadas, ao contrário, ele investigava as rupturas, as fissuras, as contingências e as reelaborações no que se apresenta como tradição. O “problema do conhecimento” não se delinea nunca da mesma maneira, e as diversas maneiras de propor este problema têm, elas mesmas, uma história. Trata-se, pois, menos de dar uma resposta definitiva a esta questão que de reinventá-la constantemente.

Comumente, a obra foucaultiana nos é apresentada em três fases: a) arqueológica – método de pesquisa do filósofo até o final do anos 1970; b) genealógica – um trabalho baseado nas relações saber-poder, desenvolvido a partir de 1971; e c) técnicas de si – iniciado em 1980, quando buscar demonstrar o conjunto de experiências e técnicas usadas pelo sujeito nas relações consigo mesmo e com os demais.

Contudo, cabe ressaltarmos que a apresentação de sua obra em três fases corresponde a um objetivo didático. Isso porque as fases não são estanques; ainda que nos pareça, por conta das datas acima marcadas, que uma fase encerra a anterior, isso não acontece. Na verdade, no intuito de se produzir uma história ocidental da subjetivação do sujeito, Foucault está sempre buscando fazê-lo a partir de outras perspectivas, logo, as fases correspondem ao trajeto temático percorrido pelo filósofo.

Podemos dizer que as direções escolhidas para se traçar este nosso percurso de pesquisa se desenvolveram com o uso de lentes foucaultianas, ou ainda pelas *Presenças de Foucault na Análise do Discurso*²¹.

a) *Arqueologia*

Em um primeiro momento, Foucault propõe-se a descrever a episteme e os problemas metodológicos que ela acarreta. Essa fase é conhecida como arqueológica e possui obras como *As palavras e as coisas* e *Arqueologia do saber*. Nesta fase, Foucault

²¹ Título da obra organizada pelos pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos, prof. Dr. Carlos Piovezani, profa. Dra. Luzmara Curcino e profa. Dra. Vanice Sargentini, publicada pela EdUFSCar, em 2014. Esta obra traz na capa a imagem de uns óculos, ilustração que nos motivou o uso da expressão *lentes foucaultianas*.

investiga a construção dos saberes das ciências, buscando esquadriñar como essa constituição acabou produzindo a objetivação do sujeito.

Sua atenção voltou-se para a história da loucura, da medicina e de certos campos do saber que trataram dos temas da vida, da linguagem e do trabalho (História da Loucura, 1961; O Nascimento da Clínica, 1963; As Palavras e as Coisas, 1966). Trata-se, nesse momento, de investigar os saberes que embasam a cultura ocidental, de buscar o método arqueológico para revolver a história desses saberes (Arqueologia do Saber, 1969; A ordem do discurso, 1970). (GREGOLIN, 2007, p. 61)

A partir da arqueologia foi possível empreender a descrição do discurso das várias epistemes, entendida como dispositivos essencialmente discursivos. De acordo com Revel (2005), a palavra *arqueologia* que compõe o título de três obras de Michel Foucault – *Nascimento da clínica. Uma arqueologia do olhar médico* (1963), *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas* (1966) e *Arqueologia do saber* (1969), não deve ser compreendida de maneira rasa, simplesmente como uma construção ‘histórica’ dos saberes, tal qual uma demonstração dos fatos que foram se sucedendo ao longo do tempo. Foucault ultrapassa a barreira do simples narrar fatos e acontecimentos ao operar “com diferentes dimensões (filosófica, econômica, científica, política, etc.) a fim de obter as condições de emergência dos discursos de saber de uma dada época” (REVEL, 2005, p. 16-17).

Para o filósofo, em um discurso [por exemplo, da história natural], os objetos, os conceitos e as teorias se constroem a partir de regras de formação que não dizem respeito apenas às regras de utilização das palavras, nem às da sintaxe, tampouco às teóricas, mas sim nas práticas discursivas; essas é que permitirão que algo seja visto ou não, seja analisado mediante alguns aspectos e que seja nomeada por uma palavra a ser utilizada para se compor uma significação. Foucault problematizou as verdades estabelecidas para uma época e, a partir disse, nós podemos problematizar a realidade a nossa volta questionando como se constituiu a verdade que sustenta a objetivação do corpo feminino acima do peso como feio, doente, marginalizado?

Comprendemos que arqueologia, portanto não é a demonstração de como uma ciência evoluiu em certo período de tempo a partir de objetos que foram surgindo, mas atentar-se em momentos precisos – e Foucault atenta-se particularmente à idade clássica e ao início do século XIX, nos quais os novos objetos que aparecem passam a se relacionar com os demais estabelecendo uma nova configuração do saber.

Retomando uma caracterização do próprio Foucault, em *História da Loucura e O nascimento da clínica*, a descrição arqueológica se desenvolve numa

dimensão vertical que engloba o discursivo e o não discursivo. Em *As palavras e as coisas*, em contrapartida, essa descrição se circunscreve ao âmbito dos discursos. Para falar, precisamente dessa disposição horizontal que rege os discursos da época, Foucault se serve do termo “episteme”. (CASTRO, 2015, p. 53).

Ao discutir a formação de uma *episteme*, compreendida por Foucault (1986c, p. 13) como “uma experiência desnuda da ordem” ou “os códigos fundamentais de uma cultura”, o filósofo colocou no centro da pesquisa a formação das Ciências Humanas, polemizando desde os postulados de Darwin, Mendell e Lamark, inscritos na Biologia, até os linguísticos de Saussure; na intenção de trazer à tona como a história foi se constituindo a partir das “saliências e reentrâncias” desses saberes (GREGOLIN, 2007, p. 63).

O uso do termo *arqueologia* rendeu a Foucault o título de estruturalista, algo compreensível, se pensarmos que seus estudos buscaram evidenciar uma “verdadeira estrutura epistêmica” (REVEL, 2005, p. 16). No entanto, se a arqueologia fosse um método estruturalista, a mesma estrutura poderia ser aplicada aos diferentes saberes, ou “os saberes não teriam sido senão variantes” (REVEL, 2005, p. 16.), algo que não se efetivou na metodologia arqueológica. Foucault não define uma estrutura paradigmática na qual os objetos de uma ciência saem de cena e seus lugares podem ser ocupados pelos de outra; ao contrário, seu olhar traça um “corte horizontal” que revela

mecanismos que articulam diferentes acontecimentos discursivos – os saberes locais – ao poder. Essa articulação, claro, é inteiramente histórica: ela possui uma data de nascimento – e o grande desafio consiste em encarar igualmente a possibilidade de seu desaparecimento. (REVEL, 2005, p. 17).

Conforme Foucault, entre o visível e o enunciável há uma disjunção: nem sempre há correspondência entre o que é dito e o que é feito, há ditos difíceis de serem visualizados, há instantes de realidade oferecidos com nitidez, porém não são enunciados com a mesma clareza. É na disjunção entre enunciável e visível que se instaura a verdade de uma época: em tudo que pode/deve ser deixado visível e enunciável.

Essas formas prévias de continuidade, todas essas sínteses que não problematizamos e que deixamos valer de pleno direito, é preciso, pois, mantê-las em suspenso. Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas sacudir a quietude com a qual as aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas; definir em que condições e em vista de que análises algumas são legítimas; indicar as que, de qualquer forma, não podem mais ser admitidas (FOUCAULT, 2012, p. 31).

Foucault privilegiou as temáticas da loucura, da doença e do surgimento das ciências sociais para definir uma metodologia de pesquisa: a *arqueologia*. Por meio desse método de trabalho, o filósofo nos mostrou que a História não reflete um processo da razão, o que se tem é um “movimento caleidoscópico” (DIAZ, 2012, p. 7) que rearranja, reorganiza e reconfigura os mesmos elementos, ou elementos novos que surgem e se mesclam aos anteriores, estabelecendo outra configuração. A arqueologia revela, assim, terrenos irregulares, estratificados nos quais as práticas discursivas e as não discursivas se condensaram, trabalhando a favor de certas dizibilidades e visualidades, ao mesmo tempo em que impediram outras. Por isso, a pergunta que Foucault (2012, p.33) nos ensina a fazer é: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”

Na ânsia de se responder ao questionamento foucaultiano, é preciso atentarmos às regularidades discursivas, não para apontar a totalidade de uma significação, mas sim sua composição “lacunar e retalhada”; mais para evidenciar sua dispersão que sua unidade, estabelecendo o que Foucault (2012, p. 153), chama de uma “positividade²²”. “A positividade de um discurso caracteriza-lhe a unidade através do tempo e muito além das obras individuais, dos livros e dos textos” (FOUCAULT, 2012, p. 154).

Mediante Castro (2009), o uso do termo “positividade” faz referência à perspectiva arqueológica das análises, ou seja, a busca pela dispersão e não pela totalidade da significação, pela exterioridade e não pela interioridade de um sujeito, pelas formas específicas de acumulação discursiva e não pela origem de um discurso. É na positividade que as regularidades são produzidas, nas “identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos”, tal qual um “*a priori* histórico”, por meio do

²² Em *Arqueologia do saber*, ao tratar da “positividade”, o filósofo vai dizer que “Se substituir a busca das totalidades pela análise da raridade, o tema do fundamento transcendental pela descrição dos relações de exterioridade, a busca da origem pela análise dos acúmulos, é ser positivista, pois bem, eu sou um positivista feliz, concordo facilmente. E não estou desgostoso por ter, várias vezes (se bem que de maneira ainda pouco cega), empregado o termo positividade para designar, de longe, a meada que tentava desenrolar” (FOUCAULT, 2012, p. 153). Cabe nesta nota um esclarecimento quanto a essa colocação: acontece que Foucault foi acusado de positivismo num artigo de 1967 no *Les Temps Modernes* a propósito dele intitulado *Um Positivista Desesperado*, apenas um dos artigos deste jornal que atacavam o novo livro de Foucault, *As Palavras e as Coisas*. “Positivismo” é aqui contraposto ao historicismo dialético do marxismo, a posição privilegiada pelo *Les Temps Modernes* naquele tempo. Contra as alegações de desespero, Foucault proclamou seu “positivismo feliz”. Esta declaração que se inicia aqui como uma réplica, é transportada para o seu projeto genealógico, com Foucault proclamando na *Ordem do Discurso*, “o humor genealógico será aquele de um positivismo feliz”. (GRUPOFOUCAULT.BLOGSPOT.COM.BR. Disponível em <<http://grupofoucault.blogspot.com.br/2011/04/traducao-positivismo-feliz.html>>. Acesso em 22 ago. 2017.). Devemos compreender, portanto, que o termo “positividade” em Foucault não tem relação com o “positivismo”.

qual se estabelece a “condição de realidade para enunciados”. (FOUCAULT, 2012, p. 155).

(...) o *a priori* não escapa à historicidade: não constitui, acima dos acontecimentos, e em um universo inalterável, uma estrutura intemporal; define-se como o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva: ora, essas regras não se impõem do exterior aos elementos que elas correlacionam; estão inseridas no que ligam; e, se não se modificam com o menor dentre eles, os modificam, e com eles se transformam em certos limiares decisivos. O *a priori* das positivities não é somente os sistema de uma dispersão temporal; ele próprio é um conjunto transformável (FOUCAULT, 2012, P. 156).

Por meio do viés arqueológico podemos escrever uma história problematizada de nosso objeto de estudo. Para isso, é preciso buscar os *a priori* que são estabelecidos em uma época determinada” (DIAZ, 2012, p. 06), perguntando-se sempre “como e por que”, em certo período histórico, “esses objetos têm sido problematizados através de uma determinada prática institucional e mediante quais aparelhos conceituais”. A história é, assim, a das “práticas, do processo que seguem e do método com o qual operam”.

Posto isso, compreendemos que arqueologia não revela *a história*, mas *uma história*, contada a partir de um modo de se observar um objeto em determinado momento, sem deixar escapar a articulação desse objeto com os demais a sua volta, ou a rede que se forma em volta dele, a partir das práticas estabelecidas naquele ínterim.

A História da verdade é a História dessas práticas, do processo que seguem e do método com o qual operam. Há problematizações quando não existe correspondência entre o que se diz e o que se faz. Há fragmentos da realidade que são oferecidos com clareza ao olhar e são difíceis de serem enunciados, assim como há coisas que são ditas e é trabalhoso vê-las. Há, portanto, uma disjunção entre o visível e o enunciável. São descobertos os enunciados e as visibilidades no ponto em que eles alcançam seus próprios limites. Nesse jogo de aberturas entre o enunciável e o visível, abre-se a textura do ser, manifesta-se o suceder do verdadeiro, melhor dito, daquilo que uma determinada época considera verdadeiro. (...) Cada formação histórica propõe seus próprios questionamentos: o que posso saber, o que posso ver e enunciar em tais condições de luz e de linguagem? (DIAZ, 2012, p. 06).

Foucault nos ensina que é por meio do *a priori* histórico que os enunciados ganham suas condições de emergência e suas possibilidades de coexistência com outros; isso porque “o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho” (FOUCAULT, 2012, p. 155). O *a priori* histórico articula os enunciados, e um campo de domínio se estabelece: “caracterizado por diferentes tipos de positividade e escandido por formações discursivas distintas” (FOUCAULT, 2012, p. 157). Por isso,

em vez de vermos alinharem-se, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar, temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de *arquivo*. (...) O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. (FOUCAULT, 2012, p. 157-158).

Assim, problematizando a silhueta do corpo feminino neste século XXI, seguindo o que nos ensina a visada arqueológica, compreendemos que ao revoltermos o terreno em busca de seus componentes, certamente organizados dentro das configurações que a contemporaneidade possibilita, encontraremos elementos de outrora.

À esteira desse pensamento, muitas questões podem ser colocadas quanto ao corpo da mulher; esse corpo que ao longo do século XX suscitou dizibilidades e visualidades que construíram verdades sobre ele mesmo. Por isso, cabe-nos questionar: Quais as regularidades ao se dizer desse corpo se estabeleceram como a verdade? Como cada uma delas se sustentou? Quais práticas permitiram que elas permanecessem ou se reconfigurassem ao longo desse período e na passagem para o século XXI? Como se constituiu esse terreno irregular? Quais são seus estratos?

A configuração contemporânea da silhueta do corpo feminino está organizada segundo o que é possível – ou permitido, neste momento; contudo, essa configuração não impede que elementos de configurações anteriores apareçam – e eles aparecem. O que nossa tese quer é problematizar em que medida os elementos de antes, enleados aos de hoje, podem vir a estabelecer uma configuração distinta das anteriores, porque o hoje – entenda-se aqui o início do século XXI, oferece condições para que a configuração seja diferente.

Foucault não está interessado pela soma de todos os textos do passado, nem pelas instituições em si mesmas, mas somente como produtoras de discursos considerados verdadeiros. Pergunta-se por que tantas coisas, repetidas há milênios, não surgiram simplesmente das leis do pensamento a partir de uma circunstância determinada, mas da obediência a um jogo complexo de relações. Os discursos não são figuras que se encaixam aleatoriamente sobre processos mudos. Surgem seguindo regularidades. Estas estabelecem o que cada época histórica considera verdadeiro e formam parte do arquivo estudado pela arqueologia filosófica. (DIAZ, 2012, p. 07-08).

O jogo complexo das relações dá-se porque pensamentos, ditos e práticas se articulam de modos a produzirem as regularidades que, por sua vez, estabelecem discursos

e estes terminam por legitimar a verdade de cada momento histórico. Essa articulação pode se tornar compreensível por meio da Arqueologia, porque, conforme disserta Veyne (2009, p. 59-60), acerca dessa metodologia foucaultiana,

Se os conceitos devieram, as realidades também elas devieram; provém do mesmo caos humano. Não derivam, assim, de uma origem, tendo-se antes formado por epigênese, através de adições e modificações e não segundo uma pré-formação; não possuem crescimento natural como as plantas, não desenvolvem o que teria pré-existido num germe, tendo-se constituído ao longo do tempo com outras séries de acasos, rumo a um desenlace não menos previsto. A causalidade histórica está sem motor (a economia não é a causa suprema que comandaria tudo o resto; a sociedade também não); tudo age sobre tudo, tudo reage contra tudo.

As regularidades, por sua vez, respondem/responderão a um sistema de enunciabilidade e de funcionamento, que regulam as possibilidades enunciativas do período. Nesse sentido, as regularidades de cada período podem ser observadas por suas tênues discontinuidades, porque há, em cada momento, condições outras que emergem e se estabelecem de modo a descontinuar os ditos, de modo “que as questões que colocamos à realidade diferem tanto, de uma época para outra, quanto as respostas que lhes damos [...] um real que não é o mesmo” (VEYNE, 2009, p. 60). Os questionamentos vão se diferenciando como frutos da diferenciação do discurso que, a cada momento, estabelece a verdade.

No sistema de funcionamento que incita a produção de regularidades e, conseqüentemente, vivencia as discontinuidades, três elementos merecem ser destacados: a língua(gem), o *corpus* e o arquivo. Convém que façamos uma explanação desses conceitos a partir do olhar foucaultiano.

Castro (2009, p. 251) afirma que “a problemática da linguagem é, sem lugar a dúvidas, um dos tópicos da reflexão filosófica de Foucault”. Essa problemática pode estar relacionada ao ínterim no qual a obra foucaultiana se desenvolveu [não nos esqueçamos que os postulados de Saussure cotejados no Materialismo histórico de Marx e na psicanálise de Freud por Pêcheux, colocavam a linguagem em evidência nos estudos franceses]. Logo, problematizar o objeto *discurso* implicava problematizar sua materialidade: a língua.

Nessa perspectiva, a língua importa à Foucault, menos pelo sistema que a constitui e estabelece suas regras de combinação, e mais por ser a matéria-prima do *discurso*, ou a concretude que possibilita que o discurso venha à tona. Isso significa que, sob a ótica foucaultiana, a língua é reconhecida como o elemento usado na construção das frases que

vêm a compor os enunciados. A língua é, portanto, a materialidade constitutiva, a substância que possibilita ao discurso selecionar, escolher e combinar os signos na produção dos enunciados. Podemos, assim, dizer que o filósofo reconhece a língua como um conjunto de estruturas que permitem dizer, contudo, não é o íntimo dessa estrutura que lhe interessa, mas sim, o produto de sua utilização, de fato.

Com efeito, a arqueologia é um método histórico de descrição da linguagem ao nível do que ele denomina ‘enunciados’ ou ‘formações discursivas’. Por esse caminho, Foucault tenta escapar da alternativa formalização- interpretação e, para isso, encontra na metodologia histórica, mais especificamente na história dos saberes, um modo de abordar a linguagem em sua historicidade, em sua dispersão, em sua materialidade, isto é, sem referir-la nem à sistematicidade formal de uma estrutura nem à plétora interpretativa do significado (CASTRO, 2009, p. 251).

Por conseguinte, compreendemos que, para Foucault, a produção de enunciados está atrelada à existência da língua. Vale aqui lembrarmos Courtine (2009), quando esse destaca o papel regulador do nível enunciativo sobre o nível linguístico: o primeiro controla o que efetivamente se produz com os elementos do segundo; por isso é que Foucault nos ensina a questionar por que se produziu aquele enunciado e não qualquer outro em seu lugar, de modo que se problematize o funcionamento histórico da língua, usada na produção dos enunciados; não o “ser da linguagem, mas sim o seu uso e sua prática, no contexto de outras práticas que não são de caráter linguístico” (CASTRO, 2009, p. 251).

O foco no funcionamento histórico da língua salienta outros dois elementos: o *corpus* e o *arquivo*, ambos se destacam no sistema de funcionamento que incita a produção de regularidades e, conseqüentemente, revela as discontinuidades. O *corpus* é o componente que vai se formando a partir do momento em que as palavras vão sendo pronunciadas; uma massa de ditos e de escritos efetivada sob a égide do *arquivo*, esse “sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” (Foucault, 2012, p. 159); o responsável por definir “o sistema de enunciabilidade e o sistema de funcionamento dos diferentes discursos”. É a partir do arquivo que poderemos vislumbrar as respostas para o questionamento feito acima: por que se produziu aquele enunciado e não qualquer outro em seu lugar?

Dito de outro modo, a língua organiza o sistema de comunicação, o *corpus* contém todas as palavras que compõem os discursos e o arquivo estrutura dinamicamente a relação entre as palavras e as coisas gerando regras de formação e de transformação de enunciados verdadeiros. (...) O arquivo está situado na delimitação dos discursos, na margem da prática discursiva. Daí a dificuldade para descrever o arquivo a partir do qual o investigador fala. O

arquivo começa no exterior da linguagem, quer dizer nas práticas sociais. Assinala rupturas e diferenças, não continuidades e identidades. A partir de fora delimita um momento histórico. Forma o horizonte geral ao qual pertencem a descrição das formações discursivas, a análise das possibilidades e a fixação do campo enunciativo. (DIAZ, 2012. 08-09).

Para se compreender a amplitude do conceito de *arquivo* em Foucault, há que nos desvencilharmos da concepção atribuída a ela pela linguagem corrente. O *arquivo* foucaultiano não diz respeito a determinado agrupamento de textos, não faz menção a um conjunto de documentos guardados como memória e/ou testemunho de uma certa cultura, é bem mais amplo que isso, porque diz respeito ao conjunto das práticas que prescrevem o aparecimento e o desaparecimento dos enunciados, ou seja, a *práxis* que efetivamente institui permanências e apagamentos.

Em vez de vermos alinharem-se, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar, temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de *arquivo*. (...) Trata-se antes, e ao contrário, do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo leis do pensamento, ou apenas segundo leis das circunstâncias (...) mas que tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo; que em lugar de serem figuras adventícias e como que inseridas, um pouco ao acaso, em processos mudos, nasçam segundo regularidades específicas (FOUCAULT, 2012, p. 157-158).

A observação dos fatos do discurso no âmbito do *arquivo* é considerá-los não como documentos de registro, mas sim como monumentos erguidos em determinadas condições que os possibilitaram. Desse modo, fazer a arqueologia, para Foucault,

implica, antes de tudo, um trabalho de recuperação do arquivo de uma época escolhida, isto é, de todos os traços discursivos susceptíveis de permitir a reconstituição do conjunto das regras que, num momento dado, definem ao mesmo tempo os limites e as formas da dizibilidade, da conservação, da memória, da reativação e da apropriação. (REVEL, 2005, p. 18-19)

O conceito de arquivo permite-nos visualizar a diferença entre o trabalho estruturalista e o foucaultiano, visto que o filósofo “trabalha sobre os discursos considerados como acontecimentos e não sobre o sistema da língua em geral” (REVEL, 2005, p. 19). Dito de outro modo, enquanto a Linguística seguia pensando a enunciação pela grelha de conceitos estruturalistas, Foucault investiga o porquê das palavras se

manterem ou se apagarem, atentando-se ao sistema das condições históricas de possibilidade dos enunciados, ou seja, ao *arquivo*. Assim, afirma Veyne (2009, p. 09-10),

Foucault não era um pensador estruturalista. [...] Ele formula de modo quase inconfesso, uma concepção geral da condição humana, da sua liberdade reactiva e da sua respectiva finitude; o foucaultismo é, na verdade, uma antropologia empírica que tem a sua coerência e cuja originalidade reside em ser fundada sobre a crítica histórica. [...] o que está em jogo na história humana, para lá mesmo do poder, da economia, etc., é a verdade: em regime econômico conceberia confessar a sua falsidade? Este problema da verdade na história não tem nada, rigorosamente nada a ver com duvidar de Dreyfus²³ ou da realidade das câmaras de gás [...] o conhecimento histórico, por seu lado, se quiser levar a bom termo as análises de uma época, terá de atingir, para além da sociedade ou da mentalidade, as verdades gerais nas quais os espíritos dessa época estavam, sem saber, encerrados, quais peixes num aquário.

Nessa perspectiva, segundo Diaz (2012, p. 08), um estudo arqueológico é o estudo de um “arquivo audiovisual”, no sentido de se revelarem os ditos e as práticas, ou o que se vê e o que se ouve a cada período histórico, “diferente de nossa atualidade, a orla do tempo que cerca nosso presente, aquilo que fora de nós, nos delimita” (FOUCAULT, 2012, p. 160).

É na compreensão do *arquivo* em Foucault que podemos observar a formação e a transformação dos enunciados sobre o corpo feminino ao longo do século XX; as regras que os colocaram em funcionamento; os limites de sua dizibilidade, “os enunciados efetivamente produzidos, em sua irrupção de acontecimento” (GREGOLIN, 2007, p. 82). Trata-se de estabelecer um diálogo e um confronto entre o nosso objeto de estudo, o corpo feminino e sua silhueta, com o domínio associado a ele ao longo da história.

Assim, o discurso sobre a silhueta do corpo feminino deve ser analisado sob a perspectiva de que é um acontecimento na ordem do saber, produzida num dado momento de nossa história, em que houve condições para que isso fosse enunciado. Mesmo tratando esse discurso como um acontecimento, faz-se necessário que percebamos seu pertencimento e sua obediência à combinação de regras do *arquivo* ao qual pertence, por isso mesmo, sua emergência submete-se a determinadas condições, intrinsecamente

²³ Em 1894, o capitão da artilharia francesa Alfred Dreyfus foi acusado de vender informações secretas aos alemães e condenado à prisão perpétua. Não houve, naquele momento, nenhum protesto da opinião pública. A França, recém-saída da guerra contra a Prússia, vivia um período de estabilidade política interna e a população encarava as Forças Armadas como as intocáveis guardiãs da Segurança Nacional. Quatro anos se passaram até que algumas ilustres personalidades resolvessem denunciar as inúmeras irregularidades do processo. Entre elas estavam os escritores Émile Zola e Anatole France, o poeta Charles Péguy e os compositores Alfred Bruneau e Albéric Magnard. Mas só em julho de 1906, Dreyfus teve sua inocência reconhecida e pôde ser reabilitado. (Disponível em < <https://super.abril.com.br/historia/caso-dreyfus-a-fraude-que-revoltou-a-franca/> > Acesso em 28 ago. 2017. Texto adaptado).

constitutivas da lógica que forma a base sólida e coerente sobre a qual se constrói todo o arcabouço do saber sobre a silhueta do corpo feminino, de determinada época.

b) *Genealogia*

Em um segundo momento, Foucault reconhecerá que “faltava ao seu trabalho uma análise do poder” (CASTRO, 2009, p. 124). Assim, na fase genealógica, o filósofo propõe uma análise da relação intrínseca entre o discursivo e o não-discursivo a partir da descrição dos dispositivos disciplinar e da sexualidade. São dessa fase as obras *A ordem do discurso*, *Vigiar e punir* e *A vontade de saber*²⁴, entre outras. Diaz (2012, p. 85) considera que as condições sociais vivenciadas pelo filósofo, a saber, “maio de 1968, o trabalho de Foucault no Grupo de Informação sobre as prisões (GIP) e a leitura sistemática de Nietzsche, realizada entre 1964 e 1968”, desencadearam a questão do poder na obra foucaultiana.

Conforme Castro (2009, p. 184), “fala-se de um período genealógico de Foucault para fazer referência àquelas obras dedicadas à análise das formas de exercício do poder”. Diferentemente do que fez na fase arqueológica, Foucault não escreveu “uma obra metodológica a respeito da genealogia”, mas sim uma “série de princípios metodológicos para abordar a análise do poder”. De acordo com Revel (2005, p. 53),

a genealogia permite apreender de maneira coerente o trabalho de Foucault desde os primeiros textos (antes que o conceito de genealogia começasse a ser empregado) até os últimos. Foucault indica, com efeito, que há três possíveis domínios de genealogia: uma ontologia histórica de nós-mesmos em nossas relações com a verdade, que permite nos constituirmos como sujeitos de conhecimento; nas nossas relações com um campo de poder, que nos permite nos constituirmos como sujeitos que agem sobre os outros; e em nossas relações com a moral, que permite nos constituirmos como agentes éticos.

Com isso, a fase genealógica não deve ser entendida como uma simples sucessão arqueológica, tampouco como uma ruptura dessa, menos ainda como uma oposição a ela; mas sim, e muito mais, uma ampliação do campo investigativo, um horizonte distinto para a mesma problemática, ou também, “uma perspectiva que procura desnudar a maneira como os discursos se investem em instituições diversas, e com efeito, balizam práticas extra-discursivas que informam determinadas formas de exercício do poder” (YAZBEK, 2012, p. 91).

²⁴ Títulos originais: *Surveiller et punir* e *La volonté de savoir*

Podemos dizer que na genealogia, Foucault posiciona o objeto da arqueologia, o saber, no perímetro das relações de poder e das lutas políticas. É nesse sentido que a fase genealógica promove a articulação entre os saberes e os poderes, elucubrando a(s) verdade(s) como uma tradição histórica, fruto das formações discursivas que propiciam suas condições de existência.

De fato, arqueologia e genealogia apoiam-se no sentido em que visam à escrita de uma história na qual o sujeito não é a instância fundadora do(s) discurso(s), mas sim objetivado nas/pelas práticas divergentes. Dizendo de outro modo, na fase genealógica, o sujeito divide-se, ora no interior de si mesmo, ora dos demais, sempre por meio de técnicas disciplinares, ou pequenos poderes que esmiúçam-se nos/pelos variados sistemas gerais de controle gestados e mantidos pela sociedade ocidental.

No “tempo de imergir nas malhas do poder” (GREGOLIN, 2007, p. 103), Foucault investiga o nascer e o consolidar do sistema prisional, das escolas e dos hospitais, ou, de modo resumido, das grandes instituições que povoam a base das sociedades disciplinares, às quais o discurso está sempre ligado. As instituições controlam, organizam, selecionam e redistribuem, por meio de mecanismos internos e externos, os enunciados, construindo para si mesmas, ao longo do tempo, o direito de formulá-los e, mais que isso, o status de verdade para tudo que enunciam. Portanto, a genealogia nos propõe olhar para produção discursiva do(s) sujeito(s) como sendo controlada, organizada, selecionada e redistribuída por meio de mecanismos que, ao longo do tempo propiciam a exclusão, a sujeição e a rarefação dos discursos, sendo essas sempre estabelecidas mediante os micro poderes espalhados socialmente. Trata-se, enfim, de chegar “à figura do sujeito imerso na trama histórica.” (GREGOLIN, 2007, p. 108).

Como resultado de toda a discussão acerca dos procedimentos de controle, conforme Gregolin (2007), está a coroação do projeto que Foucault iniciara em *A Arqueologia do Saber*, tendo em *A ordem do discurso*, já da fase genealógica, a proposta teórico-metodológica do filósofo para a análise do discurso. A noção de *micro poderes* promove o rompimento foucaultiano com as ideias althusserianas das quais comunga Michel Pêcheux. Isso porque os althusserianos cogitam, a partir dos Aparelhos Ideológicos do Estado, a existência da bipolaridade na produção e na formação de discursos. Já Foucault não acredita nesta bipolaridade ideológica, mas em poderes mínimos, esmiuçados e múltiplos que fomentam e suscitam toda a produção discursiva.

Pêcheux propõe um percurso analítico que coloque no centro as particularidades das classes sociais, as lutas que travam entre si e suas

condições ideológicas, enquanto M. Foucault volta-se para a análise das regularidades e dispersões, da condição de emergência dos enunciados, da rarefação dos dizeres. (SARGENTINI, 2015, p.18).

É na fase genealógica que emerge a noção de *dispositivo*. Enquanto a episteme é exclusivamente discursiva, portanto, mais restrita; o *dispositivo* é amplo, responde a um conjunto edificado por práticas discursivas e não-discursivas, sendo de extrema importância na obra foucaultiana.

O método genealógico proposto e sustentado em estudos foucaultianos como uma abordagem analítica, também histórica, volta-se para a abordagem de dispositivos de poder que produzem efeitos sobre os sujeitos. [...] O discurso é parte integrante de um jogo de lutas, de antagonismos próprios. A vida dos sujeitos em sociedade, historicamente produzidos, e a resistência é também uma forma de poder nas lutas, e consiste em uma prática discursiva (FERNANDES JUNIOR, 2014, p. 114).

Sob essa perspectiva, consideramos que a noção de dispositivo pode ampliar o horizonte do olhar do analista, porque esse passa a observar a *massa* na qual o discurso se insere e da qual ele é parte constituinte. Isso se dá porque o discurso alinhava-se a uma trama bastante heterogênea composta por enunciados – sejam os científicos, os filosóficos, os morais, as leis, os regimentos -, e também por modos de se organizarem as instituições e de empreendê-las em suas arquiteturas. Isso significa que o dispositivo “é ele próprio discursivo e não discursivo, sendo seus elementos muito mais heterogêneos” (FOUCAULT, 2014, p. 47).

Por dispositivo podemos compreender, assim, o entrelaçado de relações de forças, estrategicamente estabelecido entre elementos heterogêneos, um conjunto de “discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, regulamentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (...) o dito e o não dito e a rede entre esses elementos” (FOUCAULT, [1985] 2001, p. 244-246). Desse modo, um dispositivo seria tudo aquilo que adequa e subordina os saberes, ao mesmo tempo em que se adequa e se subordina aos mesmos, por meio das relações de poder. A realidade apresenta-nos, assim, vários dispositivos, como o da sexualidade e o da aliança, descritos por Foucault.

Um dispositivo é concebido com um determinado propósito e produz efeitos na coletividade, pois, ao mesmo tempo, mantém relações com outros dispositivos, ampliando a esfera de alcance do saber e do poder, afetando o(s) sujeito(s) e a subjetividade. De acordo com Deleuze (1996), desvendar as relações entre saber, poder e subjetividade é o

intuito dos estudos foucaultianos e se dá à medida que os dispositivos vão sendo analisados a partir de seus regimes de visibilidade e enunciação, ou, no jogo de deixar aparecer e esconder. É nesse jogo que o discurso aparece “como uma linha diferenciada à medida que articula passado e futuro” (CARVALHO; SARGENTINI, 2014, p. 26).

Deleuze (1996) relaciona o conceito de dispositivo a “linhas”, acepção que vai ao encontro da ideia foucaultiana de “rede”. As linhas são os elos entre os enunciados, entre as formações discursivas, na própria constituição de um arquivo, pelas quais o analista é conduzido a perceber as regularidades “em meio à dispersão”, ainda que em um “processo descontínuo, fragmentado” (CARVALHO; SARGENTINI, 2014, p. 25). A “rede” de que fala Foucault vai sendo tecida pelas “linhas” das quais fala Deleuze, ao longo da história, relacionando sujeitos e práticas, sejam essas discursivas ou não. O dispositivo é mais amplo, aquilo que sustenta toda a rede, que permite a articulação dos nós.

Enquanto Deleuze (1996) propõe a definição do dispositivo a partir do caráter de novidade e criatividade, as reflexões foucaultianas nos conduzem a averiguar as regularidades surgidas a partir de um novo dispositivo, ou ainda, as regularidades que antecederam a criação do dispositivo.

É possível, mesmo, uma aproximação entre a noção de dispositivo e de acontecimento, tendo em vista que ambos irrompem como novidades, como elementos que criam novas linhas e desestruturam a ilusão de continuidade dos processos históricos. Novidades sempre relativizadas, na medida em que todo enunciado tem um domínio de memória. As práticas discursivas resolvem o terreno, trazem à tona discursos outros, o já dito alhures (CARVALHO; SARGENTINI, 2014, P. 26).

Para Foucault, o poder só se instala a partir de um dispositivo. Conforme nos mostra em *Vigiar e punir*, o modo como se dá a punição compõe-se de fases advindas de três períodos históricos distintos, porém sempre relacionadas ao poder, do deixar morrer ao fazer viver, do individual ao social. O quadro abaixo nos mostra isso.

Quadro 1- Técnicas de poder e dispositivos

Dispositivo 1,	Dispositivo 2,	Dispositivo 3,
<i>desencadeado a partir do direito monárquico: punição é um cerimonial de soberania – Suplício</i>	<i>projeto dos juristas reformadores: punição pretende a requalificação – Punição</i>	<i>projeto de instituição carcerária: punição é uma técnica de correção dos indivíduos – Disciplina</i>

1 O Soberano e sua força	O corpo social	O aparelho administrativo
2 A marca	O sinal	O traço
3 A cerimônia	A representação	O exercício
4 O inimigo vencido	O sujeito de direito em vias de requalificação	O indivíduo submetido a uma coerção imediata
5 O corpo supliciado (o corpo objeto de suplício)	A alma cujas representações são manipuladas	O corpo treinado

Fonte: Foucault (1987)

No suplício, o poder sobre a vida está nas mãos do soberano. O corpo do inimigo sofre as consequências desse poder, aterrorizando aos demais que assistem ao espetáculo da punição em praça pública. Em um segundo momento, o sujeito de direito, para ser novamente aceito no corpo social, deverá se requalificar, mesmo que para isso, lhe sejam imputadas “técnicas que não têm nada a invejar aos suplícios” (FOUCAULT, 1987, p. 147). Já no terceiro momento, tem-se a criação do dispositivo carcerário, o qual usa a técnica da coerção dos indivíduos.

Três séries de elementos que caracterizam os três dispositivos que se defrontam na última metade do século XVIII. Não podemos reduzi-los nem a teorias de direito (se bem que lhes sejam paralelos) nem identificá-los a aparelhos ou instituições (se bem que se apoiem sobre estes), nem fazê-los derivar de escolhas morais (se bem que nelas encontrem eles suas justificações). São modalidades de acordo com as quais se exerce o poder de punir. Três tecnologias de poder. (FOUCAULT, 1987, p. 150).

No dispositivo carcerário, o sujeito vê-se submetido ao controle. A punição cede lugar à possibilidade de reabilitação e de reintegração social. No entanto, os elementos da punição não se apagam por completo na mudança do dispositivo, pois os crimes e as condutas indevidas permanecem expostas e são frequentemente lembradas nas regras sociais de conduta a nós apresentadas diariamente, ao longo de toda nossa vida. São as regularidades. O dito alhures que se mantém, ainda que dito de outra forma, ainda que diferentemente nomeado. Portanto, é possível analisar um dispositivo a partir de suas regularidades.

As análises baseadas no conceito de dispositivo podem também voltar-se para a observação das subjetividades que ele produz. Assim, a prioridade de Deleuze(1996) é a análise da produção de novas subjetividades, doravante a relação dos sujeitos com os

dispositivos. Para ele, há linhas de força – ou as relações de poder, e linhas de subjetivação que vão se estabelecendo e se findando na passagem de um dispositivo a outro. Esse viés permite a análise do dispositivo a partir do discurso, visto que o objetivo primordial de um dispositivo seria produzir subjetivação e é por meio do discurso que essa se dá.

As reflexões sobre o dispositivo estão presentes também no pensamento do filósofo italiano Giorgio Agamben (2009). Para ele, (2009, p. 1), a palavra dispositivo é um termo relevante para/na obra de Michel Foucault, que passa a usá-lo “sobretudo a partir da metade dos anos setenta, quando começa a se ocupar daquilo que chamava de ‘governabilidade’ ou de ‘governo dos homens’. Embora nunca tenha dado uma verdadeira e própria definição”.

As contribuições de Agamben (2009) estão atentas aos dispositivos que circundam simultaneamente o sujeito. Considerando a possibilidade da existência simultânea de mais de um dispositivo neste início de século XXI, pesquisas vêm sendo desenvolvidas, como as que observam o dispositivo da felicidade²⁵, o dispositivo da segurança²⁶, por exemplo.

A respeito da presença concomitante de dispositivos, devemos tecer alguns questionamentos. Como se dá a produção de subjetividades, quando várias subjetividades são oferecidas ao sujeito? Seria a concomitância de dispositivos um empecilho para a produção de subjetividades? A existência de mais de um dispositivo atuando sobre o sujeito, impediria a subjetivação do mesmo?

Inicialmente, dizer que o sujeito está sob a ação de mais de um dispositivo pode implicar que a produção de subjetividade poderá acontecer de modos diferentes. Sob a égide de mais de um dispositivo, as subjetividades tendem a se tornar cada vez mais específicas, fato que pode dificultar – não impedir, o processo de subjetivação. Isso quer dizer que, ao sujeito, são oferecidas concomitantemente diversas subjetividades, produzidas em diferentes dispositivos, de forma que o sujeito subjetive-se em cada um dos dispositivos.

²⁵ Referência feita ao trabalho desenvolvido pelo professor Dr. Antônio Fernandes Junior, da Universidade Federal de Goiás, campus Catalão. Em seu pós-doutorado, o professor investigou como determinados discursos e dispositivos de poder opõem-se à lógica da produtividade, status e visibilidade social e atuam na produção de sujeitos na atualidade. Para tanto, deu especial atenção para o discurso sobre a felicidade, analisando diferentes produções contemporâneas, tais como letras de músicas, peças publicitárias e vídeos. (Disponível em <http://www.ciad.ufscar.br/?page_id=339>. Acesso em 29 ago. 2017).

²⁶ Referência feita ao conceito desenvolvido por Foucault no curso “Segurança, território, população”, ministrado no *Collège de France*, de janeiro a abril de 1978. No Brasil, a professora Dra. Kátia Menezes de Souza, da Universidade Federal de Goiás, em sua pesquisa de pós-doutorado, investigou os Discursos de Inovação e as Urgências da Sociedade, amparando-se em reflexões acerca do dispositivo de segurança em Michel Foucault. (Disponível em <http://www.ciad.ufscar.br/?page_id=335>. Acesso em 29 ago. 2017).

Em contrapartida, reconhecer a atuação de vários dispositivos na contemporaneidade não nos exige de problematizar a especificidade de um desses dispositivos no que tange à produção de subjetividades. Pode ser que, por sua eficácia em pulverizar-se, por sua manifestação em variadas estruturas e linguagens, por sua atuação em diversas frentes e de forma múltipla, de modo quase que silencioso e imperceptível, um dispositivo seja tão, ou mais, competente na produção de subjetividades. Logo, não são muitas subjetividades somente porque produzidas em/por dispositivos diferentes, mas também porque produzidas de modos variados, no interior de um mesmo dispositivo.

Deleuze (1996) e Agamben (2009) tecem reflexões importantes para a compreensão do conceito foucaultiano de dispositivo. Com o primeiro, podemos compreender a vinculação entre o discurso e o dispositivo; já com o segundo, a estreita relação entre o dispositivo e o(s) sujeito(s). Logo, o dispositivo implica discurso, sujeito e poder.

Pensemos no objeto de estudo dessa pesquisa: o corpo feminino considerado acima do peso, ou com excesso de gordura, ou obeso. Se, hipoteticamente, considerarmos a existência de um dispositivo de controle do peso do corpo feminino [que poderíamos chamar dispositivo de controle do corpo, ou mesmo dispositivo da obesidade] então, no interior desse dispositivo: i) manifestam-se enunciados em variadas estruturas e linguagens; ii) esses enunciados pulverizam-se em campos mistos, sejam eles afins ou não; iii) constitui-se um saber sobre o corpo, seu peso e suas medidas; iv) ocorre a produção de subjetividades específicas; v) dá-se a subjetivação.

Sendo assim, podemos pensar nas várias subjetividades que são oferecidas ao sujeito no interior do dispositivo de controle do peso do corpo feminino, dentre as quais, por exemplo: reconhecer-se como obeso, portanto, doente a ser tratado, consumidor dos tratamentos e dos diversos regimes, ao mesmo tempo, controlado pela ordem social da magreza; reconhecer-se interiormente bonito, sem se preocupar com a aparência exterior, assim, consumidor das marcas que comungam desse ideal, sem saber, controlado pela publicidade; ainda, se reconhecer como *plus size*, ou o gordo *fashion*, e assim, tornar-se consumidor da moda, sendo controlado por ela, algo como *aceitamos que você seja gordo(a), desde que se vista dessa maneira*.

Na possibilidade das subjetividades acima, notemos que elas sempre são tocadas por discursos que não têm a ver unicamente com o combate à gordura, como acontece com o *plus size*. Poderíamos pensá-la como uma das possíveis subjetividades produzidas no interior do dispositivo de controle do corpo, no qual atuam discursos de diversos campos,

no caso, o da moda. Isso acontece assim, reforçando o que dissemos anteriormente, devido à eficácia do discurso em pulverizar-se manifestando-se em estruturas e linguagens distintas, atuando de forma multifacetada, em frentes mistas, silenciosamente, como um polvo que vai abrindo seus tentáculos para abarcar o que tem à sua volta.

Ainda, poderíamos considerar a convivência desse dispositivo que controla o corpo com outros que lhe são contemporâneos: o dispositivo da felicidade, por exemplo. Pensemos na produção de subjetividades que se daria nessa confluência: *ser gordo e menos feliz porque a aparência é tudo; ser gordo e mais feliz, porque comer o que se quer traz felicidade; ser magro e ser feliz, porque a felicidade é ser aceito pela aparência; ser magro e não ser feliz, porque para permanecer magro é preciso renunciar ao que se gosta.* Assim, podemos observar que a produção contemporânea de subjetividades é profusa e abundante, seja no interior de um mesmo dispositivo, porque ele assim possibilita; seja na tangência entre um dispositivo e outro. Nesta pesquisa, contudo, consideraremos a produção de subjetividades que se dá no interior do dispositivo.

No interior de um dispositivo, atuam sobre o sujeito duas forças sobre as quais queremos refletir neste momento: o controle e o consumo. Poderíamos levantar a hipótese de que no interior do dispositivo de controle do peso do corpo, o sujeito, ainda que não se dê conta disso, esteja submetido ao controle e ao consumo. No entanto, cabem ponderações. Em relação ao controle, não basta reconhecer sua existência, provavelmente essa seja óbvia, já que em alguma medida, todo sujeito é controlado; trata-se muito mais de tentar traçar o modo como o controle se efetiva. Para isso, é necessário atentar-se ao discurso. No dispositivo de controle do corpo, podem-se reconhecer diferentes discursos atuando em conjunto; interligados no processo de subjetividades específicas, atuam sobre certos sujeitos a partir de certos enunciados. A esses, interligam-se, ainda, práticas não discursivas. Quais são essas práticas e quais são aqueles?

Em relação ao consumo, e no tocante à produção de subjetividade no dispositivo do controle do corpo e seu peso, não devemos tratar o sujeito exclusivamente como um consumidor [ou como se essa subjetividade fosse a única oferecida]; isso porque não é somente o consumo que atua para a produção de subjetividade, pois quando o discurso médico, ou mesmo o científico, identificam fatores que associam a obesidade a alguns tipos de câncer, ou ao risco elevado de infarto, por exemplo, o caráter patológico sobrepõe-se ao consumismo na subjetivação. Embora não possamos ignorar a existência de uma indústria farmacêutica que combata veementemente a gordura às custas de tornar o sujeito

um consumidor potencial, no discurso médico e no científico, o modo de subjetivar dá-se muito mais pela relação obesidade-doença. Por outro lado, não significa que não possamos identificar no discurso que combate a gordura para a prevenção de doenças, o consumo, já que ele aparece, ainda que de forma muito velada, mascarada, silenciosa, porque para vencer qualquer uma das patologias associadas à obesidade, essa deve ser combatida com dietas, regimes, ou ainda com medicamentos.

Há discursos e há práticas não-discursivas combinadas que normatizam o(s) saber(es) sobre o corpo e suas medidas, sobre a obesidade. Juntos, esses normatizam o corpo, objetivam-no, categorizando-o em variadas nomenclaturas, seja no traço da história, seja no interior dos diferentes discursos – médico [da saúde], político, estética, esporte, da moda. Há sujeitos que se reconhecem na categorização discursiva e, por meio dela, subjetivam-se, lançam mão de técnicas, consomem, em maior ou em menor grau. Há um poder que normatiza e a todos fiscaliza: o sujeito objetivado como *gordo, obeso, doente, feio*, não se sente à vontade perante o grupo; a sociedade o aponta, o discurso médico o recrimina, a estética lhe atribui menos valia. Há, portanto, um dispositivo de controle do corpo, de seu peso e de suas medidas que foi se desenvolvendo ao longo da história, que pode ter sofrido mudanças, mas que veio ganhando cada vez mais força porque foi sendo condensado em saberes e perpassado por poderes, até que passasse a possibilitar variadas subjetividades e assim, pudesse, ainda que de forma velada, aumentar seu poder sobre o sujeito.

Em Veyne (2009), encontramos importantes considerações que nos permitem compreender mais a fundo conceito foucaultiano de dispositivo. Quando o autor discute as questões do *saber* e do *poder* em Foucault, afirma, “um certo regime de verdade e certas práticas formam assim um dispositivo de saber-poder que inscreve no real aquilo que não existe, submetendo-o todavia à partilha entre verdadeiro e falso” (VEYNE, 2009, p. 99).

O dispositivo é menos o determinismo que nos produz que o obstáculo contra o qual reagem ou não reagem o nosso pensamento e a nossa liberdade. Estas activam-se contra ele porque o dispositivo é ele próprio activo [...] Não se limita a informar o objecto do conhecimento: age sobre os indivíduos e a sociedade; ora, quem diz acção, diz reacção. O discurso comanda, reprime, persuade, organiza [...] O sujeito não é constituinte, é constituído como o é o seu objecto, mas nem por isso é menos livre de reagir graças à sua liberdade e de ganhar recuo graças ao pensamento (VEYNE, 2009, p.102-103).

Logo, podemos reconhecer a relevância do dispositivo, não apenas por seu conceito, mas também por tratar-se de uma metodologia que norteia a pesquisa, já que, por

meio dela, podemos chegar às práticas e aos discursos que, acopladas, construíram a(s) verdade(s) de cada época.

O mérito teórico-metodológico do dispositivo foucaultiano é evidenciada também por Courtine ([2011] 2013), ao empreender a história do corpo, observando as “páginas de visibilidade” e os “campos de legibilidade” (p. 79). Seus estudos, pautados na metodologia arqueológica, trouxeram à tona como, no interior das várias formações discursivas, foi se pensando o corpo, concluindo, assim, que há uma história do olhar sobre o corpo regida pelo discurso. Ou seja, há um regime de dizer e uma forma de olhar que constrói o corpo diferentemente em momentos distintos; por conseguinte, há um modo de dizer, de mostrar e, portanto, de ler, ou ainda, uma sequência como dizibilidade, visibilidade e legibilidade que produz a verdade sobre o corpo em cada momento. Não se trata somente de evidenciar “tanto uma história do olhar quanto uma história do corpo” mas sim “de uma história das mutações das sensibilidades no campo do olhar pousado sobre o corpo” (COURTINE ([2011] 2013, p. 118).

Com essas reflexões, reconhecemos o quão necessária nos é a noção foucaultiana de *dispositivo*, tanto teórica quanto metodologicamente, porque pode expandir o universo das análises desenvolvidas em nosso estudo, ampliando-as para além de um visão sincrônica, para um olhar histórico, no qual detectar-se-ão diferentes temporalidades. Ainda que nesta pesquisa tenha-se optado por se deter à especificidade de um dispositivo [o de controle do corpo e seu peso], é fato que estamos imersos em muitos outros dispositivos, característica peculiar desse início de século XXI. No interior desses dispositivos, variadas esferas trespagam-se, do senso comum à ciência, do direito à moral, da arte à cultura popular, da ficção à literatura, da pedagogia à diversão, da medicina à publicidade. No cruzamento de seus enunciados, sejam linguísticos, imagéticos ou sincréticos, com suas práticas não discursivas, forma-se o campo do olhar. Esse campo é que constitui a base dos saberes e dos poderes, “sensibilidades onde vai poder se inventar e desenvolver” (COURTINE, [2011] 2013, p. 137) noções, normas, padrões.

1.4 NA CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO: A SEMIOLOGIA HISTÓRICA

A Semiologia apresenta diferentes nascedouros e, por isso, o uso desse termo pode causar interpretações conflituosas. Conforme Courtine ([2011] 2013, p. 33), “existem duas tradições, mesmo se disso quase não nos damos conta na leitura das semiologias de hoje”. A primeira tradição semiológica a que se refere Courtine trata-se daquela que observa os indícios, surgida no seio da Antropologia, a Fisiognomonia, ciência que envolveu os primeiros estudos do corpo nas ciências humanas. A segunda, desenvolvida no bojo do Estruturalismo, resultou da interpretação de uma afirmação saussureana posta no *Curso de Linguística Geral*, a saber:

Pode-se conceber uma ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social (...). Nós a denominaremos semiologia (...). Ela nos ensinará em que consistem os signos, quais leis os regem. Já que ela não existe ainda, não é possível prever o que ela será; mas ela tem o direito à existência, seu lugar é determinado antecipadamente. (SAUSSURE, [1916], 1971, p. 33).

De acordo com Courtine ([2011] 2013, p. 35), a compreensão do que foi dito por Saussure, no trecho destacado, permitiu demarcar o campo de raciocínio do linguista, naquele momento, deixando uma fissura a ser preenchida *a posteriori*, “já que toda entidade não possui existência senão relacional, sendo o lugar da língua em sua exterioridade, isto é, no conjunto dos fatos sociais.” Apesar disso, somente nos anos 1960, a Semiologia foi “desenterrada do esquecimento” ([2011] 2013, p.35), tornando-se o eixo fundamental da “transferência massiva de noções linguísticas” na direção de outros campos do saber.

Parece-me que, a este respeito, a invenção saussureana da semiologia na virada do século, depois sua redescoberta e sucesso fulminante nos anos 1960, devem sua explicação às mudanças científicas e tecnológicas no campo das comunicações humanas. Seu estágio último, aquele da globalização, que estamos em vias de viver não sem inquietação, lança uma luz retrospectiva sobre o que nos interessa aqui. (COURTINE, [2011] 2013, p. 35)

Do que Saussure *deixou no ar* em relação aos domínios do campo da Semiologia, surgiram estudos e novos campos, por exemplo, os estudos semióticos.

Sujeitos que somos desse início do século XXI, estampado na primazia do texto sincrético, os enredos entre léxico e imagem são tão corriqueiros, que muitas vezes não vislumbramos pensar em uma observação ou análise que olhasse separadamente para um ou para outro. É como se desde sempre as análises já estivessem habituadas a vasculhar a mescla entre os dois, mas para que chegássemos ao terreno da Semiologia histórica, muitos passos foram dados.

O decênio de 1960, algumas décadas após a Linguística se constituir como ciência a partir de Saussure, promoveu releituras distintas dos postulados saussurianos. Nos anos iniciais daquela década, Roland Barthes²⁷, lança mão do rigor científico do método linguístico para, segundo Braga (2015, p. 25), “abordar o funcionamento das imagens da imprensa no interior de uma sociedade de consumo”. Na visão de Courtine (2011), os textos de Barthes, *A mensagem fotográfica* e *A retórica das imagens*, de 1961 e 1964, respectivamente, retratam a entrada das mídias audiovisuais nos espaços público e privado. Essa situação acentuou-se no mês de maio de 1968, quando uma onda de protestos foi deflagrada, na França.

As manifestações estudantis pediam reformas no setor educacional e acabaram evoluindo para uma greve de trabalhadores que balançaria o governo francês, acarretando a renúncia do presidente Charles De Gaulle, um ano depois. Tal panorama constitui-se como um divisor de águas, pois “as esferas da mídia e da política fariam funcionar, de modo cada vez mais acelerado, uma midiatização do discurso político” (BRAGA, 2015, p. 24).

As questões desencadeadas pelo cenário apresentado acima, retratadas em algumas das imagens que circularam na época, conduziram o Estruturalismo francês a promover uma releitura do *Curso de Linguística Geral*, na ânsia de se “estudar o funcionamento dos signos no seio da vida social” (Saussure, [1996] 2006, p. 24).

Barthes, que já vinha desenvolvendo análises semiológicas de revistas e propagandas, nas quais destacava o viés político, desvendava a obra fotográfica como produtora de sentido, justificando, assim, o resgate do projeto de uma Semiologia saussureana pelo desejo de se explicar a realidade que se apresentava, sobretudo, as mudanças ocasionadas pelo contexto do pós-guerra na cultura de massa.

Em meio a tudo isso, o ano de 1969, trouxe a concepção teórico-metodológica de uma AD nos moldes traçados por Michel Pêcheux. Em seguida, as proximidades com os historiadores da Nova História, bem como com os pressupostos foucaultianos, conduziram-no a “operar com a oposição documento/monumento e a problematizar os arquivos, os

²⁷ Roland Barthes, escritor, filósofo e crítico literário francês tornou-se referência pela aplicação de método semiológico à análise das obras literárias. É considerado um dos mais importantes pensadores contemporâneos, representante do pós-estruturalismo e do desenvolvimento da semiologia. Sua obra desconstrói as aparências da sociedade de consumo. A obra “Mitologias” tornou-se a bíblia dos estudiosos da comunicação. Afirmava que a literatura não poderia estar vinculada a nada. (BARBIO, Luciana. *Roland Barthes, o pensador francês que jogou um novo olhar sobre a linguagem*. In: *O Globo*. Cultura. 11/11/2015. Disponível em <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/roland-barthes-pensador-frances-que-jogou-um-novo-olhar-sobre-linguagem-18025432#ixzz4MyYNP6cZ>> Acesso: 13 out. 2016.

objetos e os sujeitos da história” (GREGOLIN, 2011, p. 87). Momento de mudanças significativas que acarretaram rearranjos na teoria ao longo das décadas que se seguiram. Assim, Michel Pêcheux viu-se propenso a pensar nas *circulações cotidianas do sentido*, colocando-se na escuta delas.

Distinguindo-se do alcance ‘social’ da língua, ou seja, as mesmas unidades e regras de combinação de todos os membros de uma comunidade linguística, e da condição ‘individual’ da fala, isto é, as variações singulares em sua atualização, o discurso se caracteriza pela regularidade, para Foucault, e pela particularidade das classes sociais, por suas lutas entre si e por suas contradições para Pêcheux. O que lhe torna raro, regular, particular e contraditório é sua natureza histórica, seja ele entendido como relações microfísicas de poder e/ou como relações ideológicas de força e sentido. Um sobrevoo pela obra de Pêcheux e de alguns membros de seu grupo é suficiente para constatar que postulados e noções de Foucault foram mencionados, criticados, recusados e incorporados pela análise do discurso entre o final dos anos de 1969 e começo dos anos de 1980. Exemplo emblemático de uma dessas apropriações é a noção de ‘memória discursiva’, tal como ela fora concebida por Courtine consistiu em importante avanço para uma compreensão mais densa e complexa do conceito de ‘interdiscurso’, que até então não contemplava diferentes durações e conservações do dizer e as distintas temporalidades da história. (PIOVEZANI et. al, 2014, p. 09).

Por volta dos anos 1980, Pêcheux viu-se em mais um momento de reorganização de seus conceitos, visto que confrontado pela incessante revolução audiovisual impulsionada pela grande mídia, o discurso político, objeto da AD por excelência, ganhava os tons da linguagem publicitária, estabelecendo uma configuração discursiva bem mais heterogênea que antes, instaurando, segundo Braga (2015, p. 25),

o reinado das imagens, de modo que os textos recebiam um tratamento sincrético, fazendo com que o discurso verbal desse lugar a materialidades de natureza diversas. Era chegado o tempo de diminuir o abismo entre a vida e a ciência, atentando, nas análises, para a produção e o funcionamento.

Continuar trilhando os mesmos passos de outrora para analisar o discurso político reduziria as análises, deixando escapar os sentidos que não estivessem no léxico. Seria o momento de preencher a lacuna deixada por Saussure, como vinha fazendo Barthes, pois se a política passava por um momento de reviravoltas e reconfigurações, também a Análise do Discurso precisaria se mover, guinar-se teoricamente ao encontro de tais mudanças. “Em que pé estamos em relação a Barthes?” (PÊCHEUX, ([1983] 2007, p. 56).

Nesse entremeio, a problemática posta em *Análise do discurso: Discurso comunista endereçado aos cristãos*, tese de Courtine ([1981], 2009), também reconheceu o discurso político não limitado ao texto verbal; portanto, era preciso vislumbrar sua capacidade de difundir-se em outras modalidades. Naquele momento, Courtine empreendia dois

importantes avanços dentro da AD: i) ao lançar mão do conceito foucaultiano de enunciado, pôde avançar as análises para além da caracterização do funcionamento dos níveis linguísticos; ii) ao descrever como os enunciados são ativadores/ operadores de memórias, individual e coletiva, desenvolveu a noção de memória discursiva.

A fala pública, no entanto, não deixou de sofrer alterações. Os discursos “efêmeros, voláteis e descartáveis” (Courtine, [2011] 2013, p. 30) degradavam-se em fórmulas e se multiplicavam em imagens. Conseqüentemente, a ‘nova’ maneira de se produzir e de fazer circular o discurso político afetaria a sua recepção pela sociedade.

Estas discursividades novas implicavam modos de produção, de circulação e de recepção que quase não se podiam mais deixar-se compreender exclusivamente a partir das palavras e das formas sintáticas. Em consequência, pareceu-me que, se o projeto de uma análise dos discursos que devolve à discursividade sua densidade histórica devesse ser perseguido, ele não poderia fazer economia da análise de representações feitas de discursos, de imagens e de práticas. A circulação contemporânea da palavra pública é realmente, para falar como Marcel Mauss, um ‘fato social’ (...) extremamente complexo, em suma, cuja análise do discurso à antiga quase não saberia, por causa da restrição linguística de seu campo, prestar verdadeiramente contas: ali os discursos são imbricados em práticas não verbais, ali o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto, ali a expressão através da linguagem se conjuga com a expressão do rosto, de forma a não ser mais possível separar linguagem e imagem. (COURTINE, [2011] 2013, p. 30-31).

Desse modo, as análises puderam encontrar-se com as novas configurações do discurso político; indo além, passaram a buscar, na materialidade do arquivo e na confluência da memória, a produção de sentidos advindos do entrecruzamento das séries enunciativas, das práticas e das imagens. Nas palavras de Courtine ([2011] 2013, p. 31), “portanto, é nesse contexto que nasceu a ideia de uma ‘semiologia histórica’”, um projeto centrado na “problemática do signo”.

De início, suas observações voltaram-se ao discurso produzido no engendramento da fala pública com os *closes* dados no rosto do político. Nesse estudo, do qual resultou a obra *História do Rosto*, Courtine foi capaz de captar a espessura histórica do rosto analisando quais signos e expressões, durante os séculos XVI e XVIII, produziram sentidos; um trabalho que se estendeu para além do linguístico e inscreveu-se no paradigma da expressão. Na continuação de seu projeto, Courtine elaborou ainda a *História do corpo*, em que mostrou como os signos inscritos no corpo se tornaram importantes produtores de sentido. Nessa conjuntura, nascia a ideia de uma Semiologia histórica, conforme Braga (2015, p. 28), “evidenciando a construção de uma antropologia histórica, de uma história cultural, ou, ainda, de uma história das sensibilidades, que não

estava resguardada apenas na dimensão linguística de seu corpus, mas efetivamente em sua dimensão semiológica”.

No prefácio da tese de Courtine ([1981] 2009, p. 26), Pêcheux diz já ser “a hora de começar a quebrar os espelhos”, fazendo referência à reviravolta que seus escritos dariam a partir de sua aproximação com os postulados da Nova História e os conceitos da arqueogenealogia foucaultiana.

A inquietação pecheuxtiana com a heterogeneidade discursiva (im)posta na sociedade, sobretudo pela supremacia das imagens da/na mídia, naquela que seria, conforme Debord (1997), a espetacularização da sociedade, propiciou um terreno fecundo para a teoria da Análise do Discurso a partir da década de 1980, quando as problematizações da teoria voltam-se também para as relações de sentido produzidas pelas diversas materialidades discursivas, dentre as quais a imagem, bem como seu potencial como operadores de memória.

Em *Delimitações, inversões, deslocamentos*, Pêcheux (1990, p. 24) afirma, “o olho é mais crível que o ouvido; diferentemente que um enunciado, uma imagem não tem alhures, não se pode aplicar a ela uma transformação negativa ou interrogativa”; também em *O papel da memória* ([1983] 2007)²⁸, Pêcheux, discute, no diálogo com Jean Davallon (1983) em *A imagem, uma arte da memória*, as consequências da memória midiaticizada para as relações sociais.

Segundo Pêcheux (1999, p. 58), “uma memória é necessariamente um espaço móvel de divisões, disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra discursos”. Por isso, assim como os enunciados verbais trazem consigo referências de discursos outros, reconhecidos pela sociedade, também as imagens, quando passam a circular veementemente em todos os campos, ganham um papel social poderoso, à medida que evocam e remetem a imagens anteriores, tornam-se operadoras imponentes da memória coletiva, isso porque passam a interferir na produção e na construção do sentido por trazerem aos enunciados os valores históricos, sociais e ideológicos postos anteriormente.

Nesse sentido, o interdiscurso não se estabelece apenas na materialidade linguística, mas também no imagético, no sincrético. O pré-construído não se dá apenas no verbo, no

²⁸ O conjunto de quatro textos apresentados no livro *Papel da memória* constitui a seção temática “Papel da memória” inserida em *História e Linguística*, uma publicação das Atas da Mesa Redonda “Linguagem e Sociedade”, do Colóquio da Ecole Normale Supérieure (MAZZOLA, 2015, p. 82).

dito anteriormente, mas também no visto antes, no fotografado alhures, no representado imagetivamente em outro momento e em outro lugar.

Isso significa que, na construção do sentido, interferem as relações sintáticas entre os termos do enunciado, bem como as relações desses termos com as imagens que compõem uma manchete jornalística, “a presença do ‘não-dito’ que atravessa o ‘dito’, sem que haja uma fronteira identificável” (MALDIDIER, 2011, p.53), amplia-se para a presença do não mostrado que atravessa o mostrado, estabelecendo-se uma linha tênue que também pode provocar apagamentos, esquecimentos, modificações, interpretações ‘novas’, sentidos outros. A memória discursiva pode se valer de uma materialização sincrética, multimodal, cujo efeito como unidade do discurso poderá promover um retorno, um já-visto.

Desse modo, podemos pensar que há imagens que acabam por se consolidar na memória coletiva, tornando-se ícones de um determinado momento histórico. Essa característica icônica confere-lhes um lugar privilegiado: a capacidade de ser trazido à tona em outros momentos, tendo seu(s) sentido(s) atualizado(s). É nesse sentido que se torna fundamental observar a recorrência de um ícone.

Logo, convém-nos operar o conceito de *intericonicidade*, conforme posto por Courtine,

[...] toda imagem se inscreve em uma cultura visual, e esta cultura supõe a existência junto ao indivíduo de uma memória visual, de uma memória das imagens onde toda imagem tem um eco. Existe um ‘sempre-já’ da imagem. Esta memória das imagens pode ser uma memória das imagens externas, percebidas, mas pode ser igualmente a memória das imagens internas, sugeridas, ‘despertadas’ pela percepção exterior de uma imagem. A noção de intericonicidade é assim uma noção complexa, porque ela supõe colocar em relação imagens externas, mas igualmente imagens internas, imagens da lembrança, imagens da rememoração, imagens das impressões visuais estocadas pelo indivíduo. Não existe imagem que não nos faça ressurgir outras imagens, tenham elas sido outrora vistas ou simplesmente imaginadas. [...] A intericonicidade supõe, portanto, relacionar conexões de imagens: imagens exteriores ao sujeito, como quando uma imagem pode ser inscrita numa série de imagens, uma arqueologia, à maneira do enunciado numa rede de formulações junto à Foucault; mas também imagens internas [...]. ([2011] 2013, p. 43-44. Grifos do autor).

Sendo assim, à trilha de Foucault (1986), Courtine nos conduz a perceber a repetição das imagens como elemento essencial da produção de sentidos, já que “as culturas cristalizam procedimentos tanto no campo da *dizibilidade* (certas fórmulas, maneiras de dizer) quanto das *visibilidades*.” (GREGOLIN, 2011, p. 95).

O conceito de *intericonicidade* é fecundo ao nosso arquivo de análise, pois à medida que considera a realidade da memória das imagens, considera também que as produções imagéticas são passíveis de análise, não só ajustamento, como também “pela detecção no material significante da imagem, pelos indícios, pelos rastros que outras imagens ali depositaram, e pela reconstrução, a partir desses rastros, da genealogia das imagens de nossa cultura.” (COURTINE, [2011] 2013, p. 44).

Na constituição do dispositivo do controle do corpo, discursos e imagens sofreram mutações, continuidades e descontinuidades, na duração do século XX e XXI; as imagens podem ser observadas a partir da *intericonicidade*, visto que muitas delas tornaram-se ícones. Dito de outro modo, a imagem materializa discurso sobre certos objetos, concentra posições de sujeito(s) e compõe um domínio de memória, logo, é relevante seu papel na produção de subjetividades e na objetivação do corpo feminino.

1.5 O CORPO NO ÂMBITO DISCURSIVO: O OBJETO DE ESTUDO

O discurso marca o corpo e este se constitui naquele. Discurso e corpo misturam-se e desse dueto emanam sentidos múltiplos, diversos, historicamente constituídos, socialmente difundidos. Na contemporaneidade, época que nos parece permeada pelo ápice da expressividade física, seja ela centrada na expressão facial ou no restante do corpo, toda gestualidade, seja as do rosto de um político, seja as das garotas das campanhas publicitárias e seus corpos lustrosos e definidos, desperta sentidos produzidos no léxico e fora dele.

O corpo é a instância por meio da qual o homem aprende sua finitude, “o modo de ser da vida lhe é dado fundamentalmente pelo próprio corpo” (CASTRO, 2009, p. 87), um fragmento “ambíguo” que articula o próprio espaço “sobre o espaço das coisas”.

Para Febvre (1996, p. 544-545), o corpo designa o ser humano como “o homem vivo, o homem em carne e osso”, aquele que experimenta as variações mundanas e aprende a garantir a própria subsistência. O ser humano concreto que habita distintos lugares e culturas, sendo, por conseguinte, alvo de uma curiosidade histórica,

do mundo da lentidão ao mundo da velocidade, do retrato pintado ao retrato fotográfico, dos cuidados individuais à prevenção coletiva, da cozinha à gastronomia, da sexualidade moralizada à sexualidade psicologizada, tantas

dinâmicas temporais, tantas visões diferentes do mundo e investimentos diferentes no corpo (CORBIN, COURTINE, VIGARELLO, [2005]2012, p. 07-08).

Ao se reconhecer o corpo submetido a conhecimentos diversos, os quais, segundo Castro (2009, p. 87), “determinam suas formas e que lhe manifestam seus conteúdos empíricos”, o corpo torna-se um objeto central. Nas palavras de Courtine ([2011]2013, p. 12), foi assim que o corpo “veio bater à porta”, tornando-se o alvo de estudos e pesquisas das ciências humanas “na virada do século XX”.

(...) é precisamente a experiência mais material que restitui uma história do corpo, sua densidade, sua ressonância imaginária. A originalidade última desta experiência é estar no cruzamento do invólucro individualizado com a experiência social, da referência subjetiva com a norma coletiva. (CORBIN, COURTINE, VIGARELLO, [2005]2012, p. 11).

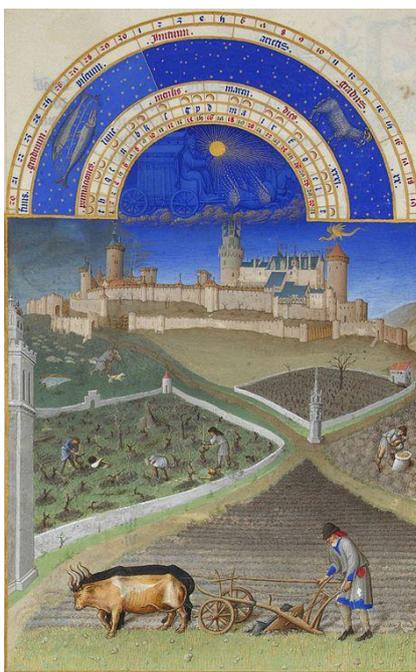
O corpo é a fronteira na qual se encontram o individual e o coletivo. É essa fronteira que dá ao corpo o status de cerne de toda dinâmica cultural. O corpo é “ao mesmo tempo receptáculo e ator” (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, [2005]2012, p. 11), já que participa ativamente da legitimação e da interiorização das normas. Pensado à luz de Foucault ([1975]2008), o corpo é o “alvo do poder”. O poder investe sobre o corpo, modelando-o, normatizando-o, corrigindo-o. Por outro lado, o corpo também é o *locus* onde se manifesta a resistência.

Sempre que a palavra corpo aparecer em nosso estudo, é a esse corpo, acima descrito, que nos referimos. O corpo que converge em si o subjetivo e o social. Sob o viés foucaultiano, o corpo, morada pouco duradoura do sujeito, é ao mesmo tempo padronizado e resistente, ocupa o lugar da existência no embate das relações de força do poder/saber. O corpo da mulher pensado como o resultado do investimento de toda uma história do feminino, submetido à objetivação imposta pelos critérios estéticos dos padrões de beleza, ao mesmo tempo, o corpo que resistiu às tentativas de cerceamento, saiu às ruas e reivindicou a própria libertação. O corpo pensado também em sua instância política, destinada ao controle dos corpos e, portanto, às forças individuais: o corpo submetido ao *biopoder* de uma *biopolítica*. Uma história do corpo que revela também o universo cultural, religioso, social e econômico de toda uma sociedade, olhando tudo o que cerca o sujeito e o contextualiza. Por isso, o corpo é esse objeto de estudo tão relevante e central, contudo, nem sempre ele foi observado sob essa perspectiva; houve um longo período até que esse objeto pudesse adentrar o campo dos estudos das ciências sociais e humanas, conforme veremos.

A questão é de natureza epistemológica e diz respeito aos fundamentos do próprio projeto: como é que o corpo se tornou, em nossos dias, um objeto de investigação histórica? A pergunta parece ainda mais legítima quando se sabe que, em uma tradição filosófica dominada pelo cartesianismo, tudo contribuía para lhe atribuir um papel secundário, até o fim do século XIX pelo menos. Na virada do século, entretanto, a relação entre sujeito e seu corpo começou a ser definida em outros termos. (COURTINE, [2006]2011, P. 07)

Segundo Corbin, Courtine, Vigarello, ([2005]2012, p. 08), no século XV o corpo foi “miniaturizado com perfeição”, na obra *Les très riches heures du Duc de Berry*²⁹. O livro de orações, encomendado pelo Duque Jean de Berry aos irmãos Limbourg, compõe-se de imagens do trabalho humano agrícola em cada um dos meses do ano e das festividades típicas daquele período. Exemplificando, abaixo, apresentamos a imagem do mês de março.

Figura 1 – Março: Semeando o campo.



Fonte: PUBLIC DOMAIN REVIEW

A imagem do mês de março³⁰, representada acima, revela algo que acontece em todos os outros meses ilustrados na obra: a presença do céu, do ciclo solar, e dos signos do

²⁹ Tradução: As horas muito ricas do duque de Berry.

³⁰ O leitor poderá visualizar as imagens dos demais meses representados na obra no link <<http://publicdomainreview.org/collections/labors-of-the-months-from-the-tres-riches-heures/>>. Acesso: 08 ago. 2016.

zodíaco. Até aquele momento, era submetido às influências secretas que a imagem corpórea aparecia. O “suposto rastro dos planetas, a crença em alguma potência mágica” (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, [2005]2012, p. 08) que não apenas determinam o plantio, o cultivo e a colheita, mas também invadem os órgãos e a pele. As partes do corpo humano, tão fragilmente desenhado pelos irmãos Limbourg, espelham “uma a uma as partes do céu”. Nesse universo compôs-se a verdade de toda uma época: de que há forças cósmicas que “orientam os desejos, o equilíbrio dos humores e da carnação” (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, [2005]2012, p. 08).

O mecanismo clássico do século XVII passou a sugerir outro tipo de relação para o corpo, não mais com o universo cósmico, mas sim com as diversas máquinas inventadas naquele momento. O corpo influenciado pelos astros cede lugar ao corpo da física hidráulica. A manipulação astrológica cede espaço para o funcionamento sistemático. Nessa passagem da influência da Astrologia para a da Física, o corpo é tido e visto como um sistema de engrenagens, ou ainda como uma intrincada rede de canais de onde e por onde fluíam as substâncias licorosas – sangue, linfa.

Em meio à visão tecnicista, contudo, os referenciais religiosos não se apagam, já que o corpo continha lugares impuros que desagradariam a Deus e, sendo assim, precisavam ser purificados.

Em outras palavras, o corpo existe em seu invólucro imediato como em suas referências representativas: lógicas ‘subjetivas’, também elas variáveis com a cultura dos grupos e os momentos do tempo. Não se deve ignorar a influência persistente dos referenciais religiosos: a hierarquia entre as partes ‘nobres’ do corpo e as partes ‘julgadas indignas’, o pudor orientado para o que agrada a Deus. (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, [2005]2012, p. 08-09)

Naquele momento, ao corpo impuseram-se técnicas como o vômito provocado, a purgação e a sangria, numa busca desenfreada pela purificação de seu interior, acentuando a “depuração de seus líquidos com o ajustamento dos cabos e canais” (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, [2005]2012, p. 09), numa mescla de referenciais tecnicistas e religiosos. As técnicas de purificação denotavam a hierarquia social: quanto mais alta a classe, mais frequentes as técnicas. Um corpo mais puro, mais limpo era também mais digno da proteção divina.

Essa concepção do corpo, bem como as técnicas adotadas na intenção de purificá-lo, trouxeram consequências pontuais para a “manutenção de si mesmo, a eficácia dos gestos, os supostos efeitos do meio” (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, [2005]2012,

p.11), alocando-o no limite entre os cuidados consigo e as influências culturais do momento.

Os prelúdios da visão contemporânea do corpo começaram a aparecer no século XVIII. No século das luzes, a influência religiosa sofre acentuada queda, observada por exemplo, no declínio das pinturas que retratavam a imagem religiosa na sociedade parisiense, substituídas em acentuada proporção pelos “retratos pessoais da elite nos inventários depois da morte” (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, [2005]2012, p.18).

No entanto, enquanto nos estudos médicos e biológicos o corpo era estudado em sua geografia, no campo filosófico, [o corpo] ainda permanecia em segundo plano. As ciências humanas não se interessavam pelos mesmos objetos das ciências naturais. No século XIX, portanto, o corpo era protagonista nas esferas médica e natural, mas não aparecia nas ciências humanas.

Recolher informações junto aos pacientes, examiná-los com atenção (clínica), fazer a ligação entre os sintomas que apresentam e suas lesões orgânicas (percurso anatomoclínico), analisar os diferentes elementos do corpo humano (órgãos, tecidos, células) saudáveis ou doentes (anatomia e anatomia patológica): essas atividades estão no coração da medicina da atualidade e constituem suas principais subdisciplinas. Elas são promovidas apenas em um século, que se estende de 1750 a 1850 (CORBIN, [2005]2012, p. 17-18)

O olhar sobre o corpo ampliava-se nas ciências biológicas, mas não se olhava para esse objeto em outras áreas. Contudo, apesar de longe da cena nos estudos sobre a humanidade, o corpo mantinha-se constantemente sob vigia, por uma “miríade de instituições curativas, educativas e reeducativas” (COURTINE, [2011]2013, p. 12), que pretendiam discipliná-lo. Essa pretensão disciplinar tornava o corpo um objeto político, inserido em um contexto social, que não poderia, definitivamente, ser mantido fora das pesquisas da área das humanidades.

Foi justamente a percepção dessa instância política a que o corpo se submetia que o tornou um objeto de extrema relevância para a compreensão também do social. Ao se perceber o corpo concomitantemente como alvo e terreno da vida em sociedade é que ele se tornou a aposta também dos estudos humanos na virada do século XIX.

(...) em uma tradição filosófica dominada pelo cartesianismo, tudo contribuía para lhe [ao corpo] atribuir um papel secundário, até o fim do século XIX, pelo menos. Na virada do século, entretanto, a relação entre o sujeito e o seu corpo começou a ser definida em outros termos (COURTINE [2006]2011, p. 07).

Segundo Merleau-Ponty (1960, p. 287), até o século XIX, muitos pensadores consideravam que corpo humano não passava de “um pedaço de matéria, um feixe de mecanismos”, visão que só se alterou no século XX, período que “restaurou e aprofundou a questão da carne, isto é, do corpo animado”. Por isso, para Courtine ([2006]2011, p. 07), “o século XX é que inventou teoricamente o corpo”.

Para que o corpo aticasse a curiosidade das ciências humanas, o trabalho de Freud foi fundamental. Em seus *Estudos sobre a histeria* (1895), o psicanalista “decifrou a histeria da conversão e compreendeu o que iria constituir o enunciado essencial de muitas interrogações que viriam depois: o inconsciente fala através do corpo” ([2006]2011, p. 07-08), ao observar a demonstração dos corpos que Charcot mostrava na Salpêtrière³¹.

A psicanálise freudiana promoveu uma mudança do paradigma cartesiano que acreditava no dualismo *corpo/alma*. Até Freud acreditava-se que a alma falasse por meio do corpo, no entanto os estudos do psicanalista mostraram que os sinais manifestados pelo corpo eram muito mais os do inconsciente, que os da alma. Logo, o corpo e seu interior não se desvinculam. E, assim sendo, é por meio do corpo que o sujeito fala. Essa concepção avigorou o corpo como objeto teórico, tornando-se, conforme Courtine ([2011]2013), a primeira e mais importante etapa de evidenciação do corpo nos estudos das ciências humanas.

³¹ O *Pitié-Salpêtrière* é um hospital de Paris, projetado por Louis Le Vau e construído no século XVII, inicialmente para ser uma fábrica de pólvora. Quinze anos depois, o prédio foi usado para moradia de pessoas que pudessem perturbar a ordem da cidade, no geral, pobres, mendigos, desocupados e marginais diversos. Logo depois, serviu de prisão para afastar do convívio social as prostitutas, os doentes mentais, os epiléticos e todos aqueles considerados criminosos insanos. Durante a Revolução francesa, o povo invadiu o lugar, as prostitutas foram libertadas e os demais foram assassinados. Depois da Revolução, o *Salpêtrière* passou a ser usado como asilo e hospital psiquiátrico para mulheres. Em 1862, Jean-Martin Charcot, conhecido como o pai da neurologia moderna, tornou-se diretor da instituição. Naquele ano, o hospital já contava com cerca de 4.300 mulheres, dentre delinquentes, desabrigadas, pedintes, epiléticas, histéricas e dementes, todas misturadas. Por isso, inicialmente, Charcot promoveu a separação das mulheres em dois grandes grupos: as dementes e as doentes com convulsões (epiléticas e histéricas). Em seguida, as segundas também foram separadas, sendo que as histéricas passaram para a “seção das epiléticas simples”. A ala confiada a Charcot permitiu que ele mergulhasse nos estudos sobre a histeria. Para o médico, tornou-se óbvio que a histeria, que era qualquer coisa como um camaleão psiquiátrico, tinha mimetizado, na época, os sintomas clínicos da epilepsia, por isso, fez um esforço inusitado para tentar compreender e classificá-la, estabelecendo fronteiras nosológicas – com as limitações inerentes ao estado da ciência médica da época – entre a histeria e a epilepsia. Com apoio político, em 1881, o médico conseguiu criar a primeira Cátedra de Doenças Nervosas do mundo, fato que tornou o *Salpêtrière* um importante local de investigação e ensino teórico e clínico. Atualmente, o local é um centro hospitalar universitário, que engloba a maioria das especialidades médicas. As aulas de Charcot ajudaram a elucidar a história natural e a fisiopatologia de muitas doenças, dentre as quais a neurosífilis, a epilepsia e o acidente vascular cerebral. Sigmund Freud foi aluno de Charcot. (GRAMARY, A. Charcot e a Iconografia Fotográfica de La Salpêtrière. In: Saúde Mental Mental. Volume X, Nº 3 Maio/Junho 2008. Leituras, p. 61-63. Disponível em: <http://www.saude-mental.net/pdf/vol10_rev3_leituras1.pdf>. Acesso: 15 ago. 2016).

O passo seguinte foi dado pela Fenomenologia³² do filósofo alemão Edmund Husserl (1859-1938). Para ele, apreender o fenômeno equivale a apreender a aparição das coisas à consciência. Isso significa captar a essência, aquilo que o objeto é em si, isto é “ir ao encontro das coisas em si mesmas” (HUSSERL, 2008, p. 17).

Nesse sentido, a filosofia husserliana inaugurou uma nova metodologia de investigação de grande influência no meio acadêmico, estabelecendo a Fenomenologia como um marco imprescindível na filosofia contemporânea: a passagem do emocional/psíquico para a somatização no corpo.

Mediante a concepção fenomenológica, as dores físicas são tidas como o fenômeno que permite perceber a essência de um corpo em sofrimento. Os sintomas são o que o corpo revela/quer revelar ao mundo, o corpo falando através de seus sinais externos. Observar os indícios marcados no corpo é analisá-lo em sua essência, porque essa revela-se por meio daqueles. É assim que a sintomatologia, também conhecida como Semiologia médica, conforme Husserl, torna o corpo o “berço original” de toda significação.

A concepção fenomenológica uniu o corpo ao sujeito, influenciando profundamente o pensamento filosófico francês, abrindo um leque para reflexões teóricas e novas concepções como a de Merleau-Ponty (1945, p.97), segundo a qual o corpo do sujeito é seu desdobramento no tempo e no espaço, a “encarnação da consciência, o pivô do mundo”. Sujeito e mundo externo vinculam-se por meio do corpo.

De acordo com Courtine ([2006]2011), o terceiro fundamento que colocaria o corpo no centro das pesquisas vem da Antropologia, mais precisamente, dos estudos de Marcel Mauss (1950) sobre as “técnicas do corpo”³³. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Mauss observou modos diferentes entre soldados franceses e ingleses na execução das tarefas de cavar buracos e marchar. As culturas distintas impuseram nos soldados diferentes formas de servirem-se do corpo para executarem as mesmas tarefas. Ao buscar compreender tais singularidades, e o espanto que elas lhe causaram, Mauss elaborou a noção de “técnica corporal” – “as maneiras como os homens, sociedade por sociedade, de maneira tradicional, sabem servir-se do seu corpo” (MAUSS, 1950, p. 365).

³² O termo *fenomenologia* surgiu a partir do grego *phainesthai*, que significa "aquilo que se apresenta ou que se mostra". Esse termo foi empregado por alguns pensadores ao longo da história da Filosofia, podendo ser definida nos seguintes termos: “descrição daquilo que aparece ou ciência que tem como objetivo ou projeto essa descrição” (ABBAGNANO, 2000, p. 437). A fenomenologia está relacionada diretamente ao conceito de *fenômeno*, o qual pode ser definido como “aquilo que aparece ou se manifesta” (ABBAGNANO, 2000, p. 437).

³³ “*Les techniques du corps*”, comunicação apresentada por Marcel Mauss à Sociedade Psicológica, em 17/05/1934.

Ao firmar o conceito de “técnica corporal”, Mauss inscreveu o sujeito em uma tradição social que lhe ensina a maneira de usar o corpo na execução de trabalhos. Esse fato vigorou novas reflexões históricas e antropológicas que, associadas ao itinerário de reflexões anteriores percorrido pela Psicanálise e pela Fenomenologia, revelou-nos o objeto corpo, próximo de como o vemos e o estudamos na contemporaneidade: atado ao inconsciente, preso ao sujeito e inserido nas formas sociais da cultura.

Contudo, Courtine ([2006]2011), p.08) evidencia que ao corpo “faltava um derradeiro obstáculo a transpor: a obsessão linguística do estruturalismo”, já que esse “do pós-guerra até a década de 1960, ia, com efeito, enterrar a questão do corpo com a do sujeito e suas ‘ilusões’”.

(...) não havia para ele [o corpo] nenhum interstício onde se alojar na junção compacta de marxismo, de psicanálise e de linguística que iria recobrir o campo das humanidades até os anos de 1970. Nenhum lugar para o corpo na ideologia, seus aparelhos de Estado e suas estruturas discursivas pensadas sobre o modelo da língua: o pensamento crítico, que havia feito disso seu único objeto, permanecia cego àquilo que do poder não era parte recebedora do aparelho de Estado, que funcionava abaixo ou bem ao lado dele, em nível realmente mais difuso, cotidiano e banal (...). (COURTINE, [2011]2013, p. 14-15)

De acordo com Courtine ([2011]2013 p. 15), o estruturalismo, ao voltar-se obsessivamente à língua e seus mecanismos de organização, deixou escapar a questão “provavelmente bem mais materialista”: o corpo e as influências do poder sobre ele. Por isso, podemos dizer que do final da II Guerra até a década de 1960, o estruturalismo impediu que o corpo entrasse em cena nos estudos linguísticos, mantendo a tese do corpo sepultada. A partir do final da década de 1960 e início dos anos 1970, as coisas começaram a mudar, conforme Courtine ([2006]2011, p. 08),

isso se deveu provavelmente menos, ao contrário do que muitas vezes se pensa, à iniciativa dos pensadores do momento que ao fato de que o corpo se pôs a desempenhar os primeiros papéis nos movimentos individualistas e igualitaristas de protesto contra o peso das hierarquias culturais, políticas e sociais, herdadas do passado.

O corpo entrou em evidência sobretudo nos movimentos sociais, já que para esses, aquele era uma promessa por se configurar como o campo de protesto contra disciplinas e hierarquias culturais do passado. Ao ser usado para manifestação social e política, o corpo retornou à cena, marcando-se como local de contestação, o terreno usado para reivindicações a favor dos oprimidos e dos marginalizados.

A título de exemplificação, citemos o slogan *Nosso corpo nos pertence*, bradado pelas mulheres, nas ruas, no começo dos anos 1970, requerendo o direito ao aborto, à

liberdade sexual e ao controle de seus corpos. Segundo uma das fundadoras do Movimento da Libertação Feminina, Antoinette Fouque (1990, p. 126 *apud* Courtine [2006]2011, p. 09),

De nada adiantou o Movimento das mulheres ter sido iniciado – como se disse – por intelectuais [...], primeiro o que veio foi um grito, e o corpo com esse grito: o corpo tão duramente maltratado pela sociedade dos anos 1960, tão violentamente recalçado pelos modernos da época, os mestres do pensamento contemporâneo³⁴. Eu dizia que a revolução que o Movimento da Libertação Feminina iria realizar consistiria em levantar a censura sobre o corpo, tal como Freud [...] levantara a censura sobre o inconsciente.

Infelizmente, o corpo “não sustentou as promessas de revolução das quais se podia esperá-lo portador” (COURTINE, [2011]2013, p. 15), mas, sem sombra de dúvidas, “conservou as lutas sociais e as aspirações individuais”, ganhando proporções intelectuais consideráveis, inserindo-o no “coração dos debates culturais” que “transformaram profundamente a sua existência como objeto de pensamento. Ele carrega, desde então, as marcas de gênero, de classe e de origem, e estas não podem ser mais apagadas” (COURTINE [2006]2011, p. 09-10).

No campo teórico da AD, [contemporânea aos movimentos sociais e políticos das décadas de 1960 e 1970], a aproximação entre corpo e discurso não acontecerá de imediato; tornando-se possível à medida que as pesquisas avançaram e o escopo de materialidades analisáveis se ampliou. Foi quando o corpo passou a ser observado como linguagem, como forma de subjetivação e, portanto, numa estreita relação com o discurso. Em Pêcheux (1990), encontramos referências ao corpo, ao se dizer da necessidade universal de um mundo semanticamente normatizado que se inicia na relação do sujeito com seu próprio corpo e se estende na relação com seus arredores imediatos. O corpo é, assim, uma materialidade significativa porque se constitui de sentidos e porque produz sentidos.

Conquanto, podemos dizer que o corpo ganha notoriedade é no terreno filosófico de Michel Foucault, para quem o discurso é também o eixo que conduz as análises, é que o corpo ganhou ainda mais relevância teórica ao ser inscrito no “horizonte histórico da longa duração” (COURTINE [2006]2011, p. 10).

Terá sido, enfim, necessário passar, no plano teórico, por uma inversão nietzscheana do vínculo entre corpo e sujeito, que recebeu seu tratamento mais radical no *Anti-Édipo* e ganhou seu título de nobreza no trabalho de Michel Foucault, cuja presença explícita ou implícita, reivindicada ou criticada, atravessa muitos estudos”. (COURTINE [2006]2011, p. 09-10)

³⁴ “*Femmes en mouvement: hier., aujourd’hui, demain*”. Le Débat, n. 59, mar.-abr./1990, p. 126.

Na transição da arqueologia dos saberes para a genealogia dos poderes, Foucault eleva o corpo ao ponto central das pesquisas, mostrando em *Vigiar e punir*, “a generalização dos encarceramentos e a sistematização das disciplinas” que fizeram “do corpo o alvo essencial de uma tecnologia política” (COURTINE, [2011]2013, p. 16). Os estudos foucaultianos voltam-se à tentativa de evidenciar os poderes e a vigilância exercidos sobre o corpo, revelando como as redes discursivas dos saberes das ciências humanas se distribuíram e passaram a olhar para o corpo, enfatizando “as mutações do olhar” sobre esse.

Mas o corpo é também diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder operam sobre ele uma influência imediata; elas investem contra ele, o marcam, o adestram, o supliciam, o constroem a trabalhos, o obrigam a cerimônias, cobram dele signos (FOUCAULT, 1975, p.30).

Para Courtine ([2011]2013, p. 17), a obra foucaultiana promoveu o “enraizamento inicial do corpo no discurso das ciências humanas”.

Foucault (1975) nos revelou como o despir o corpo, evidenciando-o nas diversas ciências, fomentou o zelo sobre ele, por um lado, e, por outro, abriu espaço para um maior controle e coerção desse corpo. Isso significa que pleitear o controle do corpo é também colidir em coerções impostas a ele pelo poder e pela força das normas sociais, porque saberes e poderes produzem discursos cristalizados pelo tempo, institucionalizados. Esses objetivam padrões que coagem o corpo a ser dessa ou daquela forma. O corpo não é a origem dos discursos, mas sim a circunstância na qual os discursos [sobre o corpo e seu controle] se inscrevem.

Nessa contextualização da trajetória percorrida pelo corpo até se tornar um profícuo objeto de estudo, percebemos que observar o corpo na contemporaneidade implica deparar-se com esse objeto em várias materialidades discursivas: o corpo está nos textos verbais – nos tratados da medicina, nas receitas de alimentação saudável; o corpo está nas imagens – nas pinturas, nas fotografias que ilustram os textos, nos perfis das redes da *Web*. Encontramos o corpo, explícito ou implícito, numa multimodalidade que não pode mais escapar aos olhos do analista.

Nossa filiação à AD de matriz francófona sustenta nossa tentativa de se evidenciar o funcionamento dos mecanismos de produção de sentidos para o corpo feminino ao longo de todo século XX e início do século XXI. Mediante essa perspectiva, observamos desde

os termos usados para nomear esse corpo a cada período, buscando as regularidades que foram capazes de produzir uma determinação histórica dos sentidos para esse corpo a partir do modo como foi nomeado.

Como adeptos de uma metodologia arqueogenealógica, segundo os pressupostos foucaultianos, compreendemos que os sentidos para o corpo feminino se desenvolveu no bojo de um dispositivo, ou seja, no interior de um emaranhado de relações de saber-poder que, por sua vez, desencadeiam a produção de subjetividade(s). No interior desse dispositivo, reconhecemos que a produção de subjetividade(s) se dá também a partir de enunciados não verbais, ou mesmo sincréticos, porque a imagem também é uma força propulsora da produção de sentidos.

Conforme Veyne (2009, p. 53), “é-nos impossível soltar (desencalhar) os factos do invólucro dos seus discursos)”, logo, esta tese não trata de descrever ou mesmo determinar pontualmente o que é o corpo das mulheres, mas de delineá-lo a partir de como o discurso moldou-nos a observá-lo.

CAPÍTULO II

O DISCURSO: CONSTRUÇÃO DA MULHER BONITA/SAUDÁVEL

(1901 – 1949)

[...]

*Se comeis muito, guloso,
E faminto, se sois parco,
Se comeis bem, regalão,
E se mal, nunca sois farto.*

[...]

*Se sois gordo, sois balofo,
Sois tísico, se sois magro,
Se pequeno, sois anão,
E gigante, se sois alto.*

[...]

*[Gregório de Matos.
Reprovações. In: Spina, S..A
poesia de Gregório de Matos.
SP: Edusp, 1995, p.192.]*

2.1. A GORDURA NA EUROPA OCIDENTAL MEDIEVAL: O SIGNO DO PECADO, DA INSALUBRIDADE E DA GROSSERIA

História, cultura e sociedade caminham sempre juntas. Essa força tríplice é que norteia e conduz as relações em uma civilização, dentre as quais a forma como o corpo é visto, conceituado e considerado, ao longo do tempo e em cada época. O corpo pode ser percebido de modos diferentes, não só em momentos distintos, mas também em sociedades diversas. O modo como uma civilização olha para o corpo, o conceitua e o considera é uma questão histórica, social e cultural.

Faz-se necessário pontuarmos também que, ainda que no interior de uma mesma cultura, nada ocorre de modo homogêneo e uniforme; por isso, ainda que o discurso sobre

o corpo e sua silhueta possa reverberar em uma grande parcela dentro de uma sociedade e de uma cultura, não é possível considerá-lo como totalizante, na suposição de que atingiu a todos exatamente do mesmo modo, gerando os mesmos efeitos e produzindo os mesmos sentidos. Queremos dizer com isso que, ao longo dessa tese tentaremos também apontar as resistências, ou o que seja “fator de desordem do discurso, apontando as falácias das hegemonias, a ilusão da univocidade, os mecanismos que engendram suas próprias condições de produção, de interpretação, imaginação” (SWAIN, 2006, p. 119).

Posto isso, lancemos o foco para as relações do sujeito com os outros e consigo mesmos, porque é por meio dessas que um indivíduo pode constituir-se como sujeito, segundo o que nos diz Foucault (1995), referindo-se à própria obra, “meu objetivo foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos”. Ou seja, “trata-se, portanto, de pensar o sujeito como um objeto historicamente constituído sobre a base de determinações que lhe são exteriores” (REVEL, 2005, p. 84). Poderíamos dizer também que se trata de pensar o sujeito a partir do modo como é objetivado. Mediante essa perspectiva, podemos dizer que a história por nós proposta começa a ser contada a partir do seguinte questionamento: como, no interior da cultura ocidental, as mulheres tornaram-se/ tornam-se sujeitos a partir da gordura que acumulam em seus corpos?

Sendo assim, é preciso inicialmente pensar o sujeito, em relação aos demais e em relação ao seu próprio corpo, especialmente, no que tange a gordura que esse corpo acumula, pois essas relações também nos são importantes ao longo dessa pesquisa. Isso quer dizer que pensaremos o sujeito sendo constituído a partir das determinações exteriores sobre a gordura, porque sobre essa há definições, investigações, recomendações tratados de ciências que a vasculharam e, pensando assim, chegamos à conclusão de que sobre a gordura constituiu-se um saber. Por conseguinte, esse saber produziu uma verdade e, a partir disso, relações de poder se constituem, entendidas, conforme Foucault (1995, p. 240) como “um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras”.

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a. (FOUCAULT, 1995 p. 235).

Podemos considerar que o saber sobre a gordura e as relações de poder estabelecidas a partir disso, ensejam a constituição do(s) sujeito(s), mediante os dois significados dessa palavra postos por Foucault: i) sujeito porque submete-se ao controle do saber sobre a gordura; ii) sujeito porque preso à sua própria identidade, advinda de sua consciência da gordura de seu próprio corpo.

Com isso, compreendemos que no interior daquela tríplice força que mencionamos no início desta seção [história, cultura e sociedade], inicialmente o saber constituído sobre a gordura objetiva os sujeitos, porque os distingue e os separa, divide-o em seu interior e em relação aos demais, estabelece categorias distintas - magro / gordo / muito gordo / obeso / etc. Em seguida, a partir do modo como o sujeito se reconhece em cada uma das categorias, ocorrerá o processo de subjetivação. Subjetivado, o sujeito termina subjugado pelas determinações socioculturais tidas como pertinentes àquela categoria, passando a corresponder a elas. Contudo, não nos esqueçamos que o sujeito também pode resistir.

À esteira disso, podemos dizer que o saber sobre a gordura não só é objetivo, mas também objetiva, porque os sujeitos foram/são divididos e conceituados a partir dele. Por isso, em diversos momentos dessa tese, faremos menção às expressões *objetivação* e *subjetivação* e, quando assim o fizermos, será por querermos ressaltar que “o sujeito não se constitui sobre o fundo de uma identidade psicológica, mas por meio de práticas que podem ser de poder ou de conhecimento, ou ainda por técnicas de si” (REVEL, 2005, p.84-85). Disso podemos compreender que,

No curso de sua história, os homens jamais cessaram de se constituir, isto é, de deslocar continuamente sua subjetividade, de se constituir numa série infinita e múltipla de subjetividades diferentes, que jamais terão fim e que não nos colocam jamais diante de alguma coisa que seria o homem (FOUCAULT, 1994, *apud* REVEL, 85).

Sendo assim, não é de um indivíduo em particular, em seu âmbito biopsicológico que estamos falando, mas de um sujeito constituído na confluência de premissas históricas e do trabalho sobre si mesmo, porque é justamente aí que se produzem as subjetividades. Por conseguinte, a existência de uma produção de subjetividade(s) advindas do modo como o discurso molda o olhar social e do(s) sujeito(s) quanto ao peso do corpo é, ao mesmo tempo, um detalhamento arqueológico – porque visa descrever a formação de um conjunto de saberes sobre o corpo do sujeito e sobre a gordura que esse pode ou não acumular; uma descrição genealógica - por tratar-se de uma pormenorização de uma práxis

de dominação às quais os sujeitos podem estar submetidos; ainda, uma análise das técnicas que ligam os sujeitos a si mesmos, para se produzirem e se transformarem (REVEL, 2005).

Houve um tempo em que o acúmulo de carnes no corpo e as dobras adiposas encantavam. Os mitos medievais valorizavam os gigantes em suas formas imensas; as mulheres louvadas eram as gordas; nas terras almeçadas em sonho, o alimento brotava em quantidades imensas. O gordo seduzia e impressionava. Seu corpo denso, sugestionava “uma encarnação da abundância, indicava riqueza e simbolizava saúde. Sinais decisivos num universo em que reina a precariedade, senão a fome”. (VIGARELLO, 2012a, p. 19).

Conforme Vigarello (2012a), até o século XVI a humanidade vivenciou diversos episódios de escassez de alimentos, sobretudo no período medieval (476-1453), marcado por muitas crises de abastecimento devido aos graves episódios de esgotamento dos solos, incapacidade de armazenamento, lentidão nos transportes, doenças e pestes. Relembremos, por exemplo, o período conhecido como *Grande fome*³⁵, que se estendeu pela Europa entre 1315-1317, quando alterações climáticas e consequente diminuição na produção de alimentos, associadas ao desregulado crescimento demográfico dos anos anteriores, tornaram as crises de subsistência comuns e sucessivas.

Nesse contexto, é compreensível que na tradição popular surgissem utopias relacionadas à fartura alimentar, como *O conto de Cocanha*³⁶. De acordo com LeGoff (2009), a obra descreve o país mitológico de Cocanha, visitado por um viajante anônimo. Lá, não era necessário trabalhar e havia abundância de alimento; as lojas ofereciam gratuitamente seus produtos; as construções eram feitas de cevada ou de doces, os rios eram de vinho e leite, as colinas de queijo e as chuvas de pudim e leitões assados; lá o sexo podia ser feito com liberdade e a juventude era eterna.

Ao analisar a narrativa mitológica, o historiador Franco Jr. (1998), relaciona a abundância absoluta dos alimentos em Cocanha à situação de precariedade alimentar vivida pelas sociedades pré-industriais. Cocanha é tido no imaginário medieval como um paraíso na Terra, no qual a gula não é pecado e empanturrar a barriga significa ter saúde. Justamente por isso, o homem medieval formulou uma concepção positiva para a gordura acumulada no corpo; as dobras corporais eram tidas e vistas como símbolo de um mundo idealizado: com muita profusão e alimentação segura. Outrossim, exibir um corpo

³⁵ Disponível em < [https://www.infopedia.pt/\\$fome-pestes-e-guerra-triste-trilogia-entre-os](https://www.infopedia.pt/$fome-pestes-e-guerra-triste-trilogia-entre-os)>. Acesso em 04 de jan. de 2017.

³⁶ *C'est le fabliaux de Coquaigne*, conforme Barbazan, É. Fabliux et contes des poètes français des XI, XII, XII, XIV et XV siècles. [s.l.]: [s.e], 1808 [1.ed., 1756]. IN: Vigarello (2012a).

rechonchudo e gordo tornou-se o *signo* da fartura. Ostentar um corpo ‘grande’ simbolizava dispor de uma vida abastada, sem necessidade de trabalho braçal que garantisse o sustento. A gordura corporal tornou-se também status social.

Com isso, queremos dizer que *a priori* é o comportamento alimentar dos povos ao longo de sua história, sua relação com o alimento, que deixa os primeiros traços na materialidade da língua; quando essa descreve o gordo medieval, valoriza a corpulência, por essa ser o *signo* da fartura. Nos ditos da valentia, do poder e da força dos glutões, ou na descrição da beleza das mulheres de carnes tenras e gordas, revela-se a produção social que as sustentou: o medo da fome justifica a valorização da corpulência, o desejo da fartura alimentar repudia os corpos esqueléticos. Na produção discursiva construiu-se a verdade daquele momento: ser gordo correspondia a afastar de vez a penúria e o sofrimento. Encontramos essa verdade nas regularidades discursivas da época.

No entanto, segundo Vigarello (2012a, p. 43-44), “produz-se nos séculos centrais da Idade Média, uma mudança sobre o gordo, esse rotundo cotidiano que come em excesso”. Segundo o historiador, em várias culturas houve um aguçamento da execração dos gordos, ancorada no discurso que fez a gordura passar de “de mocinha à vilã”, sobretudo nos ditos médicos e nos clericais, ao mesmo tempo, correspondendo aos anseios de refinamento das cortes medievais. São os primeiros indícios de uma descontinuidade. A partir da percepção de que a “comilança sem fim” projetava uma sociedade insaciável de gulosos fora de controle, iniciou-se um movimento sociocultural moroso que transformou a percepção da gordura: o acúmulo físico deixou de ser sinal de poderio passando a exprimir gula, insalubridade e grosseria. Outras regularidades discursivas emergiram a partir de então.

Nos sermões do clero a favor do autocontrole e da contenção, a gula tornou-se um alvo e, por conseguinte, a gordura tornou-se o *signo* do pecado. Os excessos adiposos evidenciavam a heresia da comilança incontrolável. Vigarello (2012a), explicita que as regularidades acerca da condenação da gordura no discurso clerical apareceram de três modos principais, a saber, i) em imagens que associavam o glutão ao porco e a gordura à lama – produzindo o sentido de que o gordo estava enlameado, ou seja, sujo, porque pecava pela gula; ii) imagens que associavam o gordo ao urso – produzindo o sentido de que o gordo era uma fera indomada, logo, a gula era uma ameaça; iii) alusões a tudo que fosse volumoso para se referir à gulodice e à avidez incontroláveis, produzindo assim o sentido de que o gordo era um sujeito fora de controle.

Aqui, devemos lembrar que no discurso religioso, ao qual o clerical se filia, sempre pode haver um tom pedagógico, que visa massificar os fiéis em suas condutas; assim, cabe mensurarmos o peso desse discurso para a produção de sentidos sobre o gordo, a partir daquele momento: quando o discurso clerical passou a estabelecer as regularidades mencionadas no parágrafo anterior, isso tendeu a se estabelecer como a verdade sobre a gordura para seus seguidores, logo, o papel desse discurso é contundente dentro do processo de produção de sentidos sobre o sujeito gordo. Por outro lado, lembremos também que há uma parcela da população a quem o discurso religioso não surte efeitos: os que não são seguidores e/ou praticantes de uma religião.

Há de dizermos ainda que, na condenação à gordura nos ditos clericais, a produção de sentidos sobre o sujeito gordo sinaliza muito mais as questões morais que as estéticas, pois, conforme Vigarello (2012a, p. 46), “a feiura não está no centro do debate. O fundamental é o vício: a avidez traída pelo desmoronamento do corpo, a gravidade do pecado antes de tudo”. Desses sentidos ainda restam rastros, por exemplo, quando neste século XXI, diz-se que é preciso comer com moderação: moderação corresponde à não pecar pela gula.

Concomitante ao discurso do clero, outro discurso ganhou força na Idade Média contra a gordura: o da Medicina. Vigarello (2012a, p. 47) explica que desde o século XIII, quando os médicos passaram a contar com certa relevância social, já havia as recomendações dos “regimes de saúde”, nos quais ensinava-se que o comer em demasia era prejudicial, já que produzia a sensação de peso e certo desconforto. Nos enunciados médicos daquele período podemos encontrar regularidades discursivas como “barriga estufada ou barulhenta”, “corpo pesado”, usadas sobretudo para destacar o lado prejudicial da gordura que poderia alterar desde a capacidade respiratória até mesmo o pulso de um paciente. Desse modo, no interior do discurso médico, os sentidos produzidos para a gordura correspondem às primeiras observações sobre os perigos dela para o organismo. Notemos, contudo, que é somente a gordura excessiva que causava preocupações. É importante mencionarmos a inexistência de uma escala que pudesse definir exatamente quando um sujeito deveria passar a se preocupar com a gordura de seu corpo. Logo, há que percebermos que a produção de subjetividade centrava-se apenas em *ser gordo* ou *não ser gordo*, não havia espaço para a preocupação milimétrica amplamente observada a partir do século XX, porque não havia etapas intermediárias entre um e outro. Sem se mensurar o grau, podemos inferir que não havia o *gordo médio*; aqueles chamados de gordos

provavelmente eram os muito gordos [obesos] de hoje, pois o excesso de carnes que acumulavam não passavam incólumes ao olhar médico.

Assim, nos enunciados médicos prevalecia um tom salutar: a gordura excessiva deveria ser combatida porque o sujeito muito gordo era um ser pesado, lento, de difícil locomoção, pois muitas vezes não conseguia nem mesmo montar a cavalo. Dessa produção discursiva resultam: i) a letargia – produzindo o sentido de que o gordo é lento e preguiçoso; ii) o desmazelo – produzindo o sentido de que o gordo é descuidado consigo mesmo.

Podemos dizer que no interior do discurso médico a produção de sentidos sobre a gordura se dá muito mais pela positividade. Dito de outro modo, é positivo manter-se afastado da gordura excessiva porque essa gera riscos à saúde. Tal qual um eco, esse discurso reverbera-se fortemente no século XXI: as campanhas contra a obesidade mostram incessantemente os males que obesidade pode causar à saúde; essas campanhas pautam-se pelos valores positivos, ou pelos benefícios, que o controle do peso pode trazer, de forma que não dar atenção a elas é o mesmo que declarar-se relapso e descuidado.

Mas, será que o discurso médico na época medieval, apesar de pautar-se pela positividade, conseguiu produzir efeito sobre todos os sujeitos? Dificilmente isso aconteceu, até porque a presença dos médicos acentuava-se no meio urbano, porém havia uma grande parcela habitante das zonas rurais a quem os ditos médicos não chegavam. Desse modo, podemos inferir que da mesma forma que o discurso religioso não produzia/produz efeitos sobre todos, o médico também não. Isso, todavia, não foi empecilho para que a gordura se firmasse cada vez mais como vilã: as críticas ao gordo voltavam-se à ineficiência de seus gestos, à vagareza de seus atos, à sua inércia.

Devemos mencionar ainda que do século XVIII em diante, dois outros fatores se envolveram inegavelmente na produção de sentidos sobre o corpo gordo, acentuando o descrédito à gordura corporal: o desenvolvimento das sociedades ocidentais e o avanço da ciência Termodinâmica. Quanto ao primeiro, a nova organização social pela qual passavam as sociedades modernas exigia a aquisição de novos gestos e de bons modos.

As cortes medievais exigiam sociabilidade. (...) De forma mais ampla, as cortes medievais estão comprometidas com uma sociedade global: danças, maneiras à mesa, aparência, comportamento. Há matizes paralelas para o corpo feminino, embora com fortes diferenças em relação ao masculino, juntando delicadeza e fragilidade de membros, o olhar voltado para cima e não para baixo (...). O corpo feminino é descrito como mais vulnerável, mais esbelto, ao mesmo tempo em que se sugere carnudo. Uma mescla de finura e carne tenra, de delicadeza e de fartura. (...) A finura, em outras palavras, torna-se critério obrigatório. (VIGARELLO, 2012a, p. 49-50).

Nesse sentido, frequentar a corte implicava não somente maiores cuidados com a aparência como também corpos que fossem mais flexíveis, culminando no que nos diz Vigarello (2012a, p.71), “o modelo de esbeltez e magreza se impõe às referências sociais da Modernidade”. Embalada pelas perspectivas de urbanização, crescimento e industrialização, a civilização ocidental da era moderna, passou a criticar severamente o acúmulo de carne no corpo, situação encarada como a condenação à falta de jeito e à incapacidade física. Uma mudança sociocultural que desloca o foco do olhar, mudando, por conseguinte, o discurso. “A linguagem fabrica expressões, desloca o horizonte das palavras” (VIGARELLO, 2012a, p.71). As palavras “leve” e “leveza” passam a ser veementemente repetidas como uma crítica ao gordo, ao pesado e ao volumoso corpo com acúmulo de gordura. Também ocorrerão locuções do tipo “porte pesado” nas quais os adjetivos eram usados pejorativamente.

No sistema que regia os enunciados daquele momento, podemos inserir também a produção discursiva da ciência Termodinâmica. Nas sociedades industriais as leis termodinâmicas não só impulsionavam os motores das fábricas e dos automóveis, como também oportunizaram as condições ideais para uma produção discursiva sobre o corpo gordo no interior da qual a adiposidade se tornou sinônimo de matéria acumulada inutilmente pelo sujeito, um excesso de “carbono não queimado pelo organismo, denunciando uma falha individual. Ou seja, se fosse gorda, ‘a máquina corporal’ seria incapaz de realizar plenamente sua obra” (SANT’ANNA, 2016, p.40). “A desconfiança crescente em relação à gordura marca em definitivo a Modernidade, ainda que limites e fronteiras não sejam [fossem] ainda evocados” (VIGARELLO, 2012a, p. 79-80). Nesse sentido, poderíamos dizer que os ditos da Termodinâmica só faziam parafrasear os da Medicina, já que em ambos prevalece o sentido de que o corpo precisava funcionar bem.

A Termodinâmica regia a modernidade e a Medicina passava a reger o controle sobre o corpo; isso porque a esfera médica, que já se voltava às preocupações com o tamanho excessivo dos corpos, diversificou a sintomatologia e as observações sobre a gordura do corpo de modo mais pormenorizado: a gordura passou a ser vasculhada em seus estados e em suas particularidades. Conforme Vigarello (2012a, p. 85), “são reflexões, proposições e especulações que confirmam uma preocupação crescente com o tema” e a produção discursiva refletirá o “novo interesse pelas desmedidas espessuras”. Concomitantemente, a curiosidade pelos formatos arredondados confirma-se também no

universo das imagens, em que o olhar detinha-se nos sinais mais marcantes, “cada traço parece realçar a demasia, mas em compensação só uma possibilidade é explorada: a esfera como dobras intermináveis” (VIGARELLO, 2012a, p 105).

Na preocupação crescente com a gordura, uma prática começou a ganhar cada vez mais espaço na sociedade: na busca de tratamento que pudesse diminuir a gordura corporal ou evitar que ela se acumulasse, os regimes para emagrecimento multiplicam-se; essas técnicas, pensadas através das lentes foucaultianas, podem ser associadas às práticas da antiga “tarefa disciplinar dos corpos em uma miríade de instituições curativas, educativas e reeducativas” (COURTINE, 2013, p. 12). Quanto mais se soubesse sobre a gordura e suas particularidades, mais aumentariam as tentativas de se controlá-la. Um controle que, na verdade, não é da gordura em si, mas do próprio corpo. Os regimes são tentativas de restrição, limitação e mesmo de comedimento, práxis receitada e ensinada na ânsia de que o sujeito possa, ou pelo menos tente, controlar seu corpo e a si mesmo.

(...) recorre-se a vinagre, limão, calcário para adstringir a pele dissolvendo a umidade. E, por fim, as práticas para ‘comprimir’ a carne com cintas, corpetes, aros e outros dispositivos (...). A certeza é bem específica: trata-se de exercer uma constrição física direta para melhor ‘moldar’ as formas e as linhas, esperando que se dobrem aos volumes impostos. (VIGARELLO, 2012a, p. 116).

Desse modo, sobre o sujeito do século XVIII pesarão olhares crivosos, controladores; os sermões do século anterior condenavam a gula, agora, os médicos é que pregavam a necessidade de se controlar o próprio corpo para que não acumulasse gordura.

A argumentação é nova: invocar o ‘monstruoso’ para melhor inquietar, transformar ‘abusos’ físicos do passado em lições ‘indiscutíveis’ do presente. O médico ‘vitupera’, intimida, impõe-se alarmando, faz pregação com ameaças, sem meios-tons ou limites. É uma evocação quase pedagógica, uma transposição desmedida do muito gordo para fazer de todo excesso um perigo. (...) É uma maneira que o médico encontra de instrumentalizar o medo: não se trata mais do pecado ou da desordem da gula, mas da derrota física e ruína (...). (VIGARELLO, 2012a, p. 86-87).

É desse modo que o sentido negativo atribuído ao excesso de peso corporal deslizou do pecado – gula, para o descuido. O sujeito gordo não era mais o pecador mas, um derrotado, incapaz de controlar a si mesmo. Sentido estabelecido, temos também a inquietação instaurada, reforçada pelas práticas e pelo discurso, produzindo como efeito a legitimação da preocupação com o corpo e seu peso. O excesso era o fator que mais despertava a atenção, tanto no saber médico quanto no universo das imagens. Segundo

Vigarello (2012a, p. 87), a preocupação centrava-se no “extremo”, ao corpo que correspondia “ao mais visível e impactante”, ignorando “qualquer fase intermediária”.

Na linguagem, esboçavam-se “ligeiras gradações”, como as expressões “um pouco gordo” e “muito gordo” (VIGARELLO (2012a, p. 109). Em seguida, a gradação se acentua, visto que o enciclopedista Buffon (1707-1788) definiu uma tabela que relacionava o peso corporal às nomenclaturas ‘já gordo’, ‘gordo demais’ e ‘muitíssimo espesso’³⁷. A partir da escala de Buffon, o termo ‘corpulência’ foi substituído pela palavra ‘obesidade’, fator que impulsionou com mais força os regimes para emagrecimento do corpo, as dietas e as fórmulas que visam à diminuição da gordura corporal. “Trata-se de limitar o alimento para melhor afastar a imagem depreciativa do deus do vinho [Baco] e seus acólitos.” (VIGARELLO, 2012a, p. 124). No interior de todo esse sistema, ocorrem ao mesmo tempo a gradação da gordura corporal e a objetivação do sujeito gordo. Por tudo isso, podemos dizer que o século XVIII marcou a grande mudança nos discursos e na concepção do sujeito gordo: validada a ‘vigilância’ sobre o peso, de um lado tornou-se de praxe fazer uma estimativa aproximada dos volumes e das linhas do corpo. O discurso sobre o gordo ganhou a força da condenação, tornando o sujeito gordo um sujeito estigmatizado. “O obeso é um ‘trapo’, um ser letárgico” (CHEYNE, *apud* VIGARELLO, 2012, p. 168).

Dito isso, façamos uma conjectura: para a cultura ocidental, há um dispositivo de controle do corpo que se estabeleceu a partir da Idade Média. Naquele momento, houve um entrelace do discurso clerical [religioso] – sustentado na moral condenatória da gula, e do discurso médico – sustentado pelo apontamento dos danos à saúde causados pelo excesso de gordura. No mesmo dispositivo, ainda há fatores socioculturais relevantes: o desenvolvimento das sociedades e o avanço da ciência Termodinâmica. O primeiro, de certa forma corrobora o discurso clerical pois, à medida que o sujeito passava a exercer o controle sobre sua gula, passaria a estar mais apto a frequentar a corte. Já o discurso da Termodinâmica vai ao encontro do médico, porque em ambos construiu-se o sentido de que o corpo funcionaria desde que se controlasse o acúmulo de gordura.

A SILHUETA

³⁷ Conforme Vigarello (2012, p. 149), na tabela de Buffon, para um homem de 1,8 m, o ‘já gordo’ estava entre 80 e 90 kg, o ‘gordo demais’ seria aquele que atingisse 115 kg e ‘muitíssimo espesso’ o que ultrapassasse os 125 kg.

Foi no século XVIII que ocorreu também a emergência do termo “silhueta”. Conforme Vigarello (2012b), as origens etimológicas da palavra remontam à França do século XVIII, período em que Luís XV governava o país. A primeira significação remete ao nome próprio de *Étienne de Silhouette* (1709-1767), que em 1759, assumiu o Ministério das Finanças deixando-o após um breve espaço de tempo. Durante seu mandato, o ministro tentou promover grandes reformas que, no entanto, não chegaram a se consolidar. Nesse quadro de obras mal conduzidas e inacabadas, a administração do ministro ficou mal vista, e o político passou a ser ridicularizado pelo povo. Além do *status* de político incompetente, o ministro era tido também como portador de hábitos inusitados, por exemplo, o de desenhar a sombra de pessoas nas paredes de seu castelo. A associação entre seus estranhos desenhos das sombras e sua incapacidade de executar as obras que propôs desencadearam o uso de seu sobrenome, *silhouette*, como um adjetivo, qualificador de coisas mesquinhas, mal feitas e/ou inacabadas. Havia um sentido pejorativo, marcado pela alusão ao mal conduzido, ao não terminado, ou ainda, ao escuro e ao sombrio.

Há outras versões que diferem um pouco da contada por Vigarello (2012b). Por exemplo, segundo a home page *SóBiografias*³⁸, da Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, *Étienne de Silhouette*, durante muito tempo foi um político muito prestigiado, no entanto, ao assumir o Ministério das Finanças, teve sua imagem desgastada porque atacou os privilégios das propriedades dos nobres, reduziu pensões e recomendou que se economizasse dinheiro, aconselhando aos mais abastados, entre outras coisas, que se evitassem os volumosos gastos com retratos, dando como opção mais barata o *retratinho de contorno*, um desenho pouco elaborado do traçado do rosto ou do corpo. Tais orientações desencadearam discursos inflamados da oposição. O ministro passou a ser alvo de caricaturas, chacotas e a palavra *silhouette* popularizou-se como sinônimo de figura reduzida a forma mais simples. Essa desmoralização provocou a renúncia do ministro, que se refugiou do desprezo e do sarcasmo do povo em *Brie-sur-Marne*, onde viveu o restante de sua vida. Nesta versão, o vocábulo também possui o sentido pejorativo, no entanto, era usado como substantivo que nomeava os retratos mais simplificados, ou os retratos feitos por aqueles que precisavam economizar, ou não podiam gastar muito. O *silhouette* era o retrato daqueles que detinham poucos recursos. Assim, em 1835, a Academia francesa incluiu a palavra *silhouette* no dicionário do idioma para nomear qualquer imagem vista

³⁸ Disponível em < <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/EtienSil.htm>>. Acesso em 02 de jan. de 2017.

contra uma luz a forte, ou o desenho representativo do perfil de uma pessoa ou objeto, seguindo os contornos que a sua sombra projeta.

Consoante Vigarello (2012b.), a passagem dos anos foi agregando outros significados ao termo silhueta. Assim, ao longo do tempo, silhueta passou a designar também a fisionomia de uma pessoa, os desenhos em traços de perfil, executados seguindo-se a sombra projetada por um rosto ou um corpo. Foi nesse sentido que o conceito de silhueta adquiriu também a significação de ser uma individualização pormenorizada, tida como o traçado de um corpo em particular. E, desse modo, o que ocorreu foi um processo de identificação da silhueta com o corpo real. Por isso, na produção discursiva que trata do corpo é bastante comum aparecer a palavra silhueta. Ainda que inicialmente o vocábulo não fosse usado para reforçar a preocupação com o tamanho do corpo, mas apenas com seu desenho, não demorou para que isso ocorresse.

No século XVIII, conforme apontamos anteriormente, iniciou-se a preocupação com o acúmulo de gordura corporal, por conseguinte, as linhas da cintura e o desenho de perfil, ou a silhueta, também se tornaram inquietações sociais cada vez mais frequentes. Além de pesar o corpo, a circunferência da cintura passou a ser milimetricamente medida e a silhueta curvilínea causava cada vez mais temor.

Dessa maneira, o século XIX, viu cristalizar-se uma ditadura do número. A partir da reformulação da tabela de Buffon pelo matemático Adolphe Quételet³⁹(1796-1874), surgiu a relação entre massa corporal e estatura, como forma de representar o corpo humano. Esse fator faz a obesidade ganhar níveis e, na linguagem, o sujeito passou a ser categorizado. As regularidades enunciativas ampliaram a associação entre obesidade e doença e, assim, “aumenta a vigilância sobre o obeso: do lazer à intimidade, da moda ao comportamento. (...) A pressão sobre o gordo ganha intensidade” (VIGARELLO, 2012, p. 245). No interior da categorização dos índices de obesidade se dará a objetivação do sujeito.

Na década de 1890, por exemplo, a *Manufatura de Armas de Saint-Étienne* só vendia bicicletas, fazendo relação entre o peso do veículo e o do usuário: a bicicleta devia

³⁹ Matemático belga que em sua principal obra, "Sur l'homme et le développement de ses facultés, essai d'une physique sociale", 1835, apresentou o conceito de 'homem médio' como o valor central das medidas de características humanas que são agrupadas de acordo com a curva normal. Quételet não apenas calculou as médias aritméticas das medidas, mas também considerou as suas dispersões e descobriu que a curva normal podia ser ajustada satisfatoriamente às medidas de peso, estatura e perímetro torácico.

pesar entre 14 e 15 kg “no mínimo”, contanto que o “velocipedista” não pesasse mais de 70 kg.

O universo técnico transforma a avaliação do peso corporal em algo cada vez mais corriqueiro, dentre os novos hábitos constava o de subir em uma balança para aferir o peso, mirar-se no espelho para perceber a silhueta. Nesse contexto, as práticas vão sustentando a emergência de discursos que puderam legitimar a magreza como uma obrigatoriedade, recaindo mais contundentemente sobre o corpo e a silhueta femininos.

Os anos finais do século XIX testemunharam o desnudamento do corpo, concomitantemente, o aumento da vigilância sobre a silhueta, já que a gordura passou a ser “denunciada de modo mais precoce, designando de cara o desagradável ou o feio.

Nos finais do século [XIX], as mulheres começaram a pedalar ou a jogar tênis na Europa. (...) A elegância feminina começou então a rimar com saúde. Se a mudança ainda se revelava hesitante, não demorou muito a se instalar e a se tornar inexorável. (DEL PRIORE, 2013, p. 214-215).

Não acumular gordura passou a ser regra, premissa para que o sujeito pudesse galgar qualidades físicas que permitissem à sociedade enxergá-lo como bonito. Pesar-se tornou-se um hábito estabelecendo-se, assim, o veredito da balança e a ditadura do número.

Podemos considerar que a Europa do início do século XX, era um terreno fértil para a dispersão do discurso da magreza já que lá emergiam os ditos que supervalorizavam a estética e a preocupação excessiva com os cuidados pessoais. O gordo era tido e nomeado ‘feio’, por vezes associado a um estado de infelicidade, fortalecendo o discurso da depreciação da gordura e da supervalorização da magreza.

No percurso que estabeleceu sentidos para o corpo gordo no século XXI, não podemos justificar nenhum deles por si mesmos. “São sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas” (FOUCAULT, 2012, 31). Na história de uma humanidade que passou pela carestia, os discursos de agora não se justificariam; por outro lado, vencida a fome, afastadas as grandes epidemias, a sociedade viu se deflagrarem as descobertas científicas e médicas, a humanidade passou por um crescente avanço industrial; no interior dessa conjuntura, as preocupações seriam outras, o foco do olhar seria atraído para outros pontos, inclusive para a silhueta, e no discurso outros dizeres sobre o corpo foram legitimados, porque os antigos não mais puderam ser admitidos. Contudo, os muitos fios não estão soltos, há uma trama, “um domínio imenso, mas que se pode definir: constituído pelo conjunto de todos os

enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos” (FOUCAULT, 2012, 32).

De tudo que foi dito neste capítulo até aqui, podemos conjecturar que há um dispositivo de controle do corpo que começou a se constituir na Idade Média, na Europa Ocidental, mas que não ficou restrito àquelas terras. No cenário brasileiro, algo bastante semelhante ocorreu e não poderia ser diferente, já que possuímos raízes culturais europeias muito fortes.

EM TERRAS BRASILEIRAS

No Brasil seiscentista, o discurso toca o corpo já nas primeiras historiografias. Nos relatos de Caminha (1500), o signo da selvageria se constrói em boa parte pela presença do corpo nu do indígena. A nudez corporal causa estranheza ao branco, acostumado aos seus pesados trajes; ao mesmo tempo, a índia de pele avermelhada desperta o desejo. Na relação entre culturas tão divergentes, o europeu assumiu as rédeas e ditou as regras, estigmatizando o corpo que lhe causava estranheza. Por isso, na produção discursiva que registrou os primeiros anos da colonização, o corpo do índio estará na margem, e o dos portugueses no centro. Se, de um lado as mais jovens eram descritas como as belas nativas de corpo escultural, de outro tem-se a descrição da decrepitude do corpo das índias anciãs.

Tal qual na Europa, a produção discursiva do Brasil seiscentista revela a presença maciça das referências positivas à gordura. Essas referências se justificam por aqui, também pelos períodos de escassez de alimentos e pelo medo da fome. Com a riqueza da colônia concentrada nas mãos de poucos proprietários, a maior parte da população vivia na pauperidade. Conforme Silva (1994, p. 39-43), “entre o final do século XVII e início do século XIX, pelo menos 25 anos foram de fome, sem qualquer atenuante. Outros dois terços foram marcados por penúrias e carestias”. Portanto, no Brasil colônia, a gordura também foi o *signo* da abundância, da fartura e da ascendência. A valorização da corpulência permaneceu, como nos ditos medievais. Entre os brasileiros era comum o uso da palavra “gorda” para se referir a algo farto.

Dizia-se que uma “gorda oportunidade” era a verdadeira chance na vida e uma “gorda bicada” garantia alguns goles de uma bebida saborosa. Havia domingos gordos, a famosa terça-feira gorda e era usual dizer “nunca vi mais gordo”. Temia-se o “olho gordo” e durante anos foi comum acreditar no ditado “o que não mata, engorda”, (...) era a galinha gorda “que dava bom caldo”. (SANT’ANNA, 2016, p. 17-18)

Valorizada pela maioria, porém alvo de chacota para outros. De acordo com Sant’anna (2016, p.18) “as imagens dos gordos e muito gordos povoavam as caricaturas e piadas da época”. A concepção negativa da gordura pode ser observada no poema *Reprovações* [epígrafe deste capítulo], do poeta barroco Gregório de Matos. Nos versos “Se comeis muito, guloso / E faminto, se sois parco, / Se comeis bem, regalão, / E se mal, nunca sois farto / Se sois gordo, sois balofo, / Sois tísico, se sois magro” (*apud* SPINA, 1995, p. 192).

Os versos gregorianos produzem o sentido pelas oposições: o sujeito que come bem é um regalão, alguém de sorte, enquanto aquele que se encontra faminto, não é farto e por isso mesmo seu aspecto é de sujeito tísico, doente e magro. Associação entre fartura que leva à saúde, carência que leva à doença. Contudo, ressaltamos os termos *balofo* - usado como sinônimo de gordo, e *guloso* - usado para qualificar quem come muito, por meio dos quais se produz o sentido do escárnio. Visto que os versos no geral, falam da fofoca e da maledicência, podemos inferir que o sujeito gordo era achincalhado ao ser chamado de *balofo* e condenado pelo pecado da gula, enquanto tanta gente passava fome. Assim, na continuidade inscreve-se uma descontinuidade: o gordo não é mais o abastado saudável; é sim o balofo guloso. Na oposição dos enunciados, revelam-se os pré-construídos de domínios contraditórios: a predominante valorização da gordura nas sociedades famigeradas da Europa Medieval e a desvalorização desse mesmo *signo*.

Nos meados dos anos 1900, a imprensa nacional usava os termos “muito gordo” e “corpulência” quando fazia alusão ao corpo com excesso de peso. Se, há uma determinação histórica que conduz a formação do sentido, o uso dos termos “muito gordo” e “corpulência”, comungam em si os sentidos já postos para eles anteriormente; ao mesmo tempo, não estavam imunes aos sentidos que estavam começando a aparecer. Conforme nos conta Sant’anna (2016), esses termos apresentavam uma oposição, ou ainda uma duplicidade de uso, pois ora ganhava a conotação cristalizada pelos séculos que atribuía aos gordos os sentimentos mais nobres, como a coragem e a valentia; noutras, os “muito gordos” e “corpulentos” eram espetacularizados como fenômenos, ação bem ao estilo das feiras europeias do século XIX, voltadas à eugenia e à exposição pejorativa das diferenças. No primeiro, as características físicas não interferiam desfavoravelmente nos julgamentos, já no segundo, a gordura torna-se o signo estigmatizado, aquele que marca o sujeito gordo como um objeto a ser curiosamente observado, tamanha sua diferença em relação aos

demais. Um processo semântico que origina um processo de objetivação, resultando no sujeito gordo enxotado à marginalização social. Os muito gordos,

figuravam, em grande medida, como curiosidades, verdadeiros fenômenos, capazes de surpreender ou fazer rir. Eles, entre outros tipos físicos que escapavam do que era visto no cotidiano, viravam notícia na imprensa justamente porque conseguiam a façanha de manter um corpo inusitado. Da mesma maneira, pessoas que comiam muito despertavam curiosidade alheia e viravam notícia em jornais. (...) existiam notícias sobre a capacidade admirável de pessoas que devoravam de uma só vez um quilo de bananas ou uma dúzia de ovos. (SANT'ANNA, 2016, p. 23-24).

Essa curiosidade que o corpo muito gordo despertava possui, segundo Courtine (2013, p. 106), “estruturas análogas e os propósitos semelhantes: eles formulam a parte da surpresa no cotidiano da inquietante estranheza do corpo”. Uma curiosidade que mais reforça os que não eram muito gordos, que valoriza os corpulentos. O olhar curioso da alteridade segrega, e assim, no início do século XX, podemos dizer que os sujeitos que possuíam um corpo gordo já ocupavam as margens sociais, as paragens destinadas àqueles que não correspondiam às normas. Poderão mudar os termos que os nomeiam, poderão mudar as categorias que os objetivam, poderão aparecer brechas, mas os sujeitos de corpo gordo sempre estarão lá.

2.2 O SIGNO DA MATERNIDADE: BULIÇOSAS, GORDAS E ROSADAS (1901-1919)

Com a proclamação da república, estabeleceu-se o período conhecido como República Velha (1889-1930). Nesse ínterim, a história brasileira está marcada pelo domínio político das elites agrárias, sobretudo nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, donas da produção cafeeira, e também pelas revoltas e problemas sociais de várias partes da nação. A população brasileira formava-se, de maneira geral, de uma elite política, uma população urbana bastante heterogênea e de uma grande população sertaneja. A economia voltava-se sobretudo ao comércio exterior. Ao lado do café, o algodão despontava como um dos produtos mais procurados, devido à crescente demanda de uma indústria têxtil em expansão.

Nos centros urbanos, a elite compunha-se de ricos comerciantes e militares de alta patente envolvidos no processo de instauração da República. A classe média dessas

idades contava com funcionários públicos, comerciantes menores e profissionais liberais. Havia ainda uma leva de europeus e japoneses, os conhecidos imigrantes que trouxeram seus costumes, sua língua e seu modo de pensar e ver o mundo, bem como um grande número de ex-escravos a quem não foram oferecidas as mínimas condições de subsistência após a Abolição da Escravatura. No campo, os grandes coronéis latifundiários dispunham de poder, dinheiro e prestígio político, o mesmo não acontecia, entretanto, com a população trabalhadora visto que essa vivia em grandes dificuldades. Nesse panorama antagônico, mesclado pela fartura dos grandes saraus e pela penúria da população mais carente e campestre, “comer bem era uma alegria” (SANT’ANNA, 2016, p. 18).

O Brasil do início do século XX vivia uma situação de extremos: nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, a população aumentava, a burguesia se enriquecia e a industrialização avançava a passos largos; era a modernidade chegando; todavia, essa modernidade não atingia todas as classes sociais na mesma proporção. Ainda, à medida que se caminhava rumo ao interior do país, aumentava-se o número de pessoas vivendo na zona rural (SANT’ANNA, 2016).

Posto isso, podemos tecer algumas hipóteses para a constituição do dispositivo de controle do corpo feminino nos primeiros anos de mil e novecentos: no que tange à gordura, manteve-se por discursos em confronto, relacionados sobretudo a uma estratificação social que garantia excelentes condições de sobrevivência a alguns, ao mesmo em que perpetuava a penúria de outros; faz-se necessário também, considerarmos três imponentes instituições da época – família, Estado e Igreja, na formação de um saber-poder; é preciso, ainda, reconhecer uma importante esfera de circulação dos discursos: a imprensa jornalística da época.

Tendo isso em vista, analisemos as relações constituídas nesse dispositivo de controle do corpo feminino. Especialmente no interior do país, o corpo permanecerá funcionando [sendo compreendido] tal qual um armazém que estocava comida, sustentando-se sobretudo pelos costumes interioranos de se cozinhar na banha de porco e se armazenar carne na lata imersa na gordura animal. Tais práticas colaboraram com a manutenção do olhar sobre a gordura do corpo inalterado, de modo que ela permaneceu, por um longo tempo, ainda sendo valorizada. Uma situação social parecida sustentou também a posição valorosa da gordura nas periferias das grandes cidades, habitadas pelos marginalizados. As difíceis condições de sobrevivência dessa parcela da população mais a

impeliam a valorizar a abundância das carnes corporais, vistas como resultado da fartura de alimento, que a magreza, tida como a escassez na subsistência.

Em certa medida, o sentido valoroso da gordura é sustentado também na imprensa jornalística destinada às classes mais abastadas da população urbana. Nela, circulavam receitas dos mais variados pratos, em sua grande maioria preparados com muita gordura de porco; os restaurantes mais caros alardeavam suas melhores iguarias e o preço da banha “servia de referência à situação econômica dos brasileiros”. (SANT’ANNA, 2016, p. 19).

Nesse contexto, o sentido positivo da gordura vai se mantendo não só nas mesas, mas também nos corpos, em especial o feminino. Por isso, para a grande maioria dos homens, as mulheres sem muita gordura nos corpos não agradavam, a magreza delas era indício de saúde precária ou mesmo de uma posição social menos privilegiada. Nesse sentido, o corpo feminino mais gordo tende a ser o mais valorizado. As mulheres mais cheias de corpo dominavam, inclusive, a cena do erotismo, porque provocavam e incitavam o desejo masculino afoito pelas “curvas corporais abundantes” (SANT’ANNA, 2016, p. 31). Um certo grau de luxúria e sensualidade envolvia as mulheres mais gordas de corpo; havia alguma “sedução maliciosa”, na qual as gordas alegres eram “buliçosas, faceiras e rosadas” (SANT’ANNA, 2016, p. 31).

Devemos considerar ainda a relação entre a languidez dos corpos femininos arredondados e a maternidade: as silhuetas arredondadas correspondiam aos anseios antropológicos e instintivos de perpetuação da espécie, primeiro porque excitavam a cópula, depois porque os quadris avantajados constituem uma variável importante para a capacidade de dar à luz. Sendo assim, as formas arredondadas dos corpos femininos mais cheios aproximaram-se do sentido da fertilidade. Logo, as mais gordas passaram a serem vistas como mais férteis e/ou mais aptas à maternidade. Como resultado, a preferência estética que predominou na sociedade brasileira até a passagem do século XIX ao XX era o corpo feminino formoso e forte, capaz de gerar, e gerar bem, a prole.

A diferenciação entre o sentido com conotações pecaminosas e o sentido de uma fertilidade maternal centra-se principalmente nas relações estabelecidas sob a égide da Igreja católica que, de acordo com Del Priore (2013, p. 11), “procurava universalizar suas normas para o casamento e a família. A mulher, nesse projeto, era fundamental”. Teremos, assim, uma segregação moral que separará as mulheres gordas e pudicas das buliçosas e pecaminosas, ou ainda as “futuras esposas” das “outras”.

Não obstante, as matronas corpulentas são facilmente identificáveis na maioria das fotos familiares da época das grandes plantações de cana-de-açúcar, da mineração ou dos grandes cafezais. Essas imagens ocupam a memória de muitas famílias; eternizadas pelos álbuns de fotografias antigas, lá estão elas, nossas antepassadas: a senhora gorda sentada, já envelhecida pelos anos, ao lado do marido e rodeada dos muitos filhos. “A mulher no papel de companheira, mãe ou filha se destacou” (DEL PRIORE, 2013, p. 11).

Assim sendo, não tardou para que o corpo feminino gordo, rijo e forte se tornasse o *signo* da maternidade; o símbolo de uma progenitora robusta. Um signo bastante pertinente à manutenção de uma estrutura social patriarcal, na qual bem pouco se ouvia da voz feminina.

Pobre ou rica, a mulher possuía, porém, um papel: fazer o trabalho de base para todo o edifício familiar – [gerar e] educar os filhos segundo os preceitos cristãos, ensinar-lhes as primeiras letras e atividades, cuidar do sustento e da saúde física e espiritual deles, **obedecer o marido**. (...) Tratava-se de uma grande família reunida em torno de um chefe, pai e senhor forte e temido, que impunha sua lei e ordem nos domínios que lhe pertenciam. **Sob essa lei, a mulher tinha de se curvar**. (DEL PRIORE, 2013, p. 12-13. Grifo nosso.)

Nos ditos sobre o corpo favorável à maternidade, os traços do discurso que valorizava o homem em detrimento da mulher; o discurso que pretendia manter a mulher na situação de submissão. Nesse sentido, podemos inferir que a valorização da corpulência benéfica à maternidade é, em certa medida, a desvalorização da mulher, já que essa era reconhecida mais pela sua capacidade genitora e obediência silenciosa que por si mesma, em uma estrutura tipicamente patriarcal que poderia ser assim resumida:

Pai soturno, **mulher submissa**, filhos aterrados. (...) Tal família era inteiramente subordinada à figura do pai. Rei em casa, ali ele representava o Estado e a Igreja. Da mulher, além de submissão, esperava-se que exercesse plenamente a função de procriar e transmitir aos filhos valores morais e éticos. (DEL PRIORE, 2013, p. 13. Grifo nosso.)

A partir de tudo que foi dito até aqui, já podemos tecer algumas observações acerca do dispositivo de controle do corpo feminino, naquele período compreendido pela passagem do século XIX ao XX, no Brasil, a saber: i) no interior das instituições família, Igreja e Estado foi constituído um saber-poder sobre a posição da mulher na sociedade, “de modo que só a mulher casada era respeitada” (DEL PRIORE, 2013, p. 14); ii) esse saber-poder moldava não só o comportamento social das mulheres, como também significava seu corpo, objetivando-o como corpo gordo saudável para a maternidade, por isso mesmo o corpo para uma boa esposa; ou corpo gordo buliçoso, atrativo aos olhares masculinos

afoitos pelas relações carnais, por isso mesmo o corpo das “outras”; iii) partir dessa objetivação, as mulheres puderam subjetivar-se sob a égide familiar e religiosa, por isso não nos surpreende que a grande maioria delas tenham feito a opção pelo casamento; iv) em uma estrutura social estratificada, muitos enfrentavam dificuldades para se alimentar, logo, no saber-poder constituído na época também, devemos considerar que esse fator seja relevante para a manutenção do valor positivo dado à gordura.

Também cabe dizermos que, naquele momento, no interior do dispositivo de controle do corpo feminino, seu peso e suas medidas, a imprensa jornalística cumpriu bem o papel de pulverizar a ordem do discurso concebida no seio das instituições família, Igreja e Estado, porque produziu e colocou em circulação enunciados como os dos elixires *Sargol* e o *Biotônico Fontoura* que garantiam acabar com a magreza e propiciar a formosura porque prometiam “aumentar as carnes” (SANT’ANNA, 2016, p. 35). Nesse caso, formosura não significa exatamente a beleza estética, mas desliza para o sentido da salubridade, característica essencial para uma mulher que pretendia engravidar diversas vezes ao longo da vida. Consequentemente, aqueles enunciados jornalísticos não só correspondem ao processo de objetivação/subjetivação feminina em relação ao próprio corpo, como também legitimam práticas que buscavam afastar a temida magreza: o tratamento com os fortificantes farmacêuticos.

Contudo, sabendo que os jornais e os produtos por eles anunciados não estavam acessíveis a toda população, mas apenas às classes urbanas mais privilegiadas, poderíamos questionar a eficácia deles no que tange às mulheres mais pobres e/ou aquelas que moravam no campo. Quanto a essas, podemos considerar que o saber-poder das instituições [família, Igreja e Estado] as atinge do mesmo modo, pela capacidade intrínseca que o discurso tem de pulverizar-se também nos ditos populares e em seus costumes. Apesar de aquelas mulheres não entrarem em contato direto com os enunciados jornalísticos, ou mesmo não poderem adquirir os elixires anunciados, entre elas era muito comum práticas caseiras que buscavam produzir o mesmo efeito da robustez: os fortificantes caseiros como as gemadas, o leite batido com amendoim e/ou rapadura e ovos de pata, também buscavam acabar com a magreza feminina e, ainda podiam ser usados para garantirem o vigor masculino.

Sendo a maternidade o principal papel social a ser exercido por uma mulher, o hábito de ingerir tônicos, industrializados ou caseiros, prevaleceu na vida das jovens senhoritas que pretendiam se casar e constituir família. Depois de casadas, os fortificantes

associavam-se aos costumes que pretendiam fortalecer as mulheres, por isso era corriqueiro que as parturientes fossem restabelecidas com as canjas e os caldos gordurosos, renovando a robustez para a gravidez seguinte.

Além dos anúncios dos fortificantes, podemos identificar também outras regularidades enunciativas que, no interior do dispositivo de controle do corpo e de suas medidas, sustentavam o sentido positivo da gordura corporal feminina. As expressões do tipo: *para ficar forte* foram muito usadas nas propagandas dos tônicos, bem como os adjetivos *rosada* e *gorda* usados para valorizar as mulheres mais gordas, de aparência saudável.

Com tudo isso, podemos reconhecer que nas primeiras décadas do século XX, o dispositivo de controle do corpo feminino enlevou não somente o discurso das instituições família, Igreja e Estado, mas também o discurso da saúde, associando a gordura corporal da mulher ao valor eufórico da salubridade. Em alguma medida, esse dispositivo de controle do corpo prestou-se também à imposição de um papel social feminino: mãe e esposa. Ou seria a imposição social do papel feminino que corrobora com o dispositivo de controle do corpo? De fato, o que podemos afirmar é que naquele momento, a gordura feminina era o signo da maternidade, por isso mesmo, bastante aceita para as mulheres às quais se atribuísse a maternidade.

Concomitantemente, esse mesmo dispositivo também passou a comportar os discursos dissidentes nos quais a gordura não simbolizava exatamente a saúde, mas sim um certo grau de desleixo. Nesse sentido, emergiram enunciados nos quais não era exatamente a saúde feminina que mais importava, e sim sua estrutura física como um todo. A palavra *porte* é um acontecimento discursivo que promoveu uma certa descontinuidade em relação à valorização da gordura. Ao ser usada em expressões do tipo *mulher de porte*, *ela tem porte*, essa palavra fez o sentido da gordura corporal começar a se deslocar. Usada para fazer referência sobretudo à elegância feminina, os ditos nos quais apareciam a palavra *porte* correspondiam, sobretudo, a apresentar uma postura alinhada, de forma que o abdome não se fizesse saliente. Por isso, inicialmente, a gordura condenada foi a abdominal, especialmente aquela adquirida pela mulher após as gestações. Podemos assim dizer que o uso da palavra *porte* para fazer referência à estrutura física da mulher corrobora com a construção do sentido do desleixo, principalmente para a mulher que ostentava um abdome avantajado.

A utilização da palavra *porte* não só instaurou uma mudança de sentido, como também promoveu novas possibilidades de objetivação/subjetivação. As mulheres estavam objetivadas em *aquelas com porte* e *aquelas sem porte*. Às primeiras, atribuíam-se valores eufóricos, enquanto às segundas, disfóricos, inclusive o desleixo. Com o processo de objetivação/subjetivação a partir do vocábulo *porte*, o discurso também pôde justificar algumas práticas, como o uso da cinta, usada para moldar o abdome, segurar as carnes e, assim, alinhar o *porte*. Mulher com cinta, logo com porte, por isso elegante; mulher sem cinta, logo sem *porte* e portanto, desleixada.

Ainda sobre a cinta, devemos considerar o fato de ela ser utensílio segregador. Diríamos que a cinta, bem como os espartilhos de outrora usados pela nobreza, trata-se de um utensílio excludente ou por meio do qual se dá, de algum modo, a exclusão social: de um lado, as mulheres com poder aquisitivo que adquiriam a cinta para, assim, adquirirem também o tão almejado *porte*; do outro, as que não dispunham de recursos suficientes restava a ausência de um *porte* atrativo. Por tratar-se de uma peça cara, não era acessível a todas as mulheres da época, logo, podemos inferir que ter *porte*, naquela época, também não era para todas, apenas para as mulheres da elite. Às mulheres mais pobres, sobejava o sentido do desleixo. Um deslizamento de sentido do *porte* elegante para o *porte* mais nobre, rico, abastado. Em que medida esse deslizamento ainda se faz presente no século XXI? Diríamos que muito, basta-nos olhar alguns editoriais de moda; neles as mulheres mais ricas é que são as referências de elegância [*porte*], provavelmente, por usarem as roupas caras da alta costura. Mediante isso, não há como desconsiderar que o uso da cinta seja uma espécie de marginalização que condenava as mulheres das classes sociais menos favorecidas a não terem o almejado *porte*. A cinta segurava o volume abdominal, marcava a cintura, mantinha a coluna ereta e os seios erguidos, construindo assim um *signo* feminino às custas de muito recurso financeiro, bem como de flagelo do próprio corpo. Um recurso que objetivava e subjetivava, mas que também excluía.

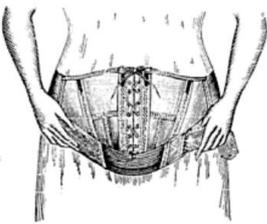
Antes de efetuarmos as primeiras análises, é necessário ponderarmos sobre o importante papel dos veículos de comunicação impressos – jornais e revistas, dentro do dispositivo de controle do corpo feminino, já naquela época. De acordo com Buitoni (2009), a década de 1900 assistiu ao grande crescimento e à popularidade das revistas ilustradas, isso porque nos grandes centros, a imprensa brasileira já havia ingressado na era capitalista. Ao lado das antigas folhas operárias, a população viu surgir os grandes jornais. Nas classes sociais mais ricas, já havia também público para as revistas mundanas, ricas e

luxuosas que, “favorecidas pelo desenvolvimento das artes gráficas, apresentavam belas ilustrações e até fotografias” (BUITONI, 2009, p. 52). Dentre os órgãos de imprensa surgidos na transição do século XIX ao XX, três foram escolhidas como *corpus* deste segundo capítulo: *FonFon*, *Revista Feminina* e *A Cigarra*. Sendo assim, os enunciados que analisamos neste momento foram recortados de algumas publicações dessas três revistas, consultadas pelo acesso *online* ao Acervo Público do Estado de São Paulo⁴⁰, a partir de cadastro realizado em outubro de 2015.

Em 1907, no Rio de Janeiro, surgiu a revista ilustrada *FonFon*. Seu nome lembrava a buzina dos automóveis construindo o sentido de que o semanário colocava à disposição de seu público o que havia de mais moderno. Conforme Buitoni (2009), além do tom crítico, podemos considerar também que as páginas ilustradas de *FonFon*, refletiam uma sociedade carioca esnobe, apresentando perfis e flagrantes da cidade. Nesse sentido, essa revista representa um importante canal de circulação discursiva no interior do dispositivo de controle do corpo feminino. *FonFon* colaborou com a cristalização dos sentidos para o corpo da mulher, no início dos anos 1900. De modo geral, por estabelecer-se como uma revista de tendências modernas, os ditos e as ilustrações de *FonFon* estabeleceram a associação entre o zelo do corpo e as mudanças anunciadas pela modernidade em todos os outros campos, objetivando e subjetivando as suas leitoras mais assíduas, em especial, as mulheres de classe média-alta, quanto à necessidade de se controlar o corpo após a maternidade. Isso pode ser observado na análise a seguir, que traz um anúncio recortado da edição de número 39, *Fonfon*, de 04 de janeiro de 1908.

Figura 2 - Cintas abdominais

CINTAS ABDOMINAES: MARCA “UNIVERSAL”



são as mais perfeitas que existem e devem ser usadas pelas pessoas gordas e principalmente pelas senhoras, antes e depois da gravidez, pois evitam serios encommodos.



Preço.	15\$000
» de mais de 100 Cintas.	20\$000
Pelo Correio, registrado mais.	2\$000

Enviem-se prospectos e indicações para tomar as medidas



Fonte: OBJDIGITAL.BN.BR

⁴⁰ Todos os exemplares citados nesta tese estão disponíveis em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos>. Acessos a partir de outubro de 2015.

Apesar de o anúncio ser destinado às pessoas gordas, percebemos que o sujeito mais objetivado pela gordura, naquele momento, era a mulher, já que as cintas anunciadas se destinam *principalmente para as senhoras, antes e depois da gravidez*. O enunciador assume a posição de alguém que tem um saber acerca da importância do uso das cintas abdominais, por isso sente-se à vontade para afirmar que são *perfeitas*, que *devem ser usadas* sobretudo porque *evitam sérios incômodos*. Os sérios incômodos, contudo, não estão definidos, mas o efeito de sentido do uso dessa expressão pode ser vários, dentre os quais: a gordura abdominal da mulher incomoda a família, a sociedade e até mesmo o Estado; a mulher que não usa cinta não tem porte e isso pode fazê-la se sentir incomodada; a mulher que não usa cinta é desleixada. Esses sentidos certamente produziram objetivação e subjetivação no público feminino da revista.

Outra questão a ser problematizada neste anúncio é a exclusão social produzida por ele. O enunciador tenta produzir o sentido de que todas as pessoas gordas devem usar as cintas, contudo podemos inferir que nem todas poderiam fazê-lo, visto tratarem-se de artigos de preço elevado⁴¹. Não nos esqueçamos também que o público alvo da revista *FonFon* é o de classe média-alta, logo podemos deduzir que o sujeito feminino a quem o anúncio acima se destinava era uma mulher dessas classes. De modo geral, temos: as cintas destinavam-se às mulheres mais abastadas e, assim sendo, somente a essas era dada a possibilidade de se evitar os incômodos da gordura abdominal, frente uma sociedade que se modernizava. Algo do tipo: leia *FonFon* e fique por dentro da modernidade, mas, se for mulher, para inserir-se nessa modernidade é preciso controlar sua gordura abdominal, pois ela incomoda.

Podemos, então, considerar que as recomendações do uso da cinta às mulheres passa a compor o saber-poder do dispositivo de controle do corpo feminino. Um uso alinhavado também por um discurso capitalista, já que a mulher não passa a usar a cinta por livre vontade, mas pela determinação de um sistema que a partir daquele momento passaria a ordenar-lhe o controle do corpo. Evidentemente, a gordura abdominal, antes

⁴¹ Apesar de o valor de uma moeda e de um produto serem relativos ao momento histórico, apresentamos um cálculo dos valores baseados em Gomes (2007), com vistas a dimensionarmos os possíveis valores das cintas vendidas pela propaganda. Segundo Gomes (2007), em 1908, a moeda usada pelo Brasil era o Réis, adotada também em Portugal e em outros países lusófonos. Os valores das cintas anunciadas são: 15\$000 e 20\$000 ou, respectivamente, quinze mil réis e vinte mil réis. Em comparação ao Real, moeda brasileira contemporânea, 1\$000 (um mil réis) corresponderia a R\$123,00 (cento e vinte e três reais). Fazendo-se a conversão para o Real, teríamos, respectivamente os valores: R\$1845,00 e R\$2460,00, valores altos que nos permitem supor que essas cintas destinavam-se às mulheres mais ricas. Fonte: GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

aceita e justificada pela gravidez, já não existe mais. Há aqui uma descontinuidade inscrita na continuidade: na continuidade do papel de mãe imposto socialmente, a emergência da desvalorização da gordura, especialmente a abdominal.

Além da *FonFon*, outra publicação que nos serve de corpus neste capítulo é a *Revista Feminina*. Considerada a primeira publicação destinada particularmente às senhoras. O mensário nasceu em 1914, no Palacete Bricola, na cidade de São Paulo, dirigida por Virgilina de Souza Salles. A *Revista Feminina* ocupava-se não somente das seções tradicionalmente femininas como artes, letras, modas, poesia, contos, informações e conhecimentos úteis, mas também de uma filosofia editorial que defendia os direitos da mulher, conforme Buitoni (2009, p. 56), “havia um certo ideário a defender”, o que podemos compreender como uma pequena brecha para que a mulher daquela época começasse a requerer sua voz em uma sociedade patriarcal e cada vez mais capitalista.

Podemos considerar que essa publicação teve um papel contundente na mudança de sentido atribuída à gordura e na construção do novo ideal de corpo feminino. Isso porque suas edições mensais, muitas vezes, deram possibilidade para que se enunciasse que o corpo da modernidade era o corpo com menos gordura. Do sistema geral que rege a formação e a transformação dos enunciados, podemos dizer que quando a modernidade bate à porta, a conotação negativa da gordura se acentua sobre as mulheres; a matrona gorda de outrora sai de cena, dando lugar à mulher moderna: mais ágil, mais magra, com porte e elegância. Uma importante mudança para que o dispositivo do controle do corpo pudesse se transformar: não somente o controle do comportamento do corpo da mulher, seus gestos, sua moralidade, sua voz; a partir da modernidade, estabelecia-se um controle do corpo feminino a partir do controle de seu peso.

De forma geral, o substantivo *porte* permaneceu sendo usado, contudo, outro também se fez muito presente: elegância. Os substantivos *porte* e *elegância*, juntamente com o adjetivo *elegante*, podem ser considerados regularidades enunciativas daquele momento, visto aparecerem em enunciados diversos, desde os que faziam referência às mulheres, até aqueles que anunciavam diversos produtos. Abaixo, temos uma sequência de enunciados, todos retirados das *Revista Feminina*, com vistas a confirmar a regularidade. Os enunciados foram numerados em sequência para facilitar a análise.

E1: *O porte e a elegância da mulher moderna.*

E2: *Elegância, conforto e resistência, só calçados Villaça.*

E3: *Muito mais depressa que supúnhamos caminha a favor das elegantes o uso da saia larga.*

E4: *Entre os produtos que devem figurar no toucador de uma mulher elegante (...).*

E5: *O mais elegante livro sobre cozinha até hoje publicado.*

Em (E1), temos o substantivo *elegância* ao lado do substantivo *porte*, estabelecidos numa gradação, construindo o sentido de que, para ser considerada uma mulher moderna, não bastava mais o *porte*, era necessário também a *elegância*. Retomando o que já dissemos antes, sabemos que ter o *porte* e, conseqüentemente a *elegância*, custava caro, logo, ser *mulher moderna* era para poucas. Em (E2), a *elegância* desliza para o objeto vendido: o calçado *Villaça*. Reparemos o mesmo efeito gradativo, porém nesse enunciado a *elegância* vem em primeiro lugar, por isso mesmo é a primeira a ser enunciada. (E2) pôde produzir, dentre outros, o seguintes sentido: quem pudesse adquirir os calçados *Villaça*, estaria adquirindo também *elegância*. Logo, podemos deduzir um sentido muito similar ao produzido em (E1): *elegância* custava caro. Assim sendo, podemos considerar que (E1) e (E2) são enunciados bastante excludentes.

Os demais enunciados colaboram com a valoração social da *elegância*, à medida que essa é usada na adjetivação da mulher – (E3) e (E4) e desliza para adjetivar também um objeto do universo feminino daquela época, o livro de receitas, em (E5). Sobre (E3) e (E4), interessante questionarmos: será que todas as mulheres podiam adquirir as saias largas? Será que todas tinham um toucador⁴²? Obviamente, não! Havia, por exemplo, as ex-escravas que, muitas vezes, não tinham nem casa, quiçá móveis. As saias largas provavelmente eram artigos de moda, por isso mesmo, roupas mais caras. Em relação ao (E5), podemos perguntar se todas as mulheres saberiam ler um livro de receitas. Mais uma vez, pensando na situação das ex-escravas, é fato que não haviam sido alfabetizadas, logo, livros elegantes não eram para todas, *elegância* também não. (E3), (E4) e (E5) reforçam o dito de que ser elegante custava caro. Por conseqüência, (E3), (E4) e (E5) também são enunciados excludentes e produzem objetivação e subjetivação.

Sobre as sequências analisadas, podemos dizer ainda que se inscrevem no saber sobre a dita modernidade tão difundida naquele momento, de modo que o uso intenso das palavras *elegância* e *elegante*, funcionam como espécie de mecanismo de “interferência na

⁴² Toucador é um móvel com espelhos, similar às penteadeiras.

conduta dos sujeitos” (FERNANDES JÚNIOR, 2014, p. 54). Ainda assim, não atingirá a todos na mesma proporção, devido aos altos custos de produtos e artigos oferecidos; por outro lado podemos inferir que, justamente por não ser acessível a todos, é pujante na objetivação/subjetivação social, sendo, por isso, excludente. Isso pode nos levar a deduzir que o dispositivo de controle do corpo feminino, conforme sua configuração no início do século XX, compõe-se de uma marginalização que é muito mais financeira que relacionada à estética corporal em si, ou seja, não podemos dizer que seja a presença ou a ausência de gordura no corpo feminino que exclui e segrega, porque a exclusão se dá muito mais pelas condições sociais e monetárias da(s) mulher(es).

Considerando-se a disposição do dispositivo do controle do corpo da mulher naquele íterim, devemos tratar ademais sobre o modo como os sentidos da associação entre modernidade e elegância evidenciaram-se em um campo de saber que pode ser bastante persuasivo sobre algumas mulheres: a Moda.

Nos anos iniciais do século XX, o vestuário das brasileiras, especialmente da elite, refletia os hábitos de comportamento feminino ensinados socialmente e sofria influências da moda de inspiração francesa, na qual também podem-se notar os reflexos do advento da modernidade. Consequentemente, na Moda, podemos notar sentidos similares produzidos pela associação entre modernidade e elegância, de tal forma que o público feminino, sobretudo o consumidor das revistas e dos figurinos de moda, tornaram-se potenciais compradores das roupas ditas *modernas* e *elegantes*. Podemos dizer que pairava sobre as mulheres, principalmente entre as mais ricas, o desejo de ser *moderna* e *elegante*. Cabe-nos lembrar que a *elegância* exigia um *porte* mais ereto, uma estrutura física mais alinhada, na qual não havia lugar para o volume abdominal. Logo, mulher *moderna* era *elegante* porque apresentava o *porte* sem abdômen volumoso. Considerando-se isso, podemos afirmar que houve a constituição de um padrão de elegância auspiciosa aos tempos modernos, consequentemente, um padrão de corpo feminino também se constituiu. Com o padrão corporal estabelecido, efetiva-se a produção de sentidos para legitimá-lo: enaltecimento do modelo em detrimento de todos os demais.

Esses sentidos podem ser captados nos enunciados a seguir, recortados do exemplar de janeiro de 1915, da *Revista Feminina* e numerados conforme a sequência em que aparecem nesta tese:

E6: *A obra prima da beleza seria a mulher que tivesse os olhos, o porte e o andar de Juno*⁴³.

E7: *bella visão matutina / daquellas que é raro ver / corpo esbelto, collo erguido / molhando o branco vestido / no orvalho do amanhecer.* (Tobias Barreto).

Em (E6), podemos notar a regularidade no uso do substantivo *porte*. Nesse enunciado o *porte* associa-se ao sentido da *beleza*. Logo, mulher com *porte*, que já era considerada *elegante*, passou a ser também tida como *bela*. A beleza aparece novamente nos versos de Tobias Barreto, (E7). Nesse, o sentido da beleza está no *corpo esbelto* e de *colo erguido*; podemos inferir que *colo erguido* é menção ao *porte*, e *corpo esbelto* é menção à corpo que não apresenta volume abdominal, ou seja, com menos gordura, mais magro. Ao recuperarmos os sentidos sobre os quais falamos anteriormente, temos: ter *porte* custava caro; *porte* é beleza; logo, beleza custava caro. Além disso, *porte* é beleza; belo é o corpo esbelto; logo, corpo com volume é feio. Devemos também ressaltar que ambos enunciados [E6 e E7] dizem sobre a mulher, ou seja, a objetivação e subjetivação produzida por eles recai sobre o corpo feminino de modo muito mais intenso que sobre o corpo dos homens. Assim, temos que a mulher tida como bela era a de corpo mais esbelto.

Correspondendo ao sentido da beleza feminina associado ao aspecto corporal mais esbelto, houve uma produção discursiva que desqualificava o corpo feminino mais avantajado, especialmente na escolha dos substantivos para nomeá-los e dos adjetivos para qualificá-los. A mulher gorda foi pejorativamente apelidada de *bolo* ou mesmo *bolo fofo*, numa referência à forma arredondada de sua estrutura física. O corpo do tipo *bolo* contrapunha-se ao corpo *esbelto* e, dessa forma, sendo o corpo *esbelto*, o belo, o corpo *bolo* era o feio. Por consequência, nos chistes e nas pilhérias sociais a mulher mais gorda era chamada de *bolo*.

Cabe analisarmos como isso apareceu em nosso corpus. Por isso, abaixo, trazemos um enunciado recortado da edição de abril de 1915 da *Revista Feminina*, numerado como (E8). O enunciado foi retirado das crônicas, um gênero bastante comum naquela publicação.

⁴³ Deusa da mitologia latina. Juno era a esposa de Júpiter. Considerada a protetora das mulheres, presidia as três fases da vida da mulher: quando donzela, mulher fértil e senhora.

E8: *Papai quiz, anno passado, casar-me com um bolo enorme, uma jovem brasileira que demais não era repugnante.*

Em (E8), inicialmente, podemos perceber a posição do sujeito enunciador - uma classe social privilegiada. Dizemos isso porque os casamentos arranjados pela família eram habituais nas classes dominantes. Aqui, o termo *bolo* desqualifica o corpo feminino gordo inserindo-o na repugnância. Temos: corpo *bolo* é corpo *repugnante*, logo mulher de corpo *bolo* é *repugnante*. Na produção dos sentidos que objetivam e subjetivam, temos: mulheres que são *esbeltas*, por isso mesmo *belas* e assim, com mais chances de serem escolhidas; mulheres *bolos*, por isso mesmo *repugnantes*, logo, com menos chances de serem pedidas em casamento. Podemos assim, notar uma descontinuidade daquele dito anterior sobre mulheres mais robustas serem as mais escolhidas, justamente por suas características físicas mais próximas da fertilidade.

Sobre o enunciador de (E8), podemos comentar também o tom irônico, de conotações machistas [usando um termo contemporâneo], já que seus ditos reproduzem a posição do homem que julga a mulher; nesse caso, a mulher foi julgada por sua aparência física. Isso nos leva a ponderar que, ainda que a configuração do dispositivo de controle do corpo feminino estivesse passando por algumas mudanças – porque o controle sobre esse corpo passou a abarcar também o controle sobre sua estrutura física, a instituição família permanecia sendo uma importante condutora das relações sociais, por exemplo, ela escolhia os casamentos; permanecia também o patriarcalismo, ou seja, a voz do sujeito feminino ainda estava abafada, já que eram as escolhas do homem que prevaleciam.

Isso implica uma polêmica: a *Revista Feminina* era destinada exclusivamente às mulheres, tendo surgido como proposta de dar voz a esse público; contudo, os enunciados desse tipo só faziam corresponder à imposição social patriarcal, porque deixava transparecer o poder masculino, inclusive na escolha de sua pretendente. Visto que naquela época o papel social das mulheres ainda estava muito atrelado ao papel de esposa e mãe, a grande maioria do público feminino almejava o casamento, logo, restava à mulher não se tornar um *bolo*, pois o *bolo* não era atraente. Assim, a *Revista Feminina*, na pretensão de dar voz às mulheres, acabou por condená-las ao mesmo lugar: o da submissão aos desejos dos pais e/ou maridos. No fundo, a mesma posição social da velha matrona: atender aos anseios masculinos.

O que temos aqui é um movimento no interior do dispositivo de controle do corpo feminino que envolve “exercício de poder e construção do sujeito materializado nos discursos produzidos sobre o corpo” (FERNANDES JÚNIOR, 2014, p. 54). O poder mantinha-se exercido pelo homem sobre a mulher; essa se constitui como sujeito a partir dos ditos masculinos que lhe impunham, daquele momento em diante, cada vez de modo mais contundente, o controle sobre o corpo. Nesse sentido, a revista só fez repetir aquilo que se propôs a condenar: uma posição feminina sem direitos. Por conseguinte, podemos dizer que o dispositivo do controle do corpo capturou esse espaço de voz feminina, num preenchimento estratégico.

Ainda, na mesma edição de abril de 1915 da *Revista Feminina*, foi publicado um artigo chamado *As senhoras gordas*⁴⁴. Do texto que compõe o artigo foram recortados dez (10) enunciados, numerados na sequência em que aparecem nesta tese.

E9: *Damos o interview com um notável especialista brasileiro, o mesmo eminente professor a quem recorreremos no número oito da nossa Revista.*

E10: *A beleza não é compatível com os extremos; como a virtude ella reside no meio termo. Quando a gordura é exaggerada as formas se tornam monstruosas; o talhe deforma-se.*

E11: *Sedentariedade, alimentação muito copiosa, inactividade, e o uso de bebidas fermentadas e o uso do assucar em excesso são os responsáveis pela obesidade.*

E12: *Temos assim, tres cathegorias de senhoras gordas, classificadas etiologicamente: - Vida sedentária e excesso de alimentação; hereditariedade; idade.*

E13: *É preciso ainda, notar que em certa idade, entre os trinta e cinco e quarenta annos, coincidindo com uma epoca de transição, as senhoras são sujeitas a invasão do tecido adiposo*

E14: *O remédio racional é equilibrar o orçamento: comendo menos e augmentar o despesa com os exercicios physicos;*

E15: *Evitar antes de tudo os gordurosos! As gorduras são absorvidas com uma ligeira emulsão pela bÍlis e pelo succo pancreático. Manteiga, azeite, carnes gordas, azeitonas, bem como os ferculentos, macarrão, pastas alimenticias, tapioca, batatas, arroz, feijão, araruta, milho, farinhas, assucar, doces e sobretudo chocolate, fructos açucarados, o leite*

⁴⁴ O artigo na íntegra está na seção dos anexos.

– *devem ser riscados da alimentação dos gordos. O pão, o biscoito e as bolachas, entrando na classe dos farinaceos, são igualmente interdictos*

E16: *Os legumes verdes são em grande numero e todos elles são permitidos aos gordos. O frango e algumas aves feitos na grelha, quasi sem gordura e os peixes completarão excellentes cardapios para que os gordos não se tenham a queixar de excessivo rigor.*

E17: *longas caminhadas a pé, pela manhan e á tarde – uma a duas horas de marcha lenta e seguida – e sport, equitação, lawn-tennis, foot-ball, baseball, etc.”, além de “um exercício fácil: - saltar com os pés juntos no próprio aposento e sem mudar de lugar, até que se produza uma transpiração abundante.*

E18: *A balneotherapia é de bom auxilio. (...) As pessoas que não puderem faser a balneotherapia como deixamos dito, deverão usar o banho frio – de chuva de preferencia – seguido de massagem. Quando não houver massagista, no lugar uma creada poderá incumbir-se de faser o ‘amassamento’, tomando entre as mãos a pelle e o tecido gorduroso e espremendo-o, trecho por trecho.*

De modo geral, em relação aos dez enunciados acima, podemos afirmar que foram produzidos com um certo teor didático-pedagógico, já que, em (E9), o enunciados delegar a voz a um professor especialista. Cabe indagarmos a especialidade desse professor, porque apesar de anunciada, não ficou destacada. Por meio do sentido do saber produzido em (E9), o artigo autorizou-se a falar e a ensinar sobre a beleza, a gordura corporal e a obesidade, além das maneiras de se conseguir a primeira e se evitar outras duas. Com essas estratégias discursivas, podemos considerar que a *Revista Feminina* assumia para si todo esse saber e passou a ensiná-lo às suas leitoras. É pertinente traçarmos um paralelo com a contemporaneidade: é bem grande o número de revistas especializadas em ensinar a mulher a controlar o seu próprio peso, por meio de cardápios, exercícios físicos regulares, dentre outros; isso nos permite dizer que o tom pedagógico e didatizado usado pela *Revista Feminina* naquela época tornou-se uma estratégia discursiva bastante regular, inclusive porque pode impulsionar as vendas de uma publicação. Sendo assim, podemos dizer que o discurso de traços pedagógicos e didatizados só fez/faz potencializar o dispositivo de controle do corpo feminino, justamente porque pulveriza o saber de forma detalhada e minuciosa. Contudo, em relação ao artigo da *Revista Feminina*, devemos ponderar que nem todas as mulheres daquela época tiveram acesso a esse saber, fosse porque não poderiam adquirir a revista - publicação destinada ao público feminino mais rico; fosse

porque nem mesmo sabiam ler – pois muitas mulheres naquela época não eram sequer alfabetizadas.

Em relação ao saber construído no artigo *As senhoras gordas*, podemos observar a constituição de uma série de determinações para se evitar a gordura do corpo (E11), (E13), (E14), (E15), (E16), (E17) e (E18): uma lista de recomendações sobre a alimentação, determinando exatamente quais os alimentos a serem evitados; uma indicação de atividade física com exemplos de esportes que poderiam ser praticados; bem como práticas como banhoterapia e as massagens. Sobre esses enunciados, é preciso também tecermos algumas considerações quanto à sua imanência excludente. Seriam todas as recomendações acessíveis a todas as mulheres, ou seja, de todas as classes sociais? Todas as mulheres possuíam criadas, como sugere (E18)? Certamente, as respostas para essas perguntas é não, de modo que podemos deduzir que essas recomendações direcionaram-se especialmente às mulheres financeiramente mais privilegiadas. Esse conjunto de saberes sobre a beleza, a gordura corporal e a obesidade excluiu as mulheres mais pobres.

Considerando-se esse conjunto de enunciados, também devemos discorrer sobre o processo de objetivação/subjetivação que puderam produzir. Em (E10) observamos que a beleza foi relacionada ao *meio termo*, ou um peso intermediário, nem magro, nem muito gordo; ainda, nesse mesmo enunciado, o corpo com gordura exagerada é tido como *monstruoso* e de *talhe deformado*. Sendo, como dissemos no parágrafo anterior, as recomendações para se evitar o excesso de gordura pautadas em técnicas que não estavam acessíveis a todas as mulheres, logo, a beleza também não estaria, restando às sem dinheiro o *talhe deformado* de um corpo visto como *monstruoso*.

Ainda em relação à objetivação/subjetivação, podemos considerar que em (E12), há uma objetivação hierarquizada porque esse enunciado definiu *três categorias de senhoras gordas*. Segundo o ele [o enunciado], a categorização se deu a partir da origem da gordura: i) sedentarismo associado à alimentação excessiva; ii) hereditariedade; iii) idade. A partir dessas três causas, as mulheres foram objetivadas e, ao se reconhecerem em uma delas, tinham à disposição os ensinamentos da *Revista Feminina*. Sobre essa categorização, devemos problematizar alguns pontos. Inicialmente, considerando-se a posição da mulher na organização familiar patriarcal, podemos deduzir que a grande maioria delas ficava em casa, situação adequada ao sedentarismo; logo, em relação à primeira categoria, um grande número de mulheres certamente se subjetivaria. A subjetivação pelo fator hereditário também pode ter atingido muitas mulheres, visto que as suas ancestrais provavelmente

dispunham de corpos avantajados, típicos das matronas às quais nos ferimos anteriormente; logo, podemos questionar: era realmente um caráter hereditário, ou simplesmente o tipo físico representativo da posição das mulheres anteriormente?

A última categoria, apontada pelo (E12), para a obesidade é a idade da mulher. Essa objetivação completa-se em (E13), quando essa idade é definida em números: *entre os trinta e cinco e quarenta anos*. Logo, as senhoras que se reconhecessem nessa fase da vida, deveriam passar a se preocupar com a gordura corporal. Notemos que as categorias, da forma como dispostas no enunciado, possuíam uma certa gradação: devido à posição social da mulher, facilmente ela se reconheceria na primeira categoria; a seguir, poderia também se reconhecer na segunda, visto suas antepassadas serem as matronas; se estivessem entre os trinta e cinco e os quarenta anos, então, não havia como escaparem à preocupação com a gordura em seus corpos.

Ainda sobre o enunciado (E13), observemos a expressão lexical *invasão do tecido adiposo*. O substantivo *invasão* produz o sentido de que a mulher pouco poderá fazer contra o *tecido adiposo* naquela faixa etária, já que o organismo será invadido por ele. O sintagma nominal *tecido adiposo* é usado para fazer referência à gordura acumulada no corpo e dá ao enunciado um caráter mais científico. Isso só reforça o saber do especialista e da Revista Feminina sobre o assunto, reforçando também o processo de objetivação/subjetivação.

Ainda, queremos observar o que diz o (E14). Nesse enunciado, podemos considerar que há uma produção de sentidos que explora a lógica da economia doméstica: *equilibrar o orçamento: comendo menos e aumentar a despesa com os exercícios físicos*. Se considerarmos que naquela época a mulher era tida como a responsável pelo orçamento doméstico, então, podemos apontar que nesse enunciado, temos uma representação das mulheres daquele início de século XX. Perguntamos: como a *Revista Feminina* pretendia dar voz às suas leitoras, como propunha, se repetia em seus enunciados uma representação delas pautada nos valores masculinos?

Sobre o grupo de enunciados que estamos analisando, gostaríamos também de tratar especificamente de (E15), (E16) e (E17). A partir deles, podemos elencar alguns termos que foram se inscrevendo em enunciados posteriores a esses como uma regularidade enunciativa. Na maioria das vezes em que se quis/quer falar de como combater a gordura corporal, o verbo usado é o *evitar*. Esse verbo reforça o sentido da recomendação. Logo, o sujeito não se vê impelido ou obrigado a não comer algum tipo de alimento, mas apenas

evitá-lo. Podemos considerar que o verbo *evitar* produz no sujeito a ilusão de que ele está seguindo suas próprias regras, não a dos outros? Talvez sim. Outra regularidade que podemos observar é o uso detalhado dos alimentos; na maior parte das vezes, aparecem, como apareceu nos enunciados em questão, a lista dos permitidos em oposição à lista dos que devem ser evitados.

Podemos considerar também que há uma certa regularidade na argumentação usada para se justificar o controle do corpo feminino. No artigo em análise, a justificativa para se ensinar o controle do corpo pauta-se nas categorias estabelecidas em (E12), também em valores estéticos, ponderações científicas e ensino de técnicas de controle. O mesmo ainda pode ser percebido na contemporaneamente, o que poderia nos levar a afirmar que ainda se ensina a emagrecer pelos mesmos motivos que se ensinava no início do século XX: emagrecer para ser bela, para ser saudável, para afastar os indícios da idade.

As análises dessa seção podem nos direcionar a seguinte consideração: quando as mulheres deram indícios de que requeriam sua voz, vislumbrando-se alterações em seu papel dentro da sociedade patriarcal da época, aconteceu uma espécie de preenchimento estratégico do dispositivo do controle do corpo feminino, ou seja, esse dispositivo capturou os espaços de fala das mulheres, por exemplo, a *Revista Feminina*, preenchendo-o com mais um novo controle, o da gordura corporal. Para que o combate à gordura corpórea produzisse sentidos positivos, no interior do dispositivo promoveu-se o enlace entre os discursos de uma modernidade que se anunciava e os da estética, da saúde, do esporte, da economia, de tal forma que os enunciados produzidos nesse contexto fossem assumidos pela mídia impressa da época, num estilo pedagógico e didatizado responsável por aspergir entre as mulheres o embate ao próprio corpo. Mediante essa configuração, a objetivação/subjetivação foi eficaz ao estabelecer categorias para as mulheres gordas, bem como foi excludente porque produziu o sentido de que somente as mulheres mais ricas é que conseguiriam não serem gordas. Ainda, nesse processo a beleza definiu-se como o corpo mais esbelto e, sendo esse um corpo financeiramente dispendioso, os valores da beleza, da modernidade e da elegância estabeleceram-se para o corpo feminino da mulher economicamente privilegiada.

Consequentemente, será a elite burguesa que se enriquecia e se desenvolvia, a primeira classe a comungar da emergência de um novo sentido para a gordura e para o corpo que a portava. Esse sentido é germinado na conjuntura social, emerge e avança na imprensa do início do século XX, construindo sentidos sobre o cotidiano das pessoas a

partir de palavras e de imagens, nas quais os *bolos* [mulheres gordas] distanciavam-se, ocupando definitivamente as margens de uma sociedade moderna. Nas margens, aquelas que incomodavam a sociedade, aquelas que não correspondiam às expectativas da modernidade: as mulheres gordas, os *bolos*.

Desse modo, “o afinamento do corpo, a vigilância mais cerrada da silhueta, a rejeição do peso de maneira mais alarmada”, conforme Vigarello (2012a p. 65), promoveram a aproximação entre beleza e corpo mais magro e de silhueta mais esguia. A partir de 1915, passamos a ter uma intensificação da produção discursiva na qual a gordura caiu em total descrédito, ao passo que o corpo feminino mais magro ganhou honrarias. A partir disso, a gordura corporal passou a ser a ser visto como atraso, um “desmoronamento físico que cada vez mais será estigmatizado e rejeitado” (VIGARELLO, 2012a, p. 65). Uma intensificação da produção de enunciados que inserem a mulher gorda e pobre nos espaços marginais da feiura e do desmazelo; a ponta de um novelo que se desenrolará adensando-se cada vez mais: a preocupação com o desenho do corpo, o desassossego das medidas, a apreensão com a imagem de si mesmo que se vê refletida.

Será justamente nessa conjuntura que veremos a emergência da palavra *silhueta*. Nas reportagens das publicações de atualidade e femininas, dentre as quais as que elegemos como *corpus* de pesquisa deste capítulo [*Revista Feminina*, *FonFon* e *A Cigarra*], o substantivo *silhueta* será usado, como em seu país de origem, para fazer referência ao desenho do corpo feminino. Como podemos observar no enunciado (E19), recortado da seção de Moda, da edição de março de 1915, da *Revista Feminina*:

E19: *A silhueta moderna é natural sem nada de exageiro nem pose, o que nos parece muito distinto; o último retoque á sua toilette enfrente a límpida luz do espelho, o orgulho de si mesma, vendo desenhar-se no crystal a galhardia esbelta de seu corpo.*

Em (E19), é possível observarmos como o substantivo *silhueta*, associado ao adjetivo *moderna*, à *galhardia esbelta* do corpo e ao *orgulho de si mesma*, corroboram com o processo de produção de objetivação/subjetivação, porque estabelece a distinção entre silhueta moderna e não moderna; entre corpo esbelto e corpo não esbelto; entre mulher com orgulho de si mesma e mulher sem orgulho de si; logo, entre mulher moderna e mulher não moderna, o que, conseqüentemente, possibilitou a subjetivação de uma grande parcela das mulheres. Aqui, também é passível considerarmos um certo deslizamento de sentido da beleza para a autoestima; sentido esse que promove a ilusão de que possuir a

silhueta moderna e esbelta significaria amar a si mesma. Nesse sentido, as mulheres que se subjetivavam como não modernas, não esbeltas, tinham mais um motivo para se adaptarem às mudanças, porque isso significava cuidar delas mesmas. Não devemos deixar de comentar que uma grande parcela da população feminina permanecia excluída.

2.3 O SIGNO DA MODERNIDADE: A ELEGÂNCIA DE UMA SILHUETA ADELGAÇADA (1920-1949)

A década de 1920 viu eclodir o movimento modernista no cenário artístico-literário nacional. Na conjuntura histórica, essa modernidade já vinha sendo anunciada aos quatro ventos, das artes à moda, da política à indústria. A população urbana crescia, as ruas eram invadidas pelos automóveis, as grandes fábricas apitavam freneticamente o início e o fim de seu expediente, a política do café com leite declinava, as revoltas operárias ganhavam forma enquanto os artistas anunciavam o verso livre. A população presenciava mudanças que alterariam definitivamente a vida do brasileiro. No âmbito das alterações sociais, um outro direcionamento do olhar à gordura corporal: “a gordura opunha-se aos novos tempos, que exigiam corpos ágeis e rápidos” (DEL PRIORE, 2013, 225). A partir da década de 1920, reforçou-se ainda mais a interdição da gordura corporal feminina. Para uma parcela das mulheres, já habituadas a controlar a barriga nas cintas, recairia de modo mais contundente a disciplina sobre o próprio corpo, na promessa de sua inserção no campo da modernidade. À esteira dos tempos modernos alardeados socialmente, os ditos do esporte e do feminismo entrarão na intrincada rede discursiva que construiu o padrão de corpo feminino para os anos posteriores.

Isso se deu porque no contexto histórico-social que embalava as mudanças em todas as áreas, as mulheres puderam vislumbrar a possibilidade de adquirir voz e de, inclusive, galgar novas posições sociais. Nas cidades cada vez mais industriais e urbanizadas, conforme Del Priore (2013, p. 65), “ampliavam-se sobretudo para as mulheres, as possibilidades de acesso à informação, lazer e consumo.” Nesse contexto, a imprensa passou por muitas transformações que, segundo Buitoni (2009, p. 64), “ia se distanciando do opinativo e a reportagem começava a se firmar. Assim, as fotos deixavam, algumas vezes, de ter um caráter meramente ilustrativo para envolverem algum componente de informação”. O acesso às novas posições que a informação lhe

proporcionaria, seduziu uma parcela da população feminina, que há muito se sentia insatisfeita com a submissão à voz masculina; nessa perspectiva, podemos dizer que no meio do que lhe era oferecido como vantagem, a disciplina e o controle sobre a gordura do próprio corpo lhe eram sutilmente ensinados. Interessante notarmos que, para ganhar espaço e voz, muitas mulheres não perceberam que lhe escapavam a escolha ou a possibilidade de deixar o corpo ao natural. Dizemos assim porque, na sociedade brasileira moderna que se constituía, às mulheres não foi oferecida nenhuma compreensão à gordura acumulada no abdômen após a maternidade, ao contrário, como em um eloquente tom de cobrança lhes era dito que para terem voz, precisariam aprender a controlar os próprios corpos, submetendo-se ao padrão imposto pela sociedade que permanecia patriarcal. Sendo assim, naquela década de 1920, podemos considerar que o controle é acentuadamente sobre o corpo feminino, sendo que sobre o corpo do homem demorará um pouco mais para acontecer.

Nesses caminhos interligados, sinuosos e mascarados, que tiveram um papel decisivo na consolidação do modo como uma mulher passaria a se relacionar com seu corpo e na sequência com sua silhueta, construídos socialmente, um nó significativo: as páginas de um mercado editorial em ascensão, no qual emergia uma “mulher de papel” (BUITONI, 2009, p. 15). As fotografias e as reportagens das revistas de atualidades e femininas deram o tom e a cor à nova imagem feminina que se buscava construir. Isso porque, se de um lado as publicações voltaram seus olhares para a transformação de padrões femininos consolidados, vislumbrando novos papéis sociais até bem pouco tempo inimagináveis às mulheres, de outro, tiveram o poder de construir em suas páginas recheadas de cosméticos, artigos luxuosos e muitas receitas de dietas, imagens que logo passaram a serem vistas como padrões de beleza e de modernidade, modelos a serem seguidos por todas aquelas mulheres que desejavam se desvencilhar da supremacia masculina. Mas como não eram todas as classes sociais que consumiam as revistas, bem como os caros produtos anunciados nelas, era como se a modernidade e os avanços femininos estivessem à disposição somente de uma elite. Podemos dizer que as mulheres com poucos recursos monetários mantiveram-se às margens da modernidade anunciada.

Em relação a isso, devemos elencar algumas reflexões. Até que ponto os novos papéis sociais femininos anunciados pela modernidade eram realmente novos? Se considerarmos o direito ao trabalho fora de casa, podemos afirmar que isso não era algo assim tão novo para todas as mulheres, visto que as mais pobres sempre trabalharam para

ajudar nas despesas de casa. Além disso, pode ser que o impulso dado ao trabalho feminino também nas classes sociais mais abastadas tenha se efetivado mais por uma estratégia capitalista que pretendia baixar salários masculinos, ao mesmo tempo em que ampliaria seu mercado consumidor.

Nessa junção, a regularidade do tom didático-pedagógico das revistas das décadas anteriores manteve-se, e essas passaram a ensinar veementemente as mulheres a cuidarem do corpo. Um controle disfarçado de cuidado, “uma maquinaria de poder”, conforme nos explica Gregolin (2013, p. 99), o “poder que se exerce sobre o corpo é ininterrupto e, por isso, naturalizado, é internalizado pelo sujeito”, que se acentua a partir da modernidade. O poder exercido sobre o corpo vai se pulverizando nos ditos, nas imagens, nos ensinamentos estéticos, nas orientações para a saúde, nas recomendações para o esporte e para a alimentação, nos enunciados de teor feminista, espalha-se entre os sujeitos, toca-os, incita-os, convence-os. Uma composição traçada e entrelaçada por meio do discurso, “desenha-se aos poucos até alcançar um método geral e espalhar-se numa microfísica do poder” (GREGOLIN 2013, p. 99).

Para Foucault (2009), o corpo é uma superfície passível de ser moldada por técnicas disciplinares, o ponto focal no qual o poder atua. Nesse sentido, podemos considerar que o conjunto de técnicas e práticas, de conselhos e ensinamentos que ganharam ainda mais força a partir da década de 1920, no intuito de ensinar as mulheres a se inserirem na modernidade, cuidando de si mesmas e de seus corpos, nada mais são que componentes de um dispositivo disciplinar por meio do qual o poder passou a controlar os corpos na modernidade. Inicialmente o corpo feminino, depois o masculino, o da velhice, o da infância e porque não, o da população? Sobre esta última, trataremos mais tarde.

Tendo em vista as circunstâncias em que aparecem os objetos do discurso sobre o corpo feminino a partir dos anos 1920, seguindo o que nos pontua Milanez (2006, p.26), devemos nos atentar “às condições históricas que puderam legitimá-las, naquele lugar, podendo-se dizer coisas diferentes das quais já haviam sido ditas, estabelecendo-se assim, relações num domínio de parentesco”. Quando a modernidade exigiu rapidez e o feminismo clamou por voz na estrutura patriarcal, às mulheres foram ditadas outras regras – o controle do corpo – a imprensa, que só fazia crescer, atuou na institucionalização do modelo feminino a ser seguido, produzindo um interdiscurso que coadunava saúde, esporte, feminismo e modernidade.

Em todo domínio no qual os ditos da modernidade circulavam, a necessidade de se manter um corpo mais leve se consolidava, até se cristalizar em definitivo. “A magreza tinha mesmo algo de libertário: leves, as mulheres moviam-se mais e mais rapidamente” (DEL PRIORE, 2013, p. 225). O semblante amarelado das mulheres acostumadas ao lar não tinha mais espaço, pois era a cor rosada das faces femininas que agora desfilavam pelas ruas com mais e mais frequência, em modelos mais curtos e estreitos que os de outrora.

Essas condições encontram razão de ser num interdiscurso entre os dizeres da medicina e os do esporte, pois, conforme Del Priore (2013, p. 214-215), “médicos e higienistas faziam a ligação entre histeria e melancolia e a falta de exercícios”. Acreditava-se que o exercício impediria as mulheres de adoecer. “Era preciso oxigenar as carnes e se alegrar, para dar equilíbrio saudável ao organismo”. Se de um lado o ganho com a prática esportiva era afastar o fantasma da histeria, por outro, também podia ser visto como mais um avanço para a voz feminina, já que o campo esportivo era até então um *locus* masculino. Contudo, não devemos nos eximir de dizer que a prática esportiva não atinge a todas as mulheres da mesma forma, porque se trata também de uma prática excludente, já que não eram todas as mulheres que poderiam financiá-la.

Mais uma vez, para ganhar espaço na sociedade patriarcal, uma grande parte das mulheres deixou-se levar pelos enunciados que as objetivavam/subjetivavam. A prática esportiva, na verdade, mais inseria as mulheres na esfera do controle masculino, que lhes afastava dele. Os homens cederam o terreno esportivo, afinal não mereciam conviver com mulheres histéricas⁴⁵, tampouco podiam aceitar gentilmente que as mulheres ocupassem esse lugar sem que lhes infligissem controle sobre algo, no caso, o controle ao corpo.

Del Priore (2013) afirma que o século XX viu nascer uma nova mulher, para a qual o esporte é um dos principais indicativos da mudança. Nesse sentido, o corpo feminino que emergirá como padrão será o corpo exercitado pelo esporte. Não nos esqueçamos da conjuntura que sustentará esse modelo: corpo exercitado é corpo ágil, logo, capaz de acompanhar a rapidez da modernidade; corpo exercitado é corpo saudável porque não dá margem à obesidade; corpo exercitado é corpo feliz já que não é histérico; corpo exercitado é corpo mais atraente pois deixa de ser *bolo*; corpo exercitado é o corpo da

⁴⁵ Achamos pertinente questionar a quem a histeria incomodava mais: às mulheres diagnosticadas como histéricas, ou aos homens da sociedade patriarcal? Por que elas precisavam ser isoladas, por exemplo, na Salpêtrière francesa? Mais para serem medicadas com dignidade, ou para serem escondidas e deixarem de envergonhar os homens de sua família?

moda, porque os trajes femininos mostravam-se cada vez mais leves, corpo exercitado é corpo feminino que ganha voz e, por fim, corpo exercitado é o da silhueta da mulher moderna.

No traçado de uma silhueta moderna, o corpo feminino se desenhava cada vez mais esbelto, justamente para corresponder às condições ditadas naquele momento, pois, “é este mundo imediato, que restitui primeiramente uma história do corpo; um mundo que varia, impondo modos diferentes de experimentar o sensível e de utilizá-lo” (CORBIN et. al, 2012, p. 07). Para legitimar os novos modos, contudo, vários saberes e práticas entraram para compor essa imensa teia discursiva. A publicidade dos principais veículos de comunicação da época, contribuirá de maneira pontual, divulgando as grandes novidades da modernidade de modo a estabelecer saberes, poderes e sujeitos. Fortalecendo sobremaneira o novo olhar sobre o corpo da mulher e sua silhueta, dando início àquela que seria a era da perseguição definitiva ao acúmulo de peso ou, a ditadura da magreza.

Precisamos ressaltar ainda que na conjuntura acima descrita haverá a intensificação do uso da palavra obesidade. Esse termo será usado para fazer referência ao acúmulo de gordura que prejudica a silhueta moderna. Na esfera médica, a obesidade seguia sendo vasculhada, como dissemos anteriormente, em busca de suas causas, principal motivo que fez dela um elemento atrativo para a venda de medicamentos que prometiam contê-la.

Podemos considerar que a contenção da obesidade associa-se ao adelgaçamento da silhueta; logo, foram se construindo regularidades enunciativas usadas, principalmente, pela indústria farmacêutica: o substantivo *obesidade* geralmente aparecia em letras destacadas, atraindo assim o olhar do leitor para o anúncio que prometia combatê-la; o mesmo aconteceu também com o verbo *adelgaçar*, em seguida, substituído pelo verbo *emagrecer*. Essa regularidade pode ser percebida nas imagens a seguir, recortadas de três edições da revista *A Cigarra*, no período compreendido entre 1924 e 1926.

Figura 3 - Obesidade nos anúncios – 1



PARA ADELGAÇAR Pode empregar-se com toda a confiança sem temos de consequências desagradáveis e sem necessidade de regimen a Iodhyrine do Dr. DESCHAMP. APROVADA e ACONSELHADA pelo Corpo Medico Francez e Estrangeiro. A caixinha contem medicamento para seis semans de tratamento. Depósito Central: Labor. LALEUF, 49 Avenue de La Motte-Picquet, Paris. Vende-se em todas as Phamarcias e Drogarias.

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DE S.PAULO

Em relação à Figura 3, podemos notar a regularidade enunciativa acima descrita: o sujeito enunciador é uma empresa farmacêutica; o verbo *adelgaçar* aparece em destaque no anúncio, seguido do nome do medicamento *Iodhyrine*, sequência que pode produzir o seguinte efeito de sentido: o sujeito subjetivado como alguém que quisesse adelgaçar a silhueta, reconheceria no anúncio a possibilidade de fazê-lo adquirindo o medicamento ofertado.

A regularidade do uso do verbo *adelgaçar* também pode ser observada na Figura 4, a seguir:

Figura 4 – Obesidade nos anúncios- 2



Obesidade

Para Adelgaçar com seguridade sem perigo tomen "PILULES GALTON" a base de extractos vegetaes. O melhor remedio contra Obesidade. As "PILULES GALTON" fazem emagrecer melhorando a digestão.

Exito constante, absoluta seguridade.

Appr. D.S.P. em 26-6-1917 sob o N° 88 J. RATIÉ, Pharmacien 45, Rue de l'Echiquier, Paris.

A venda em todas as phamacias e drogarias.

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DE S.PAULO

Novamente, o sujeito enunciador é uma empresa farmacêutica que vende um medicamento com a finalidade de *adelgaçar*. Na peça publicitária mostrada na Figura 4, contudo, a palavra obesidade é que se torna o foco do olhar. Da mesma forma, que na Figura 3, o sujeito subjetivado como alguém com obesidade imediatamente encontraria a sua disposição o medicamento de que precisava: *pilules Galton*.

Há ainda, outra regularidade enunciativa que desejamos destacar em relação às figuras anteriores: o efeito de sentido da credibilidade construída pelo sujeito enunciador. Na Figura 3, a credibilidade construiu-se por meio da expressão *com toda confiança sem temor das consequências*; já, na Figura 4, pelas expressões *êxito constante e absoluta seguridade*. Sabendo-se que o uso de medicamentos sem prescrição médica não é recomendado, é provável que por isso mesmo, o enunciador da Figura 3 destacou também o uso do nome do *Dr. Deschamp*, seguido das expressões *aprovada e aconselhada pelo corpo médico francês e estrangeiro*. Podemos deduzir que o hábito de automedicação, especialmente no que tange à obesidade, já estava sendo difundido. Nesses dois anúncios de medicamentos, temos um processo de subjetivação do(s) sujeito(s) quanto à obesidade, quanto à compra do medicamento e também quanto à automedicação, logo, subjetivado como obeso, subjetiva-se também como consumidor do produto oferecido e como alguém que pode/deve se automedicar.

Quanto à figura 4, temos ainda que observar a presença do texto não verbal usado para compor a peça publicitária. Nela, aparece um casal, que pelas formas arredondadas podemos deduzir que seja obeso. Nesse sentido, a imagem do casal reforça a objetivação de que o corpo obeso possui um traçado mas curvilíneo. Assim, podemos considerar um processo de objetivação / subjetivação que se dá também pela silhueta: as linhas corporais do casal da imagem poderiam ser facilmente reconhecidas pelo(s) sujeito(s) como a(s) sua(s); por conseguinte, reconheceriam também a necessidade de se adelgacarem e, portanto, de consumirem o medicamento.

Considerando-se que, no anúncio das *pilules Galton*, o texto não verbal apresenta um casal, não podemos dizer que a objetivação/subjetivação pela obesidade estava

centrada nas mulheres, ao contrário, poderíamos deduzir que, na década de 1920, o olhar para o corpo obeso já começava a condenar também os homens, ainda que, como veremos mais adiante, sobre as mulheres é que se acentuará. Contudo, o casal que aparece no texto apresenta posturas diferentes: enquanto o homem obeso possui a cabeça erguida, a mulher mostra uma cabeça mais apontada para baixo. Isso poderia nos sugerir que a elas a obesidade causava mais preocupação, ou mais vergonha; ou que ao se subjetivar como obesa, a mulher deveria abaixar a cabeça e acatar pontualmente o que dizia o anúncio. Sendo assim, uma hipótese que poderia justificar a presença do homem na oferta das pílulas é o fato de que às mulheres cabia também o cuidado com a saúde e bem estar dos maridos.

No que tange às regularidades enunciativas, podemos ainda apresentá-las na Figura 5 Nela, permaneceu a imagem do casal obeso, mas o verbo *adelgaçar* foi substituído pelo *emagrecer*.

Figura 5 – Obesidade nos anúncios - 3.



OBESIDADE

PARA EMMAGRECER com seguridade e sem perigo tomem PILULAS GALTON a base de extractos vegetaes. O melhor remedio contra a Obesidade. As PILULAS GALTON fazem emagrecer melhorando a digestão. *Exito constante, absoluta seguridade.*

Apr. D.S.P. em 26-6-1917 sob o N° 88 J. RATIÉ, Pharmacien 45, Rue de l'Echiquier, Paris.

A venda em todas as pharmacias e drogarias

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DE S.PAULO

Podemos inferir que as regularidade enunciativas apresentadas nos três anúncios correspondem à ordem do discurso que circulava no dispositivo de controle do corpo feminino na década de 1920: a contenção da gordura do corpo se fazia necessária aos tempos modernos. Essa ordem, direcionou o olhar para as silhuetas mais arredondadas, como as do casal das Figuras 4 e 5, promovendo a objetivação da obesidade e consequente subjetivação dos sujeitos.

Entre as Figuras 4 e 5, devemos destacar a regularidade do uso do texto não verbal, como os desenhos. Na época, as impressões eram feitas na prensa. Como não se dispunham de técnicas que permitissem a utilização de fotografias, os desenhos eram utilizados. Como veremos nos próximos trechos desta pesquisa, a partir da década de 1920 o uso do não verbal só fez se intensificar de modo que, ao se anunciar modelo corporal – no caso da modernidade, mais esbelto e de silhueta adelgada - a partir daquela década, veremos os enunciados sincréticos ocuparem a cena pois,

Um enunciado está antes ligado a um “referencial” que não é constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades”, ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as suas possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase o seu sentido, à proposição seu valor de verdade. (...) uma série de símbolos, uma frase a que se pode ou não atribuir um sentido, uma proposição que pode receber ou não um valor de verdade. (FOUCAULT, 2012, p. 110-111)

No percurso de leitura do conjunto enunciativo das pílulas *Galton* [Figura 4 e Figura 5], o sujeito interlocutor passa, de imediato, da palavra *obesidade* para a imagem do casal de silhueta arredondada e isso faz sentido no anúncio, já que o referencial *obesidade* é o constituinte da condição, é o campo no interior do qual isso pode ser dito e associado à imagem do casal gordo. Rapidamente, o público alvo reconhece no desenho, aquilo que o verbal diz. A partir disso também se construiu a verdade daquela década: emagrecer se fazia necessário.

Nesse sentido, podemos considerar os enunciados produzidos pela a mídia impressa, em artigos jornalísticos e em sua publicidade, exerceram bem o papel de disseminar o combate à gordura, tornando-se estratégico para o dispositivo de controle do corpo feminino, já naquela década. Os enunciados midiáticos definiram-se como peças importantes no cenário discursivo da desvalorização do corpo gordo e da silhueta arredondada, pois seus anúncios só fizeram fortalecer o corpo delgado que “combinava com a nova moda do jérsei [e das] roupas esportivas [que] valorizavam uma nova descontração pautada pelo corpo esguio”. (SANT’ANNA, 2016, p. 69). Por meio desses enunciados o saber-poder sobre o corpo feminino foi sendo aspergido na sociedade, legitimando o corpo esbelto como o ideal. Por conseguinte, temos na composição do dispositivo de controle do corpo feminino a formação de regularidades enunciativas que

analogamente se dispersaram e se correlacionaram, logo, o que temos é uma formação discursiva (FOUCAULT, 2012).

Precisamos dizer que toda a rede que fez a gordura ser combatida, em certa medida impulsionou a propaganda, porque quanto mais se desejava saber sobre a obesidade e as formas de se combatê-la, mais se vendiam jornais e revistas que diziam disso. Logo, à medida que o saber sobre a obesidade se popularizou, o mercado editorial avançou e seu faturamento aumentou. Por conseguinte, mais e mais anúncios de artigos, medicamentos e serviços foram sendo oferecidos pelos diversos veículos de comunicação. Sant’anna (2016, p. 70), pontua que a propaganda pôde ser percebida como uma aliada do(s) sujeito(s) que desejavam se verem livres da obesidade, justamente porque essa “divulgava os benefícios de dezenas de medicamentos” e outras práticas. Para tanto, a imprensa lançou mão daquilo que Foucault (2012) chamou de modalidades enunciativas.

Descrições qualitativas, narrações biográficas, demarcação, interpretação e recorte dos signos, raciocínios por analogia, dedução, estimativas estatísticas, verificações experimentais, e muitas outras formas de enunciados (...) no discurso (...). Que encadeamento, que determinismo há entre uns e outros? Por que estes e não outros? Seria necessário encontrar a lei de todas essas enunciações diversas e o lugar de onde vêm (FOUCAULT, 2012, p. 61)

Sendo assim, podemos nos perguntar: quem, nas décadas de 1920 a 1940, na totalidade dos falantes estava autorizado a falar sobre a obesidade, sobre as técnicas de adelgaçamento do corpo, ou sobre o emagrecimento, para que seus enunciados tivessem o valor de verdadeiros? Para tanto, de onde obteve-se o discurso? Qual a origem legítima desse e onde esse se aplicou? Que posições do sujeito se definiram por isso?

Vejamos como podemos aplicar esses questionamentos nos enunciados a seguir, retirados de duas peças publicitárias publicadas na revista *A Cigarra*, no período entre 1924 e 1940.

Figura 6 - Banho Persa do Dr. Smith



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE S.PAULO

Devido à pouca legibilidade do anúncio original, optamos por transcrever seus enunciados abaixo, numerados na sequência.

E20: *É propensa a gordura? Evite a gordura usando o Banho Persa Dr. Smith.*

E21: *Quem é gordo perde a beleza. Segundo a opinião médica, a gordura, além de enfear prejudica a saúde. Banho Persa Dr. Smith. Emagrece de 2 a 4 quilos a cada banho.*

Como para as mulheres daquele momento, a gordura era o signo de uma posição social de submissão, não seria de nenhuma forma propensa àquelas cujas aspirações fossem se tornar mulheres modernas com voz e posição social diferente de outrora. Por isso, em (E20), podemos dizer que as mulheres são muito mais interpeladas por essa publicidade que que oferecia técnicas de emagrecimento, porque o sujeito enunciador dirige-se a um interlocutor feminino quando diz *propensa*. Contudo, o mesmo não pode ser afirmado em relação ao (E21).

Em relação ao que diz Foucault (2012), acerca das modalidades enunciativas, temos que: i) na totalidade dos falantes, estavam autorizados a falar sobre a gordura e as técnicas de emagrecimento os especialistas como o *Dr. Smith*. O uso do título de doutor produziu nos enunciados o efeito da verdade. Nesse sentido, a origem legítima dos enunciados é médica, sendo por isso mesmo, passível de ser reconhecida e utilizada pelos interlocutores, mulheres em (E20), não só elas em (E21). Quanto à produção de subjetividades, podemos dizer que, em (E20), a pergunta *É propensa a gordura?*, já no início do anúncio, produz a objetivação/subjetivação, de tal forma que as mulheres que se reconheciam propensas à gordura, já se sentiam impelidas a usar a técnica do *Dr. Smith*. Em (21), a objetivação/subjetivação se dá em maior grau pelo valor estético, ou pela condição da *beleza*, ou seja, a beleza é objetivada no magro e, sendo assim, subjetivando-se como gordo, o sujeito subjetivava-se também como feio, logo, para subjetivar-se como belo, deveria subjetivar-se também como consumidor do *Banho Persa do Dr. Smith*.

Essa modalidade enunciativa, na qual se opta pelo discurso de uma autoridade, pelas origens legitimadas socialmente do saber e por meio das quais é possível produzirem-se subjetividades, repetiu-se com frequência nos anúncios publicitários das revistas escolhidas como corpus desta seção. Por isso, além dos enunciados acima analisados, escolhemos apresentar também os seguintes, como forma de comprovar a regularidade:

E22: *Academia Scientifica da Belleza, de Madame Campos. Diferentes processos de maçoterapia, electroterapia, mecanoterapia. Massagem Media, Hygienica e Esthetica para à redução geral ou parcial da gordura, correcção das formas e enrijamento das carnes.*

E23: *O Dr. Hauser, especialista de Hollywood tanto em regimens para emmagrecer como para engordar ou para manter o peso, acredita ter encontrado um regimen especial que permite á mulher tomar alimentos fortes sem prejudicar a harmonia da linha. Esse regimen tem por objetivo que a gordura se espalhe igualmente nas partes em que ella se torna indispensavel, evitando que se acumule onde possa prejudicar a belleza do corpo.*

Nos enunciados (E22) e E(23), percebemos a mesma modalidade enunciativa: o sujeito enunciador usa o discurso da autoridade, respectivamente, *Academia Scientifica da Belleza* e *O Dr. Hauser, especialista de Hollywood tanto em regimens*. Sendo assim, esse enunciador está autorizado a divulgar os tratamentos de (E22) e (E23), visto o caráter científico de ambos. Além disso, a produção de subjetividades segue o seguinte raciocínio em (E22): os sujeitos são objetivados, a partir da gordura corporal, em os de forma correta e rijas ou os de forma incorretas e não rijas; logo, os que se subjetivam pela segunda categoria, subjetivam-se também como consumidores dos tratamentos de *Madame Campos*. Em (E23), temos: a objetivação acentua-se nas mulheres, também em relação gordura, mas não só em relação a ela, ocorre também pela alimentação. Assim, o anúncio do *Dr. Hauser* as objetiva em mulheres que comem alimentos fortes e têm a linha [silhueta] prejudicada, sendo que essas subjetivam-se também como consumidoras do *regimen*.

Desse modo, essa modalidade enunciativa que descrevemos pode nos permitir dizer que, no dispositivo de controle do corpo feminino nas décadas de 1920, 1930 e 1940, tenha se produzido subjetividades femininas a partir da gordura corpórea, tida como algo que causava ausência de saúde e falta de beleza. Devemos ponderar que essa modalidade enunciativa prestou-se a um mercado comercial que ansiava ampliar suas vendas, fossem de medicamentos – por exemplo as *pílulas Gaston*, fossem de serviços – por exemplo os *regimens do Dr. Hauser* ou os *banhos do Dr. Smith*. Nesse sentido, cabe-nos questionar: a intenção era melhorar a saúde do sujeito [homens e/ou mulheres], ou vender produtos e serviços? Se considerarmos que os produtos e serviços tinham um valor financeiro mais alto, excluindo-se assim uma grande parcela da população, podemos deduzir que o

interesse maior era potencializar os lucros, caso contrário, os produtos e serviços oferecidos deveriam ter tido valores mais baixos de forma que mais sujeitos pudessem pagá-los, só assim é que a saúde teria sido a real preocupação.

Mediante nossas análises, podemos observar que logo após os anos 1920, a gordura já havia caído em total descrédito, bem como houve uma maior percepção do desenho do corpo. Os mesmo olhares que passaram a condenar a obesidade, voltaram-se também às linhas corporais, às suas formas. Um direcionamento discursivo do olhar que agora passou a se concentrar também na silhueta. Isso pode se justificar porque as mudanças sociais que se descortinavam naquele início de século XX tocaram também o guarda-roupa feminino. Os trajes tornavam-se mais leves, outros tecidos passavam a ser usados e o vestuário da mulher sofreu alterações impactantes. As novas tendências estavam também nas publicações da *Revista Feminina*, de *A Cigarra* e da *FonFon*. Estas revistas contavam com seções especializadas em modelos de roupa, e seus moldes, que estavam em voga. Nos enunciados produzidos pela Moda, o vocábulo silhueta passou a ser usado ao lado dos croquis e desenhos dos modelos, sobretudo nos editoriais que circulavam nos periódicos nacionais; neles, a palavra corpo aparecia muito pouco, sendo que silhueta tornou-se cada vez mais frequente.

Nesse sentido, é possível refletirmos que a partir do vocábulo silhueta deu-se uma intensa produção de subjetividades. A silhueta foi objetivada, no campo de saber da Moda, mediante o traçado do corpo: silhueta longilínea, do corpo esbelto, contrapondo-se à silhueta curvilínea, do corpo gordo. Devido aos sentidos que anteriormente foram sendo associados ao corpo esbelto e ao corpo gordo, temos: i) corpo de silhueta curvilínea: desleixado, sem saúde, feio; ii) corpo de silhueta longilínea: cuidado, saudável, belo. Não esqueçamos que a objetivação, naquele momento, também se dava pelos valores da modernidade, de modo que o corpo gordo era tido como lento, enquanto o esbelto, ágil; logo, silhueta longilínea era também silhueta moderna.

Adiante, temos a Figura 7, um recorte de um editorial de Moda, da revista *A Cigarra*, em uma das publicações, no ano de 1936.

Figura 7 - A Silhueta Moderna



Em todas as épocas a mulher possui uma silhueta especial. A historia da pintura e da escultura, é a historia da anatomia feminina. Desde o Egipto, e principalmente na Grecia e na Renascença encontramos a filha de Eva variando infinitamente em corpo. No século XX temos a mulher com uma linha que nunca teve; uma linha sportiva e fina, admiravelmente elastica e bela em toda a sua expressão. Este corpo é que os costureiros devem vestir... já que não podem deixa-lo tal e qual a Natureza o creou...".

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE S.PAULO

O sujeito enunciativo usou o texto sincrético para produzir sentido, de tal modo que, no título verbal, em destaque, temos a associação entre silhueta e modernidade, de tal modo que a silhueta moderna é imediatamente reconhecida na ilustração de um corpo de silhueta longilínea. Nesse sentido, não é possível pensar em outra silhueta moderna que não seja análoga àquela mostrada na sequência, por isso, podemos dizer que a materialidade enunciativa da Figura 7 legitimava ainda mais a verdade da época: corpo esbelto, de silhueta longilínea era o signo da modernidade. Dessa maneira, palavra e desenho produzem sentido conjuntamente e, conseqüentemente, objetivam/subjetivam.

Sendo assim, podemos dizer que: i) estabeleceu-se o padrão tido e visto como ideal, conseqüentemente a ser (per)seguido; ii) ao estabelecer o padrão, imediatamente, excluiu da modernidade todos os demais, sem exceção; iii) quando não apresentou outras possíveis silhuetas, estabeleceu a obrigação de que aquela devesse ser conseguida por todas que almejavam pertencer ao mundo que se modernizava; iv) associou a magreza à modernidade e à beleza; v) legitimou todas as práticas de emagrecimento; vi) institucionalizou o sentido da beleza na silhueta retilínea. Como consequência, a objetivação e a subjetivação deram-se de forma contundente.

Considerando-se o texto que aparece abaixo da imagem, podemos dizer que é direcionado às mulheres, porque o sujeito enunciados inicia dizendo *Em todas as épocas a mulher possui uma silhueta especial*. Podemos deduzir o sentido produzido pelo uso do sintagma *silhueta especial*, como sendo uma silhueta bela. Observemos que ao usar os marcadores como *em todas as épocas, desde o Egipto, na Grecia*, o enunciador assume o tom narrativo, colocando-se assim na posição de alguém que conhece a história, no caso, a história da *silhueta especial*, ou da beleza; logo, autoriza-se a falar dela. Na sequência, esse enunciador assumirá a posição de alguém que faz uma interpretação, porque diz *temos a mulher com uma linha que nunca teve; uma linha sportiva e fina, admiravelmente elastica e bela em toda a sua expressão*. Nesse tom interpretativo, o enunciador passa a ocupar o lugar de alguém capaz de perceber/compreender que aquela época sinalizava mudanças, sobretudo para os corpos e, sendo assim, o interlocutor deveria acatar às suas recomendações. Poderíamos dizer que aquela modalidade enunciativa a qual nos referimos anteriormente, manteve-se, apesar de uma pequenina alteração, já que o discurso da autoridade não está expresso na materialidade léxica [*especialista, Dr. Smith*], mas os tons narrativo e interpretativo assumidos pelo enunciador ao longo do texto produzem o mesmo sentido.

O enunciador inscreveu seu dizer nos domínios da história da pintura e da escultura, “cujas leis de possibilidade já foram articuladas e cujos caracteres são anteriores à enunciação que o coloca” (FOUCAULT, 2012, p. 115). Assim o faz para garantir o efeito de verdade à afirmação que fará acerca da anatomia feminina, entendida como o formato do corpo ou, como a silhueta, e não como a ciência anatomia. No entanto, logo na sequência, o sujeito que enuncia usa a primeira pessoa, *encontramos* de modo que os enunciados seguintes passam a compreender “condições contextuais precisas que não

estavam compreendidas pela formulação precedente” (FOUCAULT, 2012, p. 114). A posição do enunciador é marcada então num domínio diferente, ou,

no interior de um domínio constituído por um conjunto finito de enunciados; é localizada em uma série de acontecimentos enunciativos que já se devem ter produzido; é estabelecida em um tempo demonstrativo cujos momentos anteriores jamais se perdem e que não têm, pois, necessidade de serem recomeçados e repetidos identicamente, para se apresentarem de novo (basta uma menção para reativá-los em sua validade original); é determinada pela existência prévia de um certo número de operações efetivas que talvez não tenham sido feitas por um único e mesmo indivíduo (o que fala no momento), mas que pertencem, de direito, ao sujeito enunciante e que estão à sua disposição, podendo ser por ele retomadas quando necessário. (FOUCAULT, 2012, p. 114)

Nesse caso, o sujeito enunciador lança mão dos ditos alhures e algures [precisamente, na Grécia e durante a renascença], são esses os quais sustentam e ratificam a afirmação de que o corpo da mulher passou por sucessivas mudanças. Esses dizeres conduzem para a formação do sentido de que a mulher precisava buscar a mudança, adaptando o seu corpo à silhueta moderna. Aqui, é pertinente pontuarmos a seguinte reflexão: podemos considerar que os vocábulos *mudança* e *moderno* muito serviram para argumentar a favor de um ideal capitalista. Dizemos assim, porque a partir do momento em que a mulher se subjetivava como moderna, subjetivava-se também como consumidora de todos os produtos, dos serviços, inclusive da moda; por conseguinte, incutir nas mulheres o sentido da modernidade produziu consumidoras em potencial, um mercado feminino muito mais interessante ao capitalismo que o das mães de família, austeras, econômicas, pudicas, gordas. À esteira disso, podemos compreender porque os costureiros foram mestres em produzir e fomentar as mudanças para a silhueta feminina. No fim, o sentido produzido serviu também à revista, o órgão que prestou o papel de informar, e informar bem, seu público. Desse modo, cria-se uma “posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 2012, p. 116).

No editorial, diz-se que a mulher do século XX tem *uma linha que nunca teve, uma linha sportiva e fina, admiravelmente elastica e bela em toda a sua expressão*. Logo, para que a mulher pudesse corresponder aos auspiciosos e promissores tempos modernos, deveria desvencilhar-se dos ditos de antes e aceitar os ditos do momento; impunham-se assim os valores sobre os quais o corpo feminino passaria a ser julgado: as linhas de sua silhueta. A silhueta feminina objetivava-se como *sportiva e fina, admiravelmente elástica e bela em toda a sua expressão*, de modo que bastaria ser magra para ser considerada uma mulher moderna e, sobretudo, bela.

Segundo Foucault (2012, p. 119), “é sobre uma relação mais geral entre as formulações, sobre toda uma rede verbal que o efeito de contexto pode ser determinado” e, sendo assim, os ditos desse editorial de Moda da revista *A Cigarra*, à época, costuraram-se a uma trama bastante complexa, pois passaram a homologar e a reatualizar os ditos sobre o corpo feminino e sua silhueta, também em outros campos. Logo, silhueta tornou-se uma regularidade léxica, entrando para a constituição de enunciados, de forma a produzir/atualizar o sentido de toda “uma trama complexa” (FOUCAULT, 2012, p. 119).

Como veremos no (E24), logo abaixo, a complexidade da trama se dá pelo enlace dos sentidos produzidos pela palavra silhueta em um enunciado da formação discursiva sobre a obesidade. O enunciado foi recortado da mesma edição de *A Cigarra*, porém de outra seção que não a de Moda:

E24: A obesidade é causadora de várias moléstias(...). O melhor remédio é adotar um regime e segui-lo à risca; ser bela é um dever; a mulher moderna preocupa-se constantemente com a beleza e particularmente com a silhueta – a forma – de modo a torná-la esbelta e graciosa;

Podemos considerar como possibilidade de emergência para (E24), o interdiscurso da saúde, do esporte, da moda e da estética, mais uma vez, porque além de ser moderna, uma silhueta magra passou a ser sinônimo de beleza, essa, sinônimo de elegância e a mulher elegante era bem aceita socialmente.

Sem a elegância de uma silhueta esguia, o contato social aparecia nos anúncios como um problema provocador de constrangimento. As mulheres serviam como personagens principais em publicidades que exibiam a vergonha de ser gorda. Insistia-se no fardo estético de um corpo gordo, especialmente para as jovens em busca de namoro e casamento. (...) a tendência geral era a de mostrar mulheres que cultivavam uma silhueta esguia para agradar aos homens. (SANT’ANNA, 2016, P. 73-74)

Devemos considerar também, que a partir do uso do substantivo *silhueta*, outros enunciados acabaram por ganhar condições de emergência, por exemplo, aqueles nos quais o sentido produzido é o da determinação do que vestir.

E25: os maillots pretos para as mulheres mais cheias de corpo, para compensar a linha, pois é sabido que a cor preta diminui o perfil.

Inicialmente, em (E25), também recortado da mesma edição de *A Cigarra*, podemos notar o tom didático-pedagógico assumido pelo sujeito enunciador que declara *é sabido que a cor preta diminui o perfil*. Desse modo, o enunciado ancora-se no saber mais amplo que é sobre a obesidade, ainda que no enunciado essa palavra não apareça materialmente, seu sentido é inferido na expressão *mulheres mais cheias de corpo*; isso quer dizer que o saber da obesidade ampliava-se, chegando a outros campos que não o de sua origem, a esfera médica. O saber sobre a obesidade vai produzindo suas ramificações dentro do dispositivo de controle do corpo feminino, pulverizando-se, inclusive, na regulamentação das vestimentas. Podemos considerar que houve uma ampliação gradativa do poder/saber sobre a obesidade: da prescrição das cintas que seguravam a barriga, passando aos medicamentos, depois às técnicas de emagrecimento e os regimes, até as sentenças sobre o que as mulheres mais gordas deviam ou não vestir. Destacamos também um cuidado com as escolhas lexicais, pois o uso da expressão *as mulheres mais cheias de corpo* pode sinalizar um recurso para não se dizer diretamente que indicia uma outra sensibilidade em relação ao corpo das mulheres gordas.

Em relação às quatro primeiras décadas do século XX, podemos ponderar que os enunciados inerentes ao dispositivo de controle do corpo feminino produziram alterações quanto a própria constituição desse dispositivo. Ou teria sido a alteração de sua constituição que permitiu a emergência desses outros enunciados? Seja uma hipótese, ou outra, o fato é que o dispositivo de controle do corpo feminino abarcou aos poucos, ao longo daqueles anos, o controle do peso do corpo e, mais adiante, o controle também de suas medidas.

Dizer isso, implica dizer também que, houve mudanças também na produção de subjetividades, ou seja, no balançar da dita modernidade, o sujeito feminino foi objetivado/subjetivado: i) no início do século XX, pela posição social dentro da estrutura patriarcal: as “para casar”, ou “as outras”, “as mães”, ou as “da rua”; ii) as que tinham porte, ou que não tinham porte; iii) as que eram modernas, ou que não eram modernas; iv) as que tinham controle sobre a sua linha [silhueta], ou as que não tinham esse controle.

E foi assim que uma grande parcela das mulheres pôde se constituir como sujeitos, entre as décadas de 1910 e 1940; a partir de enunciados entrelaçados o discurso foi legitimando que a beleza estava em ser magra, que as roupas da moda destinavam-se às mais esbeltas de corpo, que para ser magra era preciso disciplinar e controlar incessantemente o corpo. Nesse ordenamento discursivo, houve um redirecionamento do

olhar, que passou da tolerância à condenação definitiva da gordura, à valorização da magreza e à vigilância da do peso e das medidas.

CAPÍTULO III

A VIGILÂNCIA DA SILHUETA: OS PESOS E AS MEDIDAS DE UMA CONSCIÊNCIA CORPORAL (1940-1989)

A profundidade da existência corporal passa a ser então revisada: o corpo já não existiria mais na consciência somente como sensação, ele existirá também como representação, como um vasto campo de “imagens” e “reflexos” suscetíveis de explorações novas. A existência física viria a duplicar-se na consciência como um dado “figurado”. (...) aqui ele encontra uma expressão tida por objetivá-lo.

[Georges Vigarello. O sentimento de si: história da percepção do corpo: século XVI-XX. 2016. p. 256.]

3.1. ESPETACULARIZAÇÃO E DOCILIZAÇÃO DO CORPO FEMININO

A década de 1950 construiu suas verdades acerca da modernidade: essa estava nas tecnologias recém descobertas nas grandes guerras; estava na produção de massa e na intensificação do consumo ditados pelo sistema capitalista; estava nos televisores e nos novos eletrodomésticos; estava no governo que prometia ao brasileiro um crescimento de “cinquenta anos em cinco”⁴⁶; estava no modo de viver norte-americano e na cultura *pop* que disseminada pelas telas cinematográficas e televisivas encontrou em terras brasileiras um terreno fértil. Disso tudo, o que mais nos importa é que no interior dessa produção

⁴⁶ A expressão pertence ao slogan da campanha presidencial de Juscelino Kubitschek, ao anunciar seu programa de governo – 50 anos de progresso em 5 anos de realizações, com pleno respeito às instituições democráticas.

Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em 23 de mai. de 2017.

discursiva que buscou construir a atmosfera glamorosa para a política de JK, visando estabelecer no Brasil a cultura do *American Way of Live*⁴⁷, intensificou-se sobre a silhueta feminina a diligência, a partir da qual produziu-se um intenso processo de objetivação e subjetivação das mulheres. Por tudo isso, podemos considerar que o sujeito feminino foi direcionado a docilizar o próprio corpo, na busca de pesos e medidas ditadas com rigor e supremacia.

Na verdade, muito pouco de tudo que o *American Way of Live* vendia pôde realmente chegar a todos os brasileiros, visto que o consumo demanda dinheiro. Assim, podemos dizer que os anos foram dourados apenas para aqueles que contavam com recursos financeiros suficientes para vivê-los. Por isso também, podemos deduzir que a exclusão dos anos anteriores, no que tange às ofertas relacionadas ao combate à obesidade, permanecia. Logo, assim como no período anterior, a marginalização da mulher de corpo mais cheio permaneceu e podemos dizer até que se intensificou, à proporção que a parafernália oferecida para a contenção da gordura/obesidade também aumentou. As mulheres gordas e pobres viram as fronteiras de sua periferia bem mais distantes do centro, onde estavam as mulheres com dinheiro suficiente para custear a magreza.

Entretanto, faz-se necessário salientarmos que não estamos supondo que havia apenas essas duas instâncias: mulheres pobres e gordas, ou mulheres ricas e magras. Sabemos que o discurso sempre oferece os espaços de resistência, porque nem todas as mulheres aderem ao discurso. Sendo assim, é possível que o discurso contra a obesidade não tenha atingido a totalidade das mulheres ricas da mesma forma; ou ainda, que entre as mulheres mais pobres não havia mulheres magras, certamente, havia.

A silhueta dita moderna, estabelecida nos anos anteriores como a adelgada e esbelta, permaneceu em termos de estrutura, no entanto, foi sendo adjetivada de modos diferentes a partir dos anos 1950; a partir dos saberes construídos no interdiscurso entre a saúde, a estética, a moda e o esporte, os enunciados que incitavam o controle do corpo se intensificaram, intensificando também uma produção enunciativa no discurso jornalístico e midiático sobre o peso e as medidas certas para/de um corpo perfeito. Nesse sentido,

⁴⁷ Traduzida para a língua portuguesa, a expressão significa “estilo de vida americano”. A expressão emergiu na década de 1950, quando o governo estadunidense promoveu uma intensa divulgação, no Brasil e em outros países do mundo, do modo de vida americano. Por meio de publicações, literatura popular, cinema, rádio e atividades culturais, propagavam-se os encantos e as vantagens do consumismo, com vistas a ampliar o mercado consumidor. Nesse sentido, a expressão pode ser entendida como a associação entre o nível de felicidade de uma pessoa e a quantidade de bens que ela conseguisse adquirir. (Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3381/338130372003/#page4>>. Acesso em 22 set. 2017. Texto adaptado.)

podemos dizer que a produção discursiva voltada à necessidade de se conter o corpo se sustentou-se no discurso da silhueta. Nessa relação, a silhueta tida como padrão era a finalidade e o controle do corpo, o meio que possibilitava atingi-la. Os efeitos das técnicas infligidas sobre o corpo, no combate à gordura, foram sentidos e observados na silhueta. Ela tornou-se o alvo do olhar, ela passou a estar sob vigilância, porque era por meio dela que a alteridade passou a perceber os sujeitos, de forma ainda mais acentuada, quando o sujeito era uma mulher.

“É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2009, p. 118). Quando o olhar se voltou de modo mais contundente para os malefícios da gordura no corpo, o discurso produziu os enunciados para que ela fosse veementemente combatida e, desse modo, o corpo precisava docilizar-se, submeter-se às técnicas e às práticas que o tornassem o retrato fiel daquela época. Desse combate emergiu a necessidade de técnicas que pudessem tornar o corpo aquilo que se pretendia que ele fosse: um corpo moderno, magro e de silhueta esbelta. Para tanto, foi necessário moldar o corpo, ensiná-lo, treiná-lo. Como? No esporte, nas dietas, nos regimes: a docilização!

O corpo docilizado teve sua razão de ser, foi possível sua emergência, pois desde a década de 1940, no interdiscurso entre o esporte e a saúde, o corpo mostrava-se como um objeto passível de ser controlado: não nos esqueçamos das cintas, das pílulas, nem dos banhos e das massagens oferecidas pela publicidade. Esses permaneceram sendo oferecidos e a eles enlaçou-se uma intensificação dos enunciados que construíram o ideal de corpo perfeito a partir da prática esportiva.

Depois de docilizado, o corpo foi, ainda, espetacularizado. De acordo com Debord (2000), dizer que o corpo magro foi espetacularizado pode significar, basicamente, que esse foi convertido em um acontecimento, em um saber, meritório de ser propagado, por isso mesmo digno de ser elevado a espetáculo. Como espetáculo, o corpo magro e de silhueta longilínea seria tão explorado em sua imagem quanto perseguido pelo sujeito. Conseqüentemente, a espetacularização do corpo magro e da silhueta longilínea não só correspondia à ordem do discurso como também passou a construí-la. Um entrelaçado entre docilização e espetacularização: o corpo precisava docilizar-se para ser espetacularizado; corpo espetacularizado implicava corpo dócil. O corpo docilizou-se para que a silhueta ocupasse a cena e ganhasse o foco. Por conseguinte, o corpo esportivo [docilizado] foi espetacularizado em imagens e fotografias midiáticas, do lazer ao âmbito

doméstico. Não obstante, o corpo feminino que ocupava a cena era o magro, sempre o magro. O corpo magro e de silhueta longilínea ilustrava a cena doméstica de uma mulher moderna; estampava a publicidade de produtos masculinos e femininos; divulgava a modernidade e propagava o consumismo: vendia os novos eletrodomésticos [enceradeiras, televisores, fornos de micro-ondas], cigarros, cuecas, alta costura. Tudo isso tornou o corpo perfeito uma mercadoria a ser consumida, um corpo-mercadoria, já que, segundo Debord (2000), o espetáculo é o instante em que a mercadoria alastra-se pela vida social. Nesse sentido, o corpo magro e de silhueta perfeita tornou-se o *signo* de uma sociedade que almejava participar de um estilo de vida que lhe era mostrado como desenvolvido. Nesse corpo magro e de silhueta perfeita deram-se “as significações sociais da vida cotidiana” (PEREIRA, 2013, p. 112).

Dissemos no capítulo anterior que as mulheres da década de 1920 vislumbraram na modernidade a possibilidade de ocuparem posições sociais que antes lhes eram negadas e, sendo assim, não notaram que sobre si mesmas recairia um controle ainda maior: o do corpo. Pois bem, enredadas na trama discursiva acima descrita, às mulheres foi oferecida a possibilidade de ocupação de um espaço masculino por excelência: os Institutos de Modelagem Física, ou Centros de Fisiculturismo. Entretanto, na ânsia de ocupar um espaço predominantemente masculino, as mulheres não perceberam, mais uma vez, que na verdade a oferta era por mais controle a si mesmas. Abriam-se os institutos, em contrapartida, cobrar-se-iam linhas perfeitas para seu corpo e sua silhueta.

Figura 8 - Instituto de Modelagem Física dos anos 1940.



Fonte: GUARAITEM.COM

A Figura 8 pertence a um filme sobre os Institutos de Modelagem Física, nos anos 1940, espaços similares às academias contemporâneas. Naquela época, o termo academia ainda não era usado, por isso, um local fechado, destinado à prática de atividades esportivas como o halterofilismo, as lutas e as ginásticas, era chamado de Instituto de Modelagem Física, ou ainda de Centro de Fisiculturismo. Os institutos eram sumariamente frequentados pelos homens, todavia, isso começou a mudar por volta dos anos 1940.

Por meio da imagem do filme publicitário anteriormente mostrada, podemos perceber como docilização e espetacularização entrelaçam-se: o corpo feminino é mostrado sendo exercitado em aparelhos que atuam sobre suas linhas; a cintura, o quadril, as coxas, os braços submetem-se aos movimentos repetitivos dos equipamentos esportivos, na promessa de que a submissão a essas técnicas garantiriam a possibilidade da espetacularização, justamente por aproximarem o corpo feminino e sua silhueta do padrão cultivado e vendido na época. Por isso mesmo, as mulheres que exemplificam como fazer os exercícios e usar os equipamentos, no filme, possuem os corpos tidos como perfeitos.

Dito de outro modo, a partir da contemplação do espetáculo das imagens do corpo perfeito, o sujeito via-se impelido a reconhecer aquele corpo como o único passível de ser aceito, por isso mesmo, de modo geral, a comunicação de massa regularmente usou a silhueta magra e longilínea sempre que desejava exemplificar exercícios, prescrever dietas e regimes, ilustrar os catálogos da moda, anunciar medicamentos e, inclusive, divulgar campanhas associadas ao bem estar. Assim, podemos dizer que na espetacularização do corpo feminino, uma regularidade vai sendo construída, por meio do uso da imagem da silhueta magra. Uma regularidade que, certamente, produziu uma intensa objetivação/subjetivação. Essa imagem foi se associando aos ditos de um interdiscurso que até aquele momento envolvia a saúde, a estética, o esporte, a Moda e até mesmo o feminismo, mas que a partir dos anos 1950, passaria a contar também com o incentivo ao consumo ditado por um capitalismo em expansão, algo que só pode ser percebido “a partir de um olhar dirigido para as realidades imperceptíveis” (ERIBON, 1989, p. 248). Nessas realidades imperceptíveis, o corpo magro e de silhueta longilínea, emergiu como o corpo natural, por isso, passou a ocupar o status de padrão.

A padronização corpórea em um corpo magro e de silhueta longilínea só fez se acentuar na década seguinte. A partir de 1960, o cerco ao corpo gordo fechou-se ainda mais. Foi o fim definitivo do meio termo, porque não bastava mais ter a cintura fina e bem marcada das décadas anteriores, era preciso acentuar a magreza e alongar ainda mais as

linhas. Segundo Del Priore (2013), uma das razões para que isso se estabelecesse de modo tão contundente inscreve-se no âmbito da Moda, quando essa colocou em suas passarelas modelos como a britânica *Lesley Lawson*, conhecida pelo nome artístico de *Twiggy*; também *Kate Moss* e *Claudia Schiffer*, mulheres de corpos extremamente magros, pernas e braços alongados e finos que ganharam notoriedade nesse ramo. Essas modelos, ao desfilarem nas passarelas seus corpos andrógenos, excessivamente magros, só fizeram reforçar o discurso da silhueta, estabelecendo como padrão a silhueta longilínea. Podemos dizer que o corte reto das peças de vestuário que os estilistas desenhavam para aquela época predominavam também nos corpos: o corpo feminino foi padronizado sem curvas, as linhas da silhueta deveriam ser as retas, por isso a silhueta longilínea ganhou tamanha notoriedade, que, mais uma vez reforçamos, direcionou todo o processo de produção de subjetividades: silhueta longilínea, corpo da moda, logo, mulher bonita, atraente, moderna; silhueta curvilínea, corpo fora de moda, logo, mulher feia, desagradável, atrasada.

No Brasil, país no qual o sangue europeu misturou-se com o indígena, o negro e o asiático, a constituição corporal da mulher é geneticamente mais curvilínea: quadris mais avantajados destacam-se em sua silhueta; isso quer dizer que se reconhecer na silhueta longilínea era (é) pouco provável para a brasileira. Contudo, isso não foi empecilho para que a silhueta longilínea pudesse ganhar destaque também por aqui; isso porque a imagem da silhueta longilínea, além de ter se associado aos ditos da moda, associou-se também aos da estética (europeizada e americanizada), edificando um dado sentido da beleza; correspondia aos ditos médicos e do esporte pois edificava o sentido da saúde; ia ao encontro, ainda, dos anseios consumistas, pois edificou a imagem da mulher que podia comprar tudo aquilo que facilitava sua vida e lhe proporcionava o direito de cuidar de si mesma, segundo a lógica do consumo. No centro de tudo isso, tornou-se difícil encontrar uma mulher que não quisesse o corpo e a silhueta que se vendia em cada um dos desfiles da alta costura, em cada um dos anúncios de eletrodomésticos, em cada publicidade dos novos cosméticos.

Assim, correspondendo ao interdiscurso entre a Moda, a estética, a saúde, o esporte e o consumo capitalista, o discurso midiático vai pulverizando o corpo magro e de silhueta longilínea em seus enunciados mistos, fator determinante para a instituição de um modelo definido, tomado como natural, a ser seguido por todas.

Figura 8: O corpo magro em cena -1⁴⁸

ESTE BELO CORPO

Esta pele jovem, macia, perfeita...
Esta mulher maravilhosa.
Que usa diariamente LEITE DE ROSAS.

LEITE DE ROSAS

- Limpa com perfeição a pele
- remove completamente a maquiagem
- elimina e evita espinhas, cravos, panos e manchas
- desodoriza sem irritar a pele
- refresca e perfuma agradavelmente todo o seu corpo

LEITE DE ROSAS é uma tradição de beleza constante para todas as mulheres.

Se você quer esta pele, este corpo, lembre-se:
Mulheres maravilhosas usam diariamente LEITE DE ROSAS, beleza concentrada ao seu alcance.

AGORA EM TRÊS TAMANHOS: PEQUENO, MÉDIO E GRANDE

Cosméticos Rhodia. Para a mulher que tem tudo.

Cabelos secos (Lapa Shampoo)
Cílios fracos (Rosa! Cílios)
Olhos irritados (Ombra! Ombra! Cílios)
Rugas (Bálsamo Essencial)
Pele branca (Branqueador Rosa Creme)
Pele áspera (Creme Nutri-mil)
Unhas fracas (Creme Vitálico)
Mãos secas (Creme Protetor)
Olheiras (Tig Creme)
Acne (Linha Antiacne)
Transpiração (Desodorante Floração)
Pêlos superfluos (Depil Net)
Gonorréia e tra (Creme Mucilosa)
Calafrios (Creme Mucilosa)
Estrias (Creme Antiestrias)
Calor nos pés (Desodorante Soro de Pés)

De todas as coisas que atrapalham a vida da mulher, a Rhodia só não tem solução para uma: homem chato. Para o resto, acne, rugas, celulite etc., a Rhodia tem uma linha completa de cosméticos e de perfumaria. São produtos que ajudam você a ficar mais charmosa e mais feminina, desde os pezinhos até o último fio de cabelo. Quando a revendedora Rhodia aparecer na sua casa, não deixe escapar essa chance de perder algumas coisinhas que nenhum homem gosta de ver numa mulher. Por mais bonzinho, compreensivo e simpático que ele seja.

RHODIA
O ideal de beleza.

Design Cosméticos - Rio Argentina, 1583
Fone: 287.8122 - CEP 01.103 - São Paulo - SP

Fonte: PROPAGANDAS HISTÓRICAS.COM

Acima, vemos duas peças publicitárias da indústria de cosméticos, de 1972 e 1976, respectivamente. Juntas, essas peças corroboram que a produção discursiva midiática e publicitária teve papel contundente na pulverização da silhueta longilínea, estabelecendo-a como o modelo a ser seguido por todas as mulheres, pois essa silhueta simbolizava o corpo magro e esguio, tido e visto como natural e, por isso mesmo, é a ele que se dá toda a visibilidade. O corpo espetacularizado, o corpo mercadoria emagrecia cada vez mais, tornando-se um corpo andrógino, extremamente magro.

No anúncio do *Leite de Rosas*, imagem da esquerda, temos o corpo magro e de silhueta longilínea ocupando o centro, à sua direita, temos o enunciado *este belo corpo*. No percurso de leitura, o olhar do interlocutor é captado pela imagem do corpo e na sequência é atraído pelo enunciado, que afirma a beleza dele. O corpo que aparece está nu, ou seja, ao

⁴⁸ Os textos dos anúncios estão nos Anexos.

natural. Podemos dizer que o sentido da beleza edifica-se naquele modelo de corpo e de silhueta; porque primeiro apresenta o corpo ao natural para na sequência afirmar a sua beleza; por conseguinte, todas as demais possibilidades são imediatamente excluídas e, assim sendo, o discurso vai fixando a imagem da beleza no corpo magro e de silhueta longilínea. O enunciado refere-se ao corpo mostrado que é magro, esbelto, quadris pouco arredondados, silhueta mais longilínea; o adjetivo *belo* qualifica o corpo naquele padrão. Concomitantemente, outros corpos que não se enquadrassem naquele modelo, não seriam tão belos quanto. O sentido produzido trabalhou a favor da venda do cosmético em questão, já que usá-lo promoveria a conquista do *belo corpo*. Aqui temos um corpo espetacularizado que, ao ser usado para se vender o *Leite de Rosas*, torna-se um corpo mercadoria, ou seja, o interlocutor é persuadido não pelo produto em si, mas pela vontade de possuir aquele *belo corpo*.

Apenas quatro anos separam a propaganda do *Leite de Rosas*, da peça publicitária da *Rhodia*, à direita, na qual a situação se repete. Novamente, o corpo feminino que aparece é o longilíneo; esse nos parece ainda mais magro que o da esquerda. Podemos notar que o discurso da silhueta foi “enxugando” mais e mais o corpo, visto que o corpo do centro da imagem, em comparação ao da anterior, perdeu ainda mais peso, diminuiu ainda mais as suas medidas. No percurso de leitura desse cartaz, o sujeito interlocutor é atraído mais uma vez pela imagem do corpo em destaque. O enunciado afirma *Cosméticos Rhodia. Para a mulher que tem tudo*, produzindo o sentido de que a *mulher que tem tudo* é como aquela que ilustra a propaganda: tem corpo magro e esguio. Mais uma vez, a espetacularização do corpo transforma-o em uma mercadoria que vende cosméticos para que se tenha o corpo daquela *mulher que tem tudo*.

E assim, imagens e mais imagens de uma mulher de corpo magro e silhueta longilínea ilustraram as revistas femininas, que, nas palavras de Buitoni (2009, p. 104), “traziam cada vez mais anúncios, a atestar a capacidade compradora de seu público”. Nesse sentido, podemos dizer que o conteúdo dos principais veículos de comunicação, especialmente aqueles voltados para a mulher, era um instrumento que serviu a objetivos empresariais bem definidos: ampliar o consumo desse público. Acontece que a ampliação do consumismo feminino, só fez reforçar o padrão corporal magro e a silhueta longilínea, porque a mídia de massa tratou de dissipar na vida social as imagens de um corpo natural, ideal: magro e esguio. À esteira desse pensamento, podemos afirmar que esse corpo emergiu como o padrão num amplo campo interdiscursivo no qual o consumismo ditava

produtos e imagens a serem tidas como a referência de um estilo de vida capitalista. Esse aglomerado de ditos literais e imagéticos correspondiam também aos dizeres da Medicina que já condenava a gordura; ao que alardeava o Esporte; ao que mostrava a Moda; ao que a estética afirmava. Ao corpo magro foi dada visibilidade como nunca antes, já que por meio das imagens desse corpo, inculcaram-se nas mulheres, pouco a pouco, muitos outros hábitos de consumo, não somente o padrão da silhueta esguia.

Figura 10- O corpo magro em cena - 2



Na Mesbla É ANIVERSÁRIO

Ofertas que são presente para você!

Bel Linha Mão Livre. Põe você sempre em forma.

Enquanto você estiver na massagem suas mãos ficam livres. Fácil de operar e gostoso de usar.

Oferta da sua loja Mesbla: Apenas 749, ou mensalidades de apenas 50,

Fonte: PROPAGANDAS ANTIGAS

A peça publicitária acima é de 1975. Nele, a composição entre texto e imagem respaldam o que afirmamos antes: o enlace discursivo entre texto e imagem deixou o corpo magro e de silhueta longilínea em evidência: é ele que ocupa a posição central também neste anúncio. As estrelas que o circundam produzem o sentido do destaque: o corpo magro e de silhueta longilínea brilha e faz brilhar. O corpo da mulher aqui também está espetacularizado. Ao mesmo tempo, esse corpo aparece docilizado: a mulher encontra-se usando um aparelho que promove a correção da linha de sua cintura. Uma imagem inscrita

na regularidade: tal qual no filme do Instituto de Modelagem Física, o corpo feminino que ilustra a cena é o magro e de silhueta longilínea, esse corpo aparece submetido a um equipamento de correção e de controle.

Sobre a produção discursiva nas sociedades, Foucault ([1971]1996, p. 8-9) diz que “é regulada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Mediante isso, o anúncio da Mesbla, insere-se no discurso da silhueta pelo seguinte: no léxico que ocupa a lateral direita da imagem temos: *Bel Linha Mão Livre. Põe você sempre em forma. Enquanto você estiver na massagem suas mãos ficam livres. Fácil de operar e gostoso de usar*. Os dizeres ratificam o que a imagem mostra: a forma do corpo precisa ser controlada. O uso das palavras *linha* e *forma* é indicativo da presença do discurso da silhueta. O anúncio insere-se nesse discurso porque o *Bel Linha Mão Livre* ao dizer que *põe você sempre em forma* reforça o sentido de que há uma forma de corpo e silhueta aceita pela sociedade e é por ela que a mulher deve se empenhar. O corpo mercadoria não vende somente o produto, vende também a silhueta feminina ideal: a magra; por isso, a mulher que se submete à massagem é uma mulher magra, dona de uma silhueta longilínea.

O sujeito que enuncia estabelece com o sujeito feminino a interlocução tanto no verbal – quando usa o pronome *você*, quanto na imagem – quando usa a mulher. Assim, acentua-se o discurso da silhueta sobre o público feminino, pois o *você* é uma mulher. “O discurso [...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também, aquilo que é o objeto do desejo” (FOUCAULT, [1971]1996, p. 10). Por isso, o discurso da silhueta não apenas constrói a imagem da silhueta perfeita como também manifesta o desejo de se atingi-la e, sendo assim, o anúncio da Mesbla reproduz também o desejo feminino pela silhueta perfeita porque o enunciador reconhece que há sujeitos, [mulheres] que não estão em forma e para eles oferece o *Bel Linha Mão Livre*.

Reconhecemos no interdiscurso do reclame o discurso do capitalismo consumista: trata-se da venda de mais um equipamento doméstico, para ser usado pela mulher que está em casa. Reconhecemos também o discurso da estética: ao dizer *suas mãos ficam livres* o sentido se completa na imagem da mulher que está no aparelho e penteia os cabelos, reforçando o cuidado com a aparência. Reconhecemos ainda, o discurso da modernidade feminina, pois a mulher que está em casa pode se arrumar e se cuidar. Todos esses ditos

juntos só fazem reforçar o controle sobre o corpo feminino e a vigilância acirrada sobre sua forma, ou seja, sobre sua silhueta.

Se fizermos uma comparação entre a produção enunciativa da publicidade a partir da década de 1950 e a produção publicitária das décadas anteriores, baseando-nos nas análises que trouxemos no segundo capítulo e nesta seção, podemos inferir que houve uma inversão: Até por volta de 1940, a publicidade referia-se ao gordo e à gordura, usando enunciados de um discurso médico para oferecer recomendações e produtos para quem estava/era obeso [lembramos-nos dos anúncios das *cintas*, da *pílulas Iodhyrine* e do *banho persa*]; as imagens usadas naquele momento eram também das pessoas gordas, porém essas imagens eram desenhadas [lembramos-nos do casal que ilustrava a propaganda das *pílulas Galton*]. Em meados de 1940, o léxico e a imagem mudaram: desapareceram as palavras *gordo*, *gordura*, *obesidade*, bem como as imagens dos sujeitos gordos; emergiram as palavras *silhueta* e as imagens de um corpo esguio, porém ainda desenhado [lembramos-nos do editorial de moda da *silhueta moderna*]. De 1950 em diante, o léxico predominante foi o da magreza e as ilustrações usadas nos anúncios passaram a ser de mulheres magras, fotografadas; houve também a diminuição dos enunciados médicos, podendo-se falar exclusivamente em beleza.

3.2 OS NÚMEROS DO CONTROLE: OS PESOS E AS MEDIDAS

A construção da verdade sobre o corpo e sua silhueta, no Brasil, a partir da década de 1950, foi sendo conduzida “pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, [1971]1996, p. 17). Nesse sentido, podemos dizer que a partir do momento em que o *signo* da modernidade feminina tornou-se o corpo magro e de silhueta longilínea, a imagem desse corpo foi espetacularizada e o corpo docilizou-se. Não obstante, a elegância estabeleceu-se na magreza, essa passou a condizer com saúde, fazendo o corpo feminino movimentar-se em direção ao esporte, submeter-se à disciplina e ao controle, num conjunto de técnicas e práticas que estabeleceram, conforme Del Priore (2013, p. 217), “uma mística da magreza, uma mitologia da linha, uma obsessão pelo emagrecimento.”

Estabelecida a obsessão pelo emagrecimento, o sujeito passou a se constituir a partir dela, pois, conforme Foucault (1995) o sujeito submete-se a uma prática divisória, ou seja, uma divisão em si mesmo e dos outros. Dito de outra forma, é a partir do conhecimento de si e das práticas de si que permitem ao homem constituir-se e reconhecer-se como sujeito, que o indivíduo dá a si mesmo esse status [de sujeito]. Nesse sentido, será no interior das práticas instauradas discursivamente acerca da obsessão pelo emagrecimento que a mulher se constitui como o sujeito feminino daquele tempo: uma mulher que pretendia ser moderna, para isso, buscava incessantemente práticas que nas quais ela reconhecesse a modernidade, dentre as quais se encontram a vigilância ao peso e o controle das medidas.

O controle da gordura das décadas anteriores transformou-se no controle mais acirrado do peso do corpo e na vigilância das medidas da silhueta. No monitoramento do peso, um instrumento tornou-se indispensável à vida cotidiana: a balança. De acordo com Sant'anna (2016), no início do século XX, as balanças apareciam de modo tímido na imprensa nacional, algumas vezes, mesclada de erotismo, mais na ânsia de revelar as curvas femininas, pois as mulheres que apareciam em cima de uma balança estavam, na maioria das vezes, seminuas⁴⁹, que evidenciar o controle de peso. Todavia, do que se tem registrado por meio da publicidade das décadas posteriores a 1940 é que essa situação mudaria: “a balança passou a representar um meio de contribuir para que cada mulher cuidasse sozinha do próprio corpo” (SANT'ANNA, 2016, p. 78); dando-se, assim, legitimidade à necessidade da vigilância constante da aparência física, resguardada pelo controle cotidiano e detalhado do próprio corpo e o cuidado com a silhueta. Pesar-se tornou-se uma prática por meio da qual muitas mulheres se reconheciam como sujeito.

⁴⁹ Ver imagem da capa de O Rio Nu, Rio de Janeiro, ano X, n.945, 27 jul. 1907. In: SANT'ANNA, D.B de. Gordos, magros e obesos: uma história do peso no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade, 2016. p. 76.

Figura 11 - O corpo na balança



SIRVA à sua freguesia com uma moderníssima balança Filizola. Bela – Util - Decorativa

Complete a instalação de sua casa comercial e satisfaça seus clientes.

Capacidade: 150 kg

Cores: ouro e branco

Garantia: 5 anos

Facilidade de pagamento

INDÚSTRIAS FLIZOLA S.A

Fonte: PROPAGANDASHISTORICAS.COM

Logo os fabricantes fizeram as balanças ultrapassarem as mediações das mercearias para comporem o ambiente de vários estabelecimentos comerciais, especialmente das farmácias e drogarias, alardeando anúncios dos modelos que permitiam ao sujeito pesar-se.

A propaganda da *Indústria Filizola S.A*, Figura 10, é de 1958 e tem como público alvo os donos de casas comerciais, nas quais, segundo a *Filizola*, seria conveniente ter uma balança. Na imagem que ilustra a cena da peça publicitária temos: a balança, uma mulher de corpo inteiro e, atrás dessa, parte de pernas que poderiam ser, respectivamente, de um homem e de uma criança, como se estivessem em fila, aguardando para subirem na balança, ou simplesmente aguardando a mãe ou a esposa. Sobre esses, falaremos na página seguinte. É interessante questionarmos por que só a mulher aparece de corpo inteiro.

Mesmo o público alvo não sendo a mulher, é uma mulher quem mais ilustra a cena e, sendo assim, torna-se também o foco dessa peça publicitária, não diretamente para a compra do equipamento vendido, mas para a prática que ora se estabelecia. Notemos também que a silhueta feminina que aparece na imagem repete uma regularidade que já vinha sendo construída anteriormente e só fazia se fortalecer: o corpo é magro, a silhueta é longilínea e associa-se ao uso de um instrumento novo, no caso a balança. Podemos considerar que anúncios desse tipo não apenas cumpriram o intuito de alavancar as vendas de balanças como também colaboraram com a consolidação do discurso da obrigação do sujeito, em especial a mulher, de conhecer seu peso e, por conseguinte, de controlá-lo.

Foucault ressalta a necessidade de se explorarem os fatos de discurso, já que os fatos linguísticos sempre foram muito explorados. “Fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado dos outros, que com eles mantêm, certamente, relações complexas, mas que não constituem seus caracteres intrínsecos, autóctones e universalmente reconhecíveis”. (FOUCAULT, [1969]2012, p. 27). Conforme essa perspectiva, a peça publicitária da *Indústria Filizola S.A*, constitui mais um nó na rede discursiva que alterou a configuração do dispositivo de controle do corpo feminino, que passou a controlar também, de forma mais acentuada depois que se estabeleceu o uso habitual das balanças, o peso do corpo.

Nesse sentido, a publicidade das balanças também compõe o imenso dispositivo do controle do corpo feminino, seu peso e sua silhueta. Isso porque, analisando a imagem da página anterior, percebemos que no conjunto enunciativo entre imagem e texto, a balança *Filizola* emerge como um instrumento moderno que correspondia ao que os clientes da época buscavam, sentido estabelecido sobretudo na expressão *satisfaça seus clientes*. Assim, podemos compreender que, ao visitar um estabelecimento comercial, qualquer pessoa poderia aproveitar para se pesar, o que faria, ao longo do tempo que essa prática se tornasse um hábito. Quando o estabelecimento se tratasse de uma farmácia, essa não se restringiria apenas à compra de medicamentos, mas proporcionaria também a possibilidade de se pesar, num deslizamento de sentido, da medicação da enfermidade para o controle do corpo, reforçando o discurso de que controlar o corpo é buscar a saúde e vice-versa.

O anúncio corrobora ainda com o discurso do controle do peso sendo mais acentuado sobre as mulheres. No texto não verbal temos: uma mulher retratada de corpo inteiro que simboliza subir na balança; atrás dela, há uma fila, retratada pela parte das pernas de um homem e, atrás desse, a parte das pernas de uma criança, ambos identificáveis pelo desenho dos sapatos. O fato de termos atrás dela parte das pernas de um homem e, logo após, de uma criança, pode produzir o sentido de que essas três pessoas fossem da mesma família e, sendo assim, a mãe é que assumiria a responsabilidade pelo controle do peso, dela e dos demais.

Sobre somente a mulher aparecer inteiramente retratada pode nos sinalizar, também, que esse sujeito será o principal alvo do discurso do controle do corpo, mesmo porque se nos detivermos na análise de sua expressão facial, notaremos o olhar fixo no ponteiro da balança, uma postura reta que denota certa preocupação. Interessante notarmos que a silhueta feminina é retilínea, ou seja, uma mulher magra, o que pode nos indicar que

o hábito de se pesar em uma balança deveria ser de todas, não apenas das gordas; ainda, pesar-se com frequência levaria à manutenção do corpo esguio, pois qualquer aumento de peso poderia ser rapidamente percebido e, portanto, submetido ao controle.

Nesse sentido, Sant’anna (2016) afirma que a balança representava para a mulher a possibilidade de cuidar de si mesma e do próprio corpo, contudo essa práxis acabou por legitimar a necessidade da gerência da silhueta por meio do controle do peso do corpo. Essa prática, contudo, não se justifica por si mesma, mas emergiu como “efeito de uma construção” (FOUCAULT, [1969]2012, p. 31). E assim, subir na balança, especialmente após a década de 1950, fixou-se como uma prática de “bom-tom”, de modo mais especial para as mulheres, pois

quanto mais elas conquistaram o direito de ser sujeitos de seus próprios destinos, afirmando-se como produtoras e não apenas como reprodutoras, os cuidados com o corpo pessoal – incluindo seu peso, sua saúde e sua aparência – tornaram-se a comprovação de suas autonomias, adquiridas ou que precisavam sê-lo. (SANT’ANNA, 2016, p. 78)

Disfarçado de autonomia feminina, o zelo com a silhueta crescia dissipando a ideia de que a beleza era obrigação. A beleza seria alcançada mediante o compromisso da mulher com seu peso e nessa luta diária pelo controle do corpo, a balança era ao mesmo tempo, a aliada – figurando como a maneira mais confiável de se saber se era hora ou não de “fechar a boca”; e carrasca, pois denunciava os exageros sem dó nem piedade. Desse modo, na regularidade enunciativa que se formou a partir do uso da imagem da balança, deu-se a cristalização do discurso do controle do corpo, sobretudo a partir de seus dados numéricos: pesos e medidas que se constituíram, em consonância com Vigarello (2012a), na supremacia dos números. Logo, o hábito de se pesar pode ser considerado o ato inicial de toda uma comparação de resultados obtidos pelo corpo que se tornará a obsessão das décadas seguintes. O corpo, seu peso, sua silhueta, seguirão por caminhos ditados e definidos por números e medidas. O sujeito, que nas décadas de 1940 e 1950 aprendeu a se pesar, logo mais aprenderá também a se medir, a calcular seu IMC, a contar as calorias na dieta dos pontos, dentre tantas outras práxis. O que está em jogo, portanto, é o controle que o peso e a medida passará a exercer sobre o corpo, “uma cultura nova do ‘grau’, ainda que pouco ou mal explicitada” (VIGARELLO, 2012a, p. 156). Como resultado da supremacia dos números, temos a categorização discursiva que vai também categorizar o olhar da alteridade. Podemos dizer que “o destino do olhar contemporâneo sobre as deformidades do corpo vai decidir-se ali” (COURTINE, 2013, p. 132).

3.3. O CORPO GORDO O SIGNO DA MONSTRUOSIDADE NO SÉCULO XX

Em consonância com Buitoni (2009, p. 97), “a década de 1950 marca o início de um desenvolvimento maior na industrialização da imprensa brasileira”, refletindo-se mais intensamente nas revistas que nos jornais. Naqueles anos, as revistas entraram em fase de produção industrial, especialmente no que tange às dedicadas ao público feminino e às chamadas revistas ilustradas. Conforme já dissemos antes, o discurso midiático dessas revistas, representa um importante nó na trama que estabeleceu o controle do corpo, por isso mesmo, é nesse discurso, e em seu domínio associado, que nos pautamos para elencar as visibilidades e as dizibilidades que estabeleceram ao longo do século XX o redirecionamento do olhar para o corpo feminino.

Nesse sentido, não podemos deixar de observar as publicações da Revista *Manchete*. Nessa publicação, encontramos a representação discursiva de uma “euforia do desenvolvimento”, segundo Buitoni (2009, p. 99), estabelecida a partir da era juscelinista, isso porque foi exatamente na década de 1950 que a revista começou a ser publicada. De certo modo, *Manchete* correspondia “à ideologia de otimismo da burguesia ascendente” (BUITONI, 2009, p. 99), conforme podemos perceber em seu texto de abertura:

(...) Em todos os números daremos páginas a cores – e faremos o possível para que essas cores se ponham sistematicamente a serviço da beleza do Brasil e das manifestações de seu progresso. O Brasil cresceu muito, suas mil faces reclamam muitas revistas, como a nossa, para espelhá-las. *Manchete* será o espelho escrupuloso das suas faces positivas, assim como do mundo trepidante em que vivemos e da hora assombrosa que atravessamos. (MANCHETE, 1952, p. 3, *apud* BUITONI, 2009, p. 99)

Dos enunciados acima, destacamos aquele no qual *Manchete* se coloca a serviço da *beleza do Brasil*. Dizer-se a favor da beleza constrói o sentido da beleza em suas publicações, por isso mesmo, o leitor convidado a acompanhá-la poderá também se tornar belo, desde que esteja a par das publicações e seguir suas prescrições. A revista antecipa que suas reportagens estarão comprometidas em mostrar a beleza, e assim, constrói-se uma categorização: não está nas páginas de *Manchete*, não é belo; ou ainda, se *Manchete* diz que é belo, então é belo. Assim sendo, podemos dizer que *Manchete* construiu padrões de beleza, por conseguinte, objetivou e subjetivou. Na tessitura desses padrões ditados pela revista, emergiu o corpo feminino tido como belo: magro e de silhueta longilínea. Colocando-se a serviço da beleza, *Manchete* colocava-se também a serviço da

consolidação do discurso da silhueta, por isso mesmo, como veremos a seguir, suas edições apresentaram matérias sobre a obesidade; por isso também alguns de seus anunciantes eram indústrias fabricantes de produtos voltados para a perda de peso; por isso, ainda, podemos dizer que a partir do discurso midiático de *Manchete* e de seu domínio associado, o corpo gordo foi condenado de vez à periferia social.

Figura 12 - Leite Molico



Molico é o leite desnatado que só tem o melhor do leite. É puro, nutritivo e saudável.

Molico não contém o que já sobra a você na sua alimentação diária: as gorduras. Quando você toma Molico, você se alimenta. Só se alimenta. Não ingere excessos.

E quem não peca por excesso sente-se bem, sente melhor a vida. No lazer, no trabalho, em todos os momentos do seu dia. Comece a usar Molico hoje mesmo.

Sinta-se bem com Molico.

Fonte: ARQUIVO PESSOAL

A peça publicitária encontra-se na edição 1617, da revista *Manchete*, página 27, de abril de 1983. No conjunto enunciativo de *Molico*, temos uma regularidade discursiva: a mulher magra e de silhueta longilínea é que ilustra a cena, dessa vez, para vender o leite. Ao lado dela, aparece um homem, também magro, do qual não podemos ver o rosto, somente o perfil, pois seu olhar volta-se para a mulher, produzindo o efeito de sentido da sedução; a cena, ao mesmo tempo: insere a mulher magra e de silhueta longilínea no lugar da beleza; constrói o sentido positivo para o leite, porque o seu consumo é que torna a mulher magra e por isso capaz de seduzir; corrobora o dito da apresentação da revista quando essa disse *estar a serviço da beleza*.

Podemos perceber nos enunciados verbais que valoração do produto centra-se nas expressões: *só tem o melhor do leite, é puro, nutritivo e saudável, não contém o que já sobra em sua alimentação diária: as gorduras*; segundo Courtine (1981), a afirmação pela

refutação produz a exclusão de certos sentidos e acaba incluindo sentidos outros – não contém gordura, portanto é bom amparado em uma memória discursiva que associa o discurso da saúde com o afastamento das gorduras e/ou dos alimentos graxos. Desse modo, podemos dizer que temos um retorno à formação discursiva médica.

Por meio das expressões usadas no anúncio depreendemos que a gordura, apesar de estar muito presente na alimentação da época, não era tida como saudável, logo seria preciso evitá-la; nesse contexto, o leite *Molico* emerge como uma escolha apropriada, justamente porque não contém gordura. Os sentidos se estabelecem num processo gradativo de causas e consequências: os dizeres iniciais apresentam as causas para a escolha de *Molico*, amparando-se nos adjetivos *puro*, *nutritivo* e *saudável*, bem como na característica de ser livre de gordura que justificariam a escolha certa do sujeito pelo produto; em seguida, apresenta as consequências positivas da opção: *não ingerir excessos* [gorduras] traz a possibilidade de se sentir bem e de sentir melhor a vida. O texto do anúncio corresponde à ordem discursiva da época, bem como colabora para sua legitimação.

Para Vigarello (2012a), o aumento da percepção da gordura relaciona-se à expectativa de emagrecimento, muito mais como um efeito disso, que como uma causa. Dito de outro modo, a partir de quando se estabeleceu que emagrecer tornaria o sujeito mais bonito, mais saudável e até mesmo mais feliz, a gordura passou a ser notada, apontada, condenada. Sob esse ângulo, na expectativa da perda de peso, ou mesmo na ânsia de seu controle, justifica-se a exploração semântica que a publicidade adotou, como vimos no anúncio do leite *Molico*.

Sendo a percepção da gordura a produtora da expectativa do emagrecimento, passamos a ver na produção dos enunciados uma alteração: o valor eufórico da associação entre beleza e silhueta cede espaço para o valor do dever do emagrecimento, termo que estabelece um processo. É o dever fazer que se sobrepõe ao dever ser; ou ainda, para ser, o sujeito deve fazer o processo que lhe é ofertado, no caso, o emagrecimento. À luz desse pensamento, analisaremos um dos anúncios publicitários de *Metrecal*. Propaganda frequente nas páginas da revista *Manchete*, esse remédio prometia um emagrecimento sem risco.

Figura 13 - Metrecal no Brasil

Participe da alegria...
Comece a emagrecer
ainda hoje!

METRECAL é o alimento que reduz o peso

Evite que uns quilos a mais em seu peso lhe tirem o prazer de uma vida mais social e alegre! Gordura não é saúde... inibe sua personalidade.

Emagreça com METRECAL!

METRECAL não é remédio - é alimento cientificamente combinado que concentra todos os ingredientes básicos necessários ao organismo.

Para um emagrecimento rápido tome METRECAL como único alimento.

Para controlar o peso substitua apenas uma ou duas refeições diárias por METRECAL, gelado em forma líquida, em biscoitos ou os dois combinados. Seu médico poderá orientá-lo sobre a dieta ideal. Apenas um pouco de vontade e disciplina no começo, e V. logo poderá ver os excelentes resultados.

Metrecal
DIETA PARA CONTRÔLE DE PESO
Edward Dalton Co
Mend Johnson / Endocrinica
Pesquisa e Qualidade a Serviço da Nutrição

Participe da alegria... Comece a emagrecer ainda hoje!

METRECAL é o alimento que reduz o peso.

Evite que uns quilos a mais em seu peso lhe tirem o prazer de uma vida mais social e alegre. Gordura não é saúde, inibe sua personalidade.

Emagreça com METRECAL.

METRECAL não é remédio, é alimento cientificamente combinado que concentra todos os ingredientes necessários ao organismo.

Para um emagrecimento rápido tome METRECAL como único alimento.

Para controlar o peso substitua apenas uma ou duas refeições diárias por METRECAL gelado em forma líquida, em biscoitos ou os dois combinados. Seu médico poderá orientá-lo sobre a dieta ideal. Apenas um pouco de vontade e disciplina no começo e V. logo poderá ver os excelentes resultados.

METRECAL

Dieta para controle de peso

Edward Dalton Co.

Fonte: ARQUIVO PESSOAL

No anúncio de *Metrecal* observamos a construção do sentido do dever da perda de peso. A perda de peso vai ao encontro do sentido de que a gordura corporal precisa ser controlada, logo reduzir o peso estabelecia-se como um procedimento padrão, natural, a ser adotado pelo sujeito. Nessa acepção, podemos dizer que o controle do corpo por meio do processo da perda de peso [emagrecimento] instala-se no discurso vindo a exigir uma prática: no caso, o uso de *Metrecal*.

Mais uma vez, o anúncio de um produto [ou serviço] destinado ao controle do corpo usa a regularidade: apresenta o corpo magro e de silhueta longilínea para representar o produto: as mulheres que usam o *Metrecal* aparecem se divertindo, justamente porque são magras. Percebemos que o corpo gordo reaparece e neste anúncio ele é que ocupa o primeiro plano na cena, enquanto o corpo magro e de silhueta longilínea ocupa o segundo plano. Em primeiro plano temos o corpo fora do padrão: o corpo gordo e de silhueta curva. Assim, notemos como o discurso volta-se à instauração da prática do emagrecimento: a imagem do corpo fora do padrão [em primeiro plano] deve passar pelo processo de emagrecimento, pois só assim poderá atingir o corpo modelo [em segundo plano].

Na imagem, reproduz-se o que se tinha socialmente instituído, o sujeito gordo está na periferia, observando tristemente o sujeito de corpo magro, que, no centro, diverte-se alegremente. Por estar gorda, o sujeito só pode observar a alegria desfrutada no centro. Aqui reforça-se a exclusão do(s) sujeito(s) acima do peso. O sentido se consolida no enunciado verbal, localizado no topo da imagem de fundo, que atrai o olhar por estar grafado no tom vermelho, diferentemente do restante; esse enunciado afirma: *Participe da alegria... Comece a emagrecer ainda hoje*. Logo abaixo da imagem, temos outro enunciado: *Metrecal é o alimento que reduz o peso*, seguido por um texto de seis parágrafos, destinados a explicar como o alimento funciona.

O sentido construído por essa peça publicitária é o mesmo que aquele construído pelo leite *Molico*: o único corpo que pode ocupar a cena é o corpo magro, dentro do padrão normatizado como o ideal. Nesse anúncio, mais que excluir da exposição, constrói-se também o sentido da exclusão social do sujeito obeso, visto que o enunciado em vermelho afirmou a necessidade do emagrecimento para se participar da alegria. Além disso, o que temos é o reforço do sentido do controle do corpo por meio de um procedimento que o torne modelo e padrão.

Embora os anúncios analisados possam nos levar a compreender como se deu o processo que estabeleceu o dever de se controlar o corpo, submetendo-o ao processo da

perda de peso, e na sequência do emagrecimento, há que se mencionar que tal processo não se estabeleceu em todas as classes sociais, à mesma época e nem na mesma proporção. Primeiramente, lembremos que os anúncios analisados circularam na revista *Manchete*, cujo público alvo era uma classe abastada da sociedade brasileira: uma burguesia ascendente, envolta nos costumes norte-americanos que vinham sendo estabelecidos desde os anos 1950. É dessa elite, e também para ela, que *Manchete* falava, uma classe frequentadora de casas noturnas [como no anúncio de *Molico*] e de clubes [tal qual o anúncio de *Metrecal*]. Assim, justifica-se a afirmação de Sant’anna (2014, p. 131), “o corpo esguio, tornou-se símbolo do “estilo de vida de pessoas ricas, modernas e grã-finas”, projetando-se como um caminho a ser seguido, nas décadas após 1950.

Podemos considerar que o processo do emagrecimento atingirá a população de renda mais baixa tardiamente, contudo, não de forma menos intensa, visto que outras publicações semanais como as revistas de fofoca e as próprias novelas parecem ter cumprido o papel de pulverizar o ideal do emagrecimento entre as leitoras mais populares. De todo modo, não podemos esquecer que tornar-se magro/ manter-se magro são procedimentos dispendiosos, visto que os alimentos como o leite *Molico*, ou mesmo um alimento alternativo como *Metrecal*, eram/são mais caros. À população menos abastada sempre restaram/restam os alimentos mais calóricos: os industrializados, justamente os mais baratos.

O uso de alimentos alternativos como o leite *Molico* e o *Metrecal* permite-nos vislumbrar como passou a existir o papel duplo das drogarias – venda de medicamentos e alimentos. Além de passarem a adotar a balança como um dos equipamentos constituintes de sua estrutura física, as drogarias passaram a oferecer também a possibilidade de se adquirir os medicamentos e os alimentos alternativos para uma alimentação equilibrada e livre de gorduras: os diversos tipos de leite em pó, os adoçantes, as pílulas de emagrecimento, os suplementos. Nesse sentido, as drogarias e farmácias tornaram-se organizações arquiteturais das quais o dispositivo do controle do corpo se aproveita e nas quais se legitima.

No contexto em que o emagrecimento tornou-se mister, outros produtos também puderam ganhar o mercado, justamente por oferecerem ao sujeito a possibilidade do emagrecimento e a posterior manutenção do peso ideal, explorando, direta ou indiretamente, o dito daquele momento: é preciso emagrecer e se manter magro. Isso quer

dizer que a necessidade do emagrecimento não era somente vendida, mas também fazia vender.

Nesse sentido, podemos afirmar que a partir da década de 1960, a trama discursiva adensou-se com o desenvolvimento de uma poderosa indústria do emagrecimento e a criação dos produtos para essa finalidade; a publicidade engrossou ainda mais a rede, promovendo a circulação eficaz dos anúncios e das reportagens, de forma que os sujeitos, passaram a ser o alvo de um bombardeio lexical e imagético que tentava fazê-los acreditar que não havia outra opção senão aceitar que emagrecer era realmente uma necessidade. Nesse processo, reconhecemos uma contundente objetivação/subjetivação capaz de atingir, não na mesma proporção, uma grande parcela da sociedade brasileira: ser magro igual a ser aceito socialmente, ser bonito, ser atraente, ser saudável; ser gordo igual a ser excluído da vida social, ser feio, não ser atraente, não ser saudável. Podemos observar que o saber sobre o corpo – sua sociabilidade, sua estética, sua saúde, incitavam-no a ser um corpo magro.

Nos anos seguintes, podemos dizer que o ideal do emagrecimento só fez se fortalecer. Na década de 1980, a relação entre o sujeito e seu corpo [seu peso e sua silhueta] atingiu um outro patamar: o da busca incessante pelo “o que o outro quer, precisa ou permite que se seja” (DEL PRIORE, 2013, p. 242). É interessante pontuarmos isso se deu especialmente nas classes sociais mais abastadas, primeiro porque essas sempre puderam custear o emagrecimento; segundo, porque pode ser que nas classes menos privilegiadas, as necessidades básicas são sempre a maior preocupação. Isso não significa, por exemplo, que as mulheres mais pobres ligam menos para a aparência de seus corpos, mas sim que antes da preocupação com a aparência vêm outras.

A produção discursiva voltada para a busca desenfreada pelo emagrecimento e/ou manutenção do peso corpo e das linhas da silhueta dentro dos padrões recomendados, produziu o sentido de que ser magro/manter-se magro seria uma condição relevante para a convivência social, de forma mais contundente, entre as classes mais ricas, que, dentre outras coisas, frequentava os clubes [como na propaganda de *Metrecal*], ou as danceterias [como na propaganda de *Molico*]. Não obstante, podemos deduzir que no processo de objetivação/subjetivação resultante de tudo isso, não bastava ser rico para desfrutar das benesses que o dinheiro podia pagar, como os clubes e uma vida noturna agitada, era necessário ser magro, ou seja, há um deslizamento: daquilo que se pode pagar com o

dinheiro para aquilo que se pode desfrutar [ou não] por conta do corpo. Por conta disso, podemos considerar que emagrecer tornou-se uma obrigação entre os mais privilegiados.

Considerando tudo que dissemos, podemos deduzir que, se nas esferas sociais mais abastadas, o peso do corpo tornou-se fator de exclusão social, então, o sentido da exclusão produzido pelas propagandas, como a de *Metrecal* e *Molico*, pode ser considerado similar ao efeito produzido pelas feiras dos monstros do século XIX, já que os sujeitos gordos, tal qual os monstros de outrora, estavam sendo apartados da vida social. “O espetáculo da monstruosidade se enraíza em uma base antropológica muito antiga, e responde a uma necessidade psicológica demasiadamente profunda para esvanecer-se” (COURTINE, 2013, p. 141).

À esteira de Courtine (2013), podemos dizer que a obsessão pelo emagrecimento [ou ainda pelos números do corpo] direcionaram o olhar para a percepção de uma “nova” deformidade, não mais aquela dos monstros expostos nas feiras do século XIX⁵⁰, mas a deformidade causada pela barriga avantajada, pelo peso excessivo apontado nos números da balança, pela silhueta curvilínea denotada pelos números da fita métrica disposta ao redor da cintura. O discurso direcionou o olhar e esse passou a apontar a menor ou maior deformidade do gordo.

Os sentidos da monstruosidade para os sujeitos mais gordos foram pulverizados ainda na teledramaturgia e na literatura. A primeira, colocou em rede nacional uma personagem que explodiu de tanto comer: Dona Redonda, personagem da atriz Wilsa Carla, na novela *Saramandaia*⁵¹, de 1976. Dona Redonda é a personagem mais gorda da teledramaturgia brasileira. Essa personagem corresponde aos ditos da falta de controle que pesavam sobre a mulher gorda. Enquanto a alguns pode parecer que a personagem Dona Redonda prestou-se à conscientização sobre os perigos da falta de controle sobre o apetite e conseqüente prejuízos à saúde, a nós vislumbra a ideia de que a personagem correspondeu à ordem do discurso da época: nela temos a “rebeldia” da resistência, mas também a condenação disso, já que Dona Redonda pagou com a própria vida, por não seguir o que era tido como a ordem do momento: não se submeteu à ditadura do

⁵⁰ Ver COURTINE, J.J. A normalização dos anormais: um dispositivo e suas transformações. In: _____. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013. p. 115-142.

⁵¹ *Saramandaia* é uma obra da teledramaturgia brasileira, escrita por Dias Gomes e exibida pela Rede Globo em 1976. Em 2013, a emissora fez uma nova versão da obra, na qual a personagem Dona Redonda foi representada pela atriz Vera Holtz. Disponível em <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/saramandaia.htm>>. Acesso em 30 de jan. de 2017.

emagrecimento. Além disso, podemos dizer que, por ser uma personagem televisiva, de um canal aberto visto por um público mais popular, há que ponderarmos que a ditadura do emagrecimento passou a atingir também as classes mais simples, ainda que essas não pudessem necessariamente consumir os produtos, deveria se preocupar com os excessos de peso e quem sabe, buscar alternativas para controlá-lo.

Na literatura, são muitos os exemplos de personagens gordas. Em 1986, Murilo Rubião escreveu o conto Bárbara⁵². Nesse conto, o narrador-personagem é casado com Bárbara, uma mulher extremamente gorda, fato que incomodava o marido. A seguir, apresentamos três enunciados, recortados do conto, aos quais chamamos (E26), (E27) e (E28):

E26: *Como seria terrível viver ao lado de uma mulher gordíssima*

E27: *Estava terrivelmente gorda (...) o corpo de minha mulher que, de tão gordo, vários homens, dando as mãos, uns aos outros, não conseguiriam abraçá-lo.*

E28: *Não emagreceu. Pelo contrário, adquiriu mais algumas dezenas de quilos. A sua excessiva obesidade não lhe permitia entrar nos beliches e os seus passeios se limitavam ao tombadilho, onde se locomovia com dificuldade.*

Os sentidos produzidos em (E26), (E27) e (E28) corresponde aos produzidos na teledramaturgia. Tanto em Saramandaia quanto no conto Bárbara, a personagem gorda é uma mulher. Podemos considerar que os sentidos da condenação à resistência de Dona Redonda também aparecem em Bárbara: a primeira explodiu, a segunda, de tanto engordar, *se locomovia com dificuldade*.

Podemos reconhecer, ainda em (E26), (E27) e (E28), os sentidos de uma certa monstruosidade atribuída aos sujeitos gordos, aqui evidentemente, sobre a mulher, já que o narrador-personagem considera a esposa *terrivelmente gorda*, ou *terrível viver ao lado de uma mulher gordíssima*. O efeito da monstruosidade acentua-se tanto no uso do adjetivo gorda no superlativo, como também no sentido produzido por: *o corpo de minha mulher que, de tão gordo, vários homens, dando as mãos, uns aos outros, não conseguiriam abraçá-lo*. Se considerarmos que a estrutura física masculina tende a ser geneticamente

⁵² O conto encontra-se disponível em: <<http://www.cocminas.com.br/arquivos/file/BARBARA%20MURILO%20RUBIAO.pdf>>. Acesso em 25 set. 2017.

maior e mais forte que a feminina, podemos deduzir, pelo trecho destacado de (E27) que Bárbara era realmente muito grande.

Tanto Dona Redonda, quanto Bárbara podem ser consideradas personagens que problematizaram na ficção a questão do peso corporal feminino, provavelmente porque isso estava sendo apontado na sociedade daquela época como algo considerável. Ambas personagens podem também ser observadas pela perspectiva da resistência, visto que não se submeteram à ordem do discurso. Contudo, mesmo como resistência, são capturadas estrategicamente pelo dispositivo de controle do corpo feminino, primeiro porque não escapam da produção de sentidos que as objetivam socialmente, segundo porque Dona Redonda, conforme já dissemos, explodiu de tanto comer, enquanto Bárbara acaba na miséria financeira.

Por conseguinte, podemos pontuar que no dispositivo do controle do corpo feminino, seu peso e suas medidas, há um processo semântico produtor de sentidos negativos para o corpo feminino mais gordo, que além de estar presente nos enunciados da realidade, como os dos anúncios das revistas, esteve também nos enunciados ficcionais, das novelas e da literatura. Essa produção de sentidos negativos para o corpo de uma mulher gorda foi ainda mais reforçado quando a *obesidade* foi reconhecida como uma patologia.

Em 1975, a *World Health Organization*, ou Organização Mundial de Saúde, doravante OMS, decidiu por inserir a obesidade no rol de doenças, ação decisiva para que a palavra obesidade passasse por uma mudança em sua concepção semântica. Abaixo, apresentamos trechos do texto da OMS acerca da obesidade, reproduzidos pelo Ministério da Saúde, no volume do 12 (doze) – Obesidade, dos Cadernos de Atenção Básica:

A obesidade pode ser definida, de forma resumida, como o grau de armazenamento de gordura no organismo associado a riscos para a saúde, devido a sua relação com várias complicações metabólicas. (...) Além do grau do excesso de gordura, sua distribuição regional no corpo interfere nos riscos associados ao excesso de peso. O excesso de gordura abdominal representa maior risco do que o excesso de gordura corporal por si só. (...) Da mesma forma que o excesso de massa corporal traz risco, o padrão de distribuição da gordura tem implicações diferenciadas à saúde. Indivíduos com circunferência abdominal aumentada apresentam o aumento de tecido adiposo visceral, que confere risco para distúrbios metabólicos, em especial à hipertensão arterial, independentemente do IMC. (...) O aumento da massa corporal está associado à pressão arterial elevada, e a perda de peso em indivíduos hipertensos é geralmente acompanhada por uma redução na pressão arterial. (...) O excesso de peso é também um fator de risco para outros problemas na saúde, sendo importante para o desenvolvimento da litíase biliar, de osteoartrite e tendo associação com alguns tipos de câncer, como de cólon, de reto, de próstata, de mama, de ovário e de endométrio. (...) A apneia do sono é comum em indivíduos com obesidade e tem sido

apontada como um fator de risco independente para doenças cardíacas. A obesidade é fator de aumento no risco de refluxo esôfago- faríngeo e de hérnia de hiato (...) (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1995, 1998 *apud* BRASIL, 2006, p. 20-23).

Os dizeres da OMS evidenciam, além da concepção patológica para a obesidade, o seu potencial como desencadeadora de outras enfermidades, como a hipertensão arterial e o diabetes mellitus, dentre outras. Sobre o texto, podemos considerar que seu enunciador detém o saber máximo acerca da obesidade, justamente porque representa uma organização mundial envolvida diretamente com as questões salutaras de/para todas as populações. O saber da obesidade configura-se como a verdade sobre a obesidade, não obstante, seus ditos são reproduzidos, ou mesmo retomados, por outros órgãos de saúde ao redor do mundo, como o fez o Ministério da Saúde brasileiro.

Os sentidos produzidos pelo texto da OMS sobre a obesidade ser doença e desencadear tantas outras circula socialmente, de forma intensa e, além de ser citado nas instituições públicas, chegam também ao grande público, por exemplo, por meio de matérias e reportagens midiáticas. Consequentemente, não tardou para que a obesidade passasse a ser tida como uma patologia instaurada no corpo que escapou ao controle, como se possuí-la ou não fosse tão somente uma opção de cada sujeito.

3.4 A OBESIDADE DO/NO CORPO: O SIGNO DA PATOLOGIA

Certamente, a existência de sujeitos obesos é tão antiga quanto a própria humanidade. Isso posto, podemos nos perguntar o que faz com que a obesidade tenha tido, ao longo de toda a história da humanidade, percepções distintas, sentidos diversos e significados muitas vezes contraditórios? O que fez/faz o sentido atribuído à obesidade ser ora um, ora outro? Sendo sua existência [da obesidade] tão antiga quanto a própria humanidade, pode ser que a mudança de sentido esteja mais relacionada à humanidade, e ao modo como essa a percebe, que à obesidade em si. Dizemos isso porque se partirmos de uma perspectiva biológica, provavelmente veremos que a obesidade sempre foi o que é, quanto às suas causas e aos impactos que produz no organismo, o que mudou ao longo dos anos não foram necessariamente seus sintomas, mas o modo como passou a ser

investigada, detalhada em suas causas e esquadrihada em seus efeitos. Sem dúvida, todo esse detalhamento específico da obesidade dependeu dos avanços de inúmeras ciências, dentre as quais, Biologia, Medicina, Nutrição, por exemplo.

Sem dúvida também, que os avanços das ciências em busca de explicações cada vez mais detalhadas para a obesidade teve papel importante no dispositivo que estamos a observar: as percepções da obesidade, seus fundamentos, seus níveis e graus, a repercussão disso para os organismos, tudo isso estabeleceu relações com a realidade de cada momento, promovendo o elo entre muitos discursos, colaborando com o estabelecimento de uma ordem discursiva sobre a obesidade que, por fim, direciona o olhar da humano para esse fenômeno e para o corpo que o apresenta. Dito de outro modo, o que faz a percepção da obesidade mudar, seja de época a época, seja de sociedade para sociedade, são as práticas discursivas.

Figura 14 - Vênus de Willendorf



Fonte: KHANACADEMY.ORG

Apesar de não comprovada na pré-história, supõe-se que os obesos possam ter existido, pois em alguns sítios arqueológicos, foram encontradas estatuetas femininas e desenhos rupestres com características corporais muito semelhantes ao corpo com excesso de peso. A imagem da Figura 13 é de uma estatueta chamada de *Vênus de Willendorf*,

encontrada na Áustria, em 1990. Sobre a simbologia dessa estatueta pesam muitas controvérsias: na leitura de alguns arqueólogos, trata-se de um amuleto relacionado à escassez de alimento; na de outros, trata-se da representação da fecundidade e da fertilidade, precisamente pela dimensão avantajada da vulva, da barriga e dos seios. Se traçarmos uma linha em torno da estatueta, obteremos justamente o traço da silhueta que nomeamos de obesa; por conseguinte, podemos considerar a *Venus de Willendorf* uma estatueta que simboliza a mulher obesa de outrora. Além da estatueta, há indícios de obesidade também em múmias egípcias, esculturas e pinturas gregas em vasos (REPETTO, 1998). Esses fatos podem significar que a obesidade sempre tenha existido e, mais, sempre tenha sido observada e representada.

No final da seção anterior, dissemos que, em 1975, a OMS inseriu a obesidade no rol das doenças⁵³. Com isso, o sentido patológico atribuído a ela, conforme percebemos neste início de século XXI, pode estar intimamente ligado à essa determinação. Aqui, é nosso dever pontuarmos que não se trata de considerarmos que a obesidade não seja uma doença, sabemos que é, visto seus impactos para o organismo; mas quando esse sentido patológico é amplamente discutido, declarado e usado no discurso, a vigilância sobre o peso do corpo ganha proporções milimétricas, chegando ao ponto mesmo de se tornar uma obsessão para muitos. Com isso, a produção de subjetividades sofre efeitos impactantes: um sujeito que aumente dois quilos de seu peso corporal, poderá acreditar-se obeso e conseqüentemente, doente; mesmo sabendo que uma alteração de peso corporal, ao longo de toda a vida, seja algo que certamente ocorrerá.

A aceção patológica para a obesidade, contudo, não é algo que surgiu com a determinação da OMS. A palavra obesidade emergiu para nomear um estado no qual o acúmulo de carnes ou gordura no corpo poderia ser comprometedor de alguma função corporal do sujeito. Conforme Oliveira (2014), dentre os textos médicos de Hipócrates (460-370 a.C.), encontramos os que descreveram sobre a maior frequência de morte súbita em pacientes gordos e a infertilidade de mulheres mais cheias, apontando como causa disso o acúmulo de gordura. Isso porque o médico acreditava que a gordura dificultava a cópula, além de fechar a entrada do útero. Mais tarde, os estudos de Galeno (129 – 200 d.C.) diferenciaram dois tipos de obesidade: a moderada e a imoderada, sendo a primeira relacionada à gordura que é natural ao corpo e a segunda, patológica. Para Galeno, evitar a gordura patológica seria uma verdadeira arte, acessível apenas às pessoas obedientes. Por

⁵³ Texto em anexo.

consequente, podemos considerar que o acúmulo de gordura correspondesse à falta de obediência e esse sentido acabou marcando o(s) sujeito(s) antropológicamente, de forma tão acentuada que, no século XXI, por exemplo, ainda é comum ouvirmos que uma pessoa é gorda porque não sabe controlar seu apetite.

Por conta dos estudos de Galeno, a obesidade já era conhecida no período medieval. Gilman (2010), menciona o médico árabe Avicenas (981 – 1037 d.C.), como um grande estudioso do tema. Gilman (2010), também comenta sobre as diferentes significações da obesidade no campo da religião, já que, para os judeus, o corpo obeso era visto como um desvio de conduta, passível mesmo de punição, por caracterizar a falta de controle e o pecado. Para os cristãos ocidentais, seguidores do ensinamento do discípulo Paulo de que o corpo era templo de Deus, controlar o apetite era atitude preponderante. Portanto, na tradição cristã, a gula é tida como um dos pecados mortais, por conseguinte, o corpo obeso é representativo de um relacionamento falho com o divino. Da mesma forma que a falta de obediência, conceber a obesidade como resultado do pecado da gula também permaneceu/permanece na humanidade.

Do campo político-social, destacamos os episódios de fome vivenciados pela Europa Medieval, sobre os quais já comentamos anteriormente. Esses foram responsáveis por associar à gordura o sentido da riqueza e da abundância, por isso mesmo a valorização do sujeito gordo superou a do sujeito magro, no Ocidente, até por volta do século XVI, quando, segundo Flandrin; Montanari (1998), a literatura sobre obesidade passou a sofrer uma lenta mudança até firmar a noção de que comer em excesso poderia gerar doença.

Nos séculos seguintes, o interesse médico pela obesidade aumentou progressivamente, numa dinâmica que, para Vigarello (2012a, p. 267), envolve “ascensão do lazer, reviravolta da moda, no vestuário, recomposição de espaços íntimos”; mudanças estabelecidas a partir da segunda metade do século XIX, preponderantes para um outro modo de se “encarar e julgar as formas corporais”. Uma obesidade observada mais pontualmente pelos sujeitos, em si e nos outros, uma “obesidade mundana” que “qualificou perfis, distinguiu ancas, peito, ventre, músculos abdominais”, estigmatizando o corpo obeso como nunca antes havia sido. Sobre isso, Flandrin; Montanari (1998, p. 547), afirmam que “não foi a guerra entre a teologia e a ciência, mas sim sua integração pública que foi fundamental para a história da obesidade”.

Além dessa obesidade mundana, a ciência médica afirma um outro saber: a obesidade entraria no seu ‘período científico’, submetida à experiência e ao cálculo, explorada pela química e a fisiologia, terreno de estudos que se

tornou especializado como no caso de outras patologias. ‘Verificações’ decisivas também, que levam a distinguir não somente níveis, mas tipos de gordura (...). Na segunda metade do século XIX, as ciências médicas renovam radicalmente a classificação dos tipos de gordura e sua explicação. A pesquisa busca definir níveis. (VIGARELLO, 2012a, p. 267-268)

As diferentes percepções da obesidade, ao longo da história, apresentados até aqui, podem propiciar a seguinte dedução: as mudanças na concepção do fenômeno da obesidade, têm relações com o fato mais geral de que durante muito tempo o discurso religioso era a fonte primordial de saber o mundo, inclusive sobre o próprio corpo humano; em seguida, as explicações científicas e racionais da vida, do homem e da natureza, vieram substituir as justificativas religiosas, por conseguinte, o discurso científico é que se tornou a referência.

E assim, foi se constituindo a semântica do termo obesidade; uma composição de valores antropológicos, médicos, religiosos, políticos, científicos e também sociais, que no Brasil, em 1975, sofreu a reviravolta que norteou os dizeres a partir de então: obesidade é doença e como tal, o estado da obesidade deve ser veementemente combatido. Nessa conjuntura, fortalece-se a objetivação dos sujeitos obesos: obeso é alguém com pouca responsabilidade sobre si mesmo, um ser que não consegue se controlar; além de feio, mal visto e também mal quisto.

Essa objetivação provocou a constituição de um sujeito subjetivado como o responsável pela própria obesidade. Por conseguinte, ocorreu uma produção enunciativa que correspondia a esse sentido, fazendo-o circular socialmente. A seguir, apresentamos um enunciado em que essa objetivação é evidente; ele foi recortado da matéria *Obesidade uma questão de enzima*⁵⁴, uma das reportagens de capa da edição de número 1496, da revista *Manchete*, em dezembro de 1980.

E29: *Segundo a opinião irredutível da maioria dos médicos, os obesos, deveriam bater no peito e proclamar: “Mea culpa! mea culpa!” Ou ele são comilões insaciáveis ou têm problemas psicológicos sérios.*

O enunciado (E29) aparece bem no início da matéria que se propõe a explicar a obesidade. Essa matéria foi publicada na seção *Medicina* da revista e, sendo assim, subtende-se que o enunciador fala a partir do discurso científico, ou seja, fica evidente que

⁵⁴ A reportagem poderá ser lida, na íntegra, nos anexos.

esse enunciador detém um saber que o autoriza a discutir a obesidade, autorizando-o também a dizer que o obeso deveria assumir a própria culpa pelo seu estado. Podemos considerar que essa objetivação do obeso naquela edição de *Manchete* já se dá desde a capa, no entanto há uma contradição.

Figura 15 - Obesidade uma questão de enzima



Fonte: ARQUIVO PESSOAL

Na capa, temos o jogador de futebol rodeado por mulheres magras. No canto inferior direito desta imagem, a chamada da matéria que aparecerá na seção de medicina: *Obesidade uma questão de enzima*. Esse título sinaliza uma contradição: se a obesidade é uma questão de enzima, qual o papel do sujeito no que tange ao seu controle? Como em

1980, a medicina já se voltava à busca das causas da obesidade, por isso o título nos parece bem especulativo, prestando-se a evidenciar o tema e assim vender a revista.

Da mesma matéria da qual recortamos (E29), destacamos também outros enunciados, numerados na sequência, (E30), (E31):

E30: *Nutrólogos descobriram que a chave da obesidade é um tipo especial de proteína. Quem a possui em grande quantidade fica magro. Quem a tem pouco deve fazer dieta.*

E31: *Quem é gordo', diz o nutrólogo norte-americano Jean Mayer, professor da universidade de Harvard, 'é porque come muito'. No entanto, especialistas concordam que os motivos da obesidade não se limitam a simples excessos de calorias.*

Em (E30), o uso da palavra *nutrólogos*⁵⁵ busca produzir o efeito da veracidade; visto tratar-se de um dito originário do saber médico, o artigo funcionaria como um manual para aqueles que buscavam compreender mais sobre a doença. Na sequência do enunciado, o dito parece que excluirá a responsabilidade do sujeito, pois afirma que a *chave para a obesidade é um tipo de especial de proteína*; só parece, porque o enunciado terminará afirmando de modo enfático que o sujeito desprivilegiado da proteína em questão, *deve fazer dieta*, ou seja, não é possível conceber que o sujeito se renda à ausência da proteína e aceite a obesidade como consequência, mas sim que tente combater – ou burlar – sua ausência, com a dieta. Produz-se, assim, de modo imperativo o sentido da obrigatoriedade do controle; o veículo ensina ao sujeito o que ele deve saber e fazer para não se tornar um obeso. Reconhecem-se as explicações científicas para a obesidade, contudo, não se aceitam suas consequências, porque ao mesmo tempo em que a reportagem conta os motivos, também ensina a domá-los. Tudo num jogo de ditos e não-ditos que afirmam de modo contundente: controle-se.

O (E31), apareceu no segundo parágrafo da matéria. Nele, mais uma vez, o enunciador busca produzir o efeito da verdade, citando *a maioria dos médicos* para embasar os dizeres seguintes que atribuem a culpa da obesidade aos próprios sujeitos obesos. A responsabilidade do obeso é ainda mais evidente em (E29), pelo uso da expressão latina *mea culpa!*, [culpa minha], que segundo o enunciador, deveria ser verbalizada pelos obesos, batendo no peito. Em nossa cultura, o ato de bater no peito é

⁵⁵ Segundo a Associação Brasileira de Nutrologia, ABRAN, o nutrólogo é o médico responsável pela prevenção, diagnóstico e tratamento do comportamento alimentar. Disponível em <<http://abran.org.br/para-o-publico/nutrologia/o-que-e-nutrologia/>>. Acesso em 06 de fev. de 2017.

representativo de orgulho, mas aqui nesta construção enunciativa, desliza para o sentido da vergonha, visto que naquele momento nenhum sujeito deveria sentir orgulho por sua obesidade, mas sim repulsa. Outra questão que merece ser destacada é o fato de a expressão *mea culpa* pertencer a uma formação discursiva religiosa – é trecho do ato de contrição, usado na confissão, na igreja católica; sendo assim, o *mea culpa* equivale à atitude confessional de um obeso, mais que uma declaração de culpa, a confissão de um pecado. É interessante lembrarmos que o título da reportagem *Obesidade – uma questão de enzima* sinalizava explicações científicas para a obesidade, no entanto, no início dela é o discurso religioso quem parece norteá-la. Além disso, os trechos iniciais, dos quais destacamos (E29), (E30) e (E31), só fazem reforçar os ditos de que a culpa pela obesidade é do sujeito obeso, reforçando-se assim, essa objetivação.

Como é de praxe no gênero reportagem, ao longo dela foram destacados alguns trechos escritos em letras maiores, em um desses podemos ler:

E32: experiências demonstraram que nem todos os glutões são necessariamente gordos. Tudo depende da capacidade individual de queimar maior ou menor quantidade de calorias.

Dos dizeres de (E32), destacamos o substantivo *glutões*, muito usado anteriormente; ao ser ressignificado pela memória discursiva, essa palavra tem o sentido atualizado pelo contexto daquele momento: o glutão não era mais aquele da gordura valorizada, mas o que come muito, podendo ocupar agora duas posições sociais distintas, objetivadas pelas descobertas da medicina, a saber, i) comer muito e ainda permanecer magro; ii) comer muito e tornar-se obeso, logo doente. Assim, o que vem depois será a individualização da responsabilidade; ao afirmar que *tudo depende da capacidade individual de queimar maior ou menor quantidade de calorias*, o enunciador faz recair, novamente, a incumbência sobre o sujeito, pois aquele que queimar menos calorias, deverá controlar a ingestão delas. Podemos considerar que a responsabilidade pela obesidade se construiu, em (E32), com um duplo sentido: ou responsabilidade do sujeito, ou responsabilidade do metabolismo, mas sempre há alguma responsabilidade. Interessante pontuarmos que tanto uma quanto outra, recaem sobre o sujeito, pois esse também tem responsabilidade sobre seu próprio metabolismo.

A matéria seguirá apresentando algumas descobertas da época acerca do funcionamento do organismo, relacionadas às energias absorvidas e gastas a partir da alimentação, como também sobre o calor produzido pelas pessoas magras e pelas gordas. Em suma, poderíamos dizer que tudo girava em torno das tentativas de se buscar as causas da obesidade, na intenção de que essas pudessem ser domadas. Sendo assim, podemos considerar a ausência de enunciados que pudessem produzir o efeito da aceitação da condição da obesidade; do mesmo modo podemos destacar a supremacia dos que repercutiam a necessidade de se conhecer as causas para que essas fossem domesticadas, docilizadas, no intuito de se atingir o padrão: a magreza do corpo de silhueta longilínea. Tal condição é notável no último parágrafo da matéria:

E33: Em palavras mais duras: quem quiser ser magro, abandonando completamente os inconvenientes da gordura, deve viver esfomeado, com apenas 1.500 calorias diárias – o que equivale a passar o resto da vida quase morto de fome. Neste caso, é preferível ser gordo – e feliz.

Em (E33), temos o reforço do discurso daquele momento: gordura é inconveniente, sendo assim, diz-se que o obeso é também inconveniente para a sociedade; os obesos aqui são induzidos a se subjetivarem como inconvenientes, por isso mesmo deveriam combater a gordura se quisessem ser aceitos socialmente. Notemos ainda que para ser aceito, contudo, o sujeito deveria sacrificar-se, abrindo mão da ingestão prazerosa de comida; temos aqui a associação entre dieta e sacrifício, visto que comer tudo o que se quer pode ser tido como a felicidade para alguns. Entretanto, a esses, sempre restará o olhar social da inconveniência. Sendo assim, cabe ao sujeito, e somente a ele, fazer a opção: sacrificar-se para se manter magro, mas ser aceito, ou assumir a felicidade que a comida lhe proporciona, em contrapartida não ser aceito socialmente. Nesses dizeres, o que temos é um processo de categorização dos sujeitos que corresponde ao olhar norteado pelo discurso.

Consequentemente, temos a constituição de enunciados discursivos sobre o(s) sujeito(s) magro(s) e sobre o(s) sujeito(s) gordo(s) que podem, inclusive, mostrarem-se contraditórios em si mesmos. De um lado, podemos ter: i) magros são mais felizes porque são mais aceitos socialmente, magros são mais atraentes porque são mais bonitos; magros são mais responsáveis consigo mesmos, magros conseguem se controlar; ii) gordos são

menos felizes porque são menos aceitos socialmente, gordos menos atraentes porque são menos bonitos, gordos têm pouca responsabilidade sobre si mesmos; gordos controlam-se menos. Por outro lado, também é possível que tenhamos: iii) magros são menos felizes porque para manterem-se assim, precisam abrir mão de muita coisa que gostam; iv) gordos são mais felizes, pois não passam vontade de comerem nada. Isso pode nos conduzir a pensar em diferentes formações discursivas para a obesidade, sendo que nelas, teremos diferentes possibilidades de constituição de subjetividades. Ainda, podemos considerar que no dispositivo de controle do corpo feminino, seu peso e suas medidas, convivem diferentes formações discursivas para a obesidade e, sendo assim, podemos deduzir que a objetivação/subjetivação não pode, de fato, atingir a todos os sujeitos de um mesmo modo, nem na mesma proporção, nem ao mesmo tempo. Logo, ainda que a obesidade seja doença, ainda que traga riscos para a saúde do organismo, há/haverá sujeito(s) que não se objetivaram/objetivarão por isso, simplesmente porque podem estar objetivados/subjetivados pelos enunciados de outra(s) formação(ões) discursiva(s).

Voltando-nos à reportagem da revista *Manchete*, poderíamos dizer que, na conjuntura daquela época, a matéria contribuiu para um aglomerado epistêmico que ordenou o saber sobre a obesidade, regulou o olhar sobre ela, ordenou os ditos e produziu objetivação/subjetivação, como nos diz Courtine (2013, p. 74), “ela traduz o percurso do olhar do observador sobre o corpo (...), realiza a conversão de um olhar em discurso”. Esse olhar convertido em discurso será o regulador das “percepções vindouras” (COURTINE 2013, p.74).

Não obstante, podemos dizer que o corpo tachado de obeso emergiu na conjuntura de práticas e discursos do ontem e do hoje, perpassado por saberes médicos, alvo do poder e do controle que impuseram/impõem números para a salubridade, por meio de ditos que buscaram construir uma verdade: controlar o corpo e a silhueta são obrigações do sujeito. Uma obrigação que não se estabeleceu de imediato, mas que foi sendo tecida ao longo de todo século XX, numa intensificação do controle sobre si, que no século XXI atingiu proporções milimétricas, ao ponto de muitos sujeitos contemporâneos viverem no controle acirrado de seus pesos e medidas.

Da reportagem da revista *Manchete*, ainda há um enunciado ao qual queremos dar destaque:

E34: *ao contrário das pessoas com peso normal, os obesos simplesmente não conseguem queimar as calorias excedentes e liberá-las sob forma de energia.*

O (E34) produz o sentido de que os obesos não são pessoas normais, porque seu organismo não funcionaria como um organismo sadio. Notemos o reforço do sentido da salubridade associada à magreza, logo, correspondendo à OMS que já considerava a obesidade como doença. Se doenças requerem tratamento, o enunciado (E34) também corrobora com o sentido de que a obesidade precisa ser tratada, ao mesmo em que possibilita-nos inferir que deve haver medicamentos e tratamentos para ela. Assim, enunciados desse tipo puderam colaborar com a intensificação de diversas práticas, como as dietas e regimes, além do uso de medicamentos.

Com esse sentido estabelecido, bem como essas práticas legitimadas, as soluções para se tratar a obesidade instaurada no corpo, eram oferecidas pela mesma revista *Manchete*. Cabe aqui uma problematização: sendo a *Manchete* um veículo de comunicação de massa dependente de patrocinadores para a tiragem de seus exemplares, certamente ela buscou corresponder a esses, logo, era bastante pertinente que essa revista tratasse da obesidade como uma doença, desde que isso pudesse aumentar as vendas de seus anunciantes. Dizemos isso porque, na mesma edição 1496, exatamente na página seguinte da reportagem que analisamos, aparece a propaganda de um produto da empresa *Merck*, o *Bionorm*, um *mil-shake que emagrece*.

Sendo assim, podemos considerar que prevalece, mais uma vez, a lógica do consumo, já que o interesse da revista era muito mais a venda do produto de seu anunciante que a prestação de esclarecimentos sobre a obesidade.

Figura 16 - BIONORM



Fácil e gostoso de tomar, Bionorm Solúvel dissolve-se num copo d'água. E vale por uma refeição, sem deixar você com fome ou triste.

Emagrece alimentando.

Bionorm Solúvel, delicioso produto natural, proporciona as proteínas de alto valor biológico para você perder peso mantendo-se forte e saudável. Você emagrece 3 kg em 1 semana, com plena saúde.

Emagrece com segurança.

Bionorm Solúvel entra na sua dieta de 1000 calorias por dia, com o alicerce indispensável de proteínas, vitaminas e sais minerais. Cada envelope contém, 150 calorias. Assim, você substitui uma, duas ou três refeições por Bionorm Solúvel e completa as 1000 calorias com outros alimentos.

Emagrece sem sacrifício.

Bionorm Solúvel é o mesmo e seguro Bionorm que tanto Êxito tem alcançado aqui e em vários países. E que tão alto conceito goza entre os médicos. Apenas ganhou esta versão solúvel – e gostosa como um milk-shake – para você emagrecer sem sacrifícios. Por que não começa hoje mesmo?

Fonte: ARQUIVO PESSOAL

Pensemos inicialmente na posição estratégica ocupada pelo anúncio no veículo de comunicação. Ao localizar-se imediatamente após o fim da matéria sobre a obesidade, acaba atraindo o leitor de corpo obeso, pois oferece a esse a possibilidade de livrar-se da obesidade. O produto lhe oferece a normatização, sugestionada inclusive no próprio nome do milk-shake, *Bionorm*, pois sugestiona que o natural [bio] seja a norma. O efeito de sentido produzido pode ser que o obeso não fosse alguém normal, não fosse natural, pois o natural era ser magro, ou não ter obesidade.

Interessante destacarmos que no anúncio não aparecem as palavras *gordo*, *gordura*. No texto imagético, isso também não acontece. Sendo assim, podemos considerar que o *gordo* e a *gordura* são pressupostos para o anúncio, mas foram silenciados ou não lhes foi dado visibilidade.

No texto publicitário, encontramos enunciados que vão ao encontro dos dizeres da reportagem anterior, pois o milk-shake *emagrece alimentando, vale por uma refeição sem deixar você com fome ou triste; emagrece com segurança e sem sacrifícios*. Para compreendermos os efeitos desses enunciados, não podemos perder de vista alguns dos dizeres do artigo sobre a obesidade que, de certo modo, deixou dito que aos obesos era necessário fazer dieta, sacrificar-se e até mesmo passar fome. Ao ser colocado na

sequência da reportagem, constrói-se para o *Bionorm* a imagem de uma solução para todos os problemas de quem se identificou com o corpo obeso da matéria anterior.

Ainda, é necessário comentarmos do conjunto enunciativo a expressiva imagem que o ilustra: uma mulher sorridente, olhar que transmite felicidade, corpo magro, roupas brancas molhadas, ajustadas ao corpo, sugerindo um recente mergulho. Temos a valorização da silhueta longilínea e do corpo tido como normal, o magro, inscrita na regularidade. A sugestão do mergulho pode transmitir não somente a impressão da felicidade e da disposição, como também da salubridade; ou seja, afastando a obesidade, o sujeito se tornaria magro, bem disposto, saudável e naturalmente feliz. A possibilidade de se aproximar do normal está estampada na imagem feminina do anúncio.

Todos os enunciados são dispostos ao longo de um dos lados do corpo da mulher, desse modo sua silhueta evidencia-se por ser longilínea, justamente a que corresponde à normalidade marcada na reportagem. Sem tardar, o enunciado final do anúncio aborda o sujeito, colocando-o em uma inquirição: *Para você emagrecer sem sacrifícios. Por que não começa hoje mesmo?* Temos aqui a estratégia enunciativa da aproximação, marcada pelo uso do pronome de tratamento *você* que cria o sentido da intimidade entre anúncio e leitor. Na intimidade, a docilização se torna mais fácil; o corpo obeso, anteriormente objetivado, subjetiva-se, assume o compromisso de controlar a si mesmo e para isso, compra o *Bionorm*.

O conjunto enunciativo do anúncio, parece-nos uma fórmula que ainda se repete entre nós, neste início de século XXI: usa-se a imagem do magro, prometem-se milagres, ensinam-se estratégias, mas, no fundo, afirma que é preciso se autocontrolar; caso contrário, viver-se-á para sempre na periferia social. Nesse sentido, podemos considerar que o pressuposto é sempre o mesmo: se o sujeito está no peso inadequado logo, está infeliz. O discurso da inadequação é constantemente reiterado.

Considerando-se a produção de subjetividades, temos a dizer que *Manchete* convida os leitores a conhecer sobre a obesidade e esses podem ou não aceitá-la; aqueles que aceitam o conteúdo da matéria como verdade, caem em uma teia, da qual ficará difícil escapar: primeiro, é atraído pela capa *medicina – obesidade uma questão de enzimas*; a reportagem legitima os ditos sobre a obesidade amparando-se no saber da ciência; por intermédio da matéria, o sujeito tem acesso às novidades da ciência, no entanto, essas só fazem reforçar o padrão de corpo socialmente aceito, objetivando o obeso como sujeito que não é normal porque é doente; assim, o sujeito se subjetiva, aceita os dizeres da reportagem

e reconhece-se como um corpo doente; ao mesmo tempo, nutre a vontade de adentrar à normalidade, pois a matéria oferece a possibilidade da magreza às custas de muito sacrifício; ao virar a página, o sujeito é confrontado com a norma que lhe exclui: a mulher bonita e sorridente o seduz oferecendo-lhe o milk-shake que resolverá todos os problemas apontados na reportagem e ele poderá, enfim, tornar-se magro.

É interessante evidenciarmos que a partir do momento em que a OMS atribuiu à obesidade o caráter patológico, a associação entre normalidade e moralidade foi inevitável. A normalidade estabeleceu-se no sujeito magro e o obeso, logo, o obeso tornou-se também alguém imoral, na contramão da sociedade. No combate à doença da obesidade, escutamos os ecos do combate às grandes epidemias e pragas que assolaram a humanidade de outrora, por conseguinte, torna-se difícil acreditar que uma doença não deva ser veementemente combatida. Contudo, quanto de combate aos efeitos malignos da obesidade há realmente em tudo isso? Como acreditar que o que se combate é a doença, quando na verdade, tantos medicamentos são vendidos, diversos tratamentos são oferecidos? Até que medida isso é combate à doença; quando isso passa a ser somente uma questão mercadológica? Por isso, ao pensarmos no *trunfo* da patologização da obesidade, e principalmente na produção discursiva que produz o corpo obeso como um corpo doente, há que fazermos uma discussão acerca do contato entre biopolítica e mercadologização da saúde.

Nessa linha de raciocínio, conduzida pela hipótese de que há um dispositivo de controle do corpo [e consequentemente da obesidade] as produções discursivas e não discursivas, as instituições, as decisões e os enunciados científicos da medicina, sustentam a origem da patologização da obesidade.

Em meio aos efeitos da emergência de modernas forças econômicas, sociais e políticas, destacam-se as intervenções médicas no corpo e nas práticas dos sujeitos. Em torno desse paradigma, passou-se a produzir tecnologias associadas ora à manutenção, ora à produção do sujeito [obeso/não obeso]. [A obesidade] deixa de ser um interesse da anatomia e, em meio às transformações que reclamaram novas posições subjetivas para homens e mulheres, a medicina e seus desdobramentos acolhem (e curam) o sujeito (...) imerso em uma zona de turbulência, espaço de inseguranças, momento de mutações e volubilidade. (WITZEL e KOGAWA, 2014, p. 153)

Assim, os avanços médicos no campo do reconhecimento da patologia da obesidade produz no sujeito, sobretudo nas mulheres, a insegurança em relação à própria capacidade de se manter no peso tido como normal. Isso abre espaço para o preenchimento estratégico do dispositivo de controle do peso: os remédios, os medicamentos, os regimes, as dietas e os alimentos alternativos, correspondem à urgência estabelecida pelo dispositivo. A saúde

– contrária à obesidade – torna-se uma questão mercadológica, ao mesmo tempo, torna-se a razão de ser de uma biopolítica que incitará os sujeitos no controle a si mesmos, com vistas a afastar o mal da obesidade.

Mais ainda, não é possível dizer que alguém em seu “juízo perfeito” escolheria ser obeso a não sê-lo, sendo assim, não podemos afirmar que os obesos escolhem ser o que são; simplesmente não é possível dizer que isso seja uma questão de escolha, ou que uma simples fórmula fará com que alguém passe da obesidade à magreza. Não existe mágica para situações tão complexas e, assim sendo, como não acreditar que o fato da obesidade ser considerada doença pela OMS mais colaborou para o desenvolvimento de uma indústria de combate a essa doença, para a legitimação de padrões que sustentam tudo isso, que para beneficiar o obeso. Se de um lado a condição patológica determinada pela OMS, possibilitou o avanço de algumas técnicas, como por exemplo a cirurgia bariátrica e outros paliativos, por outro, contribuiu sobremaneira para o processo de objetivação do obeso como ser incapaz, letárgico, um incômodo social. Desse modo, traz mais benefícios para uma biopolítica que pretende afastar os onerosos gastos com saúde pública, que, de fato, para o sujeito obeso.

Sendo assim, podemos considerar a patologização da obesidade pela OMS como um *acontecimento*: primeiro, porque não ocorreu da noite para o dia, houve uma história que sustentou sua emergência; segundo, essa emergência abriu novas possibilidades de dizer sobre a obesidade daquele momento em diante. Isso significa que, ao decretar que a obesidade é doença, a OMS enunciou e validou o que já estava sendo dito, por exemplo, pelo discurso médico sobre a gordura; abriu-se assim, um espaço de dizer validado e legitimado que suscitou uma intensa produção enunciativa em diversos campos.

3.5 OS NÚMEROS DO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL E O PAPEL DO ESTADO

As tentativas de se quantificar o corpo humano em seus pesos e suas medidas data do século XIX, em estudos do matemático belga Adolphe Quételet (1796-1874), por meio da criação de um índice que media a relação entre a massa corporal e a estatura. Contudo, esse índice, segundo Anjos (2006, p. 13), “ficou esquecido até o começo da década de

1970”, quando, Ancel Keys (1904-2004)⁵⁶ e seus colaboradores retomaram o conceito, fazendo duas novas proposições, a saber, i) a nomenclatura de Índice de Massa Corporal (IMC); ii) usá-lo como representativo da adiposidade humana em estudos epidemiológicos. Esse índice, além de ser de cálculo fácil, também “apresenta boa correlação com estimativas da composição corporal, na população em geral”. (ANJOS, 2006, p. 13-14).

Tanta representatividade, aliada a tamanha facilidade, fizeram do IMC um dos índices mais populares e adotados em diversas esferas, tornando-se, inclusive, um dos pontos máximos da expressão do controle sobre o corpo do sujeito. Por ser tão facilmente obtido, todo e qualquer sujeito não só pode, como deve, usar o cálculo de seu IMC para controlar a si mesmo e, como consequência, podemos dizer que o uso do IMC e o avanço dos estudos sobre a adiposidade, reverberaram um sentimento universal de que a “quantidade de gordura corporal fosse avaliada” (Anjos, 2006, p. 11), colocando a obesidade no cerne das pesquisas médicas, das quais emergiram novas curas, tratamentos variados, originais, segundo Vigarello (2012a, p.307-308), “não pela diversidade, mas sim pela visão insólita que deram à progressão”. Isso significa que os métodos surgidos associavam-se ao “desenvolvimento pessoal, ao trabalho sobre si, à prática do treinamento”. O segredo era a gradação, por meio da qual, o sujeito conseguiria o objetivo de não ser mais um obeso. Calcular o IMC, pesar-se e medir-se, deveriam associar-se a exercícios, dietas, regimes, ou mesmo medicamentos, numa vigilância cotidiana de si.

À esteira disso, podemos levantar também uma outra questão: sendo o IMC um índice que permite uma boa avaliação das taxas da população em geral, a partir dele, abriram-se os caminhos para uma instância de atuação biopolítica (Foucault, 1994) que permite ao governo controlar a todos, porque cada sujeito controla a si mesmo, por meio de seu IMC.

Há que entender por biopolítica a maneira pela qual, a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça. (FOUCAULT, 1994, p. 818)

Há, ainda, outro fato, intrinsecamente ligado ao IMC, que oportunizou às estratégias biopolíticas intensificarem-se: a promulgação da obesidade como doença, em

⁵⁶ Ancel Benjamim Keys (1904-2004) foi um fisiologista norte-americano que estudou a influência da dieta para a saúde. O médico levantou a hipótese de que uma alimentação rica em gordura saturada poderia causar problemas cardíacos e cardiovasculares, recomendando assim que esse tipo de dieta fosse evitado. Seus estudos popularizaram dietas, como a conhecida “Dieta do Mediterrâneo”, adotada por ele mesmo e sua esposa. Disponível em <https://en.wikipedia.org/wiki/Ancel_Keys>. Acesso em 31 de jan. de 2017.

1975, pela OMS. A partir do momento em que a obesidade passou a ser considerada uma doença, os procedimentos biopolíticos puderam incidir sobre o sujeito de forma positiva, já que incitar o controle do corpo passou a soar como o afastamento da enfermidade e, nesse sentido, o biopoder exerce-se pela positividade, o que facilita o controle sobre todos. Isso porque, segundo Foucault (1994), as estratégias biopolíticas funcionam como um auxílio social que se aplica à população a fim de governar a vida da mesma, ou seja, “a vida faz, portanto, parte do campo do poder” (REVEL, 2005, p. 27).

Quadro 2 - Tabela de IMC

Tabela 1 - Classificação de peso pelo IMC ^{12(D)}		
Classificação	IMC (kg/m ²)	Risco de comorbidades
Baixo peso	< 18,5	Baixo
Peso normal	18,5-24,9	Médio
Sobrepeso	≥ 25	-
Pré-obeso	25,0 a 29,9	Aumentado
Obeso I	30,0 a 34,9	Moderado
Obeso II	35,0 a 39,9	Grave
Obeso III	≥ 40,0	Muito grave

Fonte: ABESO.ORG

Segundo a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia⁵⁷, a tabela de IMC contém os números de referência no diagnóstico da obesidade, em adultos, padrão adotado pela OMS. Categorizado em faixas, o IMC torna-se o indicativo da ausência ou da presença da obesidade e, por conseguinte, podemos considerar que essa tabela permitiu a emergência de um saber/poder sobre a obesidade, pulverizando-se em uma série de enunciados que abarcam saúde, performance esportiva, alimentação, estética; uma rede estrategicamente heterogênea composta, conforme Foucault ([1977] 2014a, p.45), “por discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medida administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (...)”. Estamos falando de um dispositivo que se constituiu em torno da emergência do termo IMC, já que após sua eclosão, instauraram-se práticas em diversificadas instâncias do conhecimento.

⁵⁷ Disponível em: <<https://www.endocrino.org.br/>>. Acesso: 01 jun. 2016.

(...) determinados dispositivos de poder, uma vez constituídos em práticas discursivas contemporâneas, atuam na formatação/fabricação de sujeitos inseridos dentro de uma lógica de produtividade, *status*, beleza, bem-estar, visibilidade social etc. (...) processos de padronização da subjetividade, que se estabelecem entre diferentes discursos (...)” (FERNANDES JÚNIOR, 2015, p. 174).

Mediante a instauração do dispositivo do IMC, ao sujeito é oferecida a oportunidade de saber se está/é obeso, mais ainda, a ele são oferecidas também os modos para que não se torne/esteja/fique obeso, o que é, na verdade, uma estratégia que o captura: a tabela produz a objetivação, ou seja, o sujeito obeso é objetivado socialmente como alguém doente, incapaz, feio, descompromissado de si mesmo e por conseguinte com a sociedade; o resultado dessa objetivação é a subjetivação do sujeito, que ao calcular seu IMC, subjetivar-se-á como a sociedade o objetivou; logo, o sujeito assume-se como alguém que precisa sair do lugar da obesidade, momento em que será capturado por todas as práticas a sua volta que lhe ensinam como fazê-lo.

Não há dúvidas sobre os riscos que a obesidade pode trazer para a saúde do sujeito; contudo, a disseminação do cálculo do IMC, serve muito mais ao Estado, já que o controle sobre esse corpo social torna-se mais fácil, porque o sujeito aceita o controle como algo positivo. Desse modo, podemos dizer que, na sociedade em que se acredita ter mais liberdade para se fazer escolhas [entre o tipo de alimentação a ser seguida, qual atividade esportiva é mais prazerosa, entre outras] o que se tem mesmo é mais controle.

(...) trata-se, de um lado, de constituir populações nas quais os indivíduos serão inseridos – o controle é essencialmente uma economia do poder que gerencia a sociedade **em função de modelos normativos** globais integrados num aparelho de Estado centralizado -; mas, de outro, trata-se igualmente de tornar o poder capilar, isto é, de **instalar um sistema de individualização que se destina a modelar cada indivíduo e a gerir sua existência**” (REVEL, 2005, p. 29-30, grifo nosso).

“A escala [do IMC] leva a termo o velho registro estatístico. Ela detalha seus limites, identifica estágios, cria seu próprio léxico” (VIGARELLO, 2012a, p. 319). Associada ao caráter patológico decretado pela OMS para a obesidade, temos uma mudança significativa no olhar sobre o corpo com obesidade: o gordo agora é o obeso, aquele que comunga em si todos os sentidos anteriores da gula, do pecado, da feiura e da deselegância, associados e legitimados à doença. Um corpo obeso é também um corpo doente, haja vista muitas vezes considerado como incapaz de executar ações simples e corriqueiras do cotidiano o que acarretaria, inclusive, problemas para o exercício de algumas profissões, conforme veremos em uma das análises do próximo capítulo.

Concomitante ao status de doença, o combate à obesidade ganhou força. A divulgação maciça de suas possíveis causas, seus malefícios, instalaram uma aura de combate à doença. As reportagens sobre a obesidade passaram a ser mais frequentes nas revistas de atualidades, nas páginas dos grandes jornais, nos programas de tevê, numa pseudo popularização do saber sobre ela, que mais nos parece uma disseminação sutil da obrigatoriedade do controle do corpo e da silhueta.

Ora, o poder da imagem ideal, que sugestiona o sujeito, se passa a partir de uma referência ao corpo do outro e sua presença. A perspectiva de identificação com uma imagem totalizante, idealizada e controlada está, aparentemente, na origem do tratamento que alguns de nossos contemporâneos, em resposta, impõem a seus corpos. (NOVAES, 2011, p. 483)

A categorização torna-se mais e mais forte com a tabela do IMC, pois ela não separa apenas magros de gordos, mas estabelece até onde se pode ir, instaurando também o medo de ultrapassar os limites e tornar-se doente. Dito de outro modo, o sujeito se torna o maior responsável pelo combate ao mal da obesidade, discurso esse pulverizado no uso de verbos no imperativo e na descrição da enormidade das barrigas, da flacidez dos músculos e das pelancas espalhadas pelo corpo de um sujeito obeso.

Controlar o corpo, tomar suas medidas, vigiar seu peso. Nesse sentido, o sujeito é impelido às dietas e regimes que prescrevem as práticas para perda de peso e posterior manutenção desse. Diligência e vigilância instauram no dispositivo do IMC, programas como o *Vigilantes do Peso*⁵⁸, que chegou ao Brasil nos anos 1990, propondo o emagrecimento por meio de um controle rigoroso do sujeito sobre si mesmo.

Esse programa alimentar reproduziu a ordem do discurso da época e correspondeu fielmente aos objetivos das estratégias biopolíticas. *Vigilantes do Peso* prestou um grande serviço ao Estado, pois disseminou nos quatro cantos do país, das capitais ao interior, o ideal do controle, centralizado, como nunca antes, no sujeito, em relação ao peso.

A constituição da subjetividade sofreu os reflexos de toda essa vigilância, já que a obesidade foi tomada como consequência da ausência das práticas que o sujeito escolhia não seguir. Algo do tipo *Só é gordo quem quer*⁵⁹, título de um livro que, somente na década de 1980, vendeu mais de 500 mil exemplares.

⁵⁸ *Weight Watchers* [Vigilantes do Peso], programa estadunidense originário na década de 1963.

⁵⁹ UCHÔA JR, João. *Só é gordo quem quer*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986. O livro teve 27 edições. Na obra, o autor ensina técnicas e receitas em um programa de reeducação alimentar. Em 2004, o livro ganhou uma versão revista e atualizada.

Essa obra representa, em seu título, um lugar social por meio do qual o sujeito poderia se constituir naquele momento, em relação ao seu corpo e à sua silhueta. Pode ser justamente por isso que o livro vendeu tanto. Em uma sociedade que sofria do pânico de engordar, ao mesmo tempo em que se submetia à vigilância acirrada do controle sobre si mesmo, àqueles que escolhessem ser gordos, recairia uma condenação até mesmo moral que, aliás, devemos dizer, sempre existe. *Só é gordo quem quer* pode ser considerado o precursor de mais um dado que entra na rede do dispositivo de controle do corpo: a literatura de auto ajuda.

Se a obesidade era uma questão de escolha, por que foi então reconhecida como doença? Se era doença, como um título pode sugerir que o obeso é doente por escolha própria? Nesse contexto, o sentido parece deslizar da escolha por ser gordo, para a escolha de ser doente. Se *Só é gordo quem quer*, o gordo era alguém sem nenhum comprometimento consigo mesmo, tampouco com a sociedade à sua volta, pois é sabido que a saúde da população traz altas despesas para o orçamento público. A escolha por ser gordo, logo, doente, sinalizava a escolha também por onerar o Estado.

Corpo social doente, exige intervenção imediata. Dessa maneira, os programas como *Vigilantes do Peso* e as obras como *Só é gordo quem quer*, estão correspondendo à urgência que o dispositivo do controle do corpo, seu peso e suas medidas, estabeleceu a partir do IMC. À esteira desse pensamento, podemos considerar que o dispositivo do controle do corpo adquiriu, no ínterim de 1950 a 1989 o cuidado milimétrico com os pesos e as medidas, de forma que esse controle passou a ser considerado pela positividade que representa: vigiar os pesos e as medidas do corpo corresponde ao controle à obesidade, uma doença que só fez progredir em seus índices.

Aqui cabe questionarmos a relação desse aumento dos índices de obesidade se dar, especialmente, após a OMS dar a ela o caráter patológico. Antes de 1975, certamente havia uma grande parcela da população que já se encontrava com excesso de peso, mas pode ser que não houvesse dados para isso. Podemos dizer que, não havia, no Brasil, um índice de obesidade da população, ele só passou a existir, a partir do momento em que a obesidade passou a ser definida como doença. Se não havia esses índices, podemos com toda certeza, dizer que a obesidade nunca teve tais índices? Não seria mais prudente dizer que os índices nunca foram tão altos a partir do momento em que esse índice passou a ser acompanhado/medido?

Assim, podemos considerar, que o caráter patológico associado à obesidade, a pulverização do IMC, os livros de autoajuda para o emagrecimento, as estratégias de controle do peso ensinadas, como as dietas e os regimes, os programas de autocontrole como o Vigilantes do Peso, estabelecem, conforme Foucault (2003), um lugar minuciosamente estratégico, no centro do qual podemos encontrar muitas relações de força, exercidas de modos bastante heterogêneos, mas imbricadas por sua própria natureza. Dentre essas relações de força, há que considerarmos também a existência paradoxal da liberdade dos indivíduos. Por conseguinte, poderíamos dizer que, apesar de o dispositivo de controle do corpo estabelecer a vigilância acirrada aos pesos e às medidas, pode haver sujeito(s) que escolha(m)/prefira(m) exercer a liberdade de não segui-lo. Pode ser que os índices da obesidade da população tenham sofrido o impacto da liberdade desse(s) sujeito(s) que escolheram não dar ouvidos à vigilância acirrada ao peso do corpo.

É fato também que o aumento dos índices de obesidade passou a incomodar o poder estatal, de forma que o esse voltou-se àquilo que Foucault chama de biopolítica da população, ou seja, um exercício de poder que é, ao mesmo tempo, individualizante e totalizante. O Estado tende a exercer o poder sobre a massa, pois é essa que ameaça.

Dessa maneira, podemos considerar que no final da década de 1980, temos o dispositivo de controle do corpo, seu peso e suas medidas, configurando-se a partir do exercício estatal de uma biopolítica [gerenciamento governamental de si e dos corpos], porque se mostrará mais preocupada com a vida, na qual o objetivo é gerir o corpo da população. Podemos considerar que as estratégias estabelecidas mediante uma concepção biopolítica do poder estatal visem diminuir a liberdade de escolha do(s) sujeito(s).

CAPÍTULO IV

ENTRE A TOLERÂNCIA E A DITADURA (1990-2017)

“(...) o corpo que se forma assim já não é mais o corpo de um indivíduo em luta contra uma enfermidade cuja presença ele conhece com certeza. É um corpo coletivo, atravessado por normas de avaliação e por regularidades estatísticas: é o corpo da população. (...) O corpo da população é um corpo em movimento que a ciência deve reduzir a um pequeno número de variáveis pela medida matemática: introduz-se assim o controle social na diversidade biológica dos corpos”

[Alain Courbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. História do corpo: as mutações do olhar. Século XX. 2011. p. 97-98.]

4.1 O CORPO SOB O JUGO DAS ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS

O poder sobre a vida, para Foucault (2012 [1988]), substituiu o poder sobre a morte, a partir do século XVII. Segundo o filósofo essa substituição ocorreu de dois modos intrinsecamente relacionados, a saber: primeiramente, esse poder objetivava o adestramento e a ampliação das aptidões, visando à docilidade e à integração em sistemas de controle eficazes e econômicos; segundo, a partir do século XVIII, baseando-se nos processos biológicos que mantêm a vida, possibilita ao Estado criar uma série de intervenções e controles reguladores, uma administração biopolítica da população: gestão um tanto quanto calculista da vida.

A velha potência da morte em que simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, **saúde pública**, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim, a era de um “bio-

poder”. (...) Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. (...) o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do bio-poder com suas formas e procedimentos múltiplos. O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento (FOUCAULT, 2012[1988], p. 152-154. Grifo nosso).

Por administração biopolítica podemos entender aquele conjunto de procedimentos que lança mão do poder-saber como um agente transformador que coaduna técnicas diversas de controle e gestão dos corpos, sempre respaldando-se em aspectos salutareis e positivos. Isso se dá porque as diversas questões de saúde, de higiene, de alimentação e até mesmo de sexualidade tornaram-se imensos desafios políticos.

Podemos considerar que uma gestão biopolítica teve condições de emergência a partir do momento em que o conhecimento sobre o corpo também foi evoluindo. As imagens internas do corpo criadas na medicina: radiografias, cintilografias e ultrassonografias, revelaram a possibilidade de se vasculhar o corpo também internamente; a mínima percepção externa de um sintoma, passou a dar vazão a uma bateria de exames, inclusive um mapa genético, por meio do qual o corpo pôde ser vislumbrado no mais fundo dele. Assim, a ciência genética pôde elaborar estudos conclusivos sobre as características desenvolvidas por um grupo, em um determinado local, como proteção contra certas evoluções ecológicas. Esses estudos permitiram averiguar mais a fundo a dinâmica das populações, ao mesmo em que realocaram o olhar sócio político, deslocando-o das enfermidades individuais para as coletivas.

À vista disso, o corpo de um sujeito encontra-se sob o jugo de uma estratégia biopolítica, pois já não é gerido unicamente pelo sujeito, mas também pelo Estado. Na perspectiva administrativa, o foco na população oportuniza uma abordagem global e, conseqüentemente, um controle maior dos sujeitos, já que esses, objetivados pelos dizeres do Estado, sentem-se imbuídos a levar uma vida mais condizente ao que lhes é informado. Podemos dizer que o Estado passa a tratar a população como criança, ocupando o lugar de um pai dócil, zeloso e dedicado que informa os filhos do que é melhor, menos dolorido, em contrapartida, espera que cada um assuma o controle sobre si mesmo, cuidando-se.

O controle da população embala-se no discurso de uma medicina preventiva, cujo objetivo não é a cura, mas sim a prevenção de diversas patologias. Essa, contudo, exige

daqueles que dominam sua aplicação, um certo tipo de atitude global, a favor da vida e diante do tempo; e dos sujeitos um comportamento racional que os proteja da(s) doença(s). Consequentemente, é coerente dizermos que o século XX tenha visto o desenvolvimento de variadas campanhas, dos mais variados governos, inclusive o brasileiro⁶⁰, contra as mais variadas doenças: sarampo, tuberculose, hanseníase, aids e, mais recentemente, contra a obesidade. Podemos dizer que em todas essas campanhas, o Estado objetiva o saber sobre cada uma delas, a partir dos ditos em muitas outras áreas, mas especialmente na Medicina e na Ciência Genética; a seguir, o Estado pauta-se na objetivação de um sujeito doente, revelando à população os malefícios da enfermidade com vistas a induzir os sujeitos a cuidarem-se com mais zelo, isto é, com mais controle sobre si mesmos.

Benefícios à parte, o controle sócio-político, no que diz respeito à obesidade, interpretado pelo viés do dispositivo foucaultiano, “significa a homogeneização da sociedade pela eliminação da diversidade” (RUSSI, 2015, p. 38). Para dizermos de outro modo, podemos considerar que o Estado opte pela lógica do rebanho, ou ainda pela massificação, na qual as individualidades são tolhidas em favor do que é universal, de modo que todos devem ser como o Estado pensa que devam ser, ou ainda, que todos vivam do mesmo modo, disponham-se da mesma forma, pois é mais fácil, mais prático, mais barato, gerir a universalidade. Por isso mesmo é que o Estado promove o sentido de que o(s) sujeito(s) deve(m) conscientizar(em)-se da responsabilidade sobre si mesmo(s); no que tange à obesidade, sua necessidade de disciplinar o corpo, controlando milimetricamente seus pesos e suas medidas, por exemplo, pelo cálculo de seu IMC, tido como um bom sinalizador para obesidade.

Em relação à patologia da obesidade, uma população obesa significa, dentre outras coisas, uma parcela diminuída de sujeitos economicamente ativos, acarretando ao governo uma diminuição da arrecadação e um conseqüente aumento dos gastos com a saúde pública. Sendo assim, o político necessita intervir, cada vez mais intensamente, no biológico: o corpo precisa ser controlado, precisa ser regido, precisa ser disciplinado para não se tornar obeso; por conseguinte produz-se a necessidade do controle que ultrapassa o individual e recai sobre toda a massa. Logo, não se tornar/deixar de ser obeso equivale a deixar de ser/não vir a ser menos produtivo e potencial gastador dos recursos públicos.

⁶⁰ Maiores informações sobre as grandes campanhas de saúde pública poderão ser encontradas no site FUNASA.GOV: <<http://www.funasa.gov.br/site/museu-da-funasa/cronologia-historica-da-saude-publica/>>.

Temos, assim, a constituição de um corpo que não é mais o do indivíduo em luta contra uma enfermidade reconhecida, mas um corpo coletivo, “atravessado por normas de avaliação e por regularidades estatísticas: é o corpo da população” (COURTINE *et al*, 2011, p.97). No centro, sujeitos pressionados a aprender a se controlar individualmente, em favor da grande massa.

O controle social passa não somente pela justiça, mas por uma série de outros poderes laterais (as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas; **a gestão dos corpos e a instituição de uma política da saúde**; os mecanismos de assistência, as associações filantrópicas e os patrocinadores etc.) que se articulam em dois tempos: trata-se, de um lado, de constituir populações nas quais os indivíduos serão inseridos – o controle é essencialmente uma economia do poder que gerencia a sociedade **em função de modelos normativos** globais integrados num aparelho de Estado centralizado -; mas, de outro, trata-se igualmente de tornar o poder capilar, isto é, de **instalar um sistema de individualização que se destina a modelar cada indivíduo e a gerir sua existência**” (REVEL, 2005, p. 29-30. Grifo nosso).

Em outras palavras, é preciso gerir o ganho de peso dos corpos, visto que a obesidade é tida como uma doença epidêmica, comprometedora da saúde do indivíduo e ameaçadora do futuro de toda sociedade. No desenrolar desse sentido, temos visto legitimarem-se os discursos sobre o controle do peso, as dietas, os regimes, como se não ser obeso dependesse unicamente do esforço do sujeito, de sua capacidade de controle de seu apetite, desconsiderando-se a existência de outras singularidades: o Brasil tem uma grande parcela economicamente ativa que, no entanto, apresenta alguns quilos a mais que a tabela de IMC considera saudável; esses sujeitos, apesar da pré-obesidade, ou mesmo obesidade, apresentam resultados de exames que lhes permitem classificá-los como saudáveis e não como doentes; esse sujeitos trabalham diariamente, constituem não somente uma grande parcela da força produtiva, como também de um mercado consumidor.

O caráter patológico atribuído à obesidade suscitou o controle dessa doença na população; índices que medem a obesidade populacional passaram a ser adotados e divulgados nos principais veículos de comunicação. A divulgação desses índices promoveu uma intensificação discursiva de enunciados que incitam o controle do peso e das medidas do corpo, indo ao encontro dos procedimentos biopolíticos estatais: se obesidade é doença, pode onerar o Estado, logo, se a população demonstra que não sabe como controlar o peso, ou não quer controlar o peso, é preciso ensiná-la a fazer isso, bem como é preciso também provar que esse controle é salutar.

As regularidades enunciativas que produzem o sentido positivo do controle são pulverizadas nos diversos veículos de comunicação de massa. É relevante notarmos que o sentido positivo do controle também pode produzir o sentido de que o(s) sujeito(s) te(ê)m a obrigação de seguir(em) os ditos da vigilância, porque eles vão ao encontro da saúde. Nessa concepção, podemos dizer que no interior da estratégia biopolítica, a culpa pela obesidade recai de modo contundente sobre o(s) sujeito(s), produzindo, entre outros sentidos, o da falta de responsabilidade consigo mesmo, mais do que com o próprio Estado. A obesidade emerge como uma sentença: se o sujeito fez escolhas erradas, se não agiu como lhe foi ensinado pelo Estado, torna-se obeso. É como se a obesidade fosse o reflexo de um estilo de vida que o sujeito escolheu. (ANJOS, 2006). Podemos dizer que o sentido é similar ao produzido pelo título da obra *Só é gordo quem quer*, contudo, quando o Estado assume a posição biopolítica, é como se não houvesse mais o querer do indivíduo, só o do Estado, que impede que alguém queira ser gordo, porque isso pode vir a onerar demasiadamente o poder estatal. Não obstante, devemos considerar o aumento do uso do termo *obesidade* na produção discursiva midiática a partir dos anos 1990.

Os principais veículos de comunicação de massa ainda eram, naquela década, as revistas e os jornais impressos de circulação nacional. Dentre esses veículos, elegemos como corpus desse capítulo o jornal *O Globo*. Esse jornal, fundado em 1925 por Irineu Marinho, define, de acordo com um de seus princípios editoriais⁶¹, que o jornalismo seja uma atividade que produz conhecimento.

Sob esse prisma, podemos dizer que *O Globo* seja um veículo de comunicação a partir do qual seu leitor possa adquirir um saber sobre os fatos e os assuntos de um determinado momento. Sendo assim, considerando-se a *obesidade*, podemos dizer também que, ao falar dela, o jornal esteja produzindo e/ou fazendo circular um saber sobre o assunto, de forma que esse saber possa se tornar de conhecimento do(s) sujeito(s) leitor(es). Ou seja, o saber sobre a *obesidade* lido pelos leitores de *O Globo*, circula socialmente e produz sentido(s) entre os sujeitos. Por conseguinte, podemos considerar *O Globo* como um dos nós na imensa rede do dispositivo de controle do corpo, seu peso e suas medidas. Os ditos desse jornal interligam-se aos de tantos outros, mas escolhemos *O Globo* pela facilidade de acesso ao seu acervo que permite visualizar todas as publicações do jornal; há também uma ferramenta de busca que lista as matérias, ao longo de todos os

⁶¹ Os princípios editoriais do jornal *O Globo* podem ser acessados em: <<https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>>. Acesso em: 09 out. 2017.

anos do jornal, sobre um determinado assunto. Essa ferramenta busca foi utilizada por nós, por exemplo, para observarmos a incidência do uso da palavra *obesidade* nas publicações do jornal.

A Figura 17, abaixo, mostra o resultado dessa busca: de 1925 a 2017, o termo *obesidade* apareceu 34081 (trinta e quatro mil e oitenta e uma) vezes em reportagens do jornal, sendo que na década de 1990, a *obesidade* estava presente em 3394 (três mil, trezentos e noventa e quatro) páginas das edições. Na década de 1990 foi quando a palavra mais foi usada.

Figura 17 – Incidência do substantivo *obesidade* em *O Globo*



Fonte: ACERVO OGLOBO.COM

O uso do termo também foi pesquisado no acervo digital⁶² do jornal *A Folha*, outro veículo de intensa circulação no Brasil, na intenção de se observar se a incidência naqueles anos 1990 era similar à incidência de *O Globo*. *A Folha* começou a ser produzida em 1928 e, daquele ano até 2017, a palavra *obesidade* apareceu em 12990 (doze mil, novecentos e

⁶² O acervo digital do jornal *A folha* pode ser acessado pelo link: < <http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=obesidade&site=&periodo=acervo&x=15&y=10>>. Acesso em 09 out. 2017.

noventa) páginas do jornal, sendo que no período compreendido entre os anos 1994 e 2000, a incidência da palavra foi em 1247 (mil duzentos e quarenta e sete) páginas.

Esses dados, juntamente com os do jornal *O Globo*, podem nos mostrar que o assunto *obesidade* foi amplamente explorado pelos jornais impressos de circulação nacional; ainda, podemos dizer também, que houve uma intensificação do uso a partir do momento em que a obesidade tornou-se uma preocupação estatal. Desse modo, é possível considerarmos que o caráter biopolítico reflete-se em enunciados que comentam a preocupação com aumento gradativo do peso da população, conforme podemos observar nos enunciados recortados de várias edições de *O Globo*, todas acessadas a partir de seu acervo digital, às quais numeramos em sequência cronológica de ocorrência:

E35: *A obesidade nos países desenvolvidos constitui um sério problema de saúde, atingindo, como nos Estados Unidos, mais de 50 milhões de pessoas, já está preocupando nossas autoridades.* (Seção “Cultura”, p. 32, edição de 27 de maio de 1980).

E36: *Cerca de 35% da população adulta dos Estados Unidos é obesa e o país gasta milhões de dólares todo ano para tratar doenças desencadeadas pelo mal. No Brasil, nos grandes centros, 12% da população sofrem de obesidade.* (Seção “Jornal da Família”, p. 01, edição de 25 de abril de 1993).

E37: (...) *cada vez mais o número de crianças com obesidade, doença que só nos Estados Unidos aumentou 80% entre 1965 e 1980. No Brasil, a mais recente Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN) de 1989, constatou que 37,2% dos homens e 35,6% das mulheres estavam com excesso de peso que inclui sobrepeso e obesidade.* (Seção “Jornal da Família”, p. 04, edição de 17 de julho de 1994).

E38: *A obesidade se transformou numa epidemia contribuindo muito para doenças cardíacas, câncer e diabetes. Nos últimos meses, cientistas do mundo todo têm ressaltado a necessidade de se combater o problema e advertido que a epidemia começou a se alastrar pelos países em desenvolvimento.* (Seção “O Mundo”, p. 59, edição de 06 de dezembro de 1998).

E39: *Mais de 300 milhões de adultos em todo o mundo estão acima do peso, sendo que mais de um terço (115 milhões de pessoas) sofre de doenças decorrentes da obesidade, considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) uma epidemia mundial. No Brasil, de acordo com dados do Ministério da Saúde, 32,9% da população brasileira*

adulta estão acima do peso. (Seção “Jornal da Família”, p. 03, edição de 17 de junho de 2001).

E40: *União Europeia declara guerra à obesidade. Doença atinge 30% da população e governos preparam ações de combate.* (Seção O Mundo, p. 51, edição de 19 de dezembro de 2004).

Por meio dos recortes acima, podemos observar como regularidades enunciativas presentes quando o assunto de uma matéria ou reportagem era a *obesidade*: i) o uso de dados numéricos que mensuram a porcentagem da população que sofre do mal da obesidade; ii) a presença do discurso da autoridade: OMS, Ministério da Saúde, especialistas; iii) a referência aos países mais industrializados, sobretudo os Estados Unidos; iv) a associação entre a *obesidade* e a palavra *epidemia*.

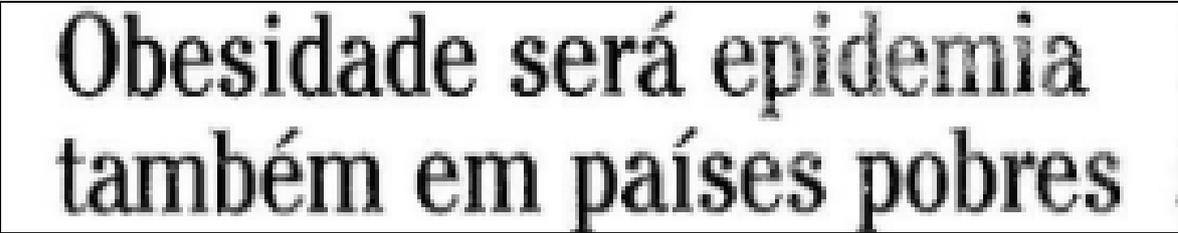
Essas regularidades enunciativas corroboraram com o sentido epidêmico atribuído à *obesidade*, pois se os números apresentam índices crescentes e se diz que a doença está se alastrando por todo o mundo, de certa forma, podemos compreender que *obesidade* seja mesmo uma epidemia; por conseguinte, em quadros de epidemias mundiais, espera-se que a população faça a sua parte; por exemplo, para erradicar a poliomielite, no Brasil, o governo disponibilizou as vacinas, mas foi de fundamental importância que as famílias levassem todas as suas crianças para serem vacinadas. Como se sabe, não há uma vacina de combate à *obesidade*, os enunciados, então, devem/podem produzir o sentido de que cada um dos sujeitos deve ajudar no combate à *obesidade* controlando o excesso de peso de seus corpos.

Como regularidade enunciativa, podemos destacar também a presença da concepção biopolítica, por isso mesmo, nos enunciados podemos perceber que as palavras *população* e *governo* aparecem com frequência, de modo que o sentido produzido é o de que a população obesa causa um grande ônus ao Estado, porque diminui a expectativa de vida – podendo diminuir o número de sujeitos economicamente ativos, bem como porque os obesos podem desenvolver muitas outras doenças, como diabete e hipertensão, de alto custo para a saúde pública.

Entretanto, no Brasil, ainda havia algo que parecia não corresponder aos ditos de uma epidemia de obesidade. Na década de 1990, sabemos que havia uma grande parcela da população que passava fome. Sendo assim, algumas questões foram colocadas em pauta, por exemplo, a associação entre classe social mais baixa e *obesidade*.

No Figura 18, podemos ver o enunciado recortado da edição de 01 de setembro de 1998, do jornal *O Globo*.

Figura 18 - Obesidade como epidemia



**Obesidade será epidemia
também em países pobres**

Fonte: ACERVO OGLOBO.COM

De modo geral, nos dizeres da matéria encontramos algumas das regularidades mencionadas anteriormente, especialmente a associação entre obesidade e epidemia, além da presença do discurso da autoridade. A Figura 18 mostra apenas o enunciado título da matéria, mas o texto poderá ser lido na íntegra, na seção dos Anexos. Do texto, recortamos os enunciados a seguir:

E41: *Obesidade será epidemia também em países pobres.*

E42: *Em alguns anos as pessoas obesas poderão ser responsáveis por mais gastos com saúde do que os fumantes.*

E43: *Nós estamos enfatizando a necessidade de começarmos a resolver o problema mais cedo e repensar a maneira como encaramos as atividades físicas e a dieta.*

E44: *É preciso acabar com o estereótipo de que um indivíduo acima do peso é uma pessoa alegre.*

E45: *Numerosos estudos mostraram que os indivíduos obesos geralmente têm menos dinheiro e uma qualidade de vida menor.*

Em (E41), o enunciador busca justificar a preocupação mundial que se instalava acerca da obesidade, usando como título o enunciado *Obesidade será epidemia também em países pobres*, visa atrair o leitor para a matéria. Podemos dizer que em 1998, o Brasil era tido como um país pobre, contudo o enunciador afirma no título da matéria que isso não deveria afastar as preocupações com a epidemia da obesidade. Apesar de uma grande

parcela da sociedade brasileira viver na pobreza, isso não afastaria os riscos que a obesidade impunha à população geral.

No enunciado (E42), destacamos como o sujeito enunciador põe em destaque a questão da saúde pública. Ao dizer que *Em alguns anos as pessoas obesas poderão ser responsáveis por mais gastos com saúde do que os fumantes*, revelam-se as preocupações do Estado: a obesidade amplia os gastos monetários do sistema. O sentido desliza de uma preocupação com o saúde do sujeito obeso para a preocupação financeira do Estado. O problema aqui não é cuidar do sujeito, mas sim do Estado. Aliás, por que o Estado deveria gastar o dinheiro público com um problema que é uma questão individual, gerado mais pela falta de controle do sujeito sobre si mesmo, que pelo Estado? Nessa acepção, podemos considerar que o sujeito enunciador assume uma posição política: a do Estado. O enunciador torna-se o próprio Estado, enunciando aos cidadãos que cuidem de si mesmos, no que tange afastar a obesidade, para que não haja gastos elevados. Se cada sujeito pudesse controlar o seu próprio peso, o Estado não teria que se preocupar tanto.

Já em (E43), o sujeito enunciador, ou o Estado, oferece uma solução ao(s) sujeito(s), como uma forma de que eles possam colaborar para que o dinheiro público não fosse gasto com um problema tão individual. Ao dizer: *Nós estamos enfatizando a necessidade de começarmos a resolver o problema mais cedo e repensar a maneira como encaramos as atividades físicas e a dieta*, o sujeito enunciador cria a ilusão de se sentir responsável pela obesidade, por isso usa a primeira pessoa do plural, contudo, o que é oferecido é algo que recai pontualmente sobre o(s) sujeito(s), já que as *atividades físicas* e a *dieta* são procedimentos individuais. Se o enunciador disse *Nós estamos enfatizando a necessidade de começarmos a resolver o problema mais cedo*, deveria, por exemplo, dizer na sequência, algo do tipo: os alimentos saudáveis ficarão mais baratos com vistas a proporcionar uma alimentação de qualidade à população mais pobre; contudo, o que o Estado está oferecendo como forma de resolver o problema da obesidade não é nada desse tipo, ao contrário, ele se exclui da responsabilidade, jogando-a sobre o(s) sujeito(s). Ou seja, mais uma vez é possível pontuarmos que a preocupação do Estado é tão somente com seus gastos, não com a qualidade da alimentação que sua política permite ser oferecida à população mais pobre.

Ainda em (E43), podemos dizer da regularidade enunciativa que se evidenciava naquele momento: o uso da palavra *dieta*. Aqui o substantivo *dieta* é destacado como uma das atividades aconselhadas pelo Estado com vistas ao controle da obesidade. Dieta, por

colaborar com o controle do peso, colaboraria também com o controle da obesidade, logo, o Estado, como pai zeloso, deveria aconselhar que ela passasse a ser vista com outros olhos, ou *repensar a maneira como encaramos as atividades físicas e a dieta*.

O enunciado (E44) contradiz a ideia afirmada na matéria da revista *Manchete*, sobre a obesidade: os gordos são mais felizes. Quando (E44) diz que *é preciso acabar com o estereótipo de que um indivíduo acima do peso é uma pessoa alegre* temos o oposto: o sujeito acima do peso não é uma pessoa alegre. Isso implica dizer que o fato de se comer o que se quisesse não significaria ser mais feliz, ou seja, esse dito não passava de uma desculpa para aqueles que não estavam preocupados consigo mesmos, tampouco com o Estado; mas o enunciador chama atenção para isso, desconstruindo o sentido cristalizado, que, naquele momento, contrariava as intenções do Estado.

Algumas linhas após, teremos o (E45): *Numerosos estudos mostraram que os indivíduos obesos geralmente têm menos dinheiro e uma qualidade de vida menor*. Nesse enunciado, a obesidade é alocada numa classe social de renda mais baixa, notemos, contudo, o enunciador não especifica exatamente quais são os estudos em que isso foi concluído; também não se diz quem encomendou os numerosos estudos, tampouco diz se os estudos são sobre o Brasil. O problema aqui é justamente atribuir a maior culpa à população menos favorecida, justamente aquela que usaria os serviços da saúde pública, por não poder arcar com o atendimento particular; simplesmente considera-se que as escolhas alimentares feitas por essa parcela da sociedade é que poderão levar toda a população para uma epidemia; não se cogita em nenhum momento, alternativas para, por exemplo, ampliar o acesso dessa parcela a uma alimentação mais saudável. Na verdade, a matéria produz uma objetivação intensa, poderíamos dizer que matérias desse tipo nos ensinaram a olhar para o obeso de baixa renda de modo ainda mais preconceituoso que olhamos para os gordos mais abastados.

Outro problema, quando falamos de Brasil, é que parece haver uma grande parcela de culpa do Estado no aumento de peso da população. Isso porque algumas escolhas passadas foram decisivas para que a população viesse a adotar esse estilo de vida tão propício à obesidade, dentre as quais, o tipo de desenvolvimento econômico e o modo como a sociedade se organizou.

Primeiramente, a partir dos anos 1950, o consumismo capitalista introduziu no mercado brasileiro um estilo de vida, podemos dizer, avesso ao esforço físico: aumentou a oferta de carros, diminuindo assim o uso da bicicleta ou o deslocamento a pé; introduziu os

alimentos industrializados, muito mais calóricos, ricos em sódio, açúcares e conservantes, bem como as tecnologias na arte de cozinhar que deixaram a comida mais atraente/irresistível, fazendo com que as pessoas não se contivessem diante da oferta; vendeu os eletrodomésticos que passaram a substituir muitas atividades que demandavam um certo número de atividade física dentro da própria casa: a televisão substituiu a diversão ao ar livre, por exemplo.

Em segundo lugar, a organização dos grandes aglomerados urbanos facilitam a ocorrência da *obesidade*, visto reduzirem o gasto calórico: as pessoas tendem a se alimentar em locais próximos ao trabalho, por isso ingerem mais comida pronta; há escadas rolantes e elevadores por todos os lados e, ainda, os locais públicos como parques e praças, que poderiam ser usados como lugares para prática de alguma atividade física, muitas vezes não oferecem a segurança necessária para isso. Como o brasileiro não engordaria? Sendo assim, cabe perguntarmos: Quem tem mais culpa na obesidade brasileira, o sujeito que faz as escolhas mediante o que lhe foi sempre oferecido, ou o Estado que fez escolhas errôneas no passado, quando veio a oferecer mais oportunidades de engordar? Nesse caso, não arriscamos dizer que a culpa seja de um ou de outro, sobretudo porque atribuir a culpa a um ou a outro seria o mesmo que fazer da *obesidade* uma situação culposa. Antes que apontar um culpado, interessa-nos analisar como os discursos se produziram e passaram a circular entre nós, como se consolidaram como verdade, invertendo até o que se considerava ser verdadeiro, bom, bonito, ao longo da história e de um grupo a outro.

Apesar das intervenções biopolíticas, em 2016, 57% da população brasileira adulta estava com excesso de peso, sendo que 21,3% dessas pessoas são obesas, segundo dados do Portal Brasil⁶³. Sendo assim, por que, ainda que haja uma intensa circulação em favor do controle do peso, a sociedade brasileira vem aumentando de peso/engordando a cada ano? Estaríamos vivenciando um diálogo de surdos?

Embora fatores genéticos possam contribuir para a ocorrência da obesidade, estima-se que somente pequena parcela dos casos de obesidade na atualidade possam ser atribuídos a esses fatores. Cabe destacar, portanto, a importância das condições de vida e dos ambientes em que as pessoas vivem cotidianamente, adotando-se aqui um conceito ampliando de ‘ambiente’ (político, econômico, social, cultural e físico). As origens da chamada transição nutricional estão fortemente ligadas às mudanças nos padrões de consumo de alimentos, mas também a modificações de ordem demográfica e social. Fatores sociais, econômicos e culturais estão presentes, destacando-se

⁶³ Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/saude/2016/04/acoes-do-governo-combatem-obesidade-e-sobrepeso>>. Acesso: 06 jun. 2017.

o novo papel feminino na sociedade e sua inserção no mercado de trabalho, a concentração das populações no meio urbano e a diminuição do esforço físico e, conseqüentemente, do gasto energético, tanto no trabalho quanto na rotina diária, assim como a crescente industrialização dos alimentos, que também parece condicionar o crescimento da obesidade (BRASIL, 2006, p. 17).

De certo modo, devemos reconhecer que não é fácil intervir de modo totalmente eficaz na alimentação do corpo social. Isso porque os hábitos alimentares, apesar de sociais, são também muito particulares: o sujeito recebe diariamente um bombardeio publicitário sobre alimentação duvidosa quanto aos índices nutricionais; alguns sujeitos comem em função da oferta de alimentos que tem à sua disposição, por exemplo, para uma grande parcela da população de renda mais baixa, é mais atraente comer lanches mais baratos e que, em geral, são mais calóricos; outros sujeitos ainda comem pela motivação social, por exemplo, nas festas de família; muitos, ainda, comem para satisfazer/compensar outros requerimentos: uma decepção amorosa, uma demissão no trabalho. Podemos considerar também que nos últimos anos aumentou muito a oferta de uma alimentação adquirida pronta, bem como o número de refeições feitas fora de casa, ou as refeições de entrega em domicílio, como as pizzas e os lanches.

Retomando as regularidades do uso da palavra *obesidade*, devemos dizer ainda que a partir de sua intensa circulação, que produziu o efeito de sentido da necessidade de controle do peso, promoveu-se a intensificação de outra regularidade enunciativa dos anos 1990: o uso dos termos *dieta* e *regime*. Quando refinamos a busca no site do jornal *O Globo*, inserindo essas palavras, encontramos como resultados: i) *dieta* e/ou *regime* apareceu, desde a primeira edição do jornal, 7168 (sete mil, cento e sessenta e oito) vezes; ii) a década em que a incidência dos termos foi maior é a de 1990, tendo aparecido, naquele ínterim, em 905 (novecentas e cinco) páginas da publicação.

Esses números podem nos fazer inferir que os anos 1990 foram os anos das dietas e dos regimes. Isso significa que houve a emergência de uma série de dietas para perda de peso, dentre as quais, podemos elencar: 1) Dieta do Astronauta; 2) Dieta do Mediterrâneo; 3) Dieta da Lua; 4) Dieta do Arroz; 5) Dieta das Fibras; 6) Dieta das Proteínas; 7) Dieta do Chocolate; 8) Dieta do Tipo Sanguíneo; 9) Dieta dos Pontos. Cada uma delas tem suas particularidades, mas em todas a rápida perda de peso é o fator mais atrativo.

Em relação à regularidade do uso das palavras *regime* e/ou *dieta*, podemos dizer que esses termos corresponderam às estratégias divulgadas pelo saber sobre a obesidade, na concepção da biopolítica, com vistas à perda de peso. Isso significa que a razão de ser

de tantas dietas e regimes, daquele momento, pode estar relacionada ao caráter biopolítico, pois em seu âmbito, *dieta e regime* se sobressaíram como os recursos encontrados para que o controle do peso do corpo não escapasse ao sujeito. A divulgação de tantas dietas corresponde também à ampliação do saber sobre a obesidade: além de se ensinar a reconhecer e detectar a obesidade, fazia-se necessário ensinar também as dietas e os regimes. Podemos dizer que, à medida que se amplia o saber sobre a obesidade, amplia-se também a responsabilidade do(s) sujeito(s), já que, ao adotar uma das dietas em voga, fazia-se necessário, por exemplo, aprender a contar as calorias alimentares ingeridas a cada refeição.

Além disso, as regularidades enunciativas observadas ajudaram a construir na sociedade o saber sobre a obesidade. Nessa acepção, um sujeito obeso tornou-se um objeto do saber sobre a obesidade: conceituado a partir dos números de seu IMC, integrante das porcentagens daqueles que ameaçam a si mesmos e ao seu país, alheios à epidemia que ameaça o Brasil, e o mundo, responsáveis pela contagem das calorias de suas dietas. Consequentemente, essas regularidades enunciativas reforçaram a objetivação do(s) sujeito(s) obeso(s) como doente(s), ao mesmo tempo em que produzem o efeito da necessidade do controle da saúde/vida por meio do controle sobre o peso do próprio corpo.

Nesse sentido, podemos considerar que, a partir das décadas de 1990, o corpo da mulher obesa estava fortemente objetivado pelos valores insalubres da obesidade que o tornaram o signo da falta de controle sobre si e, mais ainda, do desmazelo social. O olhar para a mulher obesa, especialmente quando ela mostrar-se como alguém de uma classe menos privilegiada, ganhou tons condenatórios, respondendo aos ditos de uma epidemia da obesidade a ser duramente combatida. A partir do lugar da condenação, a mulher obesa subjetivou-se, de forma tão intensa que, muitas vezes, afastaram-se [ou foram afastadas?] do convívio social, justamente pela presença desse olhar que lhe recrimina pelos menores gestos: *Não pode comer goiabada!*

O corpo feminino obeso, sobre o qual se reproduziam os riscos e os poderes de toda uma estrutura social, tornou-se o *signo* da culpa e da recriminação de toda uma sociedade.

4.2 NOS DITOS DE UMA GESTÃO BIOPOLÍTICA: A REEDUCAÇÃO ALIMENTAR E A CULPA DO(S) SUJEITO(S)

Se a década de 1990 pode ser tida como a década dos regimes e das dietas, o mesmo não aconteceu com a década seguinte. Já nos anos finais de 1990, começaram a emergir regularidades enunciativas sustentadas pela *reeducação alimentar*. Para observarmos a regularidade dessa expressão, adotamos o mesmo procedimento de pesquisa no site do jornal *O Globo*, cujos resultados foram: i) a expressão reeducação alimentar apareceu 4.558 (quatro mil quinhentos e cinquenta e oito) vezes; ii) de 1920 a 1960, podemos considerar um aparecimento ínfimo; iii) entre as décadas de 1960 e 1980, a expressão apareceu menos de 200 (duzentas) vezes; iv) nos anos 1990, o uso da expressão tornou-se mais frequente, tendo aparecido mais de 600 (seiscentas) vezes; v) o auge no uso de reeducação alimentar, contudo se deu na década de 2000, quando a expressão apareceu em 1.085 (mil e oitenta e cinco) páginas. Veremos, a seguir, enunciados recortados de diversas edições do jornal *O Globo*, nas quais a expressão foi usada. Os enunciados foram organizados em uma sequência cronológica:

E46: *Regime não! Reeducação alimentar sim!* (Seção Jornais de Bairro, p. 13, edição de 26 de janeiro de 1995).

E47: *Aprenda a comer – mais do que emagrecer, o importante é fazer uma reeducação alimentar.* (Seção Jornal da Família, p. 04 da edição de 19 de maio de 1996).

E48: *Não se recomendam mais os regimes, que são, na verdade, muito restritivos, fazendo com que as pessoas percam peso, mas o recuperem tão logo retomem seu hábito anterior. Deve-se realizar uma dieta que seja baseada num movimento de reeducação alimentar, para que, aí sim, você emagreça.* (Seção Jornais de Bairro, p. 13 da edição de 10 de junho de 2001).

E49: *Na opinião do consultor médico dos Vigilantes do Peso, melhor do que proibir a venda de balas e doces é promover a reeducação alimentar para evitar a obesidade.* (Seção Rio, p. 11 da edição de 30 de março de 2002).

E50: *Reeducação alimentar: tratamento eficaz para a obesidade. (...) Com a reeducação alimentar tomamos conhecimento da importância nutricional dos alimentos para a manutenção da saúde e através dela podemos tratar a obesidade. (...) Com a reeducação alimentar, o paciente adquire hábitos de vida saudáveis e a partir daí consegue também, após o emagrecimento, manter o peso conquistado.* (Anúncio da Seção Jornais de Bairro, p. 52 da edição de 28 de abril de 2002; os mesmos ditos repetiram-se também na mesma

seção das edições de 30 de junho de 2002 e 30 de março de 2003, nas páginas, 18 e 06, respectivamente).

E51: *É preciso que toda a família participe da reeducação alimentar de forma progressiva.* (Seção Jornal da Família, p. 02 da edição de 19 de janeiro de 2003).

Sobre os enunciados da página anterior, de modo geral podemos considerar que o sentido produzido é o da necessidade de o(s) sujeito(s) se reeducar(em) em relação à alimentação que ingeriam diariamente. Podemos dizer que a *reeducação alimentar* seja o resultado da ampliação das estratégias biopolíticas: à medida que as dietas e regimes promoviam o emagrecimento temporário, o controle da obesidade não se efetivava; por conseguinte, outra técnica mais eficiente deveria ser adotada, sendo a *reeducação alimentar* a que demonstrava ter mais chances de sucesso para a manutenção do peso do corpo do(s) sujeito(s).

Sendo assim, podemos dizer que é a gestão biopolítica quem mais sustenta a emergência dos ditos sobre a *reeducação alimentar*, porque essa estratégia de controle da obesidade era a que aparentava corresponder aos objetivos estatais. Não obstante, assim como houve a difusão das dietas, difundiram-se também os ditos sobre como o(s) sujeito(s) poderia(m) se reeducar(em) em relação à alimentação. Para isso, os enunciados organizaram-se atribuindo um valor disfórico para as dietas, mencionando a questão do emagrecimento temporário que elas propiciavam; por outro lado, os mesmo enunciados promoveram o valor eufórico da *reeducação alimentar*, baseando-se nos ditos de que essa técnica tendia a ser mais duradoura e, assim sendo, mais necessária ao controle da obesidade da população

Observando os enunciados destacados também é possível ponderarmos sobre a produção de subjetividades. A expressão *reeducação alimentar* sugere que o obeso fosse alguém que não tivesse sido educado em relação à própria alimentação, por isso teria desenvolvido hábitos tão prejudiciais a si mesmo, quanto ao Estado. Por conseguinte, fazia-se prudente que todo sujeito que se reconhecesse como obeso pudesse reeducar-se. Podemos inferir que isso promoveu a ampliação da objetivação sobre o(s) sujeito(s) obeso(s): além de serem doentes, eram também sem educação, logo ao se subjetivar como obeso, o sujeito também subjetiva-se como alguém que precisava aprender a se alimentar de outro modo.

Cabe ponderarmos também sobre os sentidos que a palavra educação possui socialmente: educação pode significar hábitos mais condizentes com a vida em sociedade; educação pode significar também o saber formal, escolarizado, ensinado por aqueles que dominam um saber e vão transmiti-lo aos demais. Observamos que esses sentidos estão presentes quando se faz uso da expressão *reeducação alimentar*, do seguinte modo: se um sujeito precisa ser reeducado, é porque sua educação anterior falhou; a *reeducação alimentar* seria um modo desse sujeito inserir-se na sociedade, porque educação pressupõe modos de comportamento mais condizentes com o convívio social; seria também uma forma de esse sujeito adquirir o conhecimento ensinado por outrem que detém o saber, no caso o saber sobre a alimentação.

Nessa acepção, podemos considerar que a expressão *reeducação alimentar* faz o sentido deslizar da preocupação com a obesidade para a adoção de hábitos sociais mais adequados, sendo que esses últimos passam a corresponder também a hábitos mais saudáveis.

Podemos considerar que, no que tange às relações de saber-poder desenvolvidas a partir do uso da locução *reeducação alimentar*, muitas vezes o Estado poderá assumir o papel de mentor, como podemos ver em (E52) e (E53)⁶⁴, abaixo, recortados da página 10, Seção Social, da edição de 05 de março de 2007, do jornal *O Globo*:

E52: Fundação Banco do Brasil financia, desde 2005, iniciativa de reeducação alimentar para mais de 50 mil crianças, que propõe dieta mais saudável e ajuda na economia familiar.

E53: Mudanças que para a família de Simone Duarte Gonçalves fizeram toda a diferença. Ela teve o primeiro contato com a proposta de reeducação alimentar nas aulas da Pastoral da Criança, no Rio.

E54: O Alimentação Saudável funciona numa lógica de rede, em que um pode passar as ideias adiante, aumentando o alcance da iniciativa.

O enunciado (E52) trata-se do título de uma matéria sobre um projeto social, financiado pela instituição pública Banco do Brasil, voltado para a alimentação sustentável. Ao longo da matéria, podemos constatar que o objetivo do projeto é promover,

⁶⁴ O texto da matéria, na íntegra, pode ser lido na seção de Anexos desta tese.

dentre outras coisas, impedir o descarte de partes nutritivas dos alimentos, como por exemplo, as sementes da abóbora.

De (E52) e (E53), destacamos a presença dos órgãos políticos, *Fundação Banco do Brasil* e *Pastoral da Criança*. Sobre o primeiro, projetos desse tipo, ao produzirem os objetivos esperados, podem promover não somente o desenvolvimento social, como também economia para o Estado, porque ao mesmo tempo em que os atendidos passam a aproveitar melhor seus alimentos, estão ingerindo mais nutrientes, tornam-se mais saudáveis, afastam a obesidade e, sendo assim, tendem a demandar menos recursos estatais para a saúde. Quanto ao segundo [Pastoral da Criança], podemos considerar que o poder da Igreja também está corroborando com o poder estatal, porque ao promover os ideais da reeducação alimentar como o projeto, promove, a longo prazo, a diminuição dos custos do Estado.

No enunciado (E54), apesar de não termos o uso da expressão *reeducação alimentar*, podemos considerar que o mesmo sentido dela esteja na locução que dá nome ao projeto, *Alimentação Saudável*. Sendo assim, *reeducação alimentar* e *alimentação saudável* equivalem em sentido; na *reeducação alimentar*, o(s) sujeito(s) aprende(m) a *alimentação saudável*; aprender a *alimentação saudável* corresponde a reeducar-se; ou ainda, a participação no projeto (re)educa. De (E54), destacamos também o trecho *funciona numa lógica de rede, em que um pode passar as ideias adiante, aumentando o alcance da iniciativa*; podemos considerar que o sentido produzido nesse trecho corresponde à estratégia biopolítica, justamente porque o objetivo é atingir o maior número possível de sujeitos.

De um modo geral, podemos dizer que na matéria, a *reeducação alimentar* não está voltada exclusivamente ao emagrecimento, mas sim ao maior aproveitamento dos alimentos. Ainda assim, em um dos trechos, encontramos o seguinte enunciado:

E55: Eu mesmo sempre fui um gordo incorrigível e, agora, estou em conflito. Um projeto como esse coloca em xeque vários hábitos alimentares.

O (E55) foi dito por *Marcos Fadanelli Barros*, à época, gerente da Diretoria de Educação da Fundação Banco do Brasil. Podemos dizer que nos ditos do gerente associam-se obesidade e reeducação alimentar, porque o enunciador subjetivou-se como um gordo incorrigível, ou seja, um sujeito que, apesar de todos os ditos sobre a obesidade, ainda não

tinha revisto seus hábitos alimentares, que foram postos em xeque após o projeto. Se o enunciador considerava-se incorrigível e ainda assim dispôs-se a participar da reeducação alimentar, então o sentido produzido é de que a reeducação alimentação corrige os hábitos mais difíceis. Sendo assim, não há desculpas para que o(s) sujeito(s) não passem pelo mesmo. Consequentemente, podemos mencionar que há impactos para a produção de subjetividades, ou que ao(s) sujeito(s) não são oferecidas outras possibilidades, a não ser a de se reeducar(em)-se.

Devemos dizer ainda que as regularidades enunciativas compostas pela expressão *reeducação alimentar*, bem como as produzidas a partir dela, podem sim ter sido impulsionadas por políticas públicas, por exemplo a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional⁶⁵. Essa conferência aconteceu pela primeira vez em 1995.

A I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional reuniu cerca de dois mil delegados representantes de Estados e Municípios de todo país, convidados e observados durante os dias de 28 a 30 de julho, em Brasília. A conferência sintetiza, no relatório com suas conclusões, os pensamentos, ideias e propostas de todos aqueles que estão unidos em torno de um projeto para mudar a face de um país, acabar com a fome e transformar cidadãos excluídos em membros efetivos de uma sociedade ética, justa e humana, onde todos têm direito ao trabalho, moradia, alimento, saúde, educação e bem-estar (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, 1995, p. 09).

Podemos considerar que em sua primeira edição, a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional objetivava vencer a fome, suprimindo a carência alimentar dos que não tinham acesso à alimentação. Já no texto da segunda edição da Conferência, podemos dizer que há indícios de uma preocupação com o aumento de peso da população em geral, conforme podemos ver no trecho a seguir, destacado do texto do relatório final da segunda edição, em 2004:

A Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) faz parte de um conjunto de ações da Política Nacional de Alimentação e Nutrição que contribuem para a promoção de modos de vida saudáveis, proporcionando condições para que as pessoas possam exercer maior controle sobre sua saúde. Essas ações são fundamentais nas diferentes fases do curso da vida (...) O Sisvan tem o objetivo de fazer o diagnóstico descritivo e analítico da situação alimentar e nutricional da população brasileira. Este monitoramento contribui para o conhecimento da natureza e magnitude dos problemas de nutrição, identificando, inclusive, áreas geográficas, segmentos sociais e grupos populacionais acometidos de maior risco aos agravos nutricionais. Objetiva também acompanhar de maneira contínua as tendências das condições nutricionais, visando ao planejamento e à avaliação de políticas, programas e

⁶⁵ O texto produzido pela I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 1995, pode ser lido em: < <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/1a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/1-conferencia-completa-ilovepdf-compressed.pdf>>. Acesso em 10 de out. 2017.

intervenção (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2004 *apud* BRASIL, 2006).

Do trecho acima, inicialmente, gostaríamos de destacar a posição assumida pelo enunciador: alguém que detém o saber sobre alimentação e saúde e que fala em nome de um órgão governamental, portanto seus ditos podem funcionar como ordem, ou leis, a serem seguidas por todos. Ao dizer, *promoção de modos de vida saudáveis, proporcionando condições para que as pessoas possam exercer maior controle sobre sua saúde*, o enunciador pode produzir o sentido de que a saúde de um sujeito depende, essencialmente, de seu modo de vida. Assim, podemos considerar que no jogo do saber-poder, o Estado esteja pressionando o(s) sujeito(s) para que esse(s) assumam a responsabilidade sobre sua saúde, isso porque o *controle sobre sua saúde* está nas mãos de cada pessoa, mas o controle das pessoas está nas mãos do governo que *objetiva também acompanhar de maneira contínua as tendências das condições nutricionais, visando ao planejamento e à avaliação de políticas, programas e intervenções*.

Em relação ao trecho *avaliação de políticas e programas*, podemos considerar que o projeto financiado pela Fundação Banco do Brasil, cujos enunciados foram analisados anteriormente, tenha sido um dos programas desenvolvidos a partir da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como deve haver muitos outros dos quais não temos conhecimento suficiente para expor. Contudo, podemos nos perguntar sobre quais seriam as *intervenções* governamentais necessárias para que o(s) sujeito(s) pudessem *exercer maior controle sobre sua saúde*, já que pouco adianta o(s) sujeito(s) desejar(em) assumir esse controle, mas viver(em) em ambientes insalubres, precários em saneamento básico, fadados a comer(em) os alimentos mais baratos que tendem a ser os mais gordurosos e prejudiciais à saúde? Apesar disso, o enunciador do texto da conferência centraliza a responsabilidade pela saúde apenas no(s) sujeito(s).

Para finalizarmos esta seção, devemos ponderar sobre a configuração do dispositivo de controle do corpo, seu peso e suas medidas. Podemos considerar que no interior desse dispositivo, os ditos da *reeducação alimentar*, imbricaram-se aos demais, de forma que houve uma mudança na concepção da necessidade do controle do peso: antes, a vigilância do peso pautava-se na busca pela beleza estética, ou mesmo por uma aparência física mais agradável socialmente; a partir dos anos 2000, contudo, a vigilância passou a pautar-se na busca por uma vida mais saudável. Essa concepção sustentou a emergência da expressão *reeducação alimentar* na ordem do discurso.

4.3 PERCEPÇÃO DA ANORMALIDADE, SILHUETA E PREENCHIMENTO ESTRATÉGICO

No dispositivo estabelecido a partir da conotação patológica para a obesidade, a alteridade, na tentativa de manter os limites sobre controle, encarregou-se de excluir todo aquele que não correspondesse à norma: o obeso ameaçava por sua diferença. Contudo, na complexidade desse dispositivo há um “caráter inevitavelmente heterogêneo (...) sustentado por uma rede de elementos” (SARGENTINI, 2015, p. 21). No interior de estrutura de um dispositivo, os discursos vão se costurando, sempre com vistas a manter o funcionamento, seja de uma instituição, seja para justificar, ou mesmo mascarar práticas sociais. Ainda, conforme Sargentini (2015),

Um dispositivo permanece porque ele se abre para um duplo processo: de sobre determinação funcional e de perpétuo preenchimento estratégico. Sobre o primeiro, tem-se que cada efeito positivo ou negativo sobre o objetivo estratégico vem entrar em ressonância ou contradição, produzindo ajustes nos elementos heterogêneos. (p.23).

Dito de outro modo, na trama de todo dispositivo, lacunas vão se criando, mas essas requerem urgência de preenchimento, ainda que os resultados alcançados venham a divergir da proposta inicial do dispositivo. Nesse sentido, ao se estabelecer o dispositivo em torno da epidemia da obesidade, algumas lacunas serão imediatamente preenchidas por estratégias que irão contradizer o ideal da salubridade, na ânsia de se responder ao combate à obesidade, alguns sujeitos, em especial as mulheres, irão desenvolver os ditos transtornos alimentares, como a anorexia e a bulimia.

Figura 19 - Anorexia e bulimia⁶⁶

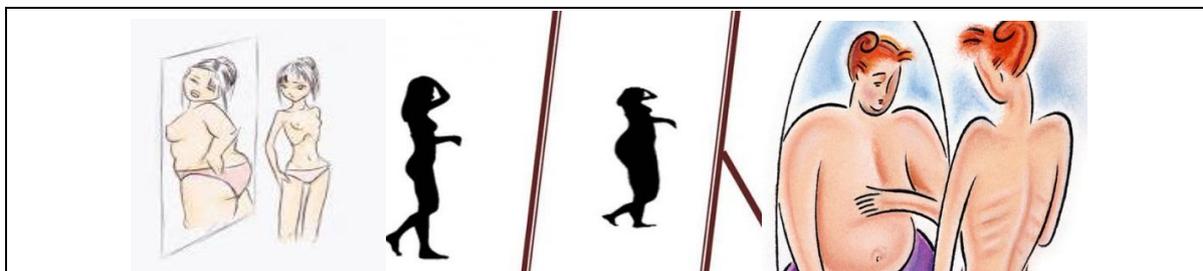
Fonte: OGLOBO.COM

O trecho apresentado acima foi publicado no caderno *Jornal da Família*, da edição de 30 de julho de 1995, do jornal *O Globo*. Observemos como o enunciado do título *Anorexia e bulimia: até onde vai o medo de engordar* responde à ordem do discurso estabelecida naquele momento: o medo de engordar, estabelecido pelo dispositivo de controle do corpo. Ao mesmo tempo, anorexia e bulimia emergiram como estratégias de controle do corpo que respondem à urgência do emagrecimento. Na sequência, os dizeres iniciais da matéria, *A preocupação em manter a forma é muito saudável. Afinal, o peso normal não só é esteticamente mais agradável como é fator primordial na manutenção da saúde*, vão ao encontro dessa urgência, pois reforçam o dito de que a tanto a beleza, quanto a saúde, estão no corpo magro. Quando diz que *a preocupação em manter a forma é muito saudável*, o enunciador responde pontualmente ao controle do peso ditado pela biopolítica, deixando dito que todos os sujeitos devem sim se preocuparem com isso. O substantivo *forma* corresponde ao substantivo *silhueta*, o traçado do corpo é quem indica a necessidade do controle. Por meio da percepção de sua silhueta, o sujeito detecta os mínimos desajustes, detectando também a necessidade de uma atitude que a molde, segundo os critérios sociais.

⁶⁶ Texto transcrito na íntegra na seção Anexos desta tese,

Acontece que entre o real e a percepção do sujeito podem acontecer desvios. Justamente esses é que produzem os transtornos alimentares da bulimia e da anorexia.

Figura 20 - Desvios na percepção da silhueta



Fonte: GOOGLE.COM

As imagens do conjunto acima estabelecem uma conexão com os enunciados iniciais da matéria de *O Globo*, justamente por representarem sujeitos que observam milimetricamente a forma do corpo, a silhueta, conforme o que os procedimentos biopolíticos propunham: controlar-se é necessário; sendo assim, os sujeitos podem incorporar esse controle e se tornam vigilantes de seus próprios corpos. O ato de se olhar no espelho ganha o tom de vigilância, o reflexo da silhueta aponta a intervenção necessária e, por assim dizer, esse conjunto de imagens responde à urgência do controle. Conforme Castro (2009, p. 124), “trata-se de uma formação que, em um momento dado, teve por função responder a uma urgência”. Isso quer dizer que o dispositivo de controle do corpo, seu peso e suas medidas, possibilita a criação, em seu entorno, de uma série de ações desenvolvidas e usadas estrategicamente para responder a ele. Por isso é que “o dispositivo tem, assim, uma função estratégica” (CASTRO, 2009, p. 124).

Ao mesmo tempo, as imagens são representativas de uma percepção equivocada da silhueta, pois o sujeito, ao se observar no espelho, percebe um reflexo que não condiz com sua silhueta real: está excessivamente magro, mas continua se vendo como obeso. Por isso mesmo, adota um comportamento doentio: deixa de se alimentar, tornando anoréxico, ou regurgita a comida, tornando-se bulímico.

Nesse sentido, podemos dizer que esses transtornos vêm para preencher a urgência da magreza, travestida de saúde, requerida no seio social, mas vai provocar efeitos muito diversos daqueles que o dispositivo tinha/tem como objetivo. Inserem o sujeito na normalidade [ao afastá-lo da obesidade], contudo, vai novamente inseri-lo na anormalidade do transtorno. Anorexia e bulimia são estratégias que produziram efeito contraditório: na

busca pela saúde, estabelecida fora da obesidade, levam ao mesmo lugar insalubre porque podem desenvolver outras doenças no organismo. Por isso, anorexia, bulimia e obesidade, contradizem-se, mas compõem o mesmo dispositivo.

As percepções equivocadas da imagem corporal, capazes de desenvolver no sujeito os transtornos da anorexia e da bulimia, permitem-nos também olhar mais a fundo para outras as relações dentro do dispositivo de controle do corpo: aquelas estabelecidas pelo uso do termo *silhueta*. No interior do dispositivo de controle do corpo, a palavra *silhueta* estabelece em seu entorno um campo semântico no qual se imbricam, imagem corporal, cuidado com o corpo, forma ideal, aspecto salutar e aparência estética positiva. A *silhueta* funciona como um nó na rede do dispositivo de controle do corpo. Mostrar essa rede, significa deixar virem à tona discursos de variadas disciplinas que se encontram e que passam a constituir um saber sobre a silhueta.

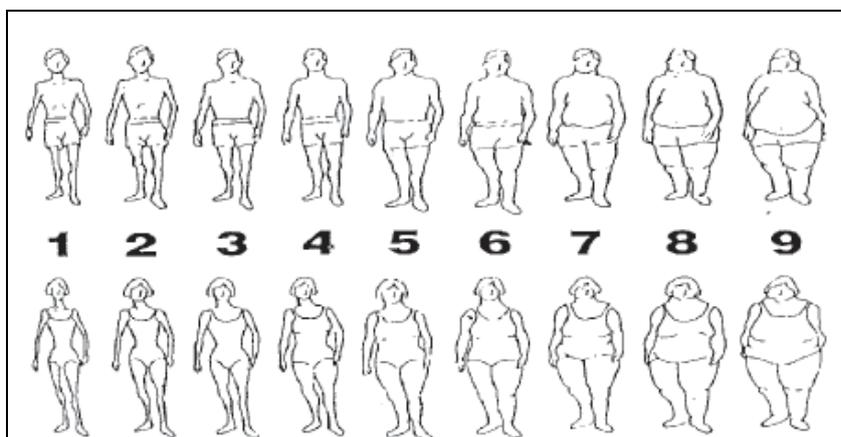
Desse modo, a partir da década de 1990, a *silhueta* já não significava meramente o traçado do corpo físico, tornou-se o índice dos pesos e das medidas: o desenho para o qual convergem todos os ditos e todos os olhares, o da alteridade e também o do próprio sujeito. Isso implica dizer que a *silhueta* tornou-se um fator determinante para a constituição do sujeito, justamente porque passou a refletir a relação do corpo do sujeito consigo mesmo e o modo como esse corpo é percebido e passa a significar no âmbito social.

É também por meio da palavra *silhueta* que os processos de gestão biopolíticos passam a exercer seu controle no dispositivo do controle do corpo. Prova disso é o estudo desenvolvido por um grupo de pesquisadores da Faculdade de Educação Física e Desporto, na Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, em 2011, que apontou a elaboração de conjuntos de silhuetas representativas de peculiaridades e características de determinados grupos, tomando como base a imagem corporal desses grupos, entendida como uma construção de várias dimensões com vistas a descrever as representações internas da estrutura do corpo e da aparência física. (CASTRO *et. al*, 2011).

Segundo a pesquisa, os conjuntos de silhuetas consistem em uma série de figuras ou desenhos, representando vários tamanhos corporais e, geralmente, contém de sete a nove imagens, que vão dos mais magros aos mais obesos. Esses conjuntos vem sendo regularmente utilizados na área da saúde, visto oportunizarem reconhecer como o sujeito percebe sua própria forma e/ou tamanho de seu corpo.

Em relação ao uso desses conjuntos, há que refletirmos sobre alguns pontos. Primeiramente, tratemos do nível de objetivação que esses conjuntos podem produzir na esfera social.

Figura 21 - Escala de Silhueta de Stunkard (1983)



Fonte: REVISTA SENAC

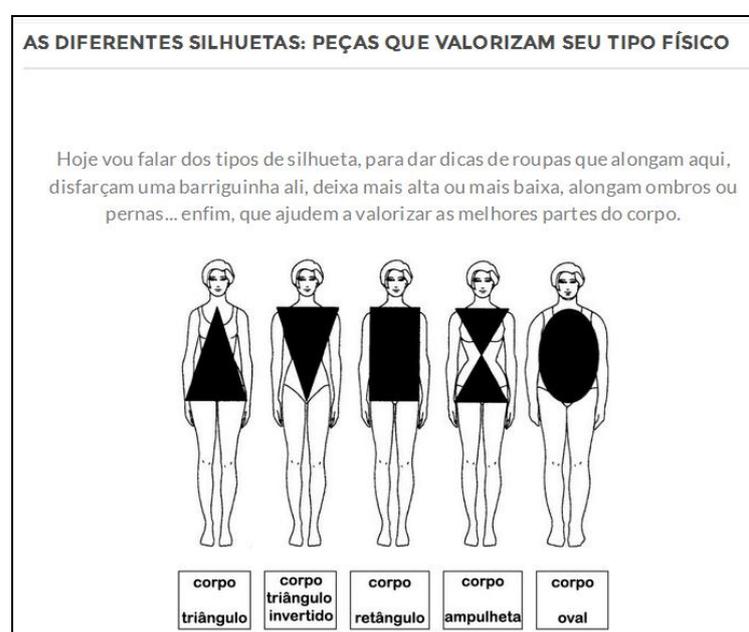
Na Escala de Silhueta de Stunkard (1983), temos dezoito imagens, nove masculinas e nove femininas, dispostas numa gradação que vai do corpo mais magro ao mais obeso. Nessa escala podemos reconhecer dados classificatórios e estratificados. A gradação estabelece categorias a serem ocupadas pelos sujeitos, de tal modo que cada uma dessas categorias já foi socialmente objetivada: o sujeito que se reconhecer na silhueta de número nove, por exemplo, já sabe que a sociedade o nomeia de obeso, o considera alguém que não cuida de si mesmo, não é bonito e pode, inclusive, ser de uma classe social inferior. Trata-se de uma normatização da gordura corporal que produz a normalização do corpo e, conseqüentemente, inclui/exclui sujeitos.

A escala não diz a que valores cada uma das silhuetas se associa, ou que sujeito representa, pois tudo isso já está dito em outro(s) lugar(es). Nesse sentido, a escala não avalia exatamente as singularidades, como disse o estudo, mas sim objetiva essas singulares mediante a ordem do discurso, no interior do dispositivo de controle do corpo.

Outro ponto a ser discutido sobre a(s) escala(s) de silhueta, diz respeito a quanto esses conjuntos podem realmente refletir a realidade de uma população. Se o sujeito tiver uma percepção falha de sua própria silhueta [um sujeito anoréxico, por exemplo, está extremamente magro, mas se vê gordo], como isso será tratado? Em que medida, o simples fato de se indicar uma delas, reflete o modo como o sujeito se reconhece e se constitui?

Além dessas questões, gostaríamos de comentar também uma outra: o deslizamento de sentido. Pelo fato de essas escalas terem sido produzidas no cerne de uma concepção biopolítica que prescreve o controle do corpo contra a obesidade, propicia que elas se pulverizem em outras, de outras esferas enunciativas, por exemplo, as escalas de silhueta ditadas pela moda, nas quais o princípio será o mesmo: uma sequência de imagens, para que o sujeito avalie a forma do corpo, reconheça-se naquela silhueta e só assim possa fazer as “melhores” escolhas sobre seu vestuário.

Figura 22 – Escala de silhueta da Moda



Fonte: PODEROSANAMODA.COM

Na Figura 22, o enunciador reconhece a existência de mais de um tipo de silhueta, ao mesmo tempo reconhece que não é qualquer roupa que fica bem em qualquer uma delas e, nesse sentido, podemos dizer que a partir dessa tabela de diferentes silhuetas, ocorrem diferentes objetivações. Notamos que o público alvo é a mulher, logo, sobre ela recai mais fortemente o dito de que algumas roupas poderão ser usadas, outras não, por conta da silhueta do corpo. A silhueta torna-se um objeto, caracterizado e categorizado. Por conseguinte, o sujeito feminino se constituirá como alguém que possui um corpo triângulo, ou retângulo, ou mesmo oval e a partir disso fará suas escolhas na hora de se vestir. É assim que ao se reconhecer em alguma silhueta, a mulher subjetiva-se como tal, por isso, fará as escolhas que foram tidas como as mais certas para aquela silhueta. Em vista disso,

podemos afirmar que as estratégias da biopolítica exercem um controle tão velado sobre o corpo do sujeito, que regula até mesmo o que ele pode/deve usar.

Se a princípio o uso da palavra *silhueta* não se deu como uma engenhosa estratégia, na sequência, por um processo de preenchimento estratégico o uso dessa palavra adquire “fins políticos e econômicos diversos” (FOUCAULT, 2014, p. 46). Mesmo nas décadas anteriores a 1990, a silhueta adquiriu contornos econômicos, haja vista ter sido usada para vender os novos eletrodomésticos nos anos 1950, depois os *shakes*, as fórmulas, ou mesmo as dietas e os regimes; também as roupas a partir de 1990.

4.4 BIOPODER E RESISTÊNCIA

Ao adotar uma gestão biopolítica, o Estado passa a exercer sobre o sujeito um controle intenso, um poder disseminado nas mínimas práticas, nos menores ditos, por meio de relações que “não são da ordem da dedução; cada uma delas tem sua especificidade e mantém com as outras relações que não são lineares, mas circulares” (CASTRO, 2009, p. 288).

Eu quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, reclamam a cada instante, abrem a possibilidade de resistência e resistência real, o poder daquele que domina trata de manter-se com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior a resistência. Deste modo, é mais a luta perpétua e multiforme o que eu trato de fazer aparecer do que a dominação obscura e estável de um aparato uniformizante” (FOUCAULT, apud CASTRO, 2009, p. 387)

Conforme Castro (2009), a resistência de que fala Foucault não está relacionada essencialmente à ordem da denúncia moral ou à reivindicação de direitos; resistência está muito mais associada à luta pela manutenção do poder. Dito de outro modo, ao abrir-se para a resistência, o poder se abre também para que a resistência seja estrategicamente preenchida, ou seja, abrir resistência pode se tratar muito mais de uma estratégia do poder que seu enfraquecimento.

A partir disso, Foucault diferenciou três tipos de luta, a saber: i) contra as formas de dominação étnica, social ou religiosa; ii) contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que produzem; iii) contra as formas de sujeição que vinculam o sujeito consigo mesmo e, desse modo, asseguram sua sujeição aos outros. Foucault considera que

as primeiras [contra as formas de dominação] prevaleceram nas sociedades feudais; já as segundas [contra as formas de exploração], encontraram razão de se manifestarem de forma acentuada no século XIX; e as terceiras [contra as formas de sujeição], são as lutas mais contemporâneas, nas quais se busca preservar a(s) subjetividade(s). Assim, podemos considerar que as últimas décadas do século XX e o início do século XXI foram/são marcadas pelas lutas pela preservação da subjetividade, ou pelas lutas que o(s) sujeito(s) trava(m), por exemplo, contra o que lhes tenta impor o Estado. “Hoje é a luta contra as formas de sujeição, contra a submissão da subjetividade, a que prevalece cada vez mais”. (FOUCAULT, 1994 *apud* CASTRO, 2009, p. 288).

Observando o dispositivo de controle do corpo, seu peso e suas medidas, podemos perceber que o poder exercido pelo Estado ao adotar uma conduta biopolítica de combate à obesidade, por exemplo, atua de forma que o(s) sujeito(s) abra(m) mão de sua subjetividade; isso porque o Estado almeja o mesmo para todos os sujeitos: controlar a obesidade soa como ordem e, como tal, ao(s) sujeito(s) não cabe escolha, nem alternativa. É mediante essa perspectiva que podemos dizer também que esse poder, ao mesmo que se impõe, deixa emergirem as resistências: há sujeito(s) que buscam sua(s) subjetividade(s) a partir de outros ditos, que não os do Estado e, nesse sentido, o efeito produzido pode ser o de que estão resistindo ao poder. Resistir significa, para este momento contemporâneo, a possibilidade de se constituir como um sujeito diferente daquilo que o Estado espera. As lutas contra o poder são lutas pela possibilidade de escolha, ou de forma mais simples, as lutas para ser como se é, ou como se quer ser, o que pode não corresponder exatamente ao que o Estado deseja.

Quando Foucault diz que o poder é tão mais forte e astuto quanto a possibilidade de resistência que permite, quer dizer que as resistências, que poderiam ser tidas como um enfraquecimento do poder, são na verdade, seu fermento. Isso porque o poder é tão capilar, tão multifacetado que vai preencher estrategicamente os espaços abertos da resistência. Como também disse Foucault, o discurso é aquilo pelo que se luta, podemos então considerar que tanto o poder, quanto a resistência, travam embates discursivos na tentativa de estabelecer sua ordem. Isso quer dizer que no discurso emergem os enunciados que podem produzir o sentido da luta, contudo, existe a possibilidade de que o poder consiga capturá-lo, ainda que de modo muito tênue

Segundo essa perspectiva, podemos considerar a emergência de algumas construções enunciativas que puderam/podem produzir o efeito de sentido da luta contra os

procedimentos biopolíticos de controle do peso, justamente porque esses comprometem a produção da(s) subjetividade(s), ou seja, impedem o(s) sujeito(s) de fazer(em) sua(s) escolha(s) em relação ao peso de seu(s) próprio(s) corpo(s).

Para observarmos a questão da resistência e do preenchimento estratégico dessa, vamos analisar os sentidos produzidos em um gênero textual de intensa circulação social: as composições musicais. Como estamos tratando dos anos finais do século XX e dos inícios do século XXI, escolhemos três letras de músicas produzidas nesse ínterim: *Coisa bonita* – Roberto Carlos – composição de 1993; *Turbinada* – Zeca Baleiro – composição de 2008; e *Beleza fria* – Vander Lee – composição de 2012, chamadas respectivamente de (M1), (M2) e (M3). Dessas três composições, recortamos alguns enunciados para serem analisados, mas as letras poderão ser lidas na íntegra na seção *Anexos*.

(M1) corresponde à segunda faixa do álbum de 1993, do cantor Roberto Carlos. Sobre esse cantor devemos, inicialmente, fazer uma ponderação. Podemos considerar que Roberto Carlos seja um dos produtos mais duradouros da Rede Globo, uma emissora de canal aberto, com público das camadas mais populares. Justamente por isso, as músicas de Roberto Carlos também são produtos mercadológicos produzidos a partir de uma segmentação prévia e, como tal, criados para atender os diversos nichos de mercado. Não obstante, assim como a música *Coisa bonita*, destina-se ao segmento das gordinhas, há outras para outros segmentos: das mulheres mais baixas, das mulheres mais velhas, por exemplo.

Em se tratando da letra de (M1), pelo seu conjunto enunciativo, de um lado, podemos considerá-la como destinada a um público específico, no caso a(s) mulher(es) das classes mais populares; por outro, a composição retoma enunciados de resistência, porque vai ao encontro dos dizeres populares, de uma parcela da sociedade para quem a robustez continuava sendo signo da beleza natural, verdadeira, possível e comum. O mesmo podemos ver se repetir em outros estilos musicais, por exemplo, Funk e Samba geralmente apresentam as mulheres mais voluptuosas de modo mais positivo que negativo.

Em (M1), o sujeito enunciador, ao usar uma pergunta retórica *quem foi que disse que tem que ser magra pra ser formosa?*, pode produzir o efeito de sentido do questionamento de um padrão de beleza estabelecido na magreza, bem como também pode produzir o sentido da luta pela preservação da subjetividade, já que sinaliza a possibilidade da existência da formosura em outros corpos que não o magro.

Amo você assim e não sei porque tanto sacrifício / Ginástica dieta não sei pra que tanto exercício Nesses dois versos iniciais, o enunciador parece reforçar sua posição de resistência, questionando o sacrifício, a dieta e o exercício, justamente as técnicas usadas para a manutenção do peso do corpo. Logo a seguir, diz *Olha eu não me incomodo um quilinho a mais não é antiestético*, assim, ele reconhece o poder da norma: diz que não fica incomodado com o quilinho a mais e, ao dizer desse modo, está reconhecendo que há aqueles que se incomodariam, ou seja, os quilinhos a mais incomodam a sociedade, incomodam tanto que para muitos são antiestéticos. Alguns versos após, contudo, ele diz *não entendo nada de estética*, contestando a si mesmo, pois se não entende de estética, como pode considerar que o quilinho a mais não seja antiestético?

Em seguida, o enunciador diz *Pode até me beijar pode me lamber que eu sou dietético*, assim, quando esse enunciador parecia querer resistir, deixa-se capturar pela norma: *beijar e lamber* equivalem ao ato de comer e, desse modo, reforça a ideia de que o comer deve ser controlado, aceitável e compreensível se a alimentação for dietética, ou seja, sem oferecer riscos ao aumento de peso. Logo depois, o enunciador se mantém na norma, *Não acho que é preciso comer de tudo que tem na mesa*, verso que tem relações com os ditos de que o obeso é guloso, tem apetite incontrolável.

Desse modo, mesmo dentro daqueles ditos que pretendiam oferecer resistência, permitindo que o sujeito pudesse se constituir de outro modo, o que vai prevalecer é a norma. O poder da norma é tão capilar, que consegue predominar nas mínimas estruturas.

Em relação ao dispositivo de controle do corpo feminino, seu peso e suas medidas, nos anos 1993, ele já tinha se estabelecido. A música de Roberto Carlos, ainda que não tenha sido elaborada para resistir a ele, é preenchida de modo estratégico por ele: sabemos que Roberto Carlos é um cantor popular e que uma grande parcela de suas fãs pertencem a uma classe menos privilegiada, justamente a classe mais atingida pelos ditos da norma; a mulher pobre, não podendo financiar o acesso aos tratamentos dietéticos, foi contundentemente objetivada como feia, logo a música lhe parece um convite ou a oportunidade de se constituir de modo diferente, porque seus dizeres passam a impressão de valorizarem a gordinha. Isso, certamente, funcionou como um atrativo a mais para alavancar as vendas do álbum do cantor.

(M2) é uma composição de Zeca Baleiro, presente no álbum *Geraldas e Avencas*, de 2008. No geral, a letra da canção *Turbinada* produz sentidos para o corpo feminino que se submete, em excesso, aos tratamentos estéticos. Logo, o sentido da resistência

produzido pelos enunciados desta música não dizem respeito apenas à imposição do controle do peso, mas também do controle sobre a decrepitude do corpo, de modo geral, já que o enunciador inicia dizendo *Ela fez dezessete pequenos reparos* e, ao longo da música, especifica esses reparos. Dentre esses pequenos reparos estão: *Tirou um par de indesejáveis costelas / Ficou com a cintura fina cinturinha de pilão*, enunciados que respondem à ordem do discurso sobre o corpo feminino magro ser o mais bonito. Além disso, o enunciado *Malha como louca não marca touca*, corrobora também o dito de que é preciso fazer sacrifícios para se manter o peso do corpo sob controle, por isso o enunciador diz que a mulher *não marca touca*, ou seja, não deixa o controle do peso escapar. Desse modo, podemos considerar que os enunciados observados respondem aos procedimentos biopolíticos adotados pelo Estado na ânsia de controlar o peso do corpo do(s) sujeito(s) e, assim, controlar a obesidade da população. Nos enunciados que destacamos até aqui, podemos dizer que há uma imposição de subjetividade, ou seja, impõe-se que a mulher seja magra e controle seu peso. Porém, a música traz, na sequência, outros enunciados que podem produzir o efeito de sentido da resistência ao discurso de que a beleza está na magreza, ou ainda, que é necessário vigiar o peso do corpo. Ao dizer *Ela ficou uma máquina / Mas tudo que eu queria mesmo era uma mulher*, aqui, o sentido produzido pode ser o de que uma mulher que controla excessivamente a decrepitude de seu corpo, ou mesmo o seu peso, perde sua característica humana porque se torna uma máquina e máquinas não têm sentimento, tampouco são amadas. O enunciador continua dizendo *Ela só tem feeling / Pras coisas que podem deixá-la mais bela magrela / Cinderela sem paixão*, reforçando o sentido de que as preocupações com o peso do corpo podem impedir as mulheres de viverem as emoções. Dessa maneira, podemos considerar que (M2) constrói um espaço de resistência ao discurso de controle do peso do corpo, justamente porque oferece ao(s) sujeito(s), especificamente às mulheres, a possibilidade de se constituírem a partir de outras subjetividades..

A (M3) foi composta em 2012 e está no álbum *Sambarroco* de Vander Lee. Os enunciados presentes na letra de *Beleza fria* também podem produzir o efeito de sentido de resistência porque também oferecem ao(s) sujeito(s) feminino(s) outras subjetividades. De modo geral, a composição enunciativa da letra de Vander Lee não trata somente da questão do peso do corpo, mas sim de um padrão de beleza feminina imposto socialmente. Nesse padrão, inserem-se inclusive o comportamento que a sociedade espera das mulheres. Como resistência, os enunciados de (M3) podem produzir o sentido de que o modelo de

comportamento imposto às mulheres tornam-nas frias *como praia artificial, sem sal, sem sal*. Para o enunciador, a preocupação das mulheres com o corpo, a beleza e mesmo o comportamento, produz uma frieza que impede o amor, por isso ele diz: *Se você tivesse ao menos uma estria / Dissesse um palavrão / Talvez até te amasse*. Sendo assim, podemos considerar que (M3) oferece às mulheres a possibilidade de se constituírem de modo distinto daquele que a sociedade lhe impõe, por isso, podemos dizer que seja resistência.

Apenas duas décadas separam (M1) de (M3). Esse curto intervalo de tempo pode nos auxiliar na observação das mudanças ocorridas no interior do dispositivo de controle do corpo feminino, seu peso e suas medidas, a saber: i) em 1993 (M1), esse dispositivo concentrava-se no controle do corpo a partir de seu peso, sendo assim, a resistência se dá na reivindicação da possibilidade de se subjetivar como ‘gordinha’ e ainda assim, ‘bonita e gostosa’; ii) em 2008 (M2), podemos perceber que o controle do corpo já havia ampliado seus tentáculos para além do controle do peso do corpo, o controle dos efeitos do tempo sobre esse; assim, não bastava mais ser magra, era necessário também ter aparência eternamente jovem; a resistência se dá pela reivindicação da possibilidade de não ser obcecada pela aparência física magra e jovem; iii) já em 2012 (M3), podemos considerar que o dispositivo de controle do corpo, apesar de ampliado, não perdeu uma característica do início do século XX: o controle sobre o comportamento feminino; a resistência situa-se numa requisição antiga: a possibilidade de que as mulheres escolham como querem se comportar.

No mesmo ano de lançamento da música de Roberto Carlos [1993], no jornal *O Globo*, há a seguinte publicação, do dia 25 de abril, que estabelece uma relação direta com os dizeres da letra de (M1), *Coisa bonita*:

Figura 23 - Falsa resistência⁶⁷

Na dança da balança, 'extra' não incomoda a todos

A atriz Claudia Jimenez vive em paz com suas medidas. Seus fiéis 100 quilos, distribuídos em 1,77 de altura, nunca chegaram a incomodar. Só quando era adolescente e tomava alguns chás de cadeira nas festinhas. Hoje, tem fila de pretendentes.

Conta que sua gordura foi aceita pelo público desde que pisou no palco primeira vez, há 15 anos, na "Opera do Malandro".

— E olha que não era papel cômico. Sou humorista por opção. Seria mesmo que fosse magérrima — garante a atriz, que costuma combater as dietas com uma fúria incontrolável, apesar de diabética.

O locutor William Bonner pensa diferente. Não tolerou quando a balança parou na altura do número 90 e quebrados. Tratou de se internar num spa por uma semana e garantir sua forma física normal:

— Engordo logo no rosto, que é o que aparece na tela. Se fosse na barriga, poderia esconder os extras por debaixo da mesa — conta o locutor, que anda numa fase de "reeducação", aprenden-

do a controlar as ansiedades e os ataques noturnos à geladeira.

As atrizes Maitê Proença e Glória Pires também trataram logo de dar fim aos quilinhos a mais que ganharam durante a gravidez das filhas e voltaram ao trabalho mais magras do que nunca. Bete Mendes suportou por mais tempo os 20 quilos que ganhou ao longo dos anos e é a mais recente esbelta da televisão.

Foi depois de descobrir que tinha uma diabetes secundária que decidiu decretar guerra à gordura. Hoje, aprendeu a não descarregar suas tensões na comida e a caminhar para manter o peso. Está em plena forma aos 48 anos.

Mas o público não é lá tão implacável assim com os astros. Quando Marlon Brando — que arrasou corações femininos nos anos 50 — reapareceu 30 quilos mais gordo em "Apocalypse Now", quase 30 anos depois, ninguém reclamou.

Já Robert de Niro, ao contrário de Marlon Brando, precisou

incorporar 30 quilos ao seu físico quase franzino para fazer o papel de um pugilista em "O Touro Indomável". Assim que acabou de gravar, sua luta passou a ser com a balança.

A estilista Glorinha Pires Rebello é outra gordinha vítima da ansiedade. Detesta os 20 quilos que incorporou há mais de 10 anos e não consegue fazer dieta.

— Tenho que estar com uma cabeça ótima para ficar sem comer — conta.

Apesar de gorda, prefere criar modelos para as mulheres magras. Sem despeitos. Garante que não existe moda para obesos. Só se for para esconder a gordura. Recomenda tons escuros, roupas soltas e, o mais apropriado: uma boa dieta.



Guilherme Bastos



Selmy Yasuda

Bonner: 'spa' para alinhar o rosto

Bete Mendes: 20 quilos a menos

Fonte: O GLOBO.COM

O título da matéria parece conduzir o leitor ao conhecimento de pessoas que não se sentem incomodadas com o aumento de peso, do mesmo modo que a música de Roberto Carlos. Assim, pode sinalizar alguma resistência à norma, que insistia em dizer dos incômodos provocados pelos quilos extras acumulados no corpo. A primeira pessoa citada é a atriz Claudia Jimenez, que, segundo o enunciador da matéria, *vive em paz com suas medidas*. Cláudia é a resistência que não cede, porque na sequência vai se dizer que *a atriz costuma combater as dietas com uma fúria incontrolável, apesar de diabética*. Por meio desse enunciado, a resistência de Cláudia é posta em xeque, pois, geralmente, os diabéticos fazem dieta; diabete e obesidade possuem o mesmo valor patológico, logo, o poder exercido sobre o controle de uma serve também ao controle da outra; a resistência de Cláudia é colocada à prova também porque o combate às dietas é feito com *uma fúria incontrolável*, o uso dessa expressão aproxima a resistência à dieta de uma atitude animalésca, logo, anormal para a vida em sociedade e, por conseguinte, atitude que deve ser imediatamente repensada.

A matéria continuará comentando sobre outras personalidade televisivas, Willian Bonner, Maitê Proença, Glória Pires e Bete Mendes, apontados com sujeitos que seguem à

⁶⁷ Texto transcrito na íntegra na seção Anexos.

risca a norma, pois ao perceberem os quilos a mais, tratam de *dar um fim aos quilinhos a mais*; esses posicionamentos só fazem reforçar a necessidade do controle sobre o corpo. A última personalidade a ser citada é a estilista Glorinha Pires Rebello, *outra gordinha vítima da ansiedade. Detesta os 20 quilos que incorporou há mais de 10 anos e não consegue fazer dieta: - Tenho que estar com uma cabeça ótima para estar sem comer, conta. Apesar de gorda, prefere criar modelos para as mulheres magras. Sem despeitos. Garante que não existe moda para obesos. Só se for para esconder a gordura. Recomenda tons escuros, roupas soltas e, o mais apropriado: uma boa dieta.* Nos dizeres de Glorinha, toda a objetivação da mulher gorda na década de 1990: doente, não só pela gordura, mas também porque é vítima da ansiedade e não tem cabeça boa, porque não consegue ficar sem comer, ou seja, só quem tem a cabeça boa é capaz de se autopolicar, de se autocontrolar, obesos não têm a cabeça boa. Glorinha é taxativa ao dizer que *não existe moda para obesos*, logo, os modelos dela são exclusivos para as magras. O problema é que Glorinha é uma estilista, e como tal, será que não percebeu que seu dito excluiu uma grande parcela de consumidores? Será que todas as clientes de Glorinha, naquele momento, eram magras, sem exceção? Maior ainda é o paradoxo do enunciado final atribuído à estilista: *Recomenda tons escuros, roupas soltas e, o mais apropriado: uma boa dieta.* Esse enunciado pode ser considerado paradoxal porque anteriormente Glorinha afirmou *Tenho que estar com uma cabeça ótima para estar sem comer* e a matéria diz que ela estava 20 quilos acima do seu peso, logo, podemos inferir que, no momento da entrevista, Glorinha não estava com a cabeça ótima, porque se assim o fosse, não estaria com os 20 quilos a mais que ela mesma afirma detestar; sendo assim, quando Glorinha recomenda uma boa dieta, poderíamos nos perguntar se essa dieta que ela recomenda não funcionaria para ela mesma.

Os ditos dessa reportagem revelam como a mulher da década de 1990 estava se constituindo a partir do peso e das medidas de seu corpo: se magra: feliz, bem vestida, psicologicamente equilibrada, socialmente reconhecida; se gorda: triste, mal vestida, desequilibrada, furiosa, socialmente marginalizada. De modo geral, onde havia sinais de resistência, pois o título *Na dança da balança, 'extra' não incomoda a todos*, sinalizava isso, logo reforçam-se os ditos do controle. Na verdade, menos resistência e mais poder da norma.

Considerando-se a matéria analisada e a letra de (M1), podemos pensar que apesar de haver indícios de resistência, a norma conseguiu exercer seu poder de captação. Em

relação à década de 1990, no que tange ao controle do peso do corpo feminino, seu peso e suas medidas, podemos dizer que a resistência, apesar de se manifestar, isso não aconteceu de modo relevante. Ainda que desde 1988, já contássemos com uma legislação federal [Constituição Federal de 1988], que garante à toda população o direito à cidadania, à igualdade de direitos e o respeito às diferenças; mesmo assim, algumas singularidades não foram respeitadas, dentre as quais, as relativas ao peso do corpo. Podemos levantar como explicação para isso, o fato de que lei e norma são diferentes, no seguinte sentido: a lei é escrita para todos, de forma que, ainda que não seja cumprida [e isso não estamos colocando em discussão aqui] todos possam se sentir amparados por ela; já a norma não é assim, justamente porque categoriza, ou seja, sempre possui o caráter excludente.

Somente quando as minorias começaram a requerer voz, e em seguida obtê-la, é que alguma coisa começaria a mudar, também em relação à percepção do corpo obeso. Isso, porque “não há discurso fora dos dispositivos, e dispositivos sem discurso” (COURTINE, 2013, p. 21). Isto é, no dispositivo de controle do corpo, há mudanças discursivas que aparecem como reflexos de discursos outros; por meio disso, podemos considerar que há uma suavização do discurso contra a obesidade? Uma contundente resistência, capaz de deitá-lo por terra? Uma objetivação diferente para o corpo da mulher obesa? Um novo direcionamento do olhar, a partir de outros discursos? Talvez, um pouco de tudo isso será permitido. Mas, no perpétuo preenchimento estratégico que o poder é capaz de realizar, os sentidos produzidos poderão manter-se na ordem discursiva ditada pela norma.

4.5 NO ENREDO DO POLITICAMENTE CORRETO E DA “REAL BELEZA”⁶⁸: *PLUS SIZE* E INTERICONICIDADE

⁶⁸ Campanha "Real Curves", em português "Real Beleza", produzida pela marca de cosméticos Dove, em 2004. Criada pela agência Ogilvy, conquistou o interesse do público ao colocar "mulheres reais" para anunciar produtos de beleza. A campanha foi muito celebrada nos anos de 2004 e 2005, não somente pela direção de arte ou produção milionária, mas pela autenticidade e pela exploração com perfeição da promoção da auto-estima das mulheres. A expressão “real beleza” passou a usada para fazer referência à beleza desvinculada de padrões estéticos corporais. Ainda nesta seção, uma das peças publicitárias dessa campanha será analisada.

Os discursos produzidos no interior do dispositivo de controle do corpo, seu peso e suas medidas, até por volta dos anos 2000, podem ser tidos como produtores, de um modo geral, do sentido da discriminação. A ordem do discurso legitimada pelo saber da Medicina e pelo poder da gestão biopolítica propiciou a emergência de ditos preconceituosos sobre os sujeitos obesos. Tidos e vistos como doentes, prejudiciais aos cofres públicos, descompromissados com a própria saúde e esteticamente feios. Nessa concepção, sobre os obesos recaía um intensa exclusão social. Sendo assim, podemos dizer que nos primeiros anos do século XX, o dispositivo de controle do corpo, seu peso e suas medidas já havia estabelecido uma rede firme e consistente entre seus elementos, de modo que é possível dizermos que os discursos desse dispositivo já se encontravam fortemente legitimados.

Dito isso, voltamos nosso olhar especificamente aos sujeitos femininos e à produção de subjetividades possíveis para esse grupo, na configuração do dispositivo de controle do corpo, seu peso e suas medidas, naquele momento. As relações de saber-poder estabelecidas a partir do caráter ‘patológico da obesidade’ suscitaram e sustentaram a objetivação das mulheres obesas: além de doentes, feias, sem comprometimento consigo mesmas, incapazes de despertar o desejo. Assim sendo, podemos dizer que a produção discursiva que deu vazão ao sentido disfórico para os sujeitos obesos, atingiu de modo intenso as mulheres, já que para elas o valor estético é ainda mais cobrado socialmente. Das mulheres, a sociedade espera que se apresentem bonitas, bem trajadas, maquiadas e com os cabelos penteados e magras. Nessa aceção, podemos considerar que às mulheres obesas não eram oferecidas outras possíveis subjetividades que não a de se reconhecerem como doentes, feias, desmazeladas, pouco atraentes. Pensando assim é possível inferirmos que o dispositivo de controle do corpo, seu peso e suas medidas poderia roubar-lhes também a autoestima.

Conforme já mencionamos anteriormente, apesar de toda a gestão biopolítica de controle do excesso de peso, a população não deixou de engordar. No começo do século XX, a parcela de obesos já havia aumentado progressivamente. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, em 2004,

12,7% da mulheres e 8,8% dos homens adultos brasileiros são obesos, sendo esta prevalência mais alta nas regiões Sul e Sudeste do país. Esta tendência de aumento da obesidade foi registrada para os homens e mulheres de todas as faixas de renda, no período de 1974 a 1989. No período seguinte (1989-2003), os homens continuaram apresentando aumento da obesidade independentemente de sua faixa de renda, enquanto, entre as mulheres, somente aquelas com baixa escolaridade e situadas nas faixas de renda mais baixas (entre as 40% mais pobres) apresentaram este aumento. Quanto às diferenças de gênero e idade, pode-se observar que as prevalências de

obesidade são semelhantes nos dois sexos até os 40 anos, idade a partir da qual as mulheres passam a apresentar prevalências duas vezes mais elevadas que os homens. As prevalências de obesidade em adultos são maiores à medida que aumenta a idade. Entretanto, a partir dos 55 anos, entre os homens, e 65 anos, entre as mulheres, observa-se a diminuição da prevalência deste agravo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2004 *apud* BRASIL, 2006, p. 16).

A partir dos dados apresentados acima, podemos deduzir que havia, naquele momento, no Brasil, uma grande parcela de mulheres que poderiam se reconhecer como doentes, feias, desmazeladas e pouco atraentes. Os dados expõem também que entre as mulheres, a obesidade era mais acentuada entre as mulheres de baixa renda, o que pode nos levar a inferir que a exclusão se acentua mais: as mulheres mais pobres podiam se sentir ainda mais doentes, feias, desmazeladas e, ainda, menos atraentes.

Se o percentual de obesidade feminina estava mais alto entre as mulheres de pouca escolaridade e renda mais baixa, podemos ponderar que devia ser porque a elas sobrava menos tempo para cuidarem da própria aparência, provavelmente porque trabalhavam mais horas por dia; além disso, é provável que seus salários eram menores e, logo, não permitiam investir em alimentação mais equilibrada, ou em academias de ginástica, por exemplo. Devemos dizer também que, o modo como os dados apresentados acima foram expostos socialmente também pode ter contribuído para que a exclusão aumentasse, pois podem ter sido apresentados sem que se refletisse sobre suas causas, sem se mostrarem as relações disso com a estrutura social e, desse modo, quando os dados chegam ao conhecimento da população, por meio da mídia, por exemplo, pode ser que tenham produzido o sentido de que as mulheres pobres não se cuidam, porque não são escolarizadas o suficiente para isso. Fazendo o cotejamento com a análise apresentada na seção 4.2 desta tese, quando observamos a produção de sentidos da locução *reeducação alimentar*, podemos dizer que às mulheres obesas, menos escolarizadas e pobres, *a reeducação alimentar* tinha razão de ser.

Considerando-se os mesmos dados do IBGE, podemos ponderar acerca dos reflexos da exclusão desse grande percentual de mulheres, por exemplo, para a economia do país. A obesidade atingia uma parcela de mulheres que também era economicamente ativa e, por isso mesmo, consumidoras em potencial. Sobre o consumo do público feminino, de modo geral, podemos dizer que, após esse público satisfazer as necessidades básicas, é comum passarem a satisfazer outras necessidades, como melhorar o vestuário, por exemplo. Assim, podemos considerar que as mulheres sejam potenciais consumidoras dos bens

produzidos pelo mercado da moda e, dessa maneira, ter uma parcela da população feminina sentindo-se excluída, significa o mesmo que ter um grande número de consumidoras em potencial que podem não consumir.

Em se tratando da Moda, não nos esqueçamos do que as análises dos capítulos dois e três desta tese puderam nos mostrar: no dispositivo de controle do corpo, seu peso e suas medidas, a Moda teve o papel de legitimar, dentre outros sentidos, o de que suas peças eram destinadas ao corpo magro. Podemos dizer que esse sentido era o que predominava no mercado *fashion* até a década de 2000; às mulheres gordas não eram oferecidas muitas opções de peças, ou ainda, as peças eram desenhadas para corpos magros, logo, as mulheres gordas identificavam-se muito pouco com elas. Sem dúvidas que as vendas poderiam ser maiores se a Moda se voltasse para as mulheres que vinham sendo excluídas. Ou ainda, as vendas poderiam ser cada vez menores nesse setor, porque as taxas de obesidade só aumentavam. Isso nos permite dizer que a economia e o consumo podem ter sido os fatores preponderantes para que víssemos a emergência da expressão *plus size* no mercado brasileiro. Nesse sentido, podemos dizer também que a adoção dessa expressão responde a uma urgência dentro do dispositivo de controle do corpo, seu peso e suas medidas.

A expressão *plus size* é originária da língua inglesa e significa, literalmente, *tamanho extra*. A expressão foi usada pela primeira vez, ainda no século XX, por volta dos anos 1900 pela estilista norte-americana, Lane Bryant. Essa estilista desenvolvia modelos de roupa destinados às mulheres grávidas, logo, em tamanhos maiores, aos quais ela mesma nomeava modelos *plus size*. Apesar de ter sido criado no início do século anterior, a expressão permaneceu em desuso, pelo menos no Brasil, até por volta dos anos 2010. A partir da década de 2010, contudo, podemos reconhecer a regularidade em sua utilização: fazer referência às mulheres mais gordas, na tentativa de se produzir para seus corpos um valor eufórico.

Para observarmos a incidência no uso da expressão *plus size*, procedemos da mesma forma que em outras análises deste capítulo: pesquisa no acervo digital do jornal *O Globo*, cujos resultados foram: entre os anos 2010 e 2017, *plus size* já apareceu em 322 (trezentas e vinte e duas) páginas do jornal. Dessas ocorrências, trazemos os seguintes recortes, apresentados em sequência cronológica:

E56: (...) a existência de um mercado de moda para mulheres gordinhas, especializados em modelos plus size, que vestem entre 44 e 48. (...) Tenho 29 anos, nunca fiz dieta na minha vida e não me peso. Eu sempre fui em paz comigo mesma. Vejo que as mulheres se tornaram prisioneiras de dois números: o da etiqueta e o da balança (Entrevista de Fluvia Lacerda, modelo plus size, Seção Elas, p. 04 da edição de 29 de maio de 2010).

E57: Foi-se o tempo em que ser gordinha era motivo de vergonha e baixa autoestima. A onda do plus size trouxe à tona mulheres bem resolvidas com a balança, lindas e que não se importam com os olhares tortos e preconceituosos (Seção Niterói, p. 08, da edição de 17 de março de 2012).

E58: Acima do peso, mas bonitas e poderosas. Modelos plus size da região mostram que beleza e sensualidade não estão associadas à balança. (...) As gordinhas agora querem não apenas estar na moda, mas fazer parte dela. (Seção Barra, p. 10, da edição de 01 de abril de 2012).

E59: Na contramão dos padrões, modelos plus size participam de campanhas publicitárias. Modelos magras sempre fizeram sucesso no mercado da moda. E a estética da silhueta fina, há décadas, tornou-se sinônimo de beleza no mundo inteiro. Na contramão deste movimento cresce no Brasil um nicho de mercado que valoriza os quilinhos a mais: o das modelos plus size, como são chamadas aquelas que fogem dos padrões convencionais graças ao seu peso (Seção Jornais de Bairro, p. 06, da edição de 14 de junho de 2014).

E60: No miss plus size, aceitar é a ordem. (...) a reportagem descobriu como foi, para essas meninas, assumir os quilinhos extra vencendo, com garra, o preconceito. (...) As gordinhas se sentem inseguras por causa do peso. Por isso o concurso foi muito importante na questão da autoestima (Seção Jornais de Bairro, p. 08, da edição de 22 de agosto de 2015).

De uma forma geral, notamos que na maior parte das sequências enunciativas em que o termo *plus size* aparece, o contexto de produção está relacionado com a Moda, por isso mesmo nas mesmas sequências podemos notar os termos *modelo*, *concurso de miss*, *manequim*, dentre outros. Nesse contexto de produção enunciativa, não cabem referências ao discurso da Medicina, por exemplo, de modo que isso pode justificar a ausência do substantivo *obesidade*, bem como do adjetivo *obesa* para qualificar as mulheres acima do peso. Notamos que as referências às mulheres e ao seu peso tendem a serem usadas no

diminutivo, por exemplo, *gordinhas* e *quilinhos*. Sabemos que a flexão dos substantivos no grau diminutivo pode ser usada não só para significar um tamanho reduzido, como também para expressar carinho; por conseguinte, o uso do diminutivo para fazer referência às mulheres gordas, pode produzir o efeito do sentido da tolerância, indicando que o olhar para elas devia ser um pouco menos preconceituoso, a partir daquele momento. Sendo assim, podemos considerar que o uso da expressão *plus size* nos enunciados da Moda promoveu a emergência de novo(s) sentido(s) para o corpo feminino acima do peso. Como consequência, houve também um impacto na produção de subjetividades, pois produziu a possibilidade de que as mulheres obesas pudessem se subjetivar de outro(s) modo(s), como nos enunciados apresentados em (E57) *mulheres bem resolvidas com a balança*; e em (E58) *acima do peso, mas bonitas e poderosas*, dentre outras.

As regularidades enunciativas suscitadas pelo uso da expressão *plus size*, podem ser observadas não somente no jornal O Globo, mas também em outras publicações da mídia impressa, como as revistas.

Figura 24 – Sensualidade *plus size* na revista Época



Fonte: REVISTAEOCA.GLOBO.COM

O conjunto enunciativo do texto sincrético da Figura 24 pode produzir sentidos que vão ao encontro dos produzidos pela expressão *plus size*. Em relação ao texto verbal, podemos dizer que se repete também a estrutura enunciativa que promove o sentido da tolerância, usando para isso o substantivo gordo flexionado no grau diminutivo. Considerando-se a sua constituição imagética: uma mulher *gordinha*, que também poderia ser chamada de *plus size*, sorridente e bem arrumada ocupa a posição central da página, usa um vestido de tecido que parece ser fluido e tenta segurá-lo, impedindo que algum vento possa fazê-lo subir. Essa composição imagética pode nos remeter a uma imagem anterior que se tornou bastante conhecida socialmente: uma foto da atriz Marilyn Monroe, em 1954.

Figura 25 – Sensualidade em Marilyn Monroe - 1



Fonte: GOOGLE.COM

Sabemos que a atriz Marilyn Monroe é considerada um ícone mundial de sensualidade. Por isso, podemos considerar que, na Figura 24, o sentido que se produz para as mulheres *gordinhas* seja equivalente ao sentidos produzidos pela foto de Marilyn: o

efeito de sensualidade. Podemos considerar que a capa da revista *Época* estabeleça com a foto de Marilyn Monroe uma relação de intericonicidade, de forma que podemos dizer que haja atualização do discurso da sensualidade da mulher que segura o vestido. Ao mesmo tempo em que a imagem da capa se insere na continuidade desse discurso, promove também uma descontinuidade, porque a mulher que segura o vestido não é magra, mas sim uma mulher considerada pelo enunciado da revista com excesso de peso. Isso, por sua vez, pode propiciar alteração no processo de produção de subjetividades das mulheres gordas: a possibilidade de se subjetivarem tão sensuais quanto Marilyn Monroe.

Por tudo isso, é possível apontarmos, para o uso do *plus size*, muitas positivities, contudo, há problematizações que devem ser feitas. A primeira delas diz respeito às incoerências quanto ao tamanho de manequim que o termo representa, porque parece não haver um consenso sobre isso. Alguns estilistas consideram que o *plus size* faça referência aos manequins de tamanhos 44 a 48; para outros, o *plus size* começaria no manequim de número 46. Qual seria o exato tamanho de um manequim *plus size*? Questões desse tipo foram levantadas por várias mulheres gordas, já que muitas delas não se reconhecem nas modelos *plus size*, justamente porque essas nem sempre são gordas, ou tão gordas, quanto se esperava que uma modelo *plus size* fosse.

Figura 26 – Polêmica *plus size* na C&A



Fonte: EXAME.ABRIL.COM

A Figura pertence à campanha publicitária das loja C&A, lançada em setembro de 2016. Logo após seu lançamento, houve uma discussão na sociedade, especialmente nas redes sociais, sobre o tamanho de manequim que o termo *plus size* representa. Dentre os questionamentos, citamos aqueles que indagam o peso da modelo que aparece nas peças publicitárias: ela parece ser mais magra que gorda, logo, o *plus size* ou não poderia nomeá-la ou, o *plus size* não é realmente o que diz ser. Se o *plus size* é definido entre os números 44/46 ao 48, como ficam as mulheres gordas que usam uma numeração superior a 50, por exemplo? A essas não é dada a oportunidade de se subjetivarem como *gordinhas bonitas, lindas, poderosas*? As subjetividades advindas do *plus size* não são para as mulheres que usam numerações superiores ao 48? Com isso, podemos considerar que o *plus size*, apesar de aparentar promover a inclusão das gordinhas, também pode excluí-las. Isso pode equivaler a sair de uma norma para entrar em outra.

Voltando-nos aos enunciados do jornal *O Globo* analisados nesta seção, devemos apontar que no (E50), a exclusão pode ser notada. Isso porque o enunciador começa dizendo que *Modelos magras sempre fizeram sucesso no mercado da moda. E a estética da silhueta fina, há décadas, tornou-se sinônimo de beleza no mundo inteiro*. Sendo assim, podemos inferir que o enunciador ancora o seu dizer nos valores estéticos, por isso, considera que a beleza esteja na *silhueta fina* e não na *plus size*. No período seguinte, ele diz: *Na contramão deste movimento cresce no Brasil um nicho de mercado que valoriza os quilinhos a mais: o das modelos plus size, como são chamadas aquelas que fogem dos padrões convencionais graças ao seu peso*. Com esses ditos, o enunciador pode produzir o sentido de que, enquanto os demais países permanecem reconhecendo a beleza na *silhueta fina*, o Brasil passou a reconhecê-la na *silhueta plus size*. Esse sentido pode ecoar como se no Brasil tudo acontece de modo diferente, até mesmo os padrões estéticos internacionalmente reconhecidos. Por tudo isso, podemos considerar que mesmo os que aparentam terem sido produzidos para valorizar o corpo feminino com excesso de peso, o preconceito e a exclusão permanecem.

Podemos problematizar o termo *plus size* ainda, sob o prisma da emergência, na década de 2000, de dizeres que poderíamos chamar de discurso do politicamente correto. Em 2004, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República, lançou a cartilha *Politicamente Correto e Direitos Humanos*, “com vistas a colaborar para a construção de uma cultura de direitos humanos” (QUEIROZ, 2004, p. 03). A cartilha propunha uma reflexão na sociedade brasileira acerca dos preconceitos

cometidos diariamente, quando do uso de diversas expressões, substantivos e adjetivos que poderiam produzir, entre outros sentidos, o da discriminação. Podemos dizer que a cartilha tenha proporcionado alterações enunciativas, fazendo com que os sujeitos enunciadores pudessem refletir sobre o modo como se expressariam. Sabemos que a cartilha não foi aceita por todos, mas não é esse o foco de nossa problematização. Para nós, interessa ponderarmos como o discurso do politicamente correto pode ter afetado a produção enunciativa sobre o corpo gordo, de modo geral e mais pontualmente, o corpo feminino gordo.

Considerando-se que as análises de um dispositivo devam observar esse dispositivo “em toda a extensão de sua dispersão, em toda diversidade de suas ramificações, em toda profundidade de sua sedimentação” (COURTINE, 2013, p. 127); não podemos deixar de pensar sobre o discurso do politicamente correto no interior do dispositivo de controle do corpo, seu peso e suas medidas. A cartilha foi constituída na modalidade enunciativa de um dicionário, cujos verbetes correspondem às expressões de sentido pejorativo que podem ser utilizados para produzir a ofensa e, por conseguinte, o preconceito. Dentre os verbetes, não há nenhum que faça referência direta à questão do peso do corpo, mas nela encontramos o verbete *aidético*. Sabendo que um sujeito *aidético* é portador do vírus da *Aids*, portanto um doente, e que a cartilha considera que apelidar alguém pela patologia que apresenta possa ferir a integridade moral dessa pessoa, não poderíamos levantar a hipótese de que o mesmo se aplicaria à *obesidade*? Se *obesidade* é doença, logo ao atribuímos o adjetivo *obeso* a um sujeito, poderíamos também ferir sua dignidade? Conforme o efeito produzido para o verbete *aidético*, na cartilha do politicamente correto, sim!

Dito isso, pode ser que, a partir do discurso do politicamente correto pulverizado na sociedade, possa ter ocorrido um abrandamento dos enunciados para que se diminuísse o efeito preconceituoso e isso pode ter ocorrido também com o modo de se fazer referência às mulheres gordas. À esteira desse pensamento, podemos considerar que a expressão *plus size* corresponda à urgência que se estabeleceu dentro do dispositivo do controle do corpo, quando se deu a emergência de um discurso politicamente correto.

Além disso, concomitantemente à cartilha do politicamente correto, devemos mencionar um outro movimento na sociedade que pode ter produzido sentidos similares aos da cartilha: os dizeres acerca de uma beleza menos relacionada aos padrões estéticos vigentes, que poderíamos chamar aqui de discurso da *real beleza*. Podemos considerar a emergência desse discurso relacionando-o ao fato de que o desenvolvimento tecnológico

vivenciado pela humanidade produziu nos sujeitos a falsa ilusão de que tudo é passível de ser modificado, desde que a finalidade seja a busca pela perfeição estética. Por isso, é comum acreditarmos que podemos corrigir os nossos narizes, aumentar o contorno de nossas bocas, ou mesmo eliminar os excessos de gordura por meio de uma lipoaspiração, porque assim, acreditamos estar em busca de um corpo esteticamente perfeito. Isso acontece devido à intensa circulação imagética do corpo tido como perfeito, vivenciada na contemporaneidade.

Quando idealizamos a imagem em lugar da experiência, nós nos descobrimos vivendo na imagem. Atualmente, grande parte da sociedade se organiza de maneira que se coloca à parte da sua natureza. A natureza tornou-se uma fotografia, uma ideia, um símbolo, uma imagem no cérebro – e o mesmo acontece com o corpo. Vivemos na imagem do corpo, não no corpo (KELEMAN, 2001, p.12).

Podemos dizer que, nas imagens, o corpo considerado fora dos padrões é silenciado, não tem voz, e o corpo fragmentado, cujas partes podem ser consertadas para se atingir o padrão é o que fala e produz sentidos. Acontece que, segundo Keleman (2001), esse corpo fragmentado, composto por partes que possam ser reajustadas, é existencialmente distante, porque é tão somente a imagem do corpo e não o corpo em sua realidade. O embate entre corpo perfeito reproduzido nas imagens e corpo da realidade, vivenciado pelos sujeitos pode ter colocado em xeque o padrão estético desse corpo, pois “beleza jamais foi algo absoluto e imutável, mas assumiu aspectos diferentes dependendo do período histórico e do país” (ECO, 2004 *apud* GONÇALVES, 2014, p.45).

Sob essa perspectiva, podemos considerar que os enunciados produzidos pelo discurso da real beleza expressam a voz do(s) corpo(s) fora de padrão; e que tenham produzido o efeito de balançar os padrões estéticos vigentes, dentre os quais aqueles relacionados especificamente ao peso do corpo que poderia ser considerado bonito.

Figura 27 – Sensualidade e real beleza – Dove⁶⁹



Fonte: GOOGLE.COM

A Figura 27 é uma das peças publicitárias produzidas pela fabricante de produtos de higiene pessoal, Unilever. Por meio da observação dessa peça, podemos dizer que: i) o texto imagético dá voz ao corpo que anteriormente estava silenciado, porque não era comum que uma mulher mais gorda aparecesse nas propagandas; ii) o texto verbal pode pôr em xeque o padrão de beleza legitimado, já que marca para a mulher mais gorda o adjetivo *charmosa*, excluindo o adjetivo *volumosa*; iii) fazendo o cotejamento das questões observadas anteriormente, podemos dizer que chamar uma mulher gorda de *volumosa* poderia vir a ferir sua integridade moral, logo, chamá-la aqui de *charmosa* pode corresponder também à adoção de um discurso politicamente correto; iv) o corpo que ilustra a cena tende a produzir maior efeito de realidade, porque mais mulheres poderão se identificar com ele; v) texto verbal e texto imagético produzem concomitantemente, o sentido da valorização das mulheres mais gordas, chamadas pela Moda de *plus size*; vi) conseqüentemente, o sentido produzido pelas campanhas que adotam o discurso da real beleza tendem a corroborar com a objetivação das mulheres gordas como bonitas e charmosas, logo, essas mulheres também são convidadas a se subjetivarem assim.

Ainda sobre a peça publicitária da Figura, podemos considerar que a posição ocupada pela mulher, com braços erguidos, postos atrás da cabeça, seja típica de propagandas nas quais a sensualidade é evocada. Logo, a mulher não é apenas *charmosa*, como diz o texto verbal, mas também sensual. O modo como o corpo feminino aparece na imagem, pode nos remeter a outras imagens de sensualidade, por exemplo

⁶⁹ Uma das peças publicitárias da Campanha "Real Beleza", dos Dove, em 2004.

Figura 28 – Sensualidade em Marilyn Monroe 2



Fonte: GOOGLE.COM

Figura 29 – Sensualidade em *Le demoseilles d'Avignon* – Picasso



Fonte: GOOGLE.COM

Sendo assim, podemos dizer que a Figura 27 estabeleça com as demais uma relação de intericonicidade, que promove a atualização do discurso da sensualidade da mulher com os braços erguidos, postos atrás da cabeça. Sendo assim, podemos considerar que a

imagem da mulher na peça publicitária de *Dove*, inscreve-se na continuidade, mulher com os braços erguidos, postos atrás da cabeça, contudo nessa continuidade, podemos observar a descontinuidade, já que a mulher que está na posição sensual não é magra e, sim, gorda.

Contrapondo tudo que dissemos nesta seção, podemos ponderar sobre a configuração do dispositivo de controle do corpo, seu peso e suas medidas, a partir dos anos 2000: pode haver relações entre o discurso do politicamente correto, o discurso da real beleza e a emergência do uso da expressão *plus size*. Apesar de inicialmente usada pela Moda, essa expressão produziu sentidos que se dispersaram corroborando com os sentidos produzidos também pelo discurso do politicamente correto e pelo discurso da real beleza. Esses sentidos se ramificaram e puderam promover descontinuidades discursivas inscritas na continuidade, já que para valorizar a imagem do corpo feminino gordo, usam-se, por exemplo, as mesmas posições usadas para se construir o efeito da sensualidade para os corpos magros. Sendo assim, não podemos deixar de dizer que continuidade(s) e descontinuidade(s) discursivas viabilizaram outras subjetividades para as mulheres gordas. Em certa medida, podemos dizer que ao subjetivarem-se como mulheres *plus size*, as mulheres gordas subjetivam-se também como bonitas, charmosas e sensuais, valores que não deixam de ser positivos; contudo, o *plus size* não deixa de ser uma objetivação pautada numa estratégia mercadológica, de modo que isso pode produzir também efeitos negativos sobre a subjetivação feminina. Expliquemos. Podemos considerar que a Moda objetiva as mulheres *plus size* como as consumidoras de seus produtos, logo, não são todas que podem se subjetivar como *plus size*.

Assim sendo, podemos considerar que o *plus size* seja muito mais uma resposta à urgência do dispositivo do controle do corpo, seu peso e suas medidas, quando o mercado deixou de atender as mulheres acometidas pela obesidade, por exemplo; que um discurso politicamente correto, ou de fato pautado na “real beleza”. Podemos dizer ainda que o *plus size* seja também um preenchimento estratégico do dispositivo de controle do corpo, pautada na lógica de mercado e do consumo, por isso, a exclusão se mantém, já que: só pode ser gorda sensual e charmosa se for *plus size*, ou, só pode ser gorda sensual e charmosa aquela que se veste bem e consome os artigos da Moda.

4.6 NA (IM)POSSIBILIDADE DA RESISTÊNCIA

Em 2014, o Governo do Estado de São Paulo promoveu concurso público para o preenchimento de vagas disponíveis na Educação. Alguns professores, apesar de aprovados na prova técnica, tiveram suas efetivações negadas após perícia médica, que alegou como motivo para a não efetivação, a obesidade dos candidatos, revelado pelo cálculo do IMC. A situação ocorreu tanto com professores do sexo masculino, quanto do feminino, contudo, nós abordaremos particularmente os casos em que a mulher obesa deixou de ser contratada pelo Estado: Bruna Giorjani, de São José do Rio Preto; Mariana Justulin, de Bariri e Ana Carolina Buzzo Marcondelli, de Americana. Nesses casos, são vários os pontos a serem observados, mas nós nos ateremos à questão da (im)possibilidade da resistência do sujeito ao poder que lhe domina.

A professora Mariana Justulin⁷⁰ foi aprovada em 35º lugar, mas foi reprovada na perícia médica, justamente por apresentar um IMC acima de 40, patamar considerado como obesidade mórbida. Como isso não estava previsto no edital do concurso, Mariana então entrou com uma ação na justiça para reverter a decisão do Estado. Ao mesmo tempo, a professora criou em sua página pessoal do Facebook, uma campanha chamada de #nuncasoubeoIMC.

Figura 30 – Resistência ao IMC⁷¹



Fonte: GLOBO.COM

⁷⁰ Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2016/06/professora-impedida-de-dar-aulas-por-causa-do-peso-ganha-acao-na-justica.html>>. Acesso: 08 jun. 2017.

⁷¹ Texto transcrito na íntegra na seção Anexos.

Ao lado da imagem, Mariana pede que os leitores compartilhem sua postagem com vistas a *combater essa injustiça!* Na sequência, diz: *Os concursos públicos são uma batalha árdua, mas, além de estudar muito e ficar o dia inteiro fazendo uma prova, após meses de preparação, o governo do Estado de São Paulo, em sua perícia médica, prepara uma surpresa desagradável para os aprovados: não basta obter boa classificação e aptidão cognitiva, você tem que ser magro! Meu nome é Mariana Justulin e passei por todo esse processo.* Nesses primeiros enunciados, Mariana narra as dificuldades pelas quais um candidato a uma vaga pública passa até ser aprovado em concurso, para depois dizer que nada disso parece ter feito diferença, porque o Estado, na verdade, considerou muito mais o fato de ela não estar magra para não efetivá-la. *Você tem que ser magro!* denuncia como as estratégias biopolíticas exercem o seu poder capilar, inclusive na instância da empregabilidade.

Os enunciados seguintes só fazem reforçar a atuação da biopolítica: *Fui bem classificada no concurso do Estado de São Paulo. Sou docente na rede pública municipal, lecionando Língua Portuguesa e Inglês. Onde trabalho, nunca sofri preconceito por estar acima do peso, porém, após passar pela perícia estadual e ter sido considerada APTA pelo médico, veio a grande revelação do Diário Oficial do Estado de São Paulo: sou INAPTA para dar aula, por causa do meu IMC (Índice de Massa Corpórea), ou seja, não posso assumir meu cargo, pois estou acima do peso.* Nesses ditos, Mariana evidencia como biopolítica e IMC se relacionam no dispositivo da obesidade: o índice é usado não apenas para que o sujeito possa controlar-se, mas também para que o Estado controle o sujeito, como no caso de Mariana, o IMC foi o critério que impossibilitou a contratação.

Na sequência, a professora faz questionamentos que colocam em xeque a decisão do Estado: *Quer dizer que o conceito do médico não tem valor para o Estado? Foi uma decepção, em virtude de eu já ter sido professora eventual no Estado. Gastei quase mil reais com os exames exigidos para corroborar que minha saúde é perfeita. No entanto, se gozo de boa saúde, por que fui barrada pela perícia? Se não desfruto de uma boa saúde, por que o Estado me aceitou para ser professora substituta? A confiabilidade e seriedade de um concurso podem ser verificadas pela coerência da apresentação de critérios de exclusão em seu edital. Se o IMC é um fator desclassificatório, por que não há no edital nenhuma menção sobre isso? Caso soubesse dessa condição, não teria estudado e gastado tanto dinheiro, a fim de provar o que já sei: possuo saúde e capacidade.* Ao questionar o Estado, Mariana coloca em discussão questões pontuais para a concepção biopolítica: o

obeso pode ser funcionário contratado, mas não pode ser funcionário efetivo; isso porque ao primeiro não cabem os mesmos direitos que cabem ao segundo, e sendo assim, caso a professora obesa contratada desenvolva algum problema de saúde, o ônus para o Estado não será tão grande quanto o de uma efetiva.

Em seguida, Mariana exerce toda sua resistência, inclusive convoca os demais a resistirem: *Deixo claro que lutarei até o fim para conquistar definitivamente esse cargo, que obtive com muito esforço e dedicação. Sou professora, tenho mérito e competência para exercer meu ofício. Em épocas de luta contra o bullying, o próprio governo, com critérios fúteis e leis obsoletas, exerce sobre cidadãos uma espécie de discriminação e coerção muito mais agressivas das praticadas pela sociedade. Somente juntos poderemos mudar a realidade deste país! Obrigada a todos por ler e divulgar a minha história que, sem dúvida, ainda terá um final feliz. Mariana Justulin #nuncasoubeoimc*

A postagem de Mariana teve mais de mil e trezentos compartilhamentos, fazendo a resistência circular nas redes sociais e mídias online. Em 2016, Mariana venceu a ação em 1ª Instância.

O caso de Mariana nos faz refletir sobre a resistência, no seguinte sentido: ainda que as resistências sejam abarcadas pelo poder, é melhor que permaneçam na possibilidade de sua emergência, porque é a partir delas que se pode promover uma análise do poder. Na situação específica dessa professora de Bariri (SP), a possibilidade de resistência desperta reflexões sobre como o Estado deverá se (re)organizar daqui em diante; já que a população aumentou tanto de peso, será que haverá o número suficiente de candidatos com IMC padrão aprovados e aptos para assumir os seus cargos? Ou será isso uma estratégia mesmo para que os funcionários permaneçam como contratados, já que como contratado pode prestar o serviço mesmo com IMC acima do considerado normal? Haverá uma inversão no processamento de um concurso público: inicialmente os candidatos deverão passar pela perícia médica, para só depois, aqueles que estiverem com os números de IMC no padrão, poderão vir a fazer as provas teóricas? Resta saber se IMC padrão corresponde exatamente aos profissionais mais aptos ao exercício da função, especialmente na Educação.

“A possibilidade de resistência, para Foucault, não é essencialmente da ordem da denúncia moral ou da reivindicação de um direito determinado, mas da ordem estratégica e da luta” (CASTRO, 2009, p. 387). Nesse sentido, lutar é questionar o Estado sobre os caminhos a serem seguidos dentro de uma biopolítica do dispositivo da obesidade.

Ainda sobre o caso da professora de Bariri, gostaríamos de comentar a campanha que foi lançada nas redes sociais, via *Facebook* de Mariana: #nuncasoubeoIMC. Essa campanha é de resistência sobretudo porque contraria o dito da necessidade de se saber/aprender calcular o IMC, pulverizado em todas as esferas de nossa sociedade: o cálculo desse índice tornou algo tão banalizado que não nos surpreende alguém nos perguntando sobre nosso IMC.

Figura 31 - Sem resistências ao IMC

The image shows a screenshot of a website for 'EndoQuali', an endocrinology and metabolism clinic. The main heading is 'Calcule seu IMC'. Below this is a large graphic of a woman in a black sports bra and leggings, holding a white measuring tape around her waist. The text 'CALCULE SEU IMC' is written in large white letters on a teal background, with '(Índice de Massa Corporal)' in smaller text below it. Underneath the graphic, there is a short explanation: 'IMC é a sigla de índice de massa corporal. Por meio do cálculo do IMC é possível saber se você está com o peso normal, acima ou abaixo do recomendado para a sua altura.' At the bottom, there is a section titled 'INFORME OS DADOS PARA CALCULAR O SEU IMC' with two input fields: 'Altura (em metros e centímetros)' and 'Peso (em kg)'. A teal button labeled 'CALCULAR' is positioned to the right of the weight input field.

Fonte: ENDOQUALI.COM.BR

A Figura 31 foi retirada de um site que, podemos dizer, oferece o mesmo de tantos outros: o cálculo do IMC; diferentemente da época em que passou a ser usado, quando o sujeito deveria ele mesmo fazer os cálculos, agora nem isso é preciso, basta jogar os dados da altura e do peso que o site se encarrega de fazer tudo. Por meio de composição sincrética, inscrita na regularidade enunciativa, vemos que a imagem repete o uso de uma mulher de corpo magro, ou a silhueta magra, em posição de controle sobre si mesma, exercido pelo uso da fita métrica ao redor de sua cintura, que não podemos deixar de mencionar, o quão fina é. As medidas da cintura não são necessárias para o cálculo do IMC, no entanto, ao compor o enunciado, a fita métrica passa a simbolizar também o controle, ou a necessidade de se acompanhar as medidas do corpo, as linhas da silhueta. Temos aqui o corpo esquadrinhado, vasculhado em suas medidas, calculado em seu peso e

sugestionado em sua silhueta. Nesse sentido, não basta calcular o IMC, é preciso também atentar-se para as medidas. O enunciado *calcule seu IMC* possui características de um texto injuntivo: por meio de uma linguagem objetiva, iniciando-se pelo verbo no imperativo; instrui o interlocutor a proceder uma atitude, no caso a de calcular o índice. Esse enunciado produz o efeito de sentido da facilidade do cálculo, bem como de sua obrigatoriedade, ou ainda, de que o site presta um serviço gratuito à sociedade, serviço esse que todos precisam e desejam. Necessidade de se controlar os pesos e as medidas, conjuntamente ao IMC, trabalham a favor do que a concepção biopolítica precisa: saber o próprio IMC é uma obrigação de todos, mesmo dos magros, pois esse índice é o fator que “liga a luz vermelha”, sinalizando ao sujeito que este precisa se controlar.

O IMC torna o sujeito um objeto de saber e de poder, para si mesmo e para os outros e, por conseguinte, autoriza que o Estado lance mão do saber desse índice para exercer o poder da não efetivação de um candidato concursado que possua um IMC acima do considerado normal. Justamente por isso, há situações em que o sujeito inicialmente resiste, para, na sequência, ser mais uma vez enclausurado pelo poder. Esse foi o caso de outra professora, Bruna Giorjani de Arruda⁷², de São José do Rio Preto (SP).

Bruna também teve a efetivação negada pelo motivo do IMC, acionou a justiça, solicitou novos exames e terminou sendo efetivada. Apesar de sua resistência ter surtido o efeito positivo, já que Bruna conseguiu efetivar-se, podemos considerar que a professora tenha se rendido à norma, porque terminou perdendo peso; contudo podemos pensar também que Bruna viu na norma, a possibilidade de se constituir de modo diferente.

Figura 32 - Resistência capturada



Fonte: GLOBO.COM

⁷² Disponível em < <http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2014/03/professora-e-considerada-obesa-e-fica-impedida-de-lecionar-no-estado.html>>.

Em entrevista dada ao portal G1, no dia 31 de maio de 2014⁷³, Bruna afirma: *Me incomodou muito ter sido barrada por ser considerada obesa. Mexeu com minha auto estima e com a minha imagem sobre mim mesma, uma vez que eu estava muito bem comigo, desde sempre. Depois que tudo aconteceu, fiquei com uma sensação de que as pessoas, ao me encontrarem, somente observam minha gordura e isso é muito ruim. (...) Emagreci 9 quilos com um programa de emagrecimento. Resolvi experimentar, e comecei acima de tudo pela oportunidade, para ver como era. Não tinha uma intenção específica, nem estética e nem de saúde. Agora, permaneço de dieta porque tenho sentido bastante disposição e estou gostando do treinamento físico. Emagrecer, ainda que não fosse meu objetivo, tem seu lado bom.*

No primeiro enunciado de Bruna, podemos perceber que a objetivação da mulher obesa como doente, incapaz e feia, promoveu nela uma forte subjetivação, apesar de isso não ser reconhecido por ela: quando Bruna afirma *estava muito bem comigo*, pretende criar o efeito de sentido da aceitação de si mesma, ainda que estivesse obesa, contudo, quem se sente bem consigo mesmo, não teria sua autoestima abalada, como aconteceu com a professora. Nesse caso, a objetivação da norma é que se sobressai, ou seja, o sujeito termina por se subjetivar por ela, justamente por isso é que Bruna cedeu ao emagrecimento. O poder da objetivação é tanto que o sujeito não se dá conta de como está se subjetivando a partir dela.

Na sequência, a professora afirma *fiquei com uma sensação de que as pessoas, ao me encontrarem, somente observam minha gordura e isso é muito ruim*. Bruna preferiu submeter-se ao crivo do olhar do outro, a resistir a ele. Se ela realmente estivesse resistindo, de que importaria se o olhar da alteridade somente lhe enxergasse como obesa? Ainda que tenha cedido à norma, a professora tenta justificar que sua atitude foi uma questão de oportunidade, mais uma vez dizendo que emagrecer não era o seu objetivo, mas terminou emagrecendo, não porque o Estado, ou a sociedade, lhe cobraram isso, também não foi por questão de *estética e nem de saúde*, mas porque viu que emagrecer tem seu lado bom: a disposição e o treinamento físico. Os enunciados de Bruna só fazem encontrarem-se com a norma, ou seja, no emagrecimento é que está a disposição, na obesidade está a indisposição; no emagrecimento é que estão a saúde e o treinamento

⁷³ Disponível em << <http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2014/05/professora-considerada-obesa-volta-lecionar-sob-aplausos-e-emagrece.html>>>
Acesso: 08 jun. 2017.

físico, na obesidade estão a patologia e a falta de condicionamento corporal; no emagrecimento está a estética, na obesidade está a ausência da beleza.

No geral, a análise dos enunciados das reportagens sobre a não contratação dessas duas professoras permite-nos constatar a biopolítica exercida pelo governo do Estado de São Paulo: a não contratação foi respaldada, segundo o Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo (DPME) em critérios técnicos e científicos previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos daquele estado. Conforme o órgão, o documento prevê que o sujeito considerado incapaz de executar as funções exigidas pelo cargo pleiteado, não poderá ser efetivado. A DPME afirma que a obesidade mórbida é uma doença e, portanto, inibidora da capacidade de trabalho. Dessa maneira, a decisão do estado de São Paulo é viável e legal. Contudo, cabem vários questionamentos, dentre os quais o fato de a recusa da efetivação do candidato obeso já prevista no Estatuto dos Funcionários Públicos, praticamente obrigar o sujeito a se adequar ao padrão determinado pelo Estado: faz-se necessário que o sujeito avalie suas condições salútares, inclusive a obesidade, para pleitear a vaga pública. Além disso, sendo a obesidade, segundo o estatuto, uma doença, o que acontecerá com o funcionário que a adquirir ao longo da vida profissional?

O Estado simplesmente “lava as mãos”, deixando que a responsabilidade recaia somente no professor obeso. Manter um funcionário obeso é um desafio para o governo, pois aquele pode vir a ser oneroso para esse. Assim, faz-se necessário que o Estado lance mão de uma política respaldada na saúde, que garanta a plena condição de trabalho do sujeito e o menor gasto para o governo.

No biopoder exercido pelo Estado, este pode mandar que o sujeito perca peso, caso contrário, não o quer como funcionário. Estabelece-se um processo de objetivação, por meio do qual o sujeito se reconhece como doente, por ser obeso, subjetiva-se como tal e, portanto, busca sair desse lugar para que o Estado o aceite.

A partir dessa concepção podemos compreender os enunciados produzidos pela professora Bruna nos quais a mesma afirma que *emagrecer tem o seu lado bom*, como os de um sujeito objetivado/subjetivado pelo biopoder que considera que o Estado lhe prestou um favor, já que o ajudou a enxergar o lado bom do emagrecimento. Aqui, percebemos a efetivação da biopolítica, pois ainda que o Estado exija o controle do corpo sujeito, esse não encara isso como algo ruim, pelo contrário, aceita ser controlado porque acredita que o controle fez dele uma pessoa melhor, mais saudável, com bom condicionamento físico.

As análises nos dão indícios de que o governo exerce eficazmente seu biopoder a partir de estratégias biopolíticas, controlando os corpos, “exigindo” do sujeito a responsabilidade individual sobre si mesmo, apoiando-se na concepção de que, ao exigir, presta um serviço a favor da vida de cada um. E além disso, dá plena visibilidade ao exercício do controle, expondo por argumentos eufóricos

(...) na atualidade os apelos ao autocontrole e à disciplina visam exclusivamente o controle do corpo. A nossa obsessão com o domínio do corpo, das suas performances, movimentos e taxas substitui a tentativa de restaurar a ordem moral. O corpo torna-se o lugar da moral, é seu fundamento último e matriz da identidade pessoal. A sexualidade, elemento fundamental da dietética dos movimentos oitocentistas, ocupa um segundo plano nas bioacções contemporâneas. Nas nossas sociedades, a comida ocupa o lugar da sexualidade como fonte potencial de ansiedade e patologia. O tabu que se colocava sobre a sexualidade desloca-se para o açúcar, as gorduras e taxas de colesterol. Os tabus passaram da cama para a mesa. (ORTEGA, 2008, p. 40)

Dizer isso implica dizer que ser gordo, nesse início de século XXI, é muito mais que estar fora da norma, é também estar fora da moralidade. O gordo sente-se mais culpado que o adúltero de outros tempos. Não controlar o peso do corpo, suas taxas de glicose e de gordura é atentar contra a norma social imposta.

Figura 33 – Obesidade e preconceito



Fonte: GOOGLE.COM

Na Figura 33, é possível reconhecermos a modalidade enunciativa de um cartum: a utilização da linguagem não verbal, por meio da qual se representam personagens; o objetivo de se criticar fatos da realidade por meio da sátira ou humor; o diálogo com temas mais gerais observados em seu contexto de produção. Sendo assim, é possível observarmos: i) os desenhos nos permitem identificar como personagens: os magros, que no cartum são a maioria, e o gordo, aquele que contradiz a norma social; ii) o enunciador assume a posição de crítico da realidade observada na contemporaneidade: a marginalização das pessoas consideradas obesas.

As posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhes é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos: ele é sujeito que questiona, segundo uma certa grade de interrogações explícitas ou não, e que ouve, segundo um certo programa de informação; é sujeito que observa, segundo um quadro de traços característicos (...). A essas situações perceptivas é preciso somar as posições que o sujeito pode ocupar na rede de informações (FOUCAULT, 2012 [1969], p. 63).

Ao assumir o papel de crítico social, o enunciador equipara a marginalização dos obesos à marginalização racial, já que trata os obesos como *Novos pretos*; considerando-se que o racismo seja uma atitude digna de punição, o cartum contesta o tom de imposição do padrão da magreza. Além disso, se ponderarmos que o Estado, a partir da concepção biopolítica, vem sustentando o discurso contra a obesidade, podemos dizer que o Estado também é criticado. Nessa acepção, podemos relacionar o policial ao Estado. Ainda, se fizermos o cotejamento dos sentidos produzidos por esse cartum na questão das professoras não contratadas pelo governo de São Paulo, poderíamos dizer que o policial representaria o Estado de São Paulo.

Assim, “todo um feixe de relações se encontra em jogo” (FOUCAULT, 2012 [1969], p. 64). Dentre essas relações destacamos o papel do Estado na difusão do saber sobre a obesidade: apesar de as campanhas contra a obesidade serem elaboradas pelo valor eufórico da saúde, de forma a produzir o sentido positivo do combate a essa doença, pode também, conforme o cartum analisado, desencadear processos de exclusão social, similares ao racismo.

A OMS estima que mais de 1 bilhão de adultos em todo o mundo sofram com o problema da obesidade, e destes pelo menos 300 milhões apresentem repercussões clínicas dessa condição. (...) hoje se dá um peso muito grande ao ‘estilo de vida’, atribuindo a culpa aos indivíduos pelas suas ações e escolhas na vida. (ANJOS, 2006, p. 69)

O aumento progressivo no número da população tida como obesa, pode ser a justificativa para um aumento significativo nas campanhas governamentais contra o excesso de peso ou a obesidade, ao redor do mundo. Os governos dos países nos quais os índices de obesidade desafiam o Estado, têm buscado o controle dessa doença por meio de campanhas de conscientização que visam produzir o efeito positivo do controle sobre o corpo como forma de se afastar a malignidade provocada pelo peso excessivo.

Dentre as campanhas mundiais, aquela iniciada em fevereiro de 2010 pela ex-primeira-dama estadunidense, Michelle Obama, contra a obesidade infantil em seu país, nos dá indícios de como o Estado vem requerendo o controle do corpo social cada vez mais cedo, quer dizer, quanto antes o sujeito aprender a se controlar, melhor para o Estado. Naquele ano, pesquisas revelaram que uma em cada três crianças norte americanas estava obesa ou acima do peso e, segundo a primeira dama, o custo anual do estado ao tratar os males relacionados a isso estava em torno de US\$ 150 bilhões. Crianças obesas geram um risco maior para o grupo social: além de estarem mais propícias a uma série de doenças, há que se pensar nas possibilidades de essas crianças se tornarem adultos doentes, diminuindo assim o quantitativo de população economicamente ativa. Sem dúvida, uma população infantil obesa seria extremamente oneroso para qualquer Estado. Não seria diferente no Brasil.

De acordo com o Portal Brasil⁷⁴, já em 2013, o percentual de sujeitos obesos ultrapassou mais da metade da população brasileira. Essa situação só fez corroborar os procedimentos biopolíticos adotados pelo Estado. Por isso mesmo, a modalidade enunciativa das campanhas de conscientização é uma estratégia que vem sendo amplamente adotada pelo governo brasileiro. Em 11 de março de 2013, o então ministro da saúde, Alexandre Padilha, lançou em nosso país, uma campanha do governo federal de combate à obesidade infantil. Mas essa não foi a única campanha. Em novembro de 2015, a então presidenta Dilma Rousseff lançou o *Pacto Nacional Para Alimentação Saudável*⁷⁵ e em março de 2016, o governo brasileiro lançou a campanha *Brasil Saudável e Sustentável*⁷⁶. Podemos considerar que essas campanhas construíram, ao longo desses

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2013/08/obesidade-atinge-mais-da-metade-da-populacao-brasileira-aponta-estudo>> Acesso em: 27 de set. de 2014.

⁷⁵ Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/com-novo-desafio-pacto-nacional-mobiliza-governos-e-sociedade-pela-alimentacao-saudavel>>. Acesso em: 04 de out. de 2017.

⁷⁶ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2016/04/acoes-do-governo-combatem-obesidade-e-sobrepeso>>. Acesso em: 27 de set. de 2014.

anos, uma modalidade enunciativa que, inclusive, possibilitou a emergência de muitas outras do mesmo tipo, em diversas esferas da sociedade.

Figura 34 – Campanha contra a obesidade



Fonte: GOOGLE.COM

Figura 35 – Campanha contra a obesidade - Unimed



Fonte: GOOGLE.COM

É possível reconhecermos nas peças publicitárias da Figura 34 e da Figura 35, o discurso de interdição à obesidade. Esse discurso aqui também aparece na mesma

modalidade enunciativa: são campanhas que pretendem ensinar à população sobre a obesidade. Sendo assim, o enunciador assume a posição daquele que domina esse saber e, por isso, pode ensinar aos demais. Para isso, usa enunciados construídos a partir da injunção: verbos no imperativo que aconselham as melhores atitudes para que o sujeito enunciatário possa conseguir vencer a obesidade. Entre Figura 33 e Figura 34, podemos considerar uma gradação dos sentidos, já que dizer não à obesidade pode significar adotar as atitudes de combate a ela: *abandone o sedentarismo, substitua doces por frutas, mantenha hábitos mais saudáveis*.

No conjunto dos cartazes, podemos observar que se inscreve na continuidade: remédios são oferecidos às diversas doenças; nessa continuidade, o sentido patológico de obesidade está no uso da expressão *Obesidade – O melhor remédio é a atitude*, no qual temos: não há dúvidas sobre o fato da obesidade ser doença, visto que há remédio para ela; no entanto, o conjunto enunciativo instaura uma descontinuidade, porque o que se oferece não é um medicamento, mas sim hábitos tidos como saudáveis: *abandone o sedentarismo, substitua doces por frutas*. Os hábitos tidos como saudáveis são sugeridos também por meio das ilustrações que acompanham o texto verbal; nesse, há a contraposição de hábitos saudáveis e hábitos não saudáveis, de forma que se construa o sentido da opção, ou da possibilidade de se escolher entre um e outro. Podemos considerar que esse tipo de organização constitua uma modalidade enunciativa repetível, bastante adotada no discurso midiático, por exemplo, nos enunciados sobre o certo e o errado; o antes e o depois. Por tudo isso, poderíamos dizer que, de modo geral, o sentido produzido é que obesidade uma doença da qual o(s) sujeito(s) pode(m) escolher sofrer.

Na campanha, podemos considerar que a *Unimed* esteja adotando uma gestão similar à adotada pelo Estado, quando esse pauta-se na concepção biopolítica. Isso porque, como empresa de saúde, é interessante para *Unimed* diminuir seus próprios custos, tal qual é interessante para o Estado; conseqüentemente, a *Unimed* assume o discurso da saúde, pautando-se nos valores positivos disso. A diferença entre as campanhas da *Unimed* e as governamentais é o público alvo: as primeiras, destinam-se aos usuários de um plano de saúde particular, as segundas, de um plano de saúde pública. Contudo, há similaridades entre ambas.

Considerando-se que as campanhas desse tipo podem propiciar a objetivação do(s) sujeito(s), é preciso pensarmos nos seus impactos também para a produção de subjetividades contemporâneas. Como um sujeito pode se constituir a partir de campanhas

desse tipo contra a obesidade? É possível inferirmos que o(s) sujeito(s) podem se constituir como pessoas que escolheram/ escolhem estar doentes; um dito muito propício às estratégias biopolíticas.

Não obstante, as construções enunciativas similares a essa tornaram-se recorrentes quando um enunciador, pretende dizer que é preciso emagrecer, ou ainda como se deve/pode emagrecer. Nesse mesmo contexto, podemos considerar outras construções enunciativas assumidas pela mídia, por exemplo, na tentativa de se ensinar/determinar/dizer o que o(s) sujeito(s) deve(m) comer, de forma que outro sentido que pode circular intensamente é aquele que diz que somos o que comemos. Nesse, podemos considerar que a culpa pelo excesso de peso também recai sobre o(s) sujeito(s) que fizera(m)/faz(em) escolhas erradas.

Figura 36 – *Lowcarb*



Fonte: NÃOSOUEXPOSIÇÃO.COM

Sobre a Figura 36, devemos dizer que circulou intensamente nas redes sociais em junho de 2017, ilustrando postagens sobre um tipo especial de dieta chamado de *dieta lowcarb*. Essa dieta recomenda a ingestão de carboidratos de baixa caloria, como por exemplo, a batata doce e o inhame; em contrapartida, pode restringir/proibir a ingestão dos carboidratos do glúten, dentre os quais, o pão.

Considerando-se a organização enunciativa da Figura 36, podemos considerar que ela pertença a mesma modalidade enunciativa das peças publicitárias das campanha contra obesidade da *Unimed*. Isso porque podemos notar a contraposição de imagens e de ditos,

que podem produzir o sentido da escolha. Por conseguinte, as mulheres têm duas escolhas: comer pão e ser/ficar como o corpo mostrado à esquerda, ou não comer pão e ser/ficar como o corpo mostrado à direita; é tão somente uma questão de escolha da(s) mulher(es). Nesse contexto, é possível admitirmos que haja um processo de objetivação da(s) mulher(es) a partir do que come(m) e conseqüentemente, a subjetivação dela(s) pelo mesmo motivo. Isso afeta a produção de subjetividades: visto que o pão é um dos alimentos mais populares e de maior consumo entre os brasileiros, as chances de a(s) se reconhecer(em) no enunciado da esquerda são maiores. Por consequência, a(s) que se reconhece(m) à esquerda pode(m) se sentir impelidas a adotarem a *dieta lowcarb*.

Obviamente, cabem problematizações quanto à Figura 36, dentre as quais, a saber. Em que medida é possível determinar com certeza o que alguém come, observando-se apenas a imagem de seu corpo físico? Entre os nutricionistas há um consenso de que a anamnese pode ser construída a partir de questionamentos e indagações feitas ao próprio paciente, acerca de seus hábitos alimentares. “A avaliação do estado nutricional compreende diferentes etapas que se complementam: avaliação antropométrica, dietética, clínica, laboratorial e psicossocial, tendo como objetivo realizar diagnóstico e identificar a intervenção necessária” (BRASIL, 2006, p. 28).

Desse modo, podemos inferir que a simples observação do corpo não pode equivaler a um exame clínico; portanto, não podemos considerar: i) que a mulher que ilustra o quadro da esquerda realmente come pão, porque isso somente uma anamnese nutricional poderia revelar; ii) que a mesma mulher não esteja/seja saudável porque come pão, ou mesmo porque é mais gorda que a do lado, já que o diagnóstico de uma avaliação nutricional depende de avaliações mais complexas que uma observação.

Podemos questionar ainda, o sentido da necessidade da restrição alimentar dos carboidratos do tipo do pão. É possível percebermos que esse sentido pode ser facilmente contradito se observarmos os dados acerca do consumo de pães no Brasil. O site do Sebrae⁷⁷ informa que o setor de panificação registrou um faturamento de, R\$84,7 bilhões, em 2015; isso representa um crescimento de 2,7%, comparando-se aos dados do ano anterior. Isso nos faz compreender que muita gente come pão, contudo, não podemos dizer

⁷⁷ Pesquisa disponível em <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/1d1784d5c1db6c8041c935ce276bb323/\\$File/5918.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/1d1784d5c1db6c8041c935ce276bb323/$File/5918.pdf)>. Acesso em 12 de out. de 2017.

que todos os consumidores desse tipo de alimento são/estejam gordos ou obesos, mas podemos inferir que deve haver muitos magros que comem pão.

Paralelamente ao aumento no consumo de pães, temos uma diminuição no consumo de alimentos considerados básicos e tradicionais, como por exemplo o feijão. Conforme os resultados da *Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico*⁷⁸(Vigitel), realizada em todas as capitais do país, divulgados em 17 de abril de 2017, pelo Ministério da Saúde, o consumo de feijão diminuiu de 67,5%, em 2012, para 61,3%, em 2016. Parece haver indícios de uma mudança no perfil alimentar dos brasileiros que podem estar contribuindo com o aumento dos índices de obesidade, pois a mesma pesquisa apontou que uma em cada cinco pessoas no Brasil, está acima do peso, de modo que a prevalência da obesidade entre a população passasse de 11,8%, em 2006, para 18,9%, em 2016.

Não há dúvidas de que os dados são alarmantes, especialmente quando sabemos que índices de obesidade em ascensão também promovem o aumento da incidência de hipertensão, por exemplo. E nesse contexto, ao analisarmos as campanhas publicitárias de combate à obesidade, como a da *Unimed*, não se trata de nos posicionarmos contrários a elas, nem mesmo às governamentais. Nossa intenção é ponderar sobre os sentidos que essas campanhas produzem, bem como os que elas fazem circular, suscitando outros discursos assumidos pela mídia: os dados do Ministério da Saúde foram excessivamente divulgados pela mídia impressa e televisiva, desencadeando uma série de reportagens sobre como combater o mal da obesidade, como emagrecer, dentre outros.

Refletindo sobre tudo que dissemos, poderíamos nos questionar qual deveria ser o papel do governo frente a tudo isso, já que os índices de obesidade estão tão altos, quais medidas precisariam ser tomadas para que o Estado pudesse colaborar com a diminuição desses índices? Ao ser questionado sobre o assunto, o então ministro da saúde, Ricardo Barros afirma⁷⁹:

E61: *O Ministério da Saúde tem priorizado o combate à obesidade com uma série de políticas públicas, como Guia Alimentar para População Brasileira. A alimentação*

⁷⁸ Pesquisa disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/saude/2017/04/obesidade-cresce-60-em-dez-anos-no-brasil>>. Acesso em 12 de out. de 2017.

⁷⁹ Disponível em: < <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/obesidade-atinge-1-em-cada-5-brasileiros-aponta-pesquisa-do-ministerio-da-saude.ghtml>>. Acesso em 12 de out. de 2017.

saudável aliada à prática de atividade física nos ajudará a reduzir a incidência de doenças como diabetes e hipertensão na população.

O ministro fala de uma série de políticas públicas, mas cita apenas uma, sendo que essa, não se trata exatamente de uma medida estrategicamente adotada pelo governo para combater a obesidade, mas sim de um documento que trata das recomendações alimentares.

O Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado em 2006, apresentou as primeiras diretrizes alimentares oficiais para a nossa população. Diante das transformações sociais vivenciadas pela sociedade brasileira, que impactaram sobre suas condições de saúde e nutrição, fez-se necessária a apresentação de novas recomendações. A segunda edição do guia passou por um processo de consulta pública, que permitiu o seu amplo debate por diversos setores da sociedade e orientou a construção da versão final, aqui apresentada. Tendo por pressupostos os direitos à saúde e à alimentação adequada e saudável, o guia é um documento oficial que aborda os princípios e as recomendações de uma alimentação adequada e saudável para a população brasileira, configurando-se como instrumento de apoio às ações de educação alimentar e nutricional no SUS e também em outros setores. Considerando os múltiplos determinantes das práticas alimentares e, a complexidade e os desafios que envolvem a conformação dos sistemas alimentares atuais, o guia alimentar reforça o compromisso do Ministério da Saúde de contribuir para o desenvolvimento de estratégias para a promoção e a realização do direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2014, p. 06).

Nesse sentido, podemos considerar que o *Guia Alimentar para População Brasileira* corresponde à urgência percebida pela gestão biopolítica, no interior do dispositivo de controle do corpo, seu peso e suas medidas. Podemos dizer que esse guia tenha sido produzido no entremeio das relações do saber médico-nutricional e poder estatal. A partir dessa relação, o dispositivo de controle do corpo, seu peso e suas medidas, espalha suas ramificações sociais, o discurso da necessidade do controle pulveriza-se e o(s) sujeito(s) podem assumir a responsabilidade pela própria obesidade, como se os seus hábitos alimentares fossem as únicas causas da doença. Tudo isso só faz reforçar outros discursos, por exemplo aquele que diz que somos o que comemos.

Considerando-se que a diminuição no consumo dos alimentos básicos como o feijão possa revelar alterações no perfil alimentar da população brasileira, isso poderia justificar o aumento da obesidade e, sendo assim, poderíamos considerar que o(s) sujeito(s) são o que come(m). Contudo, essa pode ser uma conclusão superficial, que serve mais às estratégias biopolíticas que para dar explicações sobre o aumento da obesidade. É preciso pensarmos que nem sempre a alimentação é uma questão de escolha, isso porque muitas

vezes, o(s) sujeito(s) come(m) aquilo que lhe(s) é mais oferecido, vendido, ofertado. Outra questão é o fato de que, na maioria das vezes, o(s) sujeito(s) comem aquilo que seu dinheiro pode pagar, ou comprar.

Nessa acepção, políticas públicas que pudessem contribuir com a diminuição dos índices de obesidade talvez devessem ser aquelas que visam a diminuição do uso do açúcar, do sódio e dos conservantes nos alimentos industrializados, por exemplo; ou mesmo aquelas em que o incentivo para a produção de frutas, legumes e hortaliças orgânicas, de modo que o custo delas pudesse ser barateado. Essas medidas poderiam ampliar a oferta de alimentos menos calóricos e mais saudáveis. Podemos deduzir que, pode ser que os índices de obesidade ainda aumentem em nosso país, visto que alimentar-se de forma mais saudável, não é meramente uma questão de escolha do(s) sujeito(s), como o governo quer que acreditemos que seja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Usando as lentes foucaultianas, adentramos no perigoso terreno do discurso, para analisarmos uma temática que sabemos não se esgotar em uma única tese. Por isso, podemos dizer que seja muito arriscado chamarmos este trecho de *final*. O que cabe a nós fazermos agora é alinhar as questões e reafirmar as ideias que expusemos ao longo de nosso texto, a fim de comprovarmos nossa tese inicial, com o cuidado de deixarmos abertas algumas trilhas a serem percorridas pelos que poderão vir depois de nós. Se pleiteamos o título de analistas do discurso, é preciso considerarmos que múltiplos olhares, outras memórias e, por que não, alguns embates possam vir enriquecer as discussões produzidas nesta pesquisa. Talvez, por isso mesmo, nunca seja fácil embrenhar-se pelo campo do discurso, porque os resultados aos quais chegamos são, tão somente, simulacros de um final.

Mais de um século separa as mulheres dos primeiros anos de 1900 e as mulheres de 2017, contudo, todas elas foram/são objetivadas e subjetivadas pelo dispositivo de controle do corpo. O corpo está no centro de toda relação de poder. Mas o corpo das mulheres é o centro de maneira imediata e específica.” (PERROT, 2005, p. 447).

Em *O discurso: construção da mulher bonita/saudável*, vimos que, de início, o dispositivo de controle do corpo objetivava as mulheres por meio de apelos morais e princípios religiosos, porque a urgência era sustentar a estrutura patriarcal. Objetivadas como *as para casar* e *as outras*, as mulheres seguiram, muitas vezes tendo que abrir mão de suas opiniões e de seu próprio desejo. O saber-poder dos discursos religioso, moralista e masculino produziram práticas discursivas e não discursivas a partir das quais as mulheres foram objetivadas e subjetivadas. Naquele contexto, as subjetividades femininas eram poucas: filha e depois esposa obediente, dona de casa prendada, mãe e esposa dedicada, religiosa, respeitável, ou *as outras*. Essas últimas podem ser tidas como aquelas mulheres que foram colocadas à margem, considerando o o poder da época, porque contrariaram os princípios da Igreja e os ditos de grande parte da sociedade. Isso implica que a produção de subjetividades, no dispositivo de controle do corpo, já estava afetada por um caráter excludente. Devemos dizer ainda que naquela disposição, o discurso ainda não havia feito

o olhar se direcionar para a gordura corporal, sendo que essa ainda estava em seu momento de glória, justamente porque era indício de ascendência e/ou de robustez.

Como todo dispositivo de controle, o do corpo também soube responder às urgências que lhe foram sendo impostas. Nas primeiras décadas de 1900, os anúncios da modernidade trouxeram novas relações sociais, pautadas pela agilidade e pela industrialização, especialmente nas camadas sociais mais abastadas. Ao mesmo tempo, houve a emergência dos ditos de um novo modo de pensar o papel social das mulheres na estrutura patriarcal: o discurso do feminismo lançava na sociedade os seus primeiros enunciados. Frente à iminência do feminismo, o dispositivo de controle do corpo respondeu, produzindo enunciados que deslocaram o olhar social para o volume abdominal especialmente acumulado pelas mulheres após o parto, logo após, para a gordura no corpo de modo geral. Soltaram-se algumas amarras: as mulheres ganharam o direito ao voto, por exemplo; ao mesmo tempo em que outras se costuravam: a postura ereta e a silhueta longilínea se impunham como o signo da dita modernidade.

Na produção enunciativa, os verbos *adelgaçar* e *emagrecer* compõem uma regularidade contrária à obesidade; essa poderia ser vencida por aquelas que podiam pagar pela banho-terapia, pelas massagens, ou mesmo pelas pílulas anunciadas nos jornais da época. As relações de saber-poder entrecruzavam-se pelos discursos da Medicina, da Estética, e da Moda. As subjetividades produzidas naquele íterim também não escaparam do viés da exclusão, ao contrário, esse viés ampliava-se à medida que as mulheres de baixa renda, por não poderem financiar os tratamentos estéticos que as *adelgaçariam*, distanciavam-se da modernidade.

No período compreendido entre os anos 1940 e 1990, observado no capítulo *A vigilância da silhueta: os pesos e as medidas de uma consciência corporal*, outras urgências balançaram o dispositivo de controle do corpo. A onda de industrialização que chegou ao país trouxe novos hábitos, dentre os quais o uso dos alimentos prontos, ricos em conservantes e mais calóricos, e a diminuição do esforço físico, por conta dos muitos eletrodomésticos. Estabeleceu-se uma lógica de mercado, na qual o discurso consumista espetacularizou os corpos femininos, construindo regularidades enunciativas nas quais o corpo de uma mulher era usado para alavancar as vendas de um produto. Mas essa produção era uma estratégia que não vendia apenas o artigo anunciado, vendia também a imagem daquele corpo que ilustrava a mensagem. Aquele corpo era um corpo docilizado,

que só podia estar na posição em que estava, porque se submetia aos ditos do discurso da magreza.

Concomitantemente, a obesidade foi esquadrihada pela Medicina e inserida no quadro de doenças da OMS. Mais do que nunca, fazia-se urgente docilizar o corpo, não somente para promover o consumo, mas também para que a população não viesse a desenvolver a doença. A gordura corporal tornou-se o signo da patologia: os obesos, fossem homens ou mulheres, ricos ou pobres, incomodavam a sociedade. Na produção enunciativa, especialmente do discurso midiático e em seu domínio associado, a associação entre obesidade e doença circulou intensamente e produziu sentidos que puderam suscitar práticas desenvolvidas a partir daquele momento: pesar o corpo, fazer o cálculo do IMC, consumir *shakes* e alimentos de baixo teor de gordura, tudo para que se conseguisse o emagrecimento. Naquela configuração, o dispositivo de controle do corpo produziu subjetividades para as mulheres: as magras eram bonitas e participavam da vida social; as gordas, podiam ser doentes, se obesas; feias e tristes, porque não se sentiam bem para frequentar os clubes e as danceterias, por exemplo. O teor excludente ampliou-se.

Apesar de muitos enunciados propagarem os percalços dos sujeitos obesos, as taxas de obesidade só cresceram. Esse aumento progressivo estabeleceu uma importante urgência para o dispositivo de controle do corpo: o governo percebeu os riscos para os cofres públicos, se as taxas [de sujeitos obesos] continuassem crescentes. Desse modo, o que temos, a partir dos anos 1990, é uma gerência biopolítica do corpo social contra o mal da obesidade.

O quarto capítulo, *Entre a tolerância e a ditadura*, comentou especificamente sobre a gestão biopolítica, cujos princípios norteadores são os da saúde, por isso, a produção discursiva passou a enunciar que controlar o peso do corpo fazia/faz bem ao(s) sujeito(s), logo é bom que ele(s) aprendesse(m) a se alimentar corretamente. Contudo, o mesmo dispositivo que condena a gordura da obesidade, viu-se impelido a responder a outra urgência: a oferta de alguns produtos, como os artigos de vestuário, por exemplo, para as mulheres gordas que não podiam encontrar peças de seus tamanhos.

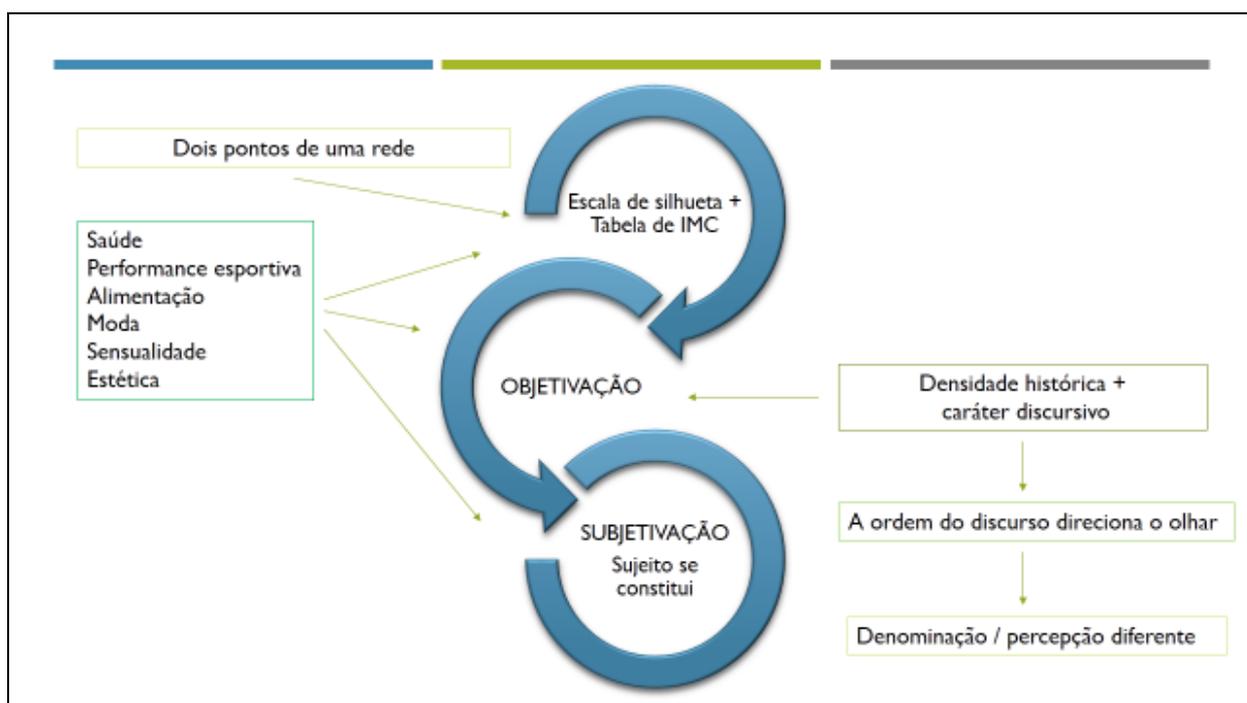
Fez-se urgente e necessário abrir um espaço para a resistência: a modelagem *plus size* veio para estabelecer sentidos que pudessem recuperar as consumidoras; no entanto, a resistência terminou sendo capturada pelo dispositivo de controle do corpo: é possível que as mulheres gordas/obesas sejam consideradas bonitas, sensuais e atraentes, desde que estejam bem arrumadas, bem vestidas e “andem na moda”. Ponderemos assim: para o

consumo, as mulheres podem ser gordas/obesas, porque assim poderão consumir os produtos *plus size*, entretanto, para o governo, não podem, pois isso pode onerar o Estado.

O nosso estudo objetivou provar a tese de que há um dispositivo de controle do corpo do(s) sujeito(s) que, ao longo do século XX e XXI, ampliou suas configurações, de forma que pôde chegar a atuar estrategicamente mediante postulados biopolíticos; no que tange ao corpo feminino em especial, esse dispositivo autorizou visibilidades e dizibilidades, construídas em enunciados semiológicos, conforme as relações de saber-poder de cada época, legitimando práticas discursivas e não discursivas que puderam objetivar as mulheres a partir do peso de seus corpos e das medidas de sua silhueta, interferindo, assim no processo de produção de suas subjetividades.

Acreditamos que as análises empreendidas tenham provado a tese acima. Como forma de sintetizar o que dissemos até aqui, elaboramos os seguintes quadros:

Figura 37 – Síntese - 1

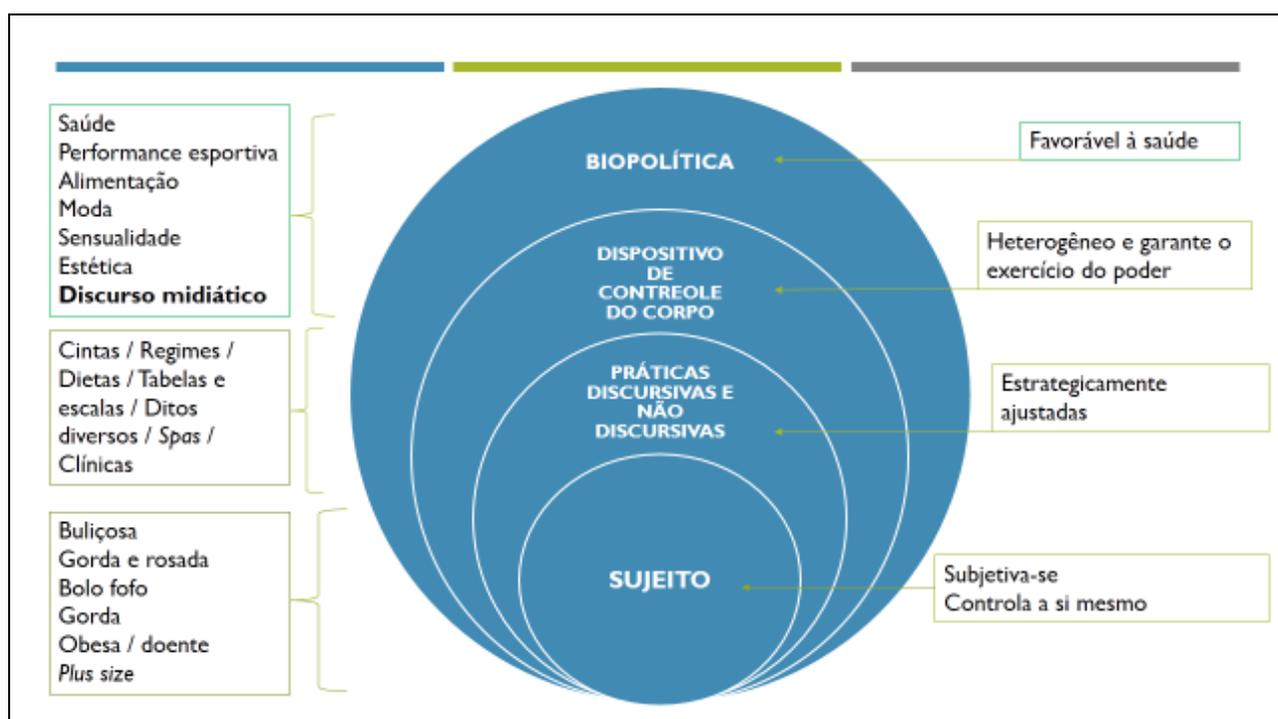


Fonte: Arquivo pessoal

A imagem central da Figura 37, que podemos considerar uma analogia a algemas que não estão fechadas, tentou ilustrar a seguinte linha de raciocínio: escala de silhueta, juntamente com a tabela de IMC, produziram a objetivação do peso dos corpos, ou seja, o peso e a silhueta tornaram-se objetos de saber sobre o corpo; esses objetos de saber, por

circularem socialmente em diversas esferas sociais, possibilitou que os sujeitos se reconhecessem nos desenhos das silhuetas e/ou nas categorias do IMC; isso propiciou um processo de subjetivação. A escala de silhueta e a tabela de IMC são, tão somente, dois nós na rede do dispositivo de controle do corpo, há outros que advêm de diversos discursos, conforme aponta o quadro à esquerda: saúde, performance esportiva, alimentação, moda, sensualidade, estética, dentre outros. Do lado direito, a ilustração aponta que a objetivação tem densidade histórica e caráter discursivo, capaz de direcionar o olhar da alteridade para os detalhes dos corpos, passando a percebê-los e a nomeá-los. Isso pode justificar, por exemplo, os enunciados que introduziram esse trabalho: *Não posso comer goiabada porque sou gorda!* O olhar da recriminação da alteridade foi construído pela objetivação produzida pelo discurso de controle do corpo.

Figura 38 – Síntese - 2



Fonte: Arquivo pessoal

Na Figura 38, usamos círculos concêntricos, com os quais pretendemos sintetizar a situação contemporânea [2017] do dispositivo de controle do corpo. Neste momento, ele responde a algo que é maior e abarca, inclusive, outros dispositivos: a administração biopolítica estatal; por isso a esfera mais ampla de nossa ilustração é chamada de

biopolítica e desenhada de forma a evidenciar que ela contém todas as demais: o dispositivo de controle do corpo, as práticas discursivas e não discursivas e o sujeito.

Em nosso desenho, cada uma das esferas recebe apontamentos à esquerda e à direita. Os primeiros trazem os discursos, as práticas e os termos que regularmente foram/são usados para referenciar os sujeitos de corpos mais gordos, respectivamente. Já os apontamentos da direita, trazem as características de cada esfera.

Quadro 3 – Síntese sobre o dispositivo de controle do corpo feminino

DISPOSITIVO DE CONTROLE DO CORPO FEMININO				
F O C O	Controle do corpo	Controle do corpo e seu peso	Controle do corpo, seu peso e suas medidas	Controle do corpo, seu peso, suas medidas, sua alimentação
		Comportamento	Barriga / Talhe ou porte / Peso	Peso / Medidas / Docilização do corpo/ Espetacularização do corpo
S A B E R - P O D E R	Discurso religioso Sociedade patriarcal Moral	Discursos: médico / da estética / da moda / midiático	Discursos: médico / da estética / da moda / Midiático / publicitário / socialização. Lógica do consumo	Gestão biopolítica Discursos: médico / da nutrição / da estética da moda / midiático / publicitário / de socialização / da real beleza / do politicamente correto / da sensualidade. Lógica do consumo
P R Á T I C A S	Ir à igreja Cuidar da beleza do rosto	Uso de cintas / massagens / banhoterapia / pílulas / frequentar Instituto de Modelagem Física	Pesar o corpo / ingerir <i>shakes</i> e alimentos com teor de gordura reduzido / calcular o IMC / medir a cintura / frequentar clubes e danceterias / fazer ginástica aeróbica / praticar esportes dietas e regimes	Pesar o corpo / calcular o IMC / medir a cintura / contar calorias dos alimentos / escolher os alimentos pela cor / reeducação alimentar / praticar atividade física / Low carb
G O R D U R A	Signo da maternidade / Ascendência	Signo do ultrapassado / do desleixo	Signo da patologia	Signo da epidemia
T E R M O S	Robusta Buliçosa Gorda Rosada	Senhoras gordas Bolo / bolo fofo Talhe deformado Corpo monstruoso Adelgaçar / emagrecer Obesidade	Participar da alegria IMC Obesidade Doença	Obesidade Epidemia Perda de peso Ganho de massa muscular Alimentação saudável

C O R P O S	Revista Feminina Fonfon Cigarra	Manchete	Manchete O globo	O globo Mídia online

Fonte: Arquivo pessoal

O quadro 3 foi elaborado por nós, com vistas a condensar as diferentes configurações do dispositivo de controle do corpo feminino, no ínterim observado em nossa pesquisa. Pensamos que essas sintetizações possam colaborar com a produção de outras, sobre outros dispositivos.

Essa pesquisa iniciou-se de uma vontade nossa de verdade sobre o corpo feminino objetivado como obeso. Apesar de nosso trabalho ter apresentado muitas discussões sobre a temática analisada, não consideramos que ele seja a única verdade, ou o final. Muitos debates ainda estão por vir. E seria bom que viessem! Cientes de que a sobretaxa de peso pode ser um dos argumentos desencadeadores de exclusão e misoginia, quando se trata do sexo feminino, ainda neste século XXI, temos a dizer que, mesmo após muitas décadas terem se passado desde que as mulheres reivindicaram o direito ao aborto, à liberdade sexual e ao controle do próprio corpo⁸⁰, o corpo feminino ainda sofre coerções relativas ao controle de seu peso e à proporção de suas medidas decorridos, sobretudo, das exigências

⁸⁰“Nosso corpo nos pertence!” - No final dos anos 1960, começo dos 1970, na Europa e nos Estados Unidos, ocorreu a emergência de um movimento feminista autônomo e radical que, ao propor a politização da esfera privada, dá visibilidade política ao corpo. Politizar o privado significava ampliar a visão da política para além dos limites da esfera pública e de suas implicações institucionais, como também, considerar que as relações de poder entre os gêneros atravessavam as duas esferas, isto é, o conjunto das relações sociais. O movimento surgiu em um contexto histórico especial, no qual, os movimentos, ditos minoritários, traziam à tona novos sujeitos políticos, novas identidades coletivas, novas problemáticas, que propiciavam contornos multiformes à vida política e social. Negros, mulheres, pacifistas, estudantes, homossexuais, entre outros grupos, conquistavam o direito de falar a partir de suas questões específicas, na contramão dos discursos políticos tradicionais, que costumavam falar em nome de um sujeito uno e universal. Esses movimentos sociais visavam transformações profundas nas relações sociais, cada qual por meio de problemas específicos. O feminismo, ao formular, teórica e politicamente, uma crítica aos mecanismos de controle do corpo e da sexualidade feminina, entre outras questões, busca(va) subverter as relações de gênero que perpassa(va)m o conjunto das relações sociais. (SCAVONE, L. *Nosso corpo nos pertence? Políticas feministas do corpo*. Niterói, v. 10, n. 2, p. 47-62, 1. sem. 2010. P. 47-62. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUK EwiUi43X7t_PAhVCEZAKHdMHDIwQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.revistagenero.uff.br%2Findex.php%2Frevistagenero%2Farticle%2Fdownload%2F4%2F1&usg=AFQjCNHnldz_dbId5Lej7a2h-AISK6zcTww&bvm=bv.135974163,d.Y2I> Acesso: 16 out. 2016.

impostas tanto por modelos vigentes, quanto pelo poder das normas sociais. Muitas mulheres ainda podem se sentir aprisionadas em uma rede de recomendações que incidem diretamente sobre o peso de seu corpo e as medidas de sua silhueta. Sendo assim, podemos dizer que seria interessante que alguma pesquisa tratasse do posicionamento do discurso jurídico frente ao preconceito com as pessoas obesas, fazendo o cotejamento com os discursos que tratamos aqui. Mas, não é só isso.

A nosso ver, ainda cabem muitas outras problematizações, especialmente, aquelas que questionem o posicionamento do governo nessa conjuntura biopolítica estabelecida por ele mesmo. O Estado pode ter tomado medidas administrativas no passado que surtiram/surtem seus efeitos na contemporaneidade: quando o governo brasileiro abriu o nosso mercado para os alimentos industrializados, de forma que até mesmo a disposição dos supermercados incentivam o consumo dos produtos prontos, não se mediram as consequências, porque era necessário injetar dinheiro no país. Contudo, as inadequações anteriores parecem ter sido apagadas da memória política, talvez porque seja mais fácil / conveniente não contratar os obesos. Ou ainda, deixar que os resultados da política adotada nas décadas passadas sejam recaiam sobre os sujeitos, como se a culpa fosse unicamente deles, quando pode ser que nem tudo, em se tratando de alimentação, seja realmente uma questão de escolha individual.

O quadro síntese mostra-nos que houve ampliação e especificação das formas de controle do corpo. O refinamento do controle justifica-se pela forma como se inscreve na sociedade discursivamente essa problemática: se é o signo do desleixo, é individual, se o signo da patologia refere-se a parte da população, já se é o signo da epidemia, todos estão conclamados de forma incontornável. Esse dispositivo de controle corporal atua por meio de discursos, que em nossa análise revelou seus movimentos, mostrando suas continuidades e descontinuidades e suas formas de objetivação e sequente subjetivação das mulheres na sociedade brasileira. Esses discursos que expõem a importância do controle corporal são tão fortemente sustentados pelas relações de saber-poder que são inexpressivas as possibilidades de resistência, ainda que se sinta cotidianamente a imposição desse discurso.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? In: _____. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009. P. 25-51.
- ANJOS, L.A. dos. *Obesidade e saúde pública*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. Coleção Temas em Saúde.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA. Diretrizes brasileiras de obesidade 2009/2010.3.ed. Itapevi, SP: AC Farmacêutica, 2009. Disponível em <http://www.abeso.org.br/pdf/diretrizes_brasileiras_obesidade_2009_2010_1.pdf> Acesso em 12 de janeiro de 2017.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Tradução brasileira de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução brasileira de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BARTHES, R. [1961]. A mensagem fotográfica. In: _____. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Tradução brasileira de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 11-25.
- _____. [1964]. A retórica da imagem. In: _____. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Tradução brasileira de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 27-43.
- BERNARDES, E. De um corpo tão gentil como profano: um arquivo jurídico sobre as prostitutas no Brasil (1940-2012). (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2017.
- BERT, J-F. *Pensar com Foucault*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2013.
- BORDO, S.R. O corpo e a reprodução da feminilidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: BORDO, S.R.; JAGGAR, A.M. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 19-38.
- BRAGA, A.B. *História da beleza negra no Brasil: discursos, corpos e práticas*. São Carlos: EdUFSCar, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Obesidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Cadernos de Atenção Básica, n. 12. Série A. Normas e Manuais Técnicos.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BUITONI, D.H.S. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. 2.ed revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Summus, 2009.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução Ingrid Muller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. *Introdução a Foucault*. Tradução Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CHISS, J-L. *Synchronie/diachronie: méthodologie et théorie en linguistique*. In: Normand, C. (Ed.), *Langages* 49, Paris: Didier-Larousse, p. 90-111, 1978.

CORBIN, A.; COURTINE, J-J.; VIGARELLO, G. (Dir.). *História do corpo: as mutações do olhar: século XX*. Tradução e revisão Ephraim Ferreira Alvez. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Vol. 3.

COURTINE, J-J. [1981]. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução brasileira de bacharéis em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

DEBOR, G. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Tradução brasileira de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: _____. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Veja, 1996.

DEL PRIORE, M. *Conversas e histórias de mulher*. São Paulo: Planeta, 2013.

DIAZ, E. *A filosofia de Michel Foucault*. Tradução Cesar Candiottto. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

ERIBON, D. *Michel Foucault 1926-1984*. Tradução brasileira de H. Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FEBVRE, L. *Pour une histoire à part entière*. Paris: Sevpen, 1962.

FERNANDES, C.A. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERNANDES JUNIOR, A.; SOUSA, K.M.de. (Orgs.). *Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Goiânia: Gráfica UFG, 2014.

FERREIRA, M.C.L. O quadro atual da análise do discurso no Brasil: um breve preâmbulo. In: FERREIRA, M.C.L.; INDURSKY, F. *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos, Claraluz, 2005, p. 13-22.

FLANDRIN, J.; MONTANARI, M. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FOUCAULT, M. [1966a]. *As palavras e as coisas*. Tradução brasileira de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. [1967]. As palavras e as imagens. In: MOTA, M.B. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução brasileira de Elisa Monteiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 78-81. (Coleção Ditos e escritos II).

_____. [1968]. Resposta a uma questão. In: MOTA, M.B. (Org.) *Repensar a política*. Tradução brasileira de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 1-25. (Coleção Ditos e escritos VI).

_____. [1969]. *A arqueologia do saber*. Tradução brasileira de Luiz Felipe Baeta Neves. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. [1970]. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução brasileira de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 21.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. [1984]. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Tradução brasileira de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 11. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução brasileira de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. [1988]. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. Poder e saber. In: MOTA, M.B (org.) *Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. O jogo de Michel Foucault. In: MOTTA, M.B. (org.) *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Ditos e Escritos IX. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.

FRANCO JÚNIOR, H. *Cocanha: a história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FREIRE, D.deS. Com açúcar, sem afeto. In: DEL PRIORE, M.; AMANTINO, M. (Orgs.) História do corpo no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 453-476.

GILMAN, S. L. *Fat: a cultural history of obesity*. Cambridge: UK Malden, MA, USA, 2010.

GONÇALVES, L.D. A Real Beleza: uma análise discursivo-crítica do “corpo diferente” presente na campanha Dove. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Viçosa (UFV), 2014.

GREGOLIN, M. do R. Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos. São Carlos: Editora Claraluz, 2007.

_____. Análise do discurso e semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V.(Orgs). *Discurso, semiologia e história*. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 83-105.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Tradução brasileira de Bethania S. Mariani... [et.al]. 3. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1997. p. 11-38.

HOUAISS, A. VILLAR, M. de S.; FRANCO, F.M. de. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

_____. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 4 ed. ver. e aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

KAKESHITA, I.S. Adaptação e validação de escalas de silhuetas para crianças e adultos brasileiros. Ribeirão Preto, 2008. 120.p. Tese (Doutorado) -Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

KAKESHITA, I.S. *et al.* Construção e fidedignidade teste-reteste de escalas de silhuetas brasileiras para adultos e crianças. *Psicologia: teoria e pesquisa*; v.25, n.2, p.263-270. Abr-jun. 2009

KAKESHITA, I.S. e ALMEIDA, S, de S. *Relação entre índice de massa corporal e a percepção da autoimagem em universitários*. *Rev. Saúde pública*; v.40, n. 3, p. 497-504, 2006.

KELEMAN, Stanley. Mito e corpo. 2ª ed. São Paulo: Summus, 2001.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução brasileira de Eni Orlandi. Campinas, Pontes, 2003.

MAUSS, M. *Les techniques du corps. Sociologie et antropologie*. Paris: PUF, 1950.

MAZIÈRE, F. *A análise do discurso: história e práticas*. Tradução brasileira de Marcos Marciollino. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MAZZOLA, R.B. Michel Pêcheux: os limites de um projeto. In: O cânone visual: as belas-
artes em discurso [online]. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2015, p. 69-
96.

Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/bywgd/pdf/mazzola-9788579836718-04.pdf>>.
Acesso: 09 jan. 2018.

MERLEAU-PONTY, M. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard, 1945. (p. 97)

MILANEZ, N. *As aventuras do corpo: dos modos de subjetivação às memórias de si em
revista impressa*. 210 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade
de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, Araraquara, 2006.

NOVAES, J.V. *Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social*. In: DEL PRIORE, M.;
AMANTINO, M. (Orgs.) *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.
477-506.

PÊCHEUX, M. [1969]. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK,
T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Tradução brasileira de Bethania S.
Mariani... [et.al]. 3. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1997. p. 59-158.

_____. [1975] *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução
brasileira de Eni Orlandi. Campinas: Editora UNICAMP, 1997.

_____. [1983]. Análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.).
por uma análise automática do discurso. Tradução brasileira de Eni Orlandi. 2 ed..
Campinas: Editora UNICAMP, 1993. p. 307-315.

PEREIRA, T.M.A. *O espetáculo de imagens na ordem do discurso midiático: o corpo em
cena nas capas da revista Veja*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Paraíba
(UFPB), 2013.

PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (Orgs.) *Discurso, semiologia e
história*. São Carlos: Claraluz, 2011.

_____. *Presenças de Foucault na análise do discurso*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

PIOVEZANI, C; SARGENTINI, V. (Orgs.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em
análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.

PEREIRA, É. F. *et al.* Percepção da imagem corporal de crianças e adolescentes com
diferentes níveis socioeconômicos na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. *Rev.
Bras. Saúde materno-infantil*; v. 9, n. 3, p. 253-262, jul.-set. 2009

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru,
SP: Edusc, 2005.

REPETTO, G. *Histórico da obesidade*. IN: HALPEN, A. et al. (Orgs.). *Obesidade*. São
Paulo: Editora Lemos, 1998. p.217-223.

REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANT'ANNA, D.B.de. *História da beleza no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. *Gordos, magros e obesos: uma história do peso no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

SANTIAGO, J. C. dos S. *Análise da obesidade em adultos jovens escolares: subsídio à educação em saúde pelo enfermeiro / 2012*.CD. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde, Fortaleza, 2012.Área de concentração: Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde. Disponível em <<http://www.uece.br/cmaccis/dmdocuments/JENIFA%20CAVALCANTE.pdf>> Acesso: 16 out. 2016.

SARGENTINI, S.; NAVARRO, P.B. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

_____. Dispositivo, discurso e produção de subjetividades. In: FERNANDES JR, A.; SOUSA, K.M. In: *Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade*. Goiânia: Gráfica UFG, 2014. P. 23-33.

_____. Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso. In: *Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015. P. 17-27.

SAUSSURE, F. *Cours de linguistique general*. Paris: Payot, 1971 [1916].

SWAIN, T. N. A desconstrução das evidências: perspectivas feministas e foucaultianas. In: SCAVONE, L.; ALVAREZ, M.C; MISKOLCI, R. (Orgs.) *O legado de Foucault*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. P. 119-137.

SOUSA, K.M de; PAIXÃO, H.P.de. (Orgs.). *Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015.

_____. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. In TASSO, I., and NAVARRO, P., orgs. *Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas* [online]. Maringá: Eduem, 2012. pp. 41-55.

SPINA, S. *A poesia de Gregório de Matos*. São Paulo: Edusp, 1F995.

VEYNE, P. *Sobre Foucault*. In: MARQUES, W. CONTI, M.A., FERNANDES, C.A.(orgs.) *Michel Foucault e o discurso: aportes teóricos e metodológicos*. Uberlândia, EDUFU, 2013. p. 81-86.

VIGARELLO, Georges. *História da Beleza: o corpo e a arte de se embelezar, do Renascimento aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

VIGARELLLO, G. *As metamorfoses do gordo: história da obesidade no Ocidente: da Idade Média ao século XX*. Tradução de Marcus Penchel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012a.

_____. *La Silhouette: du XVIII siècle à nos jours: naissance d'un défi*. Éditions du Seuil, 25, bd, Romain-Rolland, 75014 Paris, octobre 2012b.

_____. *O sentimento de si: história da percepção do corpo, séculos XVI-XX*. Tradução Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

YAZBEK, A.C. *10 lições sobre Foucault*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ZANDWAIS, G. *Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso*. Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.

JORNAIS E REVISTAS

A Cigarra, edições do ano 1924 a 1926.

A Cigarra, edições do ano 1936.

A Cigarra, edições do ano 1940.

FonFon, num. 39. 04 Jan. 1908

Manchete, edições do ano 1972

Manchete, edições do ano 1975

Manchete, edições do ano 1976

Manchete, num. 1496, Dez. 1980

Manchete, num. 1617, Abr. 1983

O Globo, edição de 25 de abr. 1993

O Globo, edição de 30 de jul. 1995

O Globo, edição de 01 de set. 1998

O Globo, edição de 05 de mar. 2007

Revista Feminina, edição Jan. de 1915

Revista Feminina, edição Mar. de 1915

Revista Feminina, edição Abr. de 1915

ANEXOS

ANEXO A – Texto de Renata Cortez

Ela foi minha professora há muito tempo. Encontrei-a e decidi cumprimentá-la. Alguém havia me contado que ela está fazendo algo para vender. Eu não me lembrava o que ao certo. Perguntei “Alguém me disse que você está fazendo algo para vender. O que é mesmo?” e ela, de pronto: “É algo que você não pode.” Fiquei um tempo fazendo download, tentando entender por que eu não poderia alguma coisa. Fiz a minha cara de estranheza, aquela que, quem convive comigo, conhece bem e disse: “O quê?” “Goiabada!” A mulher respondeu. Continuei processando as informações no meu cérebro. Neurônios se debatendo, numa dança louca, para tentar achar sentido naquilo, coerência. Fiquei tão atordoada, em busca da lógica que amarraria as pontas daquela fala, que disse somente “Ah.” e não consegui falar mais nada. Eu me despedi e virei as costas. Na virada, a luz se revelou. Não posso comer goiabada, porque sou gorda. Neste momento da revelação, meu olhar se encontrou com o olhar de uma menina, que foi minha aluna. Devia estar com cara de hora do espanto, pois minha aluna (alunos serão sempre chamados assim, nunca de ex-alunos) perguntou o que havia acontecido. relatei o pequeno e desastroso diálogo e ela se mostrou indignada. Na semana passada, essa menina que foi minha aluna me mandou um whats: “Pedi para a minha mãe fazer goiabada para você. Como faço para te entregar?”. Eu agradei e ela completou: “Rê, você pode tudo o que quiser.” Sim, eu posso. Meu corpo, minhas regras. Boto muita fé nessa geração dos meus alunos. Vejo neles um novo começo de era, como disse o Lulu, de gente fina, elegante e sincera! Minha aluna, tão jovem, superou tanto em sabedoria aquela que foi minha professora. E, no fim das contas, o maior homem de todos é que estava com a razão: Não é o que entra pela boca que nos contamina, mas o que sai dela, isso sim. (Mt 15,11)

ANEXO B – As senhoras gordas - Revista Feminina de S. Paulo

“A beleza não é compatível com os extremos; como a virtude, ela reside no meio termo. Quando a gordura é exagerada as formas se tornam monstruosas; o talhe deforma-se; o semblante perde a expressão e pode repetir-se com os latinos pingia corpora veneri inepta...” Monin

Damos a seguir o interview com um notável especialista brasileiro, o mesmo eminente professor a quem recorreremos no número oito da nossa Revista e que se oculta sob as iniciais A.I.

“A primeira coisa a estudar quando uma senhora nos vem consultar por uma gordura excessiva é a causa do mal. Geralmente a sedentariedade, a alimentação muito copiosa, a inatividade, e o uso de bebidas fermentadas e do açúcar em excesso – são os responsáveis pela obesidade.

Há pessoas gordas porém que comem muito pouco e fazem grandes caminhadas a pé e outros exercícios físicos, sem resultado aparente. Nestes casos trata-se quase sempre de um fenômeno hereditário.

É preciso ainda notar que em certa idade, entre os trinta e cinco e quarenta e cinco anos, coincidindo com uma época de transição, as senhoras são sujeitas a invasão do tecido adiposo.

Temos assim três categorias de senhoras gordas, classificadas etiologicamente: - Vida sedentária e excesso de alimentação; hereditariedade; idade.

Na primeira categoria com um excesso de ganho e escassez de despesa dá-se o acúmulo. O remédio é equilibrar o orçamento: diminuir a receita, comendo menos e aumentar a despesa com exercícios físicos. Para diminuir a receita não é necessário passar fome, nem se impor regimes absurdos; basta modificar a qualidade dos alimentos. Evitar antes de tudo os gordurosos! As gorduras são absorvidas quase integralmente, com uma ligeira emulsão pela bÍlis e pelo suco pancreático. Manteiga, azeite, carnes gordas, azeitonas, bem como os feculentos, macarrão, pastas alimentÍcias, tapioca, batatas, arroz, feijão, araruta, milho, farinhas, açúcar, doces e sobretudo chocolate, frutos açucarados, o leite – devem ser riscados da alimentação dos gordos. O pão, o biscoito e as bolachas, entrando na classe dos farináceos, são igualmente interditos. O que resta então? Perguntarão as leitoras...

Há muita coisa para variar a alimentação. Os legumes verdes são em grande número e todos eles são permitidos aos gordos. O frango e algumas aves, *feitos na grelha*, quase sem gordura e os peixes, completarão excelentes cardápios para que os gordos não se tenham a queixar de excessivo rigor.

Um pequeno pedaço de carne de grelha, uma sopa magra de legumes e um prato de espinafres – eis aí um almoço que si não é o ideal de um epicurista, não é igualmente o modelo de cenobita.

Ao jantar um peixe cozido – procurar sempre evitar a gordura – um sopa juliana (caldo verde) que poderá ser abundante e uma fruta acida – as frutas ácidas são permitidas – ou uma talhada de mamão ou de melão.

Como bebida o chá e o café são permitidos, mas o mate é preferível pelo seu poder diurético.

Acredito que no primeiro dia a alimentação que acabo de indicar deixará o paciente com fome. Ao fim de dois dias porém ele estará habituado ao regime e não sentirá mais fome.

Diminuída assim a entrada de novos coeficientes de gordura, evitada portanto a superprodução, é necessário eliminar o excesso de estoque armazenado no organismo.

Realizaremos a segunda parte do programa, com o exercício físico – longas caminhadas a pé, pela manhã e à tarde – uma a duas horas de marcha lenta e seguida – e esporte, equitação, tênis, futebol, baseball, etc.

Há senhoras que não dispõem de elementos para esporte. Recomendamos neste caso um exercício fácil: - saltar com os pés juntos no próprio aposento e sem mudar de lugar, até que se produza uma transpiração abundante.

É necessário beber o menos possível e apenas água ou infusão de cabelo de milho, que sendo diurético, auxilia o regime.

Os medicamentos nada adiantam e a lista de medicamentos para emagrecer é enorme – o que prova que nenhum é eficiente.

A balneoterapia não contrário é de bom auxílio. Nas cidades em que há estabelecimentos de banhos, as pessoas gordas poderão usar o banho turco que produz abundante sudação. O banho de rio ou de mar, com a natação, são altamente recomendáveis.

O banho morno é contra indicado e as pessoas que não puderem fazer a balneoterapia como deixamos dito, deverão usar o banho frio – de chuva de preferência –

seguido de massagem. Quando não houver massagistas no lugar uma criada poderá incumbir-se de fazer o amassamento, tomando entre as mãos a pele e o tecido gorduroso e espremendo-o, trecho por trecho. Não é uma massagem ideal, mas é um recurso para quem não dispõe de outra. Em seguida ao banho um longo exercício, bem devagar – uma a duas horas – até provocar suor abundante.

Com este regime tenazmente seguido o emagrecimento dá-se aos poucos, sem prejuízo para a saúde e com vantagem para a beleza da mulher.

ANEXO C – Texto Figura 8 – Peça publicitárias - Leite de Rosas e Rhodia

Este belo corpo

Esta pele jovem, macia, perfeita... Esta mulher maravilhosa. Que usa diariamente LEITE DE ROSAS

- Limpa com perfeição a pele
- Remove completamente a maquiagem
- Elimina e evita espinhas, cravos, panos e manchas
- Desodoriza sem irritar a pele
- Refresca e perfuma agradavelmente todo o seu corpo

LEITE DE ROSAS é uma tradição de beleza constante para todas as mulheres.

Se você quer esta pele, este corpo, lembre-se:

Mulheres maravilhosas usam diariamente LEITE DE ROSAS, beleza concentrada ao seu alcance.

Agora em três tamanhos: pequeno, médio e grande.

Cosméticos Rhodia. Para a mulher que tem tudo

De todas as coisas que atrapalham a vida da mulher, a Rhodia só não tem solução para uma: homem chato. Para o resto, acne, rugas, celulite, etc, a Rhodia tem uma linha completa de cosméticos e de perfumaria. São produtos que ajudam você a ficar mais charmosa e mais feminina, desde os pezinhos até o último fio de cabelo. Quando a revendedora Rhodia aparecer na sua casa, não deixe escapar essa chance de perder algumas coisinhas que nenhum homem gosta de ver numa mulher. Por mais bonzinho, compreensivo e simpático que ele seja.

Rhodia

O ideal de Tbeleza

ANEXO D - Texto da WHO/OMS sobre a obesidade

Obesity

Overweight and obesity are defined as abnormal or excessive fat accumulation that presents a risk to health. A crude population measure of obesity is the body mass index (BMI), a person's weight (in kilograms) divided by the square of his or her height (in metres). A person with a BMI of 30 or more is generally considered obese. A person with a BMI equal to or more than 25 is considered overweight.

Overweight and obesity are major risk factors for a number of chronic diseases, including diabetes, cardiovascular diseases and cancer. Once considered a problem only in high income countries, overweight and obesity are now dramatically on the rise in low- and middle-income countries, particularly in urban settings.

Tradução

Obesidade

A obesidade e o excesso de peso são definidos como um acúmulo de gordura anormal ou excessivo que pode prejudicar a saúde. Uma maneira simples de medir a obesidade é o índice de massa corporal (IMC), este é o peso de uma pessoa em quilogramas dividida pelo quadrado da altura em metros. Uma pessoa com um IMC igual ou superior a 30 é considerada obesa e com um IMC igual ou superior a 25 é considerado com sobrepeso. Sobrepeso e obesidade são fatores de risco para muitas doenças crônicas, incluindo diabetes, doenças cardiovasculares e câncer.

Uma vez considerados problemas de países com altos rendimentos, a obesidade e o excesso de peso aumentam nos países de baixa e média renda, especialmente nas áreas urbanas.

Disponível em: < <http://www.who.int/topics/obesity/en/>> Acesso em 14 de setembro de 2017. Tradução nossa.

ANEXO E - Texto Edição de 01 de setembro de 1998 – Jornal O GLOBO

Obesidade será epidemia também em países pobres

Problema vai se tornar ameaça à saúde tão grave quanto o tabagismo devido à dieta desequilibrada

Paris. A obesidade já é um dos maiores problemas de saúde pública mundial, segundo especialistas reunidos ontem em Paris para participar de uma conferência sobre o assunto. De acordo com eles, a obesidade está se tornando uma ameaça tão séria quanto o tabagismo. No início do ano, estudos mostraram que os Estados Unidos e muitos países europeus enfrentam uma epidemia de obesidade. Porém, novas pesquisas revelaram que a obesidade se alastra também pelos países em desenvolvimento, devido a hábitos pouco saudáveis de alimentação.

- A obesidade é uma epidemia mundial e não é exagero incluí-la na lista dos principais problemas de saúde pública. Em alguns anos, as pessoas obesas poderão ser responsáveis por mais gastos com saúde do que fumantes – disse Philip James, presidente da Associação Internacional para Estudo da Obesidade.

De acordo com os médicos, as pessoas estão comendo cada vez mais alimentos ricos em açúcares, gordura animal e carboidratos, que engordam e aumentam as taxas de colesterol e triglicerídeos no sangue. James disse que os maus hábitos alimentares começam na infância. Além disso, de acordo com ele, populações de países onde antes não havia problema de obesidade mudaram seus hábitos alimentares.

- A Índia e países insulares do Pacífico, por exemplo, onde o percentual de obesos era muito pequeno, já registram aumento da incidência de doenças cardíacas associadas à mudança de hábitos alimentares – observou James, que chefia a Comissão de Nutrição da ONU.

Obesos têm menos dinheiro e qualidade vida

Segundo ele, daqui a dez ou 20 anos, a obesidade poderá levar a uma catástrofe social.

- Nós estamos enfatizando a necessidade de começarmos a resolver o problema mais cedo e repensar a maneira como encaramos as atividades físicas e a dieta – disse Stephene Rossner, do Instituto Karolinska, em Estocolmo. De acordo com ele, é preciso acabar com o estereótipo de que um indivíduo acima do peso é uma pessoa alegre:

- Numerosos estudos mostraram que os indivíduos obesos geralmente têm menos dinheiro e uma qualidade de vida menor.

ANEXO F - Texto Edição de 05 de março de 2007 – Jornal O GLOBO

Fundação Banco do Brasil financia, desde 2005, iniciativa de reeducação alimentar para mais de 50 mil crianças, que propõe dieta mais saudável e ajuda na economia familiar

Alimentação com mistura entre qualidade e preço

Por André Miranda

É o sonho de qualquer dona de casa. Com pequenas mudanças familiares, é possível aderir a uma dieta mais saudável, e, ainda, economizar até R\$50,00 por mês no orçamento doméstico. Esse é o principal objetivo do Alimentação Sustentável, um projeto de reeducação alimentar financiado, desde 2005, pela Fundação Banco do Brasil (FBB). E que vem ajudando crianças e adultos em todo Brasil.

A ideia é tão cativante que o próprio gerente da Diretoria de Educação da FBB admite ter se rendido a suas vantagens. Marcos Fadanelli Ramos conta que passou a colocar uma colher de multi- mistura, um composto nutricional de folhas e sementes criado para o projeto, em suas refeições. E, garante, não tem nada do que reclamar.

Ramos, porém, de longe não é o único a conhecer os benefícios do projeto. Na realidade, são mais de 50 mil crianças de baixa renda atingidas diretamente pelo Alimentação Sustentável, através da AABB Comunidade, uma ação da FBB presente em 400 municípios brasileiros e que envolve 4000 educadores sociais. E a iniciativa de ensinar uma forma mais saudável de alimentação para famílias, diminuindo seus gastos mensais, pode crescer ainda mais, através de uma futura expansão do projeto, como ressalta o gerente da fundação.

- Nossa meta é poder implantar a reeducação alimentar em todas as iniciativas de geração e trabalho e renda da FBB. Ensinamos as pessoas a usarem produtos de suas próprias regiões e a não jogarem fora partes úteis dos alimentos – explica Fadanelli Ramos. – Eu mesmo sempre fui um gordo incorrigível e, agora, estou em conflito. Um projeto como esse coloca em xeque vários hábitos alimentares. Ainda preciso melhorar, mas já pude perceber algumas mudanças.

Mudanças que, para a família de Simone Duarte Gonçalves, fizeram toda a diferença. Ela teve o primeiro contato com a proposta de reeducação alimentar nas aulas da Pastoral da Criança, no Rio. Mas foi apenas há dois anos, quando seu filho Leonardo foi diagnosticado

com anemia que Simone seguiu as sugestões de Maria da Glória Ferreira, uma das propagadoras da ideia na cidade, e aderiu de vez ao projeto.

- Dou os cursos em paróquias, clubes, associações de moradores. Trabalho com isso a quinze anos. Para as comunidades carentes, a alimentação enriquecida é extremamente importante – afirma Maria da Glória.

ANEXO G - Texto Edição de 30 de julho de 1995 – Jornal O GLOBO

Anorexia e bulimia: até onde vai o medo de engordar

Antonio Marinho

A preocupação em manter a forma é muito saudável. Afinal, o peso normal não só é esteticamente mas agradável como é fator primordial na manutenção da saúde. Mas, a ideia fixa em dietas e regimes de emagrecimento pode ser indício de patologia conhecidas como anorexia e bulimia, que se caracterizam pelo medo exagerado de engordar e dieta rigorosa. A primeira é gerada pela obsessão de não engordar que acaba levando à inanição e, nas mulheres, à falta de menstruação. A bulimia caracteriza-se por períodos de excessos alimentares com vômitos e uso de laxantes e diuréticos. Gente famosa como a cantora Karen Carpenter e a princesa Diana sofreram desses distúrbios, que trazem consequências graves. Estudos recentes do National Institute of Mental Health indicam que 6% das pessoas que apresentam transtornos do comportamento alimentar morrem de inanição ao outras complicações.

Outras pesquisas mostram que nos EUA cerca de 8 milhões de pessoas sofrem de algum distúrbio alimentar. Esses transtornos são mais observados em adolescentes, mais sensíveis às alterações emocionais e preocupadas com as transformações físicas que ocorrem nesta fase. Em alguns casos, a anorexia e a bulimia podem ser acompanhados de depressão.

Endocrinologistas, psiquiatras e nutricionistas afirmam que vários fatores estão relacionados aos transtornos do comportamento alimentar, principalmente o óbvio medo de engordar. Isto é acentuado pelos padrões de beleza que valorizam os magros. Os livros de dieta estão sempre nas listas do mais vendidos e inúmeros produtos encontrados nos supermercados prometem o céu e a terra: queimar calorias sem fazer esforço.

Segundo o endocrinologista Walmir Coutinho, da unidade Psiconeuroendocrinologia do Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia (IEDE), a anorexia é uma distorção da auto percepção corporal.

- Na anorexia, a pessoa preocupa-se em excesso com o peso, dieta e forma física. Ela exagera na importância que esses fatores têm na vida. Portanto, o tratamento deve ser realizado por uma equipe multidisciplinar, envolvendo médicos, psiquiatras, psicólogos e nutricionista – diz Coutinho.

O psiquiatra José Appolinário, também do IEDE, informa que a bulimia é mais frequente que a anorexia. Ele lembra que os transtornos alimentares podem persistir durante anos, já

que nem sempre o paciente procura ajuda. Muitas vezes, os sinais dos distúrbios são percebidos pela família ou pelos amigos.

- Os anoréxicos e bulímicos costumam ter o que chamamos de práticas compensatórias, isto é, tentam compensar possíveis excessos alimentares. O bulímico, apesar do medo de engordar, tem compulsão para comer e se sente culpado. Por isso, depois de um excesso alimentar, provoca vômitos – explica Appolinário.

As crianças também podem se recusar a comer. Mas o pediatra Claudio Holneff explica que, na maioria das vezes, os pais tendem a superestimar o problema. Há, ainda, casos de indivíduos magros que, mesmo fazendo uma dieta equilibrada, não conseguem engordar. Quase sempre é uma característica genética.

ANEXO H - Texto Edição de 25 de abril de 1993 – Jornal O GLOBO

Na dança da balança, ‘extra’ não incomoda a todos

A atriz Cláudia Jimenez vive em paz com suas medidas. Seus fiéis 100 quilos, distribuídos em 1,67 de altura, nunca chegaram a incomodar. Só quando era adolescente e tomava alguns chás de cadeira nas festinhas. Hoje, tem filas de pretendentes.

Conta que sua gordura foi aceita pelo público desde que pisou no palco pela primeira vez, há 15 anos, na “Ópera do malandro”.

- E olha que não era papel cômico. Sou humorista por opção. Seria mesmo que fosse magérrima – garante a atriz, que costuma combater a dieta com uma fúria incontrolável, apesar de diabética.

O locutor William Bonner pensa diferente. Não tolerou quando a balança parou no número 90 e quebrados. Tratou de se internar em um spa por uma semana e garantir sua forma física normal:

- Engordo logo no rosto, que é o que aparece na tela. Se fosse na barriga, poderia esconder os extras por debaixo da mesa – conta o locutor, que anda numa fase de “reeducação”, aprendendo a controlar as ansiedades e os ataques noturnos à geladeira.

As atrizes Maitê Proença e Glória Pires também trataram logo de dar fim aos quilinhos a mais que ganharam durante a gravidez das filhas e voltaram ao trabalho mais magras do que nunca. Bete Mendes suportou por mais tempo os 20 quilos que ganhou ao longo dos anos e é a mais recente esbelta da televisão.

Foi depois de descobrir que tinha uma diabetes secundária que decidiu decretar guerra à gordura. Hoje, aprendeu a não descarregar suas tensões na comida e a caminhar para manter o peso. Está em plena forma aos 43 anos.

Mas o público não é lá tão implacável assim com os astros. Quando Marlon Brando – que arrasou corações femininos nos anos 50 – reapareceu 30 quilos mais gordo em “Apocalypse now”, quase 30 anos depois, ninguém reclamou.

Já Robert de Niro, ao contrário de Marlon Brando, precisou incorporar 30 quilos ao seu físico quase franzino para fazer o papel de um pugilista em “O touro indimável”. Assim que acabou de gravar, sua luta passou a ser com a balança.

A estilista Glorinha Pires Rebello é outra gordinha vítima da ansiedade. Detesta os 20 quilos que incorporou há mais de 10 anos e não consegue fazer dieta:

- Tenho que star com uma cabeça ótima para ficar sem comer – conta.

Apesar de ser gorda, prefere criar modelos para as mulheres magras. Sem despeitos.

Garante que não existe moda para obesos. Só se for para esconder a gordura. Recomenda tons escuros, roupas soltas e o mais apropriado: uma boa dieta.

ANEXO I - Letra da música (M1)**Coisa Bonita**

Roberto Carlos

Amo você assim e não sei porque tanto sacrifício
Ginástica dieta não sei pra que tanto exercício
Olha eu não me incomodo um quilinho a mais não é antiestético
Pode até me beijar pode me lamber que eu sou dietético
Não acho que é preciso comer de tudo que tem na mesa
Mas passar fome não contribui em nada para a beleza
Já no passado os mestres da arte diante da formosura
Não dispensava o charme de uma gordinha em sua pintura
Gosto de me encostar nesse seu decote quando te abraço
De ter onde pegar nessa maciez enquanto te amasso
Eu não sou massagista e não entendo nada de estética
Mas a nossa ginástica é mais gostosa e menos atlética
Coisa bonita, coisa gostosa, quem foi que disse que tem
Que ser magra pra ser formosa? coisa bonita, coisa gostosa
Você é linda é do jeito que eu gosto é maravilhosa

ANEXO J - Letra da música (M2)**Turbinada**

Zeca Baleiro

Ela fez dezessete pequenos reparos
No lóbulo da orelha
Extraiu as rugas pés-de-galinha
Que a deixavam mais velha
Ela botou botox sorriso inox
Que eu paguei em doze suaves perstações
250 ml de silicone em cada peito
Ficaram no jeito dois belos melões

Tirou um par de indesejáveis costelas
Ficou com a cintura fina cinturinha de pilão
Malha como louca não marca touca
Ela tá sarada turbinada processda envenenada
Um mulherão

Ela ficou uma máquina
Ela ficou uma máquina
Mas tudo que eu queria tudo que eu queria
Tudo que eu queria mesmo era uma mulher

Ela fez lipo agora faz tipo
Desfila com suas nádegas durinhas no calção
Ela fez peeling e só tem feeling
Pras coisas que podem deixá-la mais bela magrela
Cinderela sem paixão

Ela ficou uma máquina...

ANEXO K - Letra da música (M3)**Beleza fria**

Vander Lee

Meu bem, você é tão bela
Mas só a beleza fria, tão fria, é fria
É um sol que não me aquece
Nem me irradia o dia, vazia, vazia
É uma linda paisagem num papel parede
É água que não molha nem me mata a sede
É feito um gol sem rede, é feito anestesia
É rio que não corre, não desce
É rosa que não morre nem cresce
Você é como praia artificial, sem sal, sem sal
Eu me apaixonaria
Se você tivesse ao menos uma estria
Algum defeito grave, hipermetropia
Uma verruga no dedão do pé
Talvez até te amasse
Se não existisse o espelho entre nós
Se você ao menos levantasse a voz
Dissesse um palavrão
Mas nem pobre você é
Adeus, amor, estou indo embora
Embora não queira
Estou me apaixonando pela arrumadeira
Ela não é tão linda e já é mãe solteira
E atende pelo alcunha de imperfeição
Eu vou pedir a sua mão
Adeus

ANEXO L - Texto da campanha chamada de #nuncasoubeoIMC.

POR FAVOR, COMPARTILHEM!

VAMOS COMBATER ESSA INJUSTIÇA!

Os concursos públicos são uma batalha árdua, mas, além de estudar muito e ficar o dia inteiro fazendo uma prova, após meses de preparação, o governo do Estado de São Paulo, em sua perícia médica, prepara uma surpresa desagradável para os aprovados: não basta obter boa classificação e aptidão cognitiva, você tem que ser magro!

Meu nome é Mariana Justulin e passei por todo esse processo. Fui bem classificada no concurso do Estado de São Paulo. Sou docente na rede pública municipal, lecionando Língua Portuguesa e Inglês. Onde trabalho, nunca sofri preconceito por estar acima do peso, porém, após passar pela perícia estadual e ter sido considerada APTA pelo médico, veio a grande revelação do Diário Oficial do Estado de São Paulo: sou INAPTA para dar aula, por causa do meu IMC (Índice de Massa Corpórea), ou seja, não posso assumir meu cargo, pois estou acima do peso. Quer dizer que o conceito do médico não tem valor para o Estado?

Foi uma decepção, em virtude de eu já ter sido professora eventual no Estado. Gastei quase mil reais com os exames exigidos para corroborar que minha saúde é perfeita. No entanto, se gozo de boa saúde, por que fui barrada pela perícia? Se não desfruto de uma boa saúde, por que o Estado me aceitou para ser professora substituta?

A confiabilidade e seriedade de um concurso podem ser verificadas pela coerência da apresentação de critérios de exclusão em seu edital. Se o IMC é um fator desclassificatório, por que não há no edital nenhuma menção sobre isso? Caso soubesse dessa condição, não teria estudado e gastado tanto dinheiro, a fim de provar o que já sei: possuo saúde e capacidade.

Deixo claro que lutarei até o fim para conquistar definitivamente esse cargo, que obtive com muito esforço e dedicação. Sou professora, tenho mérito e competência para exercer meu ofício. Em épocas de luta contra o bullying, o próprio governo, com critérios fúteis e leis obsoletas, exerce sobre cidadãos uma espécie de discriminação e coerção muito mais agressivas das praticadas pela sociedade.

Somente juntos poderemos mudar a realidade deste país! Obrigada a todos por ler e divulgar a minha história que, sem dúvida, ainda terá um final feliz.

Mariana Justulin #nuncasoubeoimc

ANEXO M - Texto – Professora obesa**Professora considerada obesa volta a lecionar sob aplausos e emagrece**

Bruna Giorjiani tem projeto de mestrado com o tema 'gordofobia'. Diante da repercussão do caso, professora perdeu bastante peso.

A professora de sociologia Bruna Giorjiani de Arruda, de 28 anos, moradora de São José do Rio Preto (SP), que foi impedida de lecionar no Estado de São Paulo após ser considerada obesa mórbida por um perito, conseguiu ser aprovada no exame médico e assumiu sob aplausos dos alunos as aulas na escola Professor Genaro Domarco, em Mirassol (SP). Há quase um mês, ela leciona no local e tentará um mestrado, onde aborda a fobia da sociedade contra pessoas gordas.

Diante da repercussão do caso, a professora também perdeu bastante peso. “Me incomodou muito ter sido barrada por ser considerada obesa. Mexeu com minha auto estima e com a minha imagem sobre mim mesma, uma vez que eu estava muito bem comigo, desde sempre. Depois que tudo aconteceu, fiquei com uma sensação de que as pessoas, ao me encontrarem, somente observam minha gordura e isso é muito ruim”, conta Bruna.

Segundo Bruna, o primeiro dia de aula foi o símbolo do fim de muito sofrimento. Apesar de sua peregrinação antes da aprovação, ao entrar em aula, os alunos já a conheciam e a receberam da melhor forma possível. “Em uma das salas em que entrei fui aplaudida. A maior parte dos alunos sabiam quem eu era, me conheciam da TV e me chamaram pelo nome prontamente. Eles foram bastante simpáticos e estavam curiosos com a minha presença”, conta.

Para ela, depois de passar por toda essa experiência ficou a certeza de que lutar pelos direitos é indispensável. “Me senti importante, me senti agente, me senti cidadã e mais que isso, cada mensagem de apoio ou de identificação e agradecimento que eu recebia, me faziam crer ainda mais na certeza de minha luta. Tantas foram as pessoas que me agradeceram pela coragem da exposição e por dar voz a um problema desprezado e que poucos levam a sério”, diz.

Agora, Bruna pensa em continuar estudando e conseguir um mestrado e, mesmo antes do ocorrido, o tema de estudo envolvia a discriminação com pessoas gordas. “No ano anterior fui reprovada na última etapa, problema de não ter um orientador. O projeto continua o mesmo e aborda a “gordofobia”. Mantereí o tema e agora ainda mais engajada. Esse

mestrado, pra mim, é mais que uma qualificação profissional, é um acréscimo ao grito que entoei no começo desse ano. A única coisa que lamento nesse processo é o fato de que não estou mais em minha antiga escola, me entristece pensar nos companheiros que lá deixei e na qualidade daquele local, porém estou adentrando um novo local, com tantas promessas boas, quanto as da escola anterior”, diz Bruna.

Emagrecimento

Visivelmente mais magra, Bruna, depois do ocorrido, ficou com a sensação de que, quando se encontrasse com pessoas na rua, as mesmas só a observariam por ser gorda. Esta visão de imagem despertou na professora uma chance de mudar. “Emagreci 9 quilos com um programa de emagrecimento. Resolvi experimentar, e comecei acima de tudo pela oportunidade, para ver como era. Não tinha uma intenção específica, nem estética e nem de saúde. Agora, permaneço de dieta porque tenho sentido bastante disposição e estou gostando do treinamento físico. Emagrecer, ainda que não fosse meu objetivo, tem seu lado bom”, conta Bruna.

Relembre o caso

O caso ganhou repercussão em abril. Quando estava inapta para assumir o cargo, Bruna pesava 110 quilos e media 1,65m, números que ela passou para o perito em São José do Rio Preto (SP), onde foi feita a primeira perícia, sem ser pesada ou medida pelo médico. Quando os exames chegaram à capital, o perito a considerou inapta, já que o IMC (Índice de Massa Corporal) era de 40,4, que é considerado como obesidade mórbida pela OMS (Organização Mundial da Saúde), cujo limite é de 40.

Depois de pedir novas perícias para o Estado, Bruna conseguiu a aprovação. Nesta última perícia em São Paulo, ela foi realmente medida com 1,62 de altura e 104 quilos, com IMC 39.

Outro lado

O Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo (DPME) enviou nota ao G1 sobre a perícia para o ingresso de novos funcionários no serviço público estadual, inclusive professores. Segundo o departamento, os critérios técnicos e científicos são previstos na legislação, em especial no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado (Lei nº 10.261/1968 com nova redação dada pela LC 1.123/2010), e também normas legais estabelecidas pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OMS).

"O exame pelo qual passam os candidatos é realizado por peritos selecionados e experientes e tem por objetivo avaliar não apenas a capacidade laboral no momento da

perícia, mas sim fazer um prognóstico de sua vida funcional, de forma a ingressar numa carreira que dura, em média, 30 anos – o que não significa que ela não tenha condições de exercer sua profissão fora da esfera pública. O resultado não decorre de atitude preconceituosa e, sim, pela prerrogativa e princípio da continuidade no serviço público a qual prevê o Estatuto, em defesa o interesse público e o zelo pelo interesse coletivo", diz nota.

Ainda segundo a nota enviada, a obesidade, por si só, não é considerada fator impeditivo para o ingresso na carreira pública. Já no caso da obesidade mórbida (classificação OMS), faz-se necessária uma avaliação mais detalhada por causa de doenças oportunistas como o diabetes, por exemplo.

ANEXO N- Texto – Gordos uma questão de enzima – Revista Manchete

Nutrólogos descobriram que a chave da obesidade é um tipo especial de proteína. Quem a possui em grande quantidade fica magro. Quem a tem pouco deve fazer dieta.

Recentes experiências mais avançadas mostram que nem só o comer em demasia é responsável pelo acúmulo de gordura. Os gordos, porém, absorvem muito mais as calorias do que as pessoas magras, confirmando que existem bons e maus aproveitadores de alimentos. Esta é a conclusão dos especialistas em adiposidade da Universidade de Heidelberg, os nutrólogos Horst Kather e Bernd Saimon, que acabam de publicar o resultado de suas pesquisas na revista *Medizinische Klinik*. Eles afirmam que, ao contrário das pessoas com peso normal, os obesos simplesmente não conseguem queimar as calorias excedentes e liberá-las sob forma de energia. Nos gordos, a quantidade de calorias excedente se transforma, em pouco tempo, em mais gordura.

A quantidade tolerável de gordura atinge 20 por cento do peso bruto do corpo – na maioria dos gordos sob a 30 por cento ou mais de seu peso total. Sobre as possíveis causas do mal de engordar, foram apresentadas, nos últimos dois séculos, essas teorias:

- 1) Os psicólogos consideram a gordura uma consequência de medos, tensões interiores, sexualidade reprimida ou desilusões.
- 2) Pesquisadores do comportamento social, como o novo iorquino Dr. Stanley Schachter, acreditam que a quantidade excessiva de alimentos digeridas em diversas refeições diárias pelos gordos não é provocada pela fome, mas sim por excitações do apetite através de sinais emitidos pelo ambiente – assim como o aroma provocante de uma padaria ou a sinfonia cromática, bem harmonizada, de um buffet frio.
- 3) Nutrólogos, como o norte americano Dr. Mayer, acham que existe algo errado no cérebro dos gordos. As cobaias utilizadas em sua experiência, ao terem parte de seus cérebros danificadas, começam a comer desordenadamente e logo se tornam gordas e disformes.
- 4) Bioquímicos creditam à adiposidade a falta de um hormônio regulador de apetite. No sistema nervoso central de camundongos, cronicamente obesos, foram encontradas deficiências do tal hormônio, o que não se notou nos magros.

Só há pouco tempo, no entanto, os cientistas realmente descobriram porque a adiposidade se forma tão rapidamente no corpo doente: “muitos corpos gordos sofrem de um defeito bioquímico”, reconheceu o pesquisador norte americano Dr. Jeffrey Flier.

Isso não significa, porém, que todos os glutões sejam necessariamente gordos, como já dizia há duas décadas o psicólogo norte americano professor E.A.Sims. O consumo constante de chocolates e salsichas não é, absolutamente, a causa direta da obesidade. Durante semanas, foi feita uma experiência com presidiários gordos e magros, com idênticas atividades físicas. Alimentados com comidas ricas em calorias, notou-se que a adiposidade aumentou rapidamente no grupo dos gordos, ao passo que no dos magros não houve nenhum acúmulo. Estes foram, então, alimentados ainda melhor que os seus colegas de experiência. Para elevar seu peso, passaram a comer por dia dois tabletes de chocolate ou quatro pães amanteigados, numa média de mil calorias.

Aparentemente, os magros são dotados de uma espécie de válvula, através da qual o excesso de calorias é liberado:

“Uma série de mecanismos de troca de tecidos adiposos possibilita as pessoas magras distribuir igualmente a energia adquirida liberando-a, depois, em calor”, afirma o professor Joachim Kuhnau, nutricionista da Universidade de Hamburgo.

“Estes são os que se entopem, dia após dia, de calorias nas cantinas. Mesmo assim, permanecem inalteradamente esbeltos”, diz o doutor Flyer, com uma ponta de inveja. Até incontroláveis apreciadores de doces e outros quitutes que horrorizam os adeptos das dietas – como Katharine Hepburn – mantêm a forma, sem engordar. Essa atriz, durante a maior parte da vida, devorou sem critério toda sorte de sobremesas que lhe surgiam à frente permanecendo magra.

“Em mim você vê uma pessoa que, durante toda vida, estive em agradável contato com os chocolates e doces”, declarou ela a um repórter, a fazer a pouco, 71 anos.

Nos extremamente sensíveis aos efeitos da adiposidade, qualquer caloria ingerida a mais já se faz notar no dia seguinte, acumulada principalmente na barriga. Isso porque os gordos, como os cientistas descobriram recentemente, têm a manutenção do calor orgânico perturbada em sua regularidade, aumentando-o ou decrescendo-o. Nas refeições, quando o corpo automaticamente produz calor (controle termométrico induzido), o gordo permanece frio. Sua temperatura em geral é 50 por cento mais baixa que a dos magros.

Como a adiposidade absorve a energia da nutrição através de maior aproveitamento das matérias alimentares, os gordos queimam menos calorias que os magros. Por causa da

isolante camada de gordura, que protege o corpo contra o frio, o desgaste nos obesos é cerca de 30 por cento menor. E em descanso, eles produzem também menos calor para queima de calorias.

Após a aplicação de noradrenalina, a produção de calor sobre 40 por cento menos do que nas pessoas magras. É idêntica, também, a reação de antigos gordos que chegaram à beira da morte pela fome a fim de atingir seu peso normal. Apesar de tudo, eles continuam sensíveis por toda vida, à adiposidade latente.

O motivo pelo qual a produção e calor, que mantém as pessoas magras, é, nos gordos, tão escassa, ainda provoca discussões entre os especialistas. As opiniões são as seguintes:

- 1) Alguns creditam a causa de tudo à chamada gordura marrom (devido à sua coloração escura) possante gerador de calor mas pouco ativa quando existe muita adiposidade.
- 2) Outros acreditam que processos bioquímicos interrompidos dentro da camada gordurosa são responsáveis pela alta temperatura produzida pelos magros. Essa camada adiposa – tão como um motor parado ou em movimento – consome energia inutilmente e não produz calor excedente.

Está provado que falta aos obesos uma enzima – a ATP – substância que comanda as células orgânicas. Essa bomba produz até 50% do calor do organismo.

Nos gordos, a ATP compõe, sozinha, 22 por cento a menos de glóbulos vermelhos do que nas pessoas de peso normal – valor inverso aos das calorias de um tablete de chocolate por dia.

Para os obesos, no entanto, os resultados das experiências dos pesquisadores não são nada animadores ou estimulantes:

“Nosso conhecimento sobre o consumo deteriorado de energia dos pacientes adiposos significa que o controle alimentício (dieta) não pode regular a obesidade”, declarou o professor Kuhnau.

Em palavras mais duras: quem quiser ser magro, abandonando completamente os inconvenientes da gordura, deve viver esfomeado com apenas 1500 calorias diárias – o que equivale a passar o resto da vida quase morto de fome. Nesse caso, é preferível ser gordo – e feliz.